



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**PURIFICANDO CORPOS E NORMALIZANDO MENTES:
Mulheres católicas e imprensa no Brasil e em Portugal, 1937-1945**

Walter Valdevino do Amaral

Uberlândia - MG
2018

WALTER VALDEVINO DO AMARAL

**PURIFICANDO CORPOS E NORMALIZANDO MENTES:
Mulheres católicas e imprensa no Brasil e em Portugal, 1937-1945**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.
Área de concentração: História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Puga.

Uberlândia - MG
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A485p
2018

Amaral, Walter Valdevino do, 1981-
Purificando corpos e normalizando mentes : mulheres católicas e
imprensa no Brasil e em Portugal, 1937-1945 / Walter Valdevino do
Amaral. - 2018.
195 f. : il.

Orientadora: Vera Lúcia Puga.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em História.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2018.618>
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Mulheres na imprensa - Teses. 3. Mulheres na
Igreja Católica - Teses. 4. Igreja católica - Periódicos - História - Teses.
I. Puga, Vera Lúcia. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa
de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

WALTER VALDEVINO DO AMARAL

**PURIFICANDO CORPOS E NORMALIZANDO MENTES:
Mulheres católicas e imprensa no Brasil e em Portugal, 1937-1945**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.
Área de concentração: História Social.
Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Puga.

Aprovada em 19 de março de 2018

Banca examinadora

Profa. Dra. Vera Lúcia Puga – Orientadora (UFU)

Profa. Dra. Mara Regina do Nascimento – Examinadora interna (UFU)

Profa. Dra. Maria Clara Tomaz Machado – Examinadora interna (UFU)

Profa. Dra. Isabel M. R. M. Drumond Braga – Examinadora externa (ULisboa)

Prof. Dr. Miguel Rodrigues de Sousa Neto – Examinador externo (UFMS)

Uberlândia - MG
2018

À

Minha mãe, Maria do Socorro, por estar presente em todos os momentos da minha vida, mesmo na distância geográfica desses últimos quatro anos.

AGRADECIMENTOS

Para alguns, ingressar no meio acadêmico pode denotar a mesma coisa que passar a viver em um mundo repleto de pessoas frias e egoístas. Significa vivenciar um meio de representações, no qual o mais importante não é ser, mas sim aquilo que os outros acreditam que você é. Um exemplo disso é o currículo *lattes*, no qual muitos, antes de observar a qualificação acadêmica e profissional que ele expressa, olham primeiramente para a barra de rolagem, pois parece que, quanto menor for a barrinha, maior será a identidade intelectual do seu dono.

Esses dias, quando fui atualizar meu currículo *lattes*, identifiquei nele não somente um resumo de uma história construída com diplomas, certificados e declarações, mas enxerguei também uma história de vida, repleta de emoções vivenciadas com professores/as e amigos/as. Essa trajetória teve início em 2003, quando ingressei no curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Católica de Pernambuco. Durante essa graduação, dentre os muitos docentes, conheci a professora Emanuela Sousa Ribeiro, responsável pelos meus primeiros passos na pesquisa acadêmica, pois sob sua orientação, no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica, vivenciei minhas primeiras experiências como um pesquisador.

Eis que quatro anos se passaram e, finalmente, a graduação foi concluída. Então percebi que aquele foi simplesmente o primeiro passo da caminhada. No início de 2008, resolvi fazer uma especialização em Cultura Pernambucana na Faculdade Frassinetti do Recife, na qual tive a oportunidade de, mais uma vez, ter a professora Emanuela Souza Ribeiro como orientadora.

Nesse mesmo ano passei na seleção do mestrado em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco: foram mais dois anos de estudos e investigações, mas desta vez sob a orientação dos professores Luiz Carlos Luz Marques e Newton Darwin de Andrade Cabral, com os quais aprendi que a caminhada de um mestrando é mais complexa que aquela percorrida na graduação. No primeiro semestre de 2009, tive a oportunidade de desenvolver na Universidade Metodista de São Paulo um período de mestrado sanduíche sob a supervisão da professora Sandra Duarte de Souza; momento em que ampliei a perspectiva da pesquisa que estava desenvolvendo. Os dois anos de mestrado pareceram ser bem mais longos do que os quatro anos da graduação, mas, enfim, chegou o ano de 2010: dissertação concluída. Deparei-me com uma banca examinadora à minha frente, estava na hora de encerrar mais um ciclo.

Após a defesa, semelhantemente a todo período da graduação, especialização e mestrado, continuei participando de eventos acadêmicos, publicando artigos científicos e o mais importante, conservei laços com os/as amigos/as e professores/as das instituições que passei. Ciente de que a jornada não poderia parar, participei da seleção de doutorado em História da Universidade Federal de Uberlândia, na qual fui aprovado. Em 2013, um novo caminho se abriu à minha frente. Agora sob a orientação da professora Vera Lúcia Puga, amadureci conhecimentos acadêmicos na área de gênero que, de forma direta ou indireta, estavam presentes nos estudos que já vinha desenvolvendo. Com o incentivo da minha orientadora, no final de 2014 submeti aos órgãos competentes um projeto para a realização de doutorado sanduíche, o qual foi aprovado e teve o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior,

através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior. Possibilitando assim, a realização de um estágio doutoral, sob a supervisão da professora Isabel Drumond Braga, na Universidade de Lisboa, no período compreendido entre maio de 2015 a abril de 2016.

Em todos esses anos, docentes e colegas de turmas da Universidade Católica de Pernambuco, Faculdade Frassinetti do Recife, Universidade Metodista de São Paulo, Universidade Federal de Uberlândia e Universidade de Lisboa, estiveram presentes na minha formação; portanto, sou grato a eles/as por terem feito da sala de aula um verdadeiro ambiente de aprendizagem. Aos funcionários do Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, Biblioteca da Arquidiocese de Olinda e Recife, Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, Biblioteca da Universidade Católica de Pernambuco, Biblioteca da Universidade Federal de Pernambuco, Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Hemeroteca Municipal de Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, agradeço pelo suporte dado na pesquisa documental e bibliográfica deste trabalho.

Nesse momento, em especial, agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Vera Lucia Puga pela atenção, dedicação e orientação durante o processo de elaboração deste trabalho; e as docentes Profa. Dra. Mara Regina do Nascimento, Profa. Dra. Maria Clara Tomaz Machado, Profa. Dra. Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond Braga e ao Prof. Dr. Miguel Rodrigues de Sousa Neto por terem aceitado o convite de participar na banca de defesa deste trabalho e pelas contribuições dadas para o melhoramento do mesmo.

Por fim, expresso minha gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo apoio financeiro concedido a esta investigação de doutorado.

Com essa tese, concluo mais uma etapa da minha vida acadêmica, mas prossigo com o sentimento de que as relações humanas que foram construídas nas instituições por onde passei, aquelas experiências que se encontram nas entrelinhas do currículo *lattes* e que realmente marcaram a minha formação pessoal e profissional, permanecerão.

Se Deus é macho, então o macho é Deus. O patriarca divino castra as mulheres enquanto ele for autorizado a viver na imaginação humana.

Mary Daly

RESUMO

Nosso estudo, “PURIFICANDO CORPOS E NORMALIZANDO MENTES: mulheres católicas e imprensa no Brasil e em Portugal, 1937-1945”, teve por objetivo analisar a participação na imprensa escrita das jovens que faziam parte da Pia União das Filhas de Maria e da Mocidade Portuguesa Feminina durante os anos compreendidos entre 1937 a 1945, período que tanto aqui no Brasil com em Portugal é comumente denominado de Estado Novo. Aquele contexto foi marcado pela concentração do poder nas figuras dos ditadores Getúlio Dorneles Vargas e António de Oliveira Salazar, respectivamente, que alteraram profundamente as esferas políticas, econômicas, sociais, culturais e religiosas nos dois países. Acreditamos que a análise da atuação das mulheres que faziam parte dessas duas associações interessa a História pelo fato de que suas sócias ao mesmo tempo em que defendiam e propagavam estruturas conservadoras como a família, a pátria e a religião, reforçando assim, a permanência da estrutura política vigente através da imprensa local. Nesta pesquisa, procuramos estabelecer uma relação entre o particular (as associações) e o geral (a política e a sociedade). Para isso, priorizamos documentos específicos da Pia União das Filhas de Maria e da Mocidade Feminina Portuguesa, bem como, os periódicos produzidos por elas: “Maria: Revista das Congregações Marianas” e “Mocidade Feminina Portuguesa: boletim mensal”; que foram analisados a partir de procedimentos metodológicos propostos pela historiadora Tania Regina de Luca na forma de tratar as evidências documentais. Como referencial teórico, adotamos os conceitos de dispositivo, disciplina e normalização, propostos pelo filósofo e historiador Michel Foucault. Esses conceitos nos instrumentalizaram para uma melhor compreensão da constituição e formato de ambas as associações e dos periódicos que produziram. Ao final deste trabalho, chegamos à conclusão de que a cooptação dessas mulheres no campo da imprensa escrita, de certa forma, representou uma maior visibilidade de suas capacidades na normalização da sociedade, justamente em um espaço predominantemente reservado aos homens, no qual a presença feminina era discriminada e até mesmo negada. Mas que, por se enquadrarem ou estrategicamente se deixarem ser enquadradas, passaram a exercer um lugar de destaque na reprodução, propagação e defesa das ideologias propostas pelo Estado Novo, brasileiro e português.

Palavras-chave: História Social. Estado Novo. Igreja Católica. Associações Femininas. Meios de Comunicação.

ABSTRACT

Our study "Purifying bodies and standardising minds: Catholic women and press in Brazil and Portugal, 1937-1945" intended to analyze the participation in the written press of the young people who were part of the Sacred Union of the Daughters of Mary and of Portuguese Female Youth during the years from 1937 to 1945, a period that both here in Brazil with in Portugal is commonly called New State. That context was marked by the concentration of power in the hands of dictators Getúlio Dorneles Vargas and António de Oliveira Salazar, respectively, that deeply altered the political, economic, social, cultural and religious spheres in Brazil and Portugal. We believe that the analysis of the performance of women who were part of these two associations interests the History because they defending and propagating conservative structures such as family, homeland and religion, also they did conquer their spaces in the local press. In this research we seek to establish a relationship between the particular (associations) and the general (Politics and society). For this, we prioritize specific documents of the Sacred Union of the Daughters of Mary and of the Portuguese Female Youth, as well as the periodicals produced by them: "Mary: Journal of the Marian Congregations" and "Portuguese Female Youth's Monthly Bulletin"; which were analyzed from methodological procedures proposed by the historian Tania Regina de Luca. As a theoretical reference, we adopted the concepts of device, discipline and standardization, proposed by the philosopher and historian Michel Foucault. These concepts gave us a better understanding of the creation and format of both associations and the magazines they produced. At the end of this work we did conclude that the actions of these women in the press represent a conquest to them in a space predominantly reserved for men, where the female presence was discriminated and even denied. The women began to exercise a prominent place in the reproduction, propagation and defense of the ideologies proposed by the New State in Brazil and Portugal.

Keywords: Social History. New state. Catholic church. Women's Associations. Media.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Getúlio e Darcy Vargas com Barros Barreto e D. Sebastião Leme em Manifestação cívica.	34
Imagem 2: Getúlio Vargas juntamente com D. Sebastião Leme e outros eclesiásticos.	34
Imagem 3: António de Oliveira Salazar com Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira e os ministros Costa Leite (Finanças) e Eduardo Pacheco (Obras Públicas).	44
Imagem 4: António de Oliveira Salazar beijando a mão de D. Manuel Gonçalves Cerejeira.	44
Imagem 5: Fachada da Basílica de Santa Inês.	58
Imagem 6: Nave da Basílica de Santa Inês.	58
Imagem 7: Santa Inês.	60
Imagem 8: Capa do Manual da Pia União das Filhas de Maria.	67
Imagem 9: Diploma contido no Manual da Pia União das Filhas de Maria.	67
Imagem 10: Fita da aspirante.	67
Imagem 11: Fita da associada.	67
Imagem 12: Fita da liderança.	67
Imagem 13: Medalha da Pia União das Filhas de Maria.	68
Imagem 14: Cortejo das Filhas de Maria pelas ruas do Recife.	74
Imagem 15: Filhas de Maria presentes no dia da comunhão das senhoras do III Congresso Eucarístico Nacional.	74
Imagem 16: Escola Secundária Maria Vaz de Carvalho.	85
Imagem 17: D. Filipa de Lencastre.	87
Imagem 18: D. Leonor.	87
Imagem 19: Filiadas da Mocidade Portuguesa Feminina fazendo a saudação romana.	88
Imagem 20: Bandeira da Mocidade Portuguesa Feminina.	90
Imagem 21: Guião da Mocidade Portuguesa Feminina.	90
Imagem 22: Uniformes dos escalões da Mocidade Portuguesa Feminina.	91
Imagem 23: Lusas devidamente uniformizadas.	92
Imagem 24: Pia União das Filhas de Maria de Limoeiro do Norte – CE.	125
Imagem 25: Filha do Coronel Pedro Américo Galvão no dia da sua formatura como professora.	131
Imagem 26: Capa da revista “Maria: revistas das Congregações Marianas”, representando a Sagrada Família.	133

Imagem 27: Capa da revista “Maria: revistas das Congregações Marianas”: Nossa Senhora das Graças.	134
Imagem 28: Capa da revista “Maria: revistas das Congregações Marianas”: Papa Pio XII.	134
Imagem 29: Capa da revista “Maria: revistas das Congregações Marianas”: Maria com o menino Jesus nos braços.	134
Imagem 30: Capa da revista “Maria: revistas das Congregações Marianas”: uma jovem em momento de oração.	134
Imagem 31: Páginas de “Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal” sobre a manifestação de gratidão a Carmona e Salazar.	140
Imagem 32: Presidente Getúlio Vargas, o então Cardeal Pacelli, futuro Pio XII, e outras personalidades.	142
Imagem 33: Capa da primeira edição de “Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal”.	149
Imagem 34: Contracapa da primeira edição de “Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal”.	149
Imagem 35: Filiadas trajadas conforme os interesses da Mocidade Portuguesa Feminina.	156
Imagem 36: Capa da “Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal”: Filiadas em um ato patriótico.	159
Imagem 37: Capa da “Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal”: Nossa Senhora de Fátima.	159
Imagem 38: Capa da “Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal”: Uma mãe observando seu filho a dormir no berço.	160
Imagem 39: Capa da “Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal”: Duas jovens a caminho de uma atividade esportista.	160
Imagem 40: Lusitas divertindo-se na colônia da Mocidade Portuguesa Feminina no Estoril.	166
Imagem 41: Lusitas fazendo exercícios físicos durante uma colônia de férias da Granja.	167
Imagem 42: Curso para instrutoras de Educação Física da Mocidade Feminina Portuguesa.	171

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. O CONTEXTO DO ESTADO NOVO NOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO: Décadas conturbadas no Brasil e em Portugal	18
1.1. Velhos atores, novos cenários políticos: raízes do varguismo e salazarismo	18
1.2. Do lado de cá: o contexto brasileiro estado-novista	23
1.3. Religião e Política: aproximação da Igreja Católica com o Estado no Brasil	31
1.4. Apontamentos sobre a mulher republicana no Brasil	36
1.5. Do lado de lá: o contexto português estado-novista	39
1.6. Deus e Pátria: relações entre a Igreja Católica e o Estado em Portugal	43
1.7. Um lugar para a mulher: a inserção do sexo feminino nas políticas do Estado	46
2. AS ASSOCIAÇÕES FEMININAS: A Pia União das Filhas de Maria e a Mocidade Portuguesa Feminina	50
2.1. O que são dispositivos e suas funcionalidades	50
2.2. História e histórias da Pia União das Filhas de Maria	55
2.3. “O Associar, reunir, congregar almas, cheias de fé e zelo, para o bem, para ensinar o reino de Deus”: funcionalidade, rituais e símbolos da Pia União das Filhas de Maria	61
2.4. “Uma regra bem observada, conduz a uma grande perfeição”: regras de vida para uma Filha de Maria	72
2.5. “Ensinando as jovens sob o véu de Maria”: regras de uma vida na prática	77
2.6. “Ensina-se a viver o amor de Deus, da Pátria e da Família”: origem, estrutura e funcionamento da Mocidade Portuguesa Feminina	82
2.7. “Exemplificar virtudes orientadoras de um ideal educativo de radioso alcance nacionalista”: os símbolos da Mocidade Portuguesa Feminina	86
2.8. “Afastada para trás para deixar ver o vestido em que fazem gosto”: o papel do vestuário na Mocidade Portuguesa Feminina	90
3. “MARIA: REVISTA DAS CONGREGAÇÕES MARIANAS” E “MOCIDADE FEMININA PORTUGUESA: BOLETIM MENSAL”: Revistas para a normalização da mulher em Brasil e Portugal	97
3.1. A história em revista: o uso de publicações periódicas como documentação no <i>métier</i> do historiador	97
3.2. Em defesa de um apostolado da Boa Imprensa	105

3.3. Os perigos da moda e dos costumes modernos	115
3.4. Imagens e textos sobre mulheres: a construção de um tipo feminino ideal nas páginas da revista “Maria”	121
3.5. A política a partir dos olhos de “Maria”	137
3.6. “Uma mãe a falar com as filhas”: o boletim da Mocidade Portuguesa Feminina	146
3.7. “O que nós queremos que nossas raparigas sejam”: características desejáveis para uma filiada da Mocidade Feminina Portuguesa e o papel social da mulher	152
3.8. A preocupação com o tempo livre e os corpos	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS	180
Documentais	180
Bibliográficas	185

INTRODUÇÃO

Os anos compreendidos entre 1937 e 1945, período comumente denominado de Estado Novo tanto no Brasil quanto em Portugal, foram marcados pela concentração do poder nas figuras dos presidentes Getúlio Dornelles Vargas e António de Oliveira Salazar, respectivamente, o que deixou marcas profundas nesses dois países nas esferas política, económica, social, cultural e religiosa. A historiografia nos mostra que, nesse momento, os poderes do Estado e da Igreja Católica estabeleceram fortes relações no sentido de normalizar a sociedade, usando, para isso, principalmente, o discurso de combate a um comunismo que, em suas perspectivas, ameaçaria a ordem social e religiosa. Com o objetivo de expandir de forma mais dinâmica os seus ideais políticos e religiosos, esses poderes passaram a conclamar uma participação mais efetiva da sociedade para a defesa da ordem. Pois, tanto no Brasil como em Portugal, as mulheres foram consideradas as protetoras da família e responsáveis pela adequação e/ou enquadramento a um *modus vivendi* idealizado pelas elites civis e religiosas, que deveria ser implantado em todas as esferas sociais.

Nesse sentido, a criação e/ou expansão de associações femininas como a Pia União das Filhas de Maria (Brasil) e a Mocidade Portuguesa Feminina (Portugal) passaram a ter mais espaço no território brasileiro e português¹. A primeira era destinada às jovens solteiras, cuja principal finalidade era educar e preparar suas sócias, sob a espiritualidade mariana, para serem boas filhas, esposas e mães; a segunda objetivava a formação social, cultural e devocional de suas filiadas para serem boas cidadãs a serviço do “bem comum”.

No período que estamos estudando, esses grupos atuaram no campo da imprensa escrita através de seus próprios periódicos. A Pia União das Filhas de Maria publicou “Maria: revista das Congregações Marianas”, que divulgava as doutrinas e normas da Igreja Católica e das atividades realizadas pela associação, facilitando a comunicação do clero com o público feminino. Já a Mocidade Portuguesa Feminina editou “Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal”, que

¹ Neste trabalho, referimo-nos às Filhas de Maria no passado pelo fato de nossos estudos estarem centrados no papel desenvolvido por elas no período compreendido entre 1937 e 1945, contudo, ressaltamos que esta associação ainda permanece na ativa. Já a Mocidade Portuguesa Feminina teve suas atividades encerradas em 25 de abril de 1975 pelo Decreto-Lei n. 171/74.

procurava aproximar a ideologia nacionalista e a visão cristã, possibilitando o surgimento de uma “nova mulher”, inserida nos interesses centralizadores do Estado.

Compreendendo a relevância do desempenho dessas duas associações femininas como instrumentos de normalização social e religiosa no contexto histórico e político do Estado Novo, faremos uma análise comparativa da participação e atuação na imprensa escrita das sócias da Pia União das Filhas de Maria e das jovens que faziam parte de Mocidade Portuguesa Feminina.

A tese *PURIFICANDO CORPOS E NORMALIZANDO MENTES: Mulheres católicas e imprensa no Brasil e em Portugal, 1937-1945* é um desdobramento de uma pesquisa desenvolvida, no período de março de 2007 a março de 2010, durante o mestrado realizado no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, na Universidade Católica de Pernambuco, que culminou na dissertação *QUE FIZERAM “ELLAS”?: As Filhas de Maria e a boa imprensa no Recife, 1902-1922*, sob a orientação dos professores doutores Luiz Carlos Luz Marques e Newton Darwin de Andrade Cabral.

Inicialmente o nosso objetivo era analisar a atuação das jovens da Pia União das Filhas de Maria na imprensa durante os anos de 1937 a 1945. No entanto, em dezembro de 2013, em uma visita da Profa. Dra. Isabel Drumond Braga, da Universidade de Lisboa, ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, recebi o convite dela para realizar um doutorado sanduíche sob sua orientação, naquela instituição. O convite foi aceito, e realizei um período de estágio doutoral na Universidade de Lisboa, entre maio de 2015 e abril de 2016. Nesse momento, a pesquisa que vinha desenvolvendo, foi reformulada, a partir de conversas que tive com a minha orientadora Profa. Dra. Vera Lúcia Puga e com a Profa. Dra. Isabel Drumond Braga. Nessas conversas, percebemos a importância de ampliar os horizontes da pesquisa e decidimos que a tese deveria centrar no estudo da atuação de mulheres católicas no campo da imprensa tanto no Brasil quanto em Portugal.

Definimos como corte cronológico o período compreendido entre 1937 e 1945, momento em que o Brasil vivenciava o Estado Novo varguista e Portugal

passava pelo Estado Novo salazarista², os quais se caracterizaram pela centralização do poder, ênfase no nacionalismo, discurso anticomunista e pelo autoritarismo. Contudo, ressaltamos que esse regime político em Portugal foi bem mais longo que no Brasil, tendo ele permanecido em terras lusitanas de 1933 até 1974.

Como referencial teórico, utilizamos os conceitos de *dispositivo*, *disciplina* e *normalização* propostos pelo filósofo e historiador Michel Foucault. De acordo com sua visão, o dispositivo seria “estratégias de relações de forças sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”³. As disciplinas “são técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas”⁴. E a normalização “consiste em primeiro lugar em colocar um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, [...] consiste em procurar formar as pessoas, os gestos, os atos conformes a esse modelo”⁵. A partir desses conceitos, poderemos compreender a construção de um lugar balizado pela Igreja Católica e pelo Estado que normalizava os corpos das jovens integrantes da Pia União das Filhas de Maria e da Mocidade Portuguesa Feminina, oferecendo-lhes um espaço para que elas exercessem seus papéis de mulher, religiosa e cidadã.

Metodologicamente, especificamente no que se refere à imprensa, utilizaremos alguns procedimentos propostos pela historiadora Tania Regina de Luca, como: localizar as publicações na história, atentar para as características de ordem física dos impressos, caracterizar os materiais iconográficos presentes, ressaltar o grupo responsável pela publicação, identificar os principais colaboradores, o seu público alvo e analisar os periódicos de acordo com a problemática escolhida⁶.

² Devido ao recorte temporal do Estado Novo no Brasil, iremos centralizar nossos estudos acerca do Estado Novo em Portugal na década de 1930 e 1940. Contudo, ressaltamos que, no caso português, esse regime político foi bem mais longo que o nosso, uma vez que a sua existência se deu de 1933 a 1974. Houve dois momentos distintos, o primeiro de 1933 a 1968, liderado por António de Oliveira Salazar, período conhecido por salazarismo; e um segundo, de 1968 a 1974, tendo a frente Marcello Caetano, que assumiu o governo como sucessor e continuador do salazarismo, mas que alguns autores preferem denominar tal período como marcelismo, devido a alterações ocorridas quando esteve à frente do país.

³ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. 246.

⁴ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento das prisões**. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 191.

⁵ FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 75.

⁶ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 142.

Estruturamos esta tese em três capítulos. No primeiro, intitulado *O CONTEXTO DO ESTADO NOVO NOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO: Décadas conturbadas no Brasil e em Portugal*, apresentamos algumas características do surgimento do varguismo e salazarismo e como estes regimes se estabeleceram; analisamos o contexto político desenvolvido nos anos do Estado Novo brasileiro e português, enfatizando as relações estabelecidas entre Getúlio Dornelles Vargas e António de Oliveira Salazar com a Igreja Católica em seus países de origem; em seguida, discutimos os papéis que foram atribuídos as mulheres brasileiras e portuguesas no período de 1937 a 1945.

No segundo capítulo, *AS ASSOCIAÇÕES FEMININAS: A Pia União das Filhas de Maria e a Mocidade Portuguesa Feminina*, iniciamos discutindo o que são dispositivos e suas funcionalidades, em seguida, analisamos o surgimento, funcionalidade, rituais e símbolos da Pia União das Filhas de Maria, as regras comportamentais e espirituais propagadas por esta associação; e, por fim, a origem, estrutura, funcionamento e os símbolos da Mocidade Portuguesa Feminina, a importância que o vestuário assume dentro do grupo e a formação das jovens que faziam parte da Mocidade Portuguesa Feminina.

Já no último capítulo, *“MARIA: REVISTA DAS CONGREGAÇÕES MARIANAS” E “MOCIDADE FEMININA PORTUGUESA: BOLETIM MENSAL”*: *Revistas para a normalização da mulher em Brasil e Portugal*, começamos realizando uma discussão sobre a importância do uso de publicações periódicas no *métier* do historiador, observamos o papel de uma imprensa católica, o discurso sobre os perigos da moda e dos costumes apresentados na revista *Maria*, a construção de um tipo feminino ideal propagado nas páginas desse periódico e mostramos como a política aparece nessa revista. Em seguida, passamos a analisar o boletim da Mocidade Portuguesa Feminina, as características desejadas para suas filiadas que são divulgadas nesse periódico, o papel social da mulher e a constante preocupação com o tempo livre e os corpos que são destacados nele.

Para a análise da temática que aqui propomos, utilizamos como principais fontes primárias as *Constituições*, brasileira e portuguesa, vigentes no período do nosso estudo; as *Cartas Pastorais* escritas por D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, D. Jaime de Barros Câmara e D. Manuel Gonçalves Cerejeira; o *Manual da Pia União das Filhas de Maria*; o *Regulamento da Mocidade Portuguesa Feminina*; os

exemplares de *Maria: revista das Congregações Marianas*, publicados entre 1937 e 1945; e as edições de *Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal*, publicados entre 1939 e 1945. Esses documentos foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, pois forneceram informações sobre a política do Estado Novo e sua aproximação do clero, da criação e funcionamento da Pia União das Filhas de Maria e da Mocidade Portuguesa Feminina e das questões políticas, sociais, culturais e religiosas que eram propagadas pelos periódicos destinados para a normalização das mulheres nos anos de 1937 a 1945.

Em todas as citações optamos por atualizar a grafia, visando tornar o texto mais agradável para os/as leitores/as.

1. O CONTEXTO DO ESTADO NOVO NOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO: Décadas conturbadas no Brasil e em Portugal

1.1. Velhos atores, novos cenários políticos: raízes do varguismo e salazarismo

A História está sempre em movimento, enfrentando avanços e retrocessos, as sociedades humanas sofrem alterações todos os dias, de todas as maneiras em todas as áreas. Podemos entender essas mudanças a partir de diversas maneiras. Alguns historiadores e historiadoras podem compreender tais transformações numa perspectiva econômica, outros/as através da política ou mesmo da cultura. Analisando as mudanças em três níveis distintos: no evento, na conjuntura ou na estrutura. Dessa maneira, ao mostrarmos duas realidades históricas ocorridas em dois pontos geográficos distantes, mas que têm em seu passado elementos similares, percebemos as semelhanças e diferenças entre esses cenários, bem como nas personagens que fizeram parte deles.

A expressão Estado Novo no Brasil remete diretamente ao período que perfaz os anos de 1937 a 1945, conectado ao comando de um governo autoritário, com a figura do Getúlio Dorneles Vargas, que desde 1930 governava o país de forma ditatorial e que, mesmo depois de ser deposto da presidência, continuou exercendo grande influência nos destinos da nação, tanto que retornou ao poder em 1951, sendo eleito pelo voto popular. O seu legado político se faz presente até os dias de hoje no país, como a Consolidação das Leis do Trabalho, criada por ele em 1943. Ele também é constantemente citado por presidentes que o sucederam, como João Goulart, deposto pelos militares em 1964, e por Luís Inácio Lula da Silva, que governou o país de 2003 a 2011. Lula, em muitos momentos, citou Vargas nos seus discursos e solenidades, como na inauguração de uma sonda da Petrobrás, quando repetiu o gesto do ex-presidente de sujar as mãos de petróleo e posar para os fotógrafos.

No caso de Portugal, o período descrito como Estado Novo é cronologicamente diferente e bem mais extenso, perfazendo mais de 41 anos, entre os anos de 1933 e 1974. Em terras lusitanas, a figura influente em quase todo o período foi a de Antônio de Oliveira Salazar, que teve vários cargos no governo

português desde o golpe conservador de 1928 e que, a partir da década de 1930, tornou-se o principal nome do país, a partir da União Nacional, uma espécie de partido oficial do regime, à frente de diversas pastas ministeriais, assumindo o posto de chefe de governo até sua saída em 1968, devido a consequências de uma queda que sofreu com 81 anos de idade, vindo a falecer em 27 de julho 1970. Ambas as figuras de Vargas e Salazar causaram discórdias, na esquerda e na direita, em seus respectivos países, tendo seus legados compreendidos de diversas formas, desde as mais simpáticas àquelas mais discordantes, com questionamentos de suas ações durante seus governos nos dois países.

Nesta tese, temos como interesses analisar dois grupos destinados às mulheres no Brasil e em Portugal no período de 1937 a 1945. O recorte temporal aqui escolhido é exatamente a partir da duração do Estado Novo brasileiro, com os seus oito anos de existência, mas salientamos que, assim como o getulismo, o salazarismo teve vários momentos, precisando se reconstruir ao longo de décadas, não sendo, portanto, períodos uniformes. Então, uma pergunta aqui nos interessa: o que aproxima os dois regimes de continentes tão distantes?

Dizer que Brasil e Portugal têm muito em comum devido ao período de colonização, quando o primeiro fez parte do Império ultramarino português, já é algo de domínio público. A história desses dois países é escrita através de aproximações e separações, tendo características semelhantes, mas com particularidades que os distanciam. Em comum temos muito da cultura e de suas influências. Mas histórias comparadas a partir do momento em que esses países se separam oficialmente são pouco comuns. E no caso do Estado Novo, brasileiro e português, menos ainda.

Entre os poucos estudos que identificamos acerca da comparação histórica entre Brasil e Portugal no período que estamos aqui analisando, temos “Estado Novo e esporte: uma análise comparada dos usos políticos do esporte nos regimes de Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945)”, do historiador Mauricio da Silva Drumond Costa, que discorre sobre as políticas para o esporte nos dois regimes. Seu recorte, também baseado na cronologia getulista, compara como os governos de ambos os líderes utilizaram de modo político e propagandístico as práticas esportivas em seus respectivos países. Assim, ele demonstra que era comum em governos autoritários o esporte aparecer como elemento para a elaboração de coesão social e de busca por uma docilização dos corpos, sendo usado como

ferramenta de controle social, diminuindo tensões e ocupando os corpos dos/as jovens e trabalhadores/as⁷.

Outro trabalho de cunho comparativo é o da jornalista e historiadora Izani Mustafá, intitulado “Alô, alô, Joinville! Está no ar a rádio Difusora! A radiodifusão em Joinville/SC (1941-1961)”. Nele, a pesquisadora analisa como o varguismo e o salazarismo utilizaram a rádio como ferramenta propagandística, apontando, portanto, uma tradição historiográfica de entender os usos das mídias de massa pelos regimes autoritários⁸; como fez a historiadora Maria Helena Rolim Capelato em “Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo”, no qual faz um estudo comparado dos usos propagandísticos do cinema e, também, de outros meios midiáticos pelos regimes de Getúlio Dorneles Vargas no Brasil e de Juan Perón na Argentina⁹. Ainda nessa perspectiva, a cientista social Maria Cristina Costa, em “Teatro e censura: Vargas e Salazar”, demonstra, através de documentos recolhidos nos dois países, alguns acordos estabelecidos entre os dois governos, do campo da censura às expressões artísticas, especialmente no caso do teatro, a partir das trocas de conhecimento entre os dois regimes que possibilitaram, por exemplo, a criação de dispositivos de repressão por parte do nosso país dentro do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) inspirados por elementos similares em terras portuguesas¹⁰.

Do ponto de vista de outros fenômenos no mesmo sentido de comparar a história brasileira e lusitana, podemos destacar o trabalho “Fórmulas antidemocráticas no em terras luso-brasileiras: Análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937)”, do historiador Felipe Azevedo Cazetta, que analisa a questão do Integralismo no Brasil e em Portugal. Movimento anticomunista e de cunho conservador, ele surgiu no mesmo contexto em que os Estados Novos, tanto no Brasil como em Portugal. Ambos os territórios tiveram, até certo ponto, alguma proximidade com o poder instituído, mas acabaram

⁷ Cf.: COSTA, Maurício da Silva Drumond. **Estado Novo e esporte**: uma análise comparada dos usos políticos do esporte nos regimes de Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945). Tese (Doutorado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

⁸ Cf.: MUSTAFÁ, Izani. **Alô, alô, Joinville! Está no ar a rádio Difusora!** A radiodifusão em Joinville/SC (1941-1961). Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

⁹ Cf.: CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**. Propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Unesp, 2009.

¹⁰ COSTA, Cristina. **Teatro e censura: Vargas e Salazar**. São Paulo: Edusp, 2010.

se transformando devido às alterações implementadas nos dois regimes; no caso do Brasil, o Integralismo foi colocado na clandestinidade, ao lado dos seus inimigos de esquerda a partir da instauração da ditadura do Estado Novo. Já no caso de Portugal, parte dos seguidores do Integralismo elaborou a doutrina do Nacional-sindicalismo. Ambos os movimentos tiveram inspiração anticomunista e eram a favor de um Estado Corporativo e de uma liderança forte. Aqui no país eles eram chamados de camisas-verdes, e na terra lusitana eram conhecidos por camisas-azuis, em ambos os casos devido à coloração dos uniformes que usavam. Essas organizações tinham forte ligação com a religião católica, da qual retiravam parte de seus preceitos¹¹. Um bom exemplo disso verificamos na fala de Francisco Rolão Preto, um dos fundadores do integralismo lusitano:

O Fascismo e o Hitlerismo são totalitários, divinizadores do Estado, cesaristas: nós outros pretendemos encontrar na tradição cristianíssima do Povo Português a fórmula que permita harmonizar a soberania indiscutível do Interesse Nacional com a nossa dignidade moral de homens livres¹².

Plínio Salgado, líder do Integralismo brasileiro, terminou sendo influenciado por esse conservadorismo português da primeira metade do século XX, encarnados no movimento do Integralismo lusitano, do Nacional-sindicalismo e do salazarismo. Em sua busca por criar uma sociedade integral, presente na vasta obra intelectual que produziu, ele deixa muito claro a influência que o pensamento cristão conservador teve no projeto integralista¹³.

O que eu quero de vós é simplesmente uma compreensão serena, equilibrada, sensata, ponderada, da vida. No Estado, daremos a César o que é de César e a Deus o que é de Deus: na vida privada, aplicaremos a mesma regra, com o senso profundo das virtudes cristãs. Realizai a vossa revolução assim, que ela é fácil. E, realizada, estaremos em condições de objetivar com energia, força, autoridade de ferro, a revolução no campo do direito público e do

¹¹ Cf.: CAZETTA, Felipe Azevedo Felipe Azevedo. **Fórmulas antidemocráticas no em terras luso-brasileiras**: Análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2016.

¹² PRETO, Rolão. **A traição burguesa**. Lisboa: Pro Domo, 1945, p. 246.

¹³ Cf.: GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal**: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

direito privado, da ética da administração nacional e das relações internacionais¹⁴.

Como podemos notar, o Estado teria seu lugar, mas no mesmo momento a espiritualidade, conectada à tradição cristã, também. Nos lares, a organização social apregoada pelo Integralismo baseava-se num modelo de família conservadora. A concepção de Estado “espiritual” da doutrina Integralista brasileira aponta qual seria o centro de sua visão, tanto que Plínio Salgado afirmou:

A família [...] é a base do nosso movimento, porque nela encontramos a presença de Deus, a dor do Homem, o sentimento da Pátria, o princípio da autoridade, a essência da bondade, a grandeza das abnegações e das renúncias, a fonte ética perene onde o Estado haure a sua força e o seu esplendor¹⁵.

Integralismo brasileiro, integralismo lusitano, varguismo, salazarismo, franquismo e outros “ismos”, no Velho e no Novo Continente, não são somente reações contra o liberalismo, mas também contra o comunismo. Esses movimentos têm em comum o conservadorismo e a manutenção dos costumes de uma sociedade que parecia se esvaír a partir do aprofundamento da Modernidade¹⁶, como discutiremos mais à frente nos capítulos 2 e 3, quando analisaremos a Pia União das Filhas de Maria e Mocidade Portuguesa Feminina, bem como, os periódicos produzidos e/ou destinados a esses grupos¹⁷. Dito isto, passaremos a

¹⁴ SALGADO, Plínio. **Palavra nova dos tempos novos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936, p. 315-316.

¹⁵ Ibid., p. 238-239.

¹⁶ Quando falamos sobre esse termo, devemos esclarecer de qual Modernidade tratamos, pois essa palavra já foi utilizada para indicar diversas concepções de tempo histórico e de compreensão da realidade. Aqui, utilizamos o pensamento do sociólogo Krishan Kumar, que define “‘Modernidade’ por uma designação abrangente de todas as mudanças – intelectuais, sociais e políticas – que criaram o mundo moderno” (KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 106).

¹⁷ O historiador João Fábio Bertonha afirma que: “Qualquer estudo sobre a relação do integralismo com o mundo, contudo, só se pode tornar completo se incluir a Península Ibérica. A Espanha, e especialmente Portugal, sempre foram referências culturais fundamentais para os intelectuais e políticos brasileiros e, especialmente nos anos 30, as figuras de Franco e Salazar eram de importância central na discussão política e social brasileira”. (BERTONHA, João Fábio. Plínio Salgado, o integralismo brasileiro e as suas relações com Portugal (1932-1975). **Análise Social**, Lisboa, vol. XLVI, n. 198, 2011, p. 66. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1309942641P5dMW0bu5Dv02AS8.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017).

partir de agora, a tecer outros paralelos entre estes dois países no contexto do Estado Novo.

1.2. Do lado de cá: o contexto brasileiro estado-novista

No “teatro das oligarquias” brasileiras, o liberalismo radical se sobressaiu sobre as outras correntes conectadas aos militares jacobinos ou aos monarquistas que insistiram no Velho Regime¹⁸. Emergiu, portanto, uma República em que a exclusão social e amplos movimentos questionavam as contradições do regime implantado em 1889, como são os casos da Revolta da Vacina, Canudos, Greve Geral de 1917, dentre outros¹⁹.

O governo do presidente Getúlio Dorneles Vargas apareceu como uma forma de confrontar as elites agrárias do Centro-Sul em um momento de crise econômica e teve seu auge com a quebra da Bolsa de Nova York, que derrubou os preços do café, atingindo fortemente a nossa política, especificamente durante o processo eleitoral em 1930. Dessa forma, um governo antiliberal, anticomunista e centralizador emergiu no país a partir de novembro de 1930 e, ao longo de seus primeiros anos, construiu as suas principais características.

A historiografia sobre o Estado Novo e seu legado, nos últimos anos, tem se tornado aberta a novas tendências no campo da história política. Antes, eram comuns os estudos sobre o chamado período populista, que tomavam como marco historiográfico o ano de 1930, data da “Revolução”, e chegavam até o ano de 1964, data do golpe de estado civil-militar, em que havia uma generalização do termo e não apontavam as diferentes nuances desse populismo.

A partir dos anos 1970, com alterações no campo da história política e dos próprios movimentos de trabalhadores, do novo sindicalismo e de outros movimentos sociais, passaram a construir outras perspectivas de análises sobre

¹⁸ Sobre as sucessivas crises em períodos eleitorais e arranjos políticos realizados pelas elites no momento da troca de poder, que ajudou a fomentar a crise que levou ao fim da chamada República Oligárquica ver: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das oligarquias**: uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

¹⁹ Sobre a implantação da República e diversos projetos existentes no período ver: VIOTTI, Emília. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 2010. / Acerca da Revolta da Vacina ver: SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes São Paulo: Brasiliense, 1984; e CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados e a república que não foi**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

esse momento histórico. De acordo com Maria Helena Rolim Capelato, os estudos não concordam mais com as interpretações generalizantes produzidas até então, buscam demonstrar agora que houve sim movimentações e organizações de trabalhadores/as, destacando resistências ao autoritarismo em suas diversas perspectivas²⁰.

Algumas interpretações feitas sobre o populismo o compreendiam como uma etapa de transição de uma sociedade tradicional para uma moderna (com ampliação do campo industrial e mudanças populacionais). Esse enfoque acreditava que o futuro das sociedades populistas seria a construção de uma democracia, no entanto, os golpes de estado na América Latina nos anos 1960 e 1970 abalaram a credibilidade de tais interpretações. Há alguns problemas na periodização do populismo no Brasil, mas também há uma maior nitidez da política populista em suas variadas formas. De um modo geral, as experiências populistas nasceram no bojo de graves crises econômicas com a presença de um Estado forte e de um líder carismático. Dessa maneira, generalizar todo esse período como sendo populismo seria bastante complexo do ponto de vista conceitual.

Maria Helena Rolim Capelato afirma ainda que o interesse em entender o Estado Novo a partir de sua natureza política, ideológica e cultural data mais ou menos dos anos 1980, momento em que esse contexto passou a ser abordado como um objeto particular de estudo. Em um texto que faz um balanço da historiografia sobre o Estado Novo, a historiadora afirma que:

A bibliografia mais específica sobre o Estado Novo está agrupada em três linhas: estudos que procuram mostrar a política trabalhista como uma conquista da classe trabalhadora, e não como uma doação (como, por exemplo, o de Evaristo de Moraes); estudos que defendem a tese da hegemonia e da autonomia do Estado na condução do processo histórico (como por exemplo, os de Leôncio Martins Rodrigues) e estudos que relacionam o processo de forma direta aos interesses do capital industrial (como por exemplo o de Luiz Werneck Vianna). René Gertz comenta que, apesar da importância dos temas e das polêmicas instigantes, a maioria a desses textos carece de embasamento empírico e se fundamenta em fontes secundárias; as posições são defendidas através da reinterpretação de dados antigos, poucas fontes novas sendo

²⁰ CAPELATO, op. cit., 2009.

exploradas. For nesse aspecto que a contribuição dos historiadores a partir da década de 80 veio preencher lacunas importantes²¹.

Com a renovação na história política e na concepção de história do tempo presente, muitas análises sobre o Estado Novo se beneficiaram dessas mudanças. A política e a cultura aparecem na maior parte das vezes juntas para construir a compreensão sobre este período da história do Brasil.

Uma grande parcela das principais pesquisas sobre o Estado Novo, produzidas dos anos 1980 para cá, tem ligação com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Dentre esses textos, o livro “Estado Novo: ideologia e poder”, produzido pelas historiadoras Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Pimenta Velloso e Angela Maria de Castro Gomes²², no ano de 1982, é tomado como um dos marcos dessa nova historiografia, contando com textos dessas pesquisadoras, algumas delas ligadas ao próprio Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Elas questionam alguns lugares comuns sobre o período, como por exemplo o combate à análise simplista que identifica o varguismo imediatamente com o nazifascismo. Nessa perspectiva, a historiadora Angela de Castro Gomes observa noutra obra intitulada “A invenção do trabalhismo”, a construção da categoria trabalho pelo varguismo²³.

Além desses trabalhos, Maria Helena Rolim Capelato cita outros que tiveram um papel importante a partir da década de 1980 sobre variados aspectos do período varguista. Como o livro “Sob a verdade oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo”, em que a historiadora Silvana Goulart aborda o papel do Departamento de Imprensa e Propaganda na censura sobre a comunicação social e como essa herança permanece até, pelo menos, a Constituição de 1988, que teria a tarefa de dismantelar o legado autoritário nos meios de comunicação do país²⁴.

Na tese de livre docência do historiador Arnaldo Daraya Contier, intitulada “Brasil novo: Música, nação e modernidade: os anos 20 e 30”, é debatido o papel da

²¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos César (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 189.

²² Cf.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar, 1982.

²³ Cf.: GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

²⁴ Cf.: GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial**. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1999.

música e do poder a partir da atuação dos compositores Heitor Villa Lobos e Oscar Lorenzo Fernandez, bem como o papel de suas obras na construção da ideologia estado-novista, explorando especialmente o projeto de Heitor Villa Lobos sobre o canto orfeônico²⁵. Há ainda trabalhos que exploram o imaginário do Estado Novo como os do historiador Alcir Lenharo, em “A sacralização da política”²⁶, e da historiadora Eliana Freitas Dutra em “O ardil totalitário ou a dupla face na construção do Estado Novo”²⁷.

Maria Helena Rolim Capelato também aponta trabalhos que repensaram as interpretações as quais apontavam o Estado Novo como totalitário, assim, emergiram pesquisas que indicam os limites dessa interpretação e buscam entender, na realidade, a criação da ideologia estado-novista a partir de uma interpretação de autoritarismo construída com interesses específicos, e não como mero decalque dos movimentos autoritários ou totalitários europeus. Não se pode dizer que era uma sociedade una e sem oposição, apesar da perseguição e da censura vivenciadas.

No campo da propaganda política, não apenas as imagens, símbolos e manifestações cívicas foram intercambiados entre os regimes brasileiro e europeu, mas também técnicas de manipulação e formas de organização e planejamento dos órgãos encarregados do controle dos meios de comunicação. No entanto, apesar da forte presença do modelo nazi-fascista na organização da propaganda estado-novista, ela apresentou características particulares e produziu efeitos distintos das congêneres europeias²⁸.

É lugar comum dizer que a Era Vargas deixou um legado para o país. Foram quinze anos de governo, entre 1930 e 1945. Adicionemos aí o período que vai de 1951 e 1954, que dá continuidade a determinados projetos políticos, principalmente do Estado Novo (1937 a 1945), especialmente no que se refere ao nacionalismo e à perspectiva de considerar Vargas o pai dos pobres. Desse modo, o legado de

²⁵ Cf.: CONTIER, Arnaldo Daraya. **Brasil novo**. Música, nação e modernidade: os anos 20 e 30. Tese (Livre docência em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

²⁶ Cf.: LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

²⁷ Cf.: DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário ou a dupla face na construção do Estado Novo**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.

²⁸ CAPELATO, op. cit., 2001, p. 202.

Vargas permanece como uma pedra, para alguns políticos e, para outros, como o período de início para um momento de autonomia e construção do Estado Nacional.

Dessa maneira, atualmente, a historiografia se debruça sobre os paradoxos desse período, sinalizando como um governo autoritário que flertou com o nazi-fascismo, prendeu e usou a censura como mecanismo de afirmação. Mas, ao mesmo tempo, foi responsável por rompantes de Modernidade, com uma ampla gama de intelectuais que fizeram parte de suas hostes, principalmente nos Ministérios da Educação e da Saúde, nos quais ações de cunho modernizadoras e saneadoras foram postas em prática em um país de dimensões continentais e que buscava modificar suas bases agrárias e de pouca infraestrutura.

O espírito da Era Vargas ainda ronda as estruturas da perda de direitos do Estado brasileiro, como podemos perceber, que modificou parte da Consolidação das Leis Trabalhistas, criada em 1943, no período do Estado Novo, inspirada na “Carta del Lavoro”²⁹, condensando uma série de leis e benefícios promovidos pelo então presidente para a massa de trabalhadores.

Também foram criações do governo de Getúlio Dorneles Vargas a Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás, as primeiras universidades federais, dentre outras estruturas, sendo que muitas delas foram já privatizadas e outras ainda se encontram como parte importante das estruturas estatal. Além disso, órgãos como a Justiça do Trabalho, até o governo do presidente Michel Temer, quando a reforma aprovada determinou perda de direitos trabalhistas.

O legado institucional varguista, já descrito em seus aspectos essenciais, não foi desmontado com a queda do Estado Novo. É preciso lembrar que a redemocratização do país, no período pós-45, não afetou de forma substancial o centralismo administrativo e o estilo de gestão introduzidos por Vargas³⁰.

²⁹ A Carta del Lavoro foi um documento apresentado pelo Partido Nacional Fascista, de Benedito Mussolini, no qual eram dispostas as orientações que regeriam as relações de trabalho entre os patrões, os trabalhadores e o Estado na Itália; que possuía como uma de suas facetas o modelo político corporativista. Segundo esse documento, todos deveriam seguir as orientações e o interesse do Estado. À sociedade era permitido que se organizasse em corporações, ou seja, em associações patronais e sindicatos que as representassem, e não a diversidade de interesses, mas sim a coletividade.

³⁰ DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 29.

Outra herança que podemos destacar foi analisada pela economista Eli Diniz, no livro “Repensando o Estado Novo”, no qual demonstra ser exatamente a figura superdimensionada do presidente da república em detrimento ao Legislativo que concentra poderes em demasia e, muitas vezes, utiliza de medidas provisórias para exercer seus poderes.

O regime de 1964 levou esse processo às últimas consequências, implantando um ultrapresidencialismo e reeditando a figura do decreto-lei, instrumento amplamente utilizado por Vargas entre 1933 e 1945. Esse conjunto de fatores levaria à subversão do princípio da separação dos poderes e reduziria o Congresso à condição de órgão legitimador das decisões emanadas do Executivo³¹.

Essas são algumas das questões que gostaríamos de levantar sobre a chamada Era Vargas. A partir de agora, iremos observar um recorte específico, procurando entender a formatação da ideologia trabalhista e como a historiografia a compreende, pois um dos principais focos do presidente Getúlio Dorneles Vargas foram as multidões. Ele foi se aproximando do povo, mesmo que algumas vezes isso representasse apenas uma operação teatral baseada na propaganda política. Ele construiu seu consenso, mas não apenas com o povo, uma vez que esse era considerado na maioria vezes como participante efetivo no teatro político, mas em longas negociações com as elites, sejam as velhas ou as antigas, na criação das alianças que sustentaram seu governo por longos quinze anos.

Diferente do liberalismo oligárquico das primeiras décadas da república, a pura e simples repressão, em um país com população crescente e com cidades fervilhantes, já não resolvia os problemas sociais. Dessa maneira, em uma crescente classe média urbana e com multidões de pobres se deslocando pelas regiões do país,urgia que a postura do governo fosse diferente.

Havia também o perigo da sedução pela via esquerda, através dos sindicatos e outras formas de associações de trabalhadores, principalmente o Partido Comunista Brasileiro, que, com seus intelectuais, sonhava reproduzir por essas plagas os feitos da Revolução Russa de 1917 (a intentona comunista de 1935 pode ser percebida como algo relacionado a esse contexto). Ainda na república

³¹ Ibid., p. 30.

oligárquica, um fervilhante movimento operário, principalmente de viés anarquista, tinha uma grande rede de jornais e organizações de trabalhadores que realizaram, por exemplo, a Greve Geral de 1917, um dos primeiros grandes movimentos operários do país.

Portanto, depois do fim da escravidão, elemento basilar da vida econômica e social do país por mais de 350 anos, era necessário repensar a lógica do trabalho a partir das mudanças (rápidas) que ocorriam no Brasil. Dessa maneira, uma série de questões ligadas ao mundo do trabalho e das relações entre patrão e trabalhadores, em um contexto de crise, levam ao governo a pensar um conjunto de medidas para controlar e/ou impedir revoltas populares, mas, diferentemente do que ocorreu em episódios como o conflito de Canudos e a Revolta da Vacina, não foi apenas o aparato repressivo que foi posto para atuar pelo Estado para por termo aos conflitos. Deste modo, a questão social no Estado Novo não foi apenas uma questão de polícia³².

Na construção discursiva do Estado Novo, identificamos uma mudança na questão como o governo trata as massas populares. Certamente a influência do contexto externo também aumentou. Tanto a esquerda quanto a direita brigavam encarniçadamente pelas multidões. Se observarmos a propaganda dos regimes fascista e soviético, veremos que há uma grande predileção em mostrar não apenas os seus respectivos líderes, mas, ao mesmo tempo, as massas populares guiadas por eles. O povo vem à tona, seguramente que dentro de um espaço controlado e higienizado pelos partidos e ideário dominantes.

No caso do Brasil, um país agrário e de raízes escravagistas, as relações de trabalho sempre foram baseadas na desigualdade. Tanto que, em um crescente processo de urbanização e mudanças no perfil populacional, a crise do liberalismo brasileiro que culminou no processo que levou Getúlio Dorneles Vargas ao poder, aparecem novas formas de relação entre o Estado e a sociedade emergente. Com certeza isso não ocorre sem deixar de lado alguns aspectos que foram basilares na construção da sociedade brasileira, como o autoritarismo, que cimentou as relações sociais no país. No entanto, o presidente soube construir uma autoimagem conectada ao que seriam os anseios das massas, principalmente as urbanas e, ao longo de seu governo, foi construindo uma série de políticas de cunho nacional,

³² Cf.: SEVCENKO, op. cit., 1984.

visando atingir a maior quantidade de trabalhadores possíveis. Pois como afirma, Angela de Castro Gomes:

Os anos 30 e 40 são verdadeiramente revolucionários no que diz respeito ao encaminhamento da questão do trabalho no Brasil. Nesse período, elabora-se toda a legislação que regulamenta o mercado de trabalho do país, bem como estrutura-se uma ideologia política de valorização do trabalho e de “reabilitação” do papel e do lugar do trabalhador nacional³³.

Provavelmente não foi apenas a perspicácia política, mas toda uma série de pensadores que há muito já teciam interpretações sobre o país, sendo assim, algumas delas foram escolhidas pelo governo varguista para elaborar seu projeto de país.

É especialmente a partir desse período que uma série de reflexões de políticos e intelectuais começa a identificar as causas da pobreza e suas maléficas consequências para a “sociedade brasileira” em problemas econômicos e culturais de natureza estrutural. A pobreza passava a ser considerada um obstáculo para o desenvolvimento da nação e deixava de ser considerada inevitável, já que a ignorância desta “questão social” e o imobilismo do Estado começam a ser apontados como as razões de sua permanência. As avaliações tinham assim um ponto de chegada interessante, pois a forma de vencer tão contundente problema residia na maior intervenção do poder público³⁴.

No que se refere ao combate à pobreza, a questão do trabalho e de possibilitar aos mais pobres condições para viver, passaram a ser um dos nortes do Estado Novo, pois:

O trabalho, desvinculado da situação de pobreza, seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania. A aprovação e a implementação de direitos sociais estariam, desta forma, no cerne de uma ampla política de revalorização do trabalho caracterizada como dimensão essencial de revalorização do homem. O trabalho passaria a ser um direito e um dever; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um

³³ GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Orga.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 53.

³⁴ Ibid., p. 54.

ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão³⁵.

A questão do trabalho não foi apenas retórica (ideológica), mas também prática, com a aprovação de leis e concessões de benefícios palpáveis para os trabalhadores.

Como vimos anteriormente, Angela de Castro Gomes, no seu texto publicado em “Repensando o Estado Novo”, teve como principal objetivo demonstrar a linha do discurso oficial que foi sendo construída em torno da categoria trabalho, tomada como tema central e alvo das principais formulações estado-novistas, incorporando também a constituição de um indivíduo/cidadão definido como o trabalhador brasileiro. Ela enfatiza, através de exemplos concretos, o modo como essa ideologia objetivava a criação de um “homem novo”, sendo operacionalizada em numerosas frentes e por variadas políticas públicas.

1.3. Religião e Política: aproximação da Igreja Católica com o Estado no Brasil

A Igreja Católica era um dos pilares do Estado Imperial, sendo parte da administração pública e influenciando a política, seja ela a macropolítica ou micropolítica. Vale ressaltar que durante a Regência alguns dos membros que governaram o país eram ligados a essa instituição, como o caso do padre Diogo Antônio Feijó. É certo que ocorreram fortes dissensões ao longo dessa relação, vide a participação de parte do clero pernambucano na Revolução Pernambucana de 1824 e da relação ruidosa entre o Trono e Dom Vital, na chamada Questão Religiosa, uma das várias crises que o governo imperial teve que enfrentar antes de seu fim.

Com o advento da República, devido a grande influência do positivismo, do cientificismo e certo anticlericalismo presente dentro do movimento republicano brasileiro, temos a separação oficial entre o Estado e a Igreja, sacramentada pela Constituição de 1891, que tornou, ao menos oficialmente, o Estado brasileiro laico e trouxe para si algumas das atribuições que anteriormente pertenciam a Igreja, como o casamento civil e a emissão de vários documentos oficiais.

³⁵ Ibid., p. 55.

Como já mostramos em nossa dissertação de mestrado, a Igreja Católica observava com preocupação as ideias da Modernidade adentrando e se expandindo na sociedade e desconstruindo o poderio simbólico que o cristianismo católico tinha³⁶. No Brasil, aliado a isso, a perda de influência direta no governo com a separação implantada pela Constituição 1891 e o crescimento de outras religiões, como o Protestantismo e o Espiritismo e, a concorrência das ideias políticas de massa, como os socialismos e os anarquismos, levaram Roma a construir estratégias para evitar perder cada vez mais espaço.

Ao longo da Primeira República, podemos citar como forma de adaptação aos novos tempos uma nova divisão da Igreja, do ponto de vista administrativo, a partir da criação de novas dioceses e arcebispados, apontados como “estadualização”:

Até 1890 continuavam a existir apenas 12 dioceses, 9 capitais eram sedes episcopais, após a Proclamação da República, as demais capitais da federação foram convertidas em sedes episcopais, ou seja, mais onze capitais naquele período se tornaram dioceses perfazendo um total de vinte estados. Entre 1890 e 1930 foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 subprefeituras apostólicas, para as quais foram designadas, no mesmo período, aproximadamente 100 bispos; cabendo respectivamente ao conjunto dos estados nordestinos, a São Paulo e a Minas Gerais, os percentuais mais elevados de circunscrições e prelados³⁷.

Dessa maneira, a Igreja Católica procurava manter intacta sua influência no poder político, para isto, promoveu reformas internas e deu mais margem de espaço para suas congregações leigas atuarem. Assim, em diversos países surgiram movimentos batizados de Ação Católica³⁸, que foram elaborados a partir da Doutrina Social da Igreja.

O padre e historiador Riolando Azzi aponta que no governo de Epitácio Pessoa (1918 – 1922) ocorreu uma reaproximação mais efetiva entre Igreja e

³⁶ Cf.: AMARAL, Walter Valdevino do. **Que fizeram “ellas”?** As Filhas de Maria e a boa imprensa no Recife, 1902-1922. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2010. (Especificamente o capítulo 1. “Ellas” estão chegando: a preparação do novo papel da mulher católica na sociedade).

³⁷ GOMES, Edgar da Silva. A reaproximação Estado-Igreja no Brasil durante a República Velha (1889-1930). **Revista de cultura teológica**, São Paulo, v. 16, n. 62, p. 95-110, 2008. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/15628>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

³⁸ Sobre as características e atuação da A Ação Católica no Brasil ver: DALE, Romeu. **A Ação Católica brasileira**. São Paulo: Loyola, 1985.

Governo Federal. Essa aproximação fica mais nítida através da constante participação de membros do clero em cerimônias oficiais e da troca de elogios em discursos de religiosos e políticos³⁹. No governo de Artur Bernardes (1922 – 1926), a aproximação aprofunda-se de vez, com a figura de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra como articulador desde o governo do presidente anterior, tendo, inclusive, ido levar pessoalmente ao Congresso interesses católicos no então projeto de reforma da Constituição⁴⁰.

Ao longo do governo do presidente Getúlio Dorneles Vargas há uma continuidade na aproximação da Igreja com o Poder Federal, diferente de Portugal, onde durante a República, a partir de 1910, houve uma perseguição sistemática ao catolicismo, com forte teor anticlerical. Aqui no país, mesmo com a influência do Positivismo, a Igreja não sofreu tanto quanto nas terras lusitanas e a reaproximação durante as primeiras décadas republicanas não pareceu traumática, mas paulatina. No Brasil, como já apontamos anteriormente, o papel do Cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra foi fundamental. Nascido em São Paulo, foi arcebispo de Olinda e Recife; em seguida, assume o arcebispado do Rio de Janeiro, então capital da República e, no ano do golpe de estado que levou Getúlio ao poder, havia se tornado Cardeal. Ele se aliou com vários intelectuais católicos, como Alceu Amoroso Lima e Jackson de Figueiredo. Com o advento do novo governo, há mudanças substanciais na relação entre o Estado e a Igreja. Seus escritos replicam a doutrina da Igreja Católica a partir da perspectiva da questão social, do medo do socialismo e da visão de que o catolicismo seria um fator de coesão e apaziguamento social⁴¹. Nas fotografias abaixo, vemos tanto a presença do presidente em eventos religiosos como a presença do Cardeal em eventos cívicos, como demonstração da proximidade que tinham.

³⁹ Cf.: AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil (1928-1930). **Síntese. Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 4, n. 10, p. 61-89, 1977. Disponível em: <<http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2398/2662>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

⁴⁰ OLIVEIRA, Alexandre Luís. Dom Sebastião Leme e as estratégias de Atuação do catolicismo nos anos 1930. **Faces de Clio**, Juiz de Fora, v. 2, n. 4, p. 88-98, 2016. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/4.Artigo-D5.-Alexandre.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

⁴¹ Sobre os escritos de Dom Leme no alvorecer da Revolução de 30 ver: SILVA, Francisco Oliveira. **O Cardeal Leme e a Revolução de 1930**. Dissertação (Mestrado em História Eclesiástica). Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, 1995.



Imagem 1: Getúlio e Darci Vargas com Barros Barreto e Dom Sebastião Leme durante manifestação cívica⁴².



Imagem 2: Getúlio Vargas juntamente com Dom Sebastião Leme e outros eclesiásticos⁴³.

A relação entre o presidente Getúlio Dorneles Vargas e o Cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra assemelha-se, em diversos aspectos, àquela construída por António de Oliveira Salazar e Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, como mostraremos mais a frente⁴⁴. Isso demonstra as estratégias da Igreja Católica, dos dois lados do Atlântico, em se consolidar novamente como uma força política.

⁴² Fonte: CPDOC. **Getúlio e Darci Vargas com Barros Barreto e Dom Sebastião Leme durante manifestação cívica**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/audiovisual/getulio-e-darci-vargas-com-barros-barreto-e-dom-sebastiao-leme-durante-manifestacao-civica>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

⁴³ Fonte: ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www3.al.sp.gov.br/repositorio/noticia/10-2011/cristo2.jpg>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

⁴⁴ Sobre a perspectiva comparativa do processo de reaproximação da Igreja Católica no Brasil e em Portugal, a partir da atuação política dos cardeais Dom Sebastião Leme e Dom Manuel Cerejeira, que

Em Pernambuco, local onde era editada a revista “Maria”, o interventor apontado por Getúlio Dorneles Vargas, a partir da instituição do Estado Novo, foi Agamenon Magalhães, católico atuante e muito próximo a Dom Miguel de Lima Valverde⁴⁵, arcebispo de Olinda e Recife entre 1922 a 1951. Agamenon Magalhães, homem de confiança do presidente, que chegou a exercer a função de Ministro da Justiça e do Trabalho no estado-novista, era bastante conservador nos costumes, ecoando as preocupações da Igreja Católica no Estado pernambucano. Através de seu jornal a “Folha da Manhã” e de um programa diário na rádio, emitia suas opiniões e falava como um dos homens de confiança do presidente.

Além disso, como demonstrando pela historiadora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida em seu livro “A construção da verdade autoritária”, gerações de católicos, em Pernambuco e em outras partes do país, incentivadas por intelectuais conservadores, colocavam-se para ir até as massas, para por o catolicismo em movimento e reagir ao liberalismo e à Modernidade, em vários aspectos da vida. Os antecedentes que demonstram movimentações de grupos católicos nos diversos cantos do Brasil viram no governo varguista, especialmente a partir do seu recrudescimento, elementos similares ao seu pensamento, como o antiliberalíssimo, anticomunismo e a busca por uma sociedade sem conflitos. Assim, em Pernambuco, o interventor Agamenon Magalhães, utilizando de seu poder e prestígio político, pode ser considerado um dos grandes articuladores dessa reaproximação entre Estado e Igreja que se desenhou durante o período do regime autoritário do presidente Getúlio Dorneles Vargas⁴⁶.

estavam à frente das principais arquidioceses de ambos os países, indicamos ler: OLIVEIRA, Alexandre Luís de. Perspectiva transnacional: o processo de recatolização no Brasil e Portugal encabeçado pelos cardeais Sebastião Leme e Manuel Cerejeira no início do século XX. In: **Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST**. V Encontro Internacional UFES/ Université Paris-Est, Vitória - ES: UFES, 2015, p. 128-143.

⁴⁵ Nasceu em 1872, na cidade de Santo Amaro, na Bahia. A sua formação se deu no Seminário da Bahia, onde foi ordenado em 1895. Em outubro de 1911 tornou-se o primeiro bispo da Diocese de Santa Maria da Boca do Monte – atual cidade de Santa Maria –, no Rio Grande do Sul. Em maio de 1922 foi nomeado arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife. Durante seu arcebispado, empenhou-se em fortalecer a imprensa católica, encabeçando o projeto de tornar o jornal “A Tribuna” um periódico diário, além de criar a Associação da Boa Imprensa em Pernambuco. Durante os anos do Estado Novo, Dom Miguel de Lima Valverde colaborou explicitamente com as políticas do interventor, Agamenon Magalhães, de quem era amigo e mantinha constantes conversas. Ele faleceu em maio de 1951. (Cf.: SILVA, Severino Vicente da. **Entre o tigre e o capibaribe**: Os Limites do Progressismo Católico na Arquidiocese de Olinda e Recife. Recife: Editora Universitária UFPE, 2014, p. 128-150).

⁴⁶ Cf.: ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas, 2001.

1.4. Apontamentos sobre a mulher republicana no Brasil

No caso do sexo feminino temos, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX uma reconfiguração de seu papel a partir do olhar da ciência. Com o desenvolvimento da medicina o discurso sobre o corpo e sobre a sexualidade da mulher aparece como uma forma diferente de delimitar seu papel. Se com o discurso religioso, baseado na interpretação do pecado original, a mulher era tida como pecadora e levaria o homem ao pecado, agora com o discurso da medicina as mulheres eram esquadrihadas pelo olhar dos homens a partir da lógica científica.

A histeria vista pela Psicologia como algo arraigado à mulher e ocasionado pela falta de sexo, desloca o esquadrihamento de uma perspectiva cristã para a científica. Assim, dentro dos lares, casadas e controladas pelos seus esposos, as mulheres não seriam histéricas e nem seduzidas pelo perigo da vida moderna. No livro “Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista, Brasil, 1890-1930”, a historiadora Margareth Rago analisa esse processo, através da visão dos discursos médicos e como estes ecoavam entre a burguesia e a classe operária, demonstrando como a vida moderna erigiu novos lugares; mas ressalta que eles ainda lembravam os antigos espaços, pois ainda prendiam as mulheres aos lares e à vida doméstica⁴⁷.

A imposição desse lugar ao sexo feminino ultrapassa fronteiras geográficas e temporais, pois essas definições dos papéis a serem exercidos por homens e mulheres permanecem por longos anos, como aponta a historiadora Vera Lúcia Puga em sua dissertação de mestrado, em que analisou o processo de normalização na educação de jovens, homens e mulheres, nos internatos religiosos do Triângulo Mineiro nos anos de 1960, os quais proporcionavam uma educação diferenciada a seus/as estudantes, mostrando que o projeto pedagógico dessas instituições pretendia determinar os papéis que deveriam exercer na sociedade. Ela analisa também o disciplinarização sexual desses jovens no âmbito familiar, que proporciona maior liberdade a um em relação ao outro, estabelecendo assim, um discurso sobre “bem” x “mal”. Isso reforçava o lugar que cada um/a deveria ter na família: para o homem, o espaço público, o pai trabalhador, provedor, o “cabeça da família”; já para a mulher estava reservado o espaço privado, ser a mãe cuidadosa,

⁴⁷ Cf.: RAGO, Margareth. **Em Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista**, Brasil, 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

a “rainha do lar”. Portanto, ambas as instituições desejavam, através dessa normalização, evitar que esses/as jovens se transviassem do projeto que a eles/as era imposto⁴⁸.

Contudo, na primeira metade do século XX, toda uma série de novas máquinas e modos de viver emergem na constituição da vida burguesa, com um forte processo de urbanização e mudanças de costumes, copiando padrões de comportamento europeus, especialmente franceses e aqueles vindos da nova Meca do Capitalismo, os Estados Unidos. Através do cinema, música e imprensa, toda uma série de novos hábitos são compartilhados por homens e mulheres. Aparecem as *vamps*, as mulheres experimentam o cigarro, vão para os bailes, ganham o espaço social e político.

No entanto, reações a esses “exageros” apareciam. Principalmente da religião cristã, dentro do catolicismo, pois não viam com bons olhos essa abertura e liberdade para eles demasiada. O Estado também tinha uma postura conservadora no tocante a questões focadas no papel do homem e da mulher, uma vez que ele sempre procurou “conhecer para dominar. Organizar, vigiar os espaços, capturar e controlar o tempo e disciplinar as condutas”⁴⁹. A pedagoga e historiadora Aline Cristina Pereira de Araújo Ramos, em seu estudo sobre os currículos escolares do Estado Novo em Pernambuco, demonstra que a educação estado-novista consolidava, através das disciplinas ministradas nos cursos oferecidos pelas escolas, papéis sociais delineados a partir do binarismo homem e mulher, tendo a segunda o foco na atividade doméstica, e também recorte de classe, com cursos mais longos ofertados para as classes médias e cursos mais curtos focados nas mulheres de classes menos favorecidas⁵⁰.

A política educacional do Governo de Agamenon Magalhães seguiu as orientações federais no que se remetia à diferenciação entre a educação masculina e feminina. E buscando demonstrar a necessidade de uma educação direcionada às mulheres, procurou não apenas prepará-las para as tarefas domésticas, mas educá-las para estabelecerem e conservarem suas famílias. Já aos homens

⁴⁸ Cf.: SOUSA, Vera Lúcia Puga de. **Entre o bem e o mal**. Educação e sexualidade nos anos 60 – Triângulo Mineiro. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

⁴⁹ Ibid., p. 18.

⁵⁰ Cf.: RAMOS, Aline Cristina Pereira de Araújo. **O homem novo para um novo Pernambuco**: as práticas educacionais na construção do Estado Novo em Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

caberia uma educação para o ambiente de trabalho, fora do lar, com intuito de proverem a sustento das suas futuras famílias⁵¹.

Essa visão em relação à mulher coadunava com a visão em conjunto da sociedade brasileira a partir da lógica corporativa e sindicalista, controlada com mão-de-ferro pelo governo na figura do presidente Getúlio Dorneles Vargas. Como demonstrado por Angela Maria de Castro Gomes, esse fenômeno de cooptação da classe operária brasileira, tendo em vista o receio das elites, existe desde a Primeira República, especialmente quando se observa amplos movimentos de massa, como o anarquismo e o socialismo⁵². Por isso, o governo passa a controlar o movimento operário, promovendo o que o historiador Adalberto de Paula Paranhos chama de “o roubo da fala”, cooptando líderes sindicais, usando a máquina propagandística e proibindo dissensões⁵³. Similarmente à Igreja, o Estado Novo temia a sedução das ideias de esquerda e, possivelmente por conta disso, aos poucos, há uma reaproximação entre as duas instituições.

Desse modo, a criação de papéis bem definidos, o controle e a vigilância do espaço público remetiam às massas trabalhadoras, nelas incluídas as mulheres, como parte da política estatal, assim como as associações leigas, dentro da Igreja Católica, dão certo espaço de atuação para os/as fiéis num momento de construção de novos papéis sociais e de mudanças que não eram bem vistas pelo clero anteriormente.

As mulheres vão para as ruas, mas vigiadas pelo discurso religioso. Seus corpos são escrutinados pela ciência e pelo Estado, sendo “cobertos” pela palavra da fé católica, que considerava excessiva as liberdades do mundo moderno. No discurso educacional, as mulheres que sabiam costurar, cozinhar e limpar a casa aprendiam a puericultura e seriam boas mães. Mulheres puras que guardavam seus corpos e oravam. Os modelos femininos do Estado e da Igreja de alguma maneira se completavam nesse processo de controle dos corpos femininos. Essas eram as mulheres ideais para a República. As sócias da Pia União das Filhas de Maria, grupo de mulheres que analisaremos mais adiante, eram provenientes das classes

⁵¹ Ibid., p. 126.

⁵² Cf.: GOMES, op. cit., 2005.

⁵³ Cf.: PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala**. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

mais abastadas, sendo de famílias tradicionais das cidades onde havia uma Pia União. Tinham uma vida regrada, repleta de regras presentes em um Manual, eram leigas, mas tinham uma vida casta.

1.5. Do lado de lá: o contexto português estado-novista

No caso de Portugal, com a proclamação da República em 1910 e a consequente deposição do Rei Manuel II teve início a chamada Primeira República Portuguesa, que perdurou até 1928, período marcado por diversos conflitos ideológicos com a Igreja Católica, sublevações militares, ensaios de golpes por parte dos realistas (partidários da Monarquia) e até mesmo de grupos republicanos descontentes com a política que vinha sendo feita. Apesar de algumas tentativas, os republicanos não conseguiram apaziguar os ânimos da nação. Seu colapso pode ser compreendido por uma série de fatores, observados pelo historiador Douglas Wheeler em um balanço historiográfico que realizou sobre o período. Segundo esse autor:

A Primeira República foi travada por uma quantidade de problemas. A maior parte dos estudos já realizados sublinham a importância dos problemas económicos e financeiros, geralmente graves, entre os quais uma enorme dívida pública herdada da Monarquia em 1910. Depois de 1914 houve as despesas militares relacionadas com a guerra, a inflação e a desvalorização da moeda. Quanto a mim, o contributo ainda mais importante para o colapso da República foi o comportamento político dos políticos, a ineficácia dos partidos, assim como a natureza e o papel dos militares⁵⁴.

Entre os anos de 1926 e 1933, o regime de exceção dirigido pelos militares, com uma estrutura constitucional provisória e consequente suspensão das garantias consignadas pela Constituição de 1911, precedeu formalmente a instauração do Estado Novo em 1933. No ano de 1928, após a eleição pelo sufrágio direto, mas em lista única, do General Óscar Carmona para a presidência da república, ele tinha a responsabilidade de restaurar a vida económica do país, que atravessava uma forte

⁵⁴ WHEELER, Douglas. A Primeira República Portuguesa e a história. **Análise Social**, Lisboa, vol. XIV, n. 56, 1978, p. 869. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989532S4yRL1eb3Cn44CL5.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

crise. Foi no intuito de resolver essa questão que o então presidente nomeou António de Oliveira Salazar, um especialista em finanças públicas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, para assumir a pasta das Finanças.

Desse modo, António de Oliveira Salazar aparece no cenário político em 1928, como ministro de finanças do gabinete comandado pelo Coronel Vicente de Freitas, sob a presidência de Carmona, desde então, começa a tomar corpo o Estado Corporativo que vai comandar Portugal pelas próximas décadas. Neste momento, os focos de oposição começam a ser mitigados, uma vez que os “partidos políticos, as sociedades secretas e as associações sindicais foram proibidos”⁵⁵. Neste contexto surgiram às associações destinadas para a juventude, rapazes e moças, sendo uma delas a Mocidade Feminina Portuguesa, direcionada para a formação da mulher portuguesa, da qual trataremos no próximo capítulo.

Obviamente que esse governo ainda encontrou resistências dentro e fora de suas fileiras. Greves como a de 1934 e o levante dos Camisas Azuis no mesmo ano, que visou conspirar contra os “não-revolucionários”, além de uma tentativa de revolta dos nacionais-sindicalistas em 1935, que foi abortada pela polícia, são exemplos disso. Em 1936, com a Guerra Civil Espanhola⁵⁶ ocorrida do outro lado da Península Ibérica, a revolta de dois barcos de guerra, com tripulantes que queriam participar ao lado das forças republicanas espanholas no conflito e, por fim, em 1937, uma tentativa de assassinato à bomba, contra o próprio António de Oliveira

⁵⁵ MARQUES, António Henrique de Oliveira. **Breve história de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 628.

⁵⁶ Foi um conflito armado na Espanha entre no período de 1936 a 1939. Nele se destacaram dois grupos: os Falangistas, comandados pelo general Francisco Franco, que pretendiam eliminar o crescente movimento comunista e implantar um regime autoritário no país. Contaram com o apoio de setores tradicionais e conservadores da sociedade, como a Igreja Católica, Exército e grandes proprietários rurais, bem como com a ajuda militar da Alemanha nazista e da Itália fascista. O outro grupo chamado de Frente Popular defendia o governo republicano. Tiveram a adesão de sindicatos, partidos políticos de esquerda e defensores da democracia, além, do apoio externo da antiga União Soviética. No início dos anos de 1930, o clima político e social na Espanha era tenso, tanto que ocorreram diversos conflitos entre esquerdistas e nacionalistas. Em 18 de julho de 1936, o general Francisco Franco, à frente do exército espanhol, comandou um golpe de estado ao governo da Segunda República Espanhola, o qual não foi bem sucedido, mas implicou no início da guerra civil. Durante os anos compreendidos entre 1936 e 1939, houve milhares de perseguições e mortes, golpe da direita contra a democracia. Contudo, um dos episódios mais marcantes dessa guerra foi o bombardeio à cidade Guernica em 26 de abril de 1937, o qual vitimou centenas de civis. Após quase três anos de conflitos, a Guerra Civil Espanhola, chegou ao fim em 1º de abril de 1939, com a vitória dos falangistas e a consequente derrubada da Segunda República Espanhola. O general Francisco Franco assumiu o poder e instaurou um regime ditatorial na Espanha. (Cf.: BUADES, Josep M. **Guerra Civil Espanhola**. O palco que serviu de ensaio para a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2013).

Salazar em uma rua de Lisboa, ainda demonstram posições divergentes ao governo instaurado.

O regime político de então representado por um governo autoritário que visava a ordem social, foi visto com bons olhos por potências estrangeiras da época: a Inglaterra, devido a questões econômicas que tinha com Portugal, e a Espanha, com o governo de Primo de Rivera (antes do conflito civil), que via no chefe de ministros do governo português um grande aliado. Mas, durante o conflito civil espanhol, o governo português apoiou as forças nacionalistas falangistas, contribuindo direta e indiretamente no conflito, na tentativa de evitar um governo encabeçado pela Frente Popular que terminou sendo derrotada na guerra. Aos poucos, devido aos laços políticos que estabelecia com outras nações, a postura nacionalista e, por fim, a Segunda Guerra Mundial, possibilitaram ao governo português, sob a égide do salazarismo, ser menos dependente da economia britânica.

No plano interno, pouco a pouco António de Oliveira Salazar e o Estado Corporativo conquistaram o domínio quase absoluto do país. A partir de então, o chefe de governo passou a representar o centro dos destinos do país. Em 1936, paralelamente à chefia do governo e da pasta das Finanças, ele passa a acumular as pastas da Guerra e a dos Negócios Estrangeiros.

Em 1945, com o fim do conflito mundial, novas ondas de oposição apareceram. Com certo apoio externo, o regime salazarista cedeu e permitiu eleições para a Assembleia Nacional. A oposição se aglutinou em torno de um movimento que ficou conhecido por Movimento de Unidade Democrática. Mas, temendo não se organizar a tempo, abandonou o pleito e, com isso, as forças de apoio a União Nacional dominaram a votação. Situação que se repetiria nas outras eleições, com momentos de relaxamento da censura. O Movimento de Unidade Democrática se destacou como principal ancora de existência das forças opositora ao regime, as quais poderiam criticar abertamente o governo. Além disso, os pleitos serviam ao salazarismo como meio de distanciar-se da visão fascista que apregoavam a ele, utilizava esses processos eleitorais como discurso para o resto do mundo de que em Portugal não ocorria uma ditadura.

No entanto, as características antidemocráticas do Estado Novo português se fazem presentes nas palavras e ações de seu principal líder, António Oliveira

Salazar que, em discursos nos primeiros anos da década de 1930 critica as liberdades individuais e de pensamento típicas do liberalismo⁵⁷. Ao longo da década de 1930 e 1940, o Estado português foi tornando-se cada vez mais autoritário e construindo uma estrutura de poder e de sociedade muito próxima aos fascismos europeus, especialmente o italiano e o espanhol.

Assim, a censura e a perseguição política se tornaram parte da vida na nação portuguesa. Inicialmente foi criada a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), posteriormente substituída pela Política Internacional e de Defesa do Estado (PIDE):

Conquanto menos violenta – e sobretudo menos organizada – que a Gestapo nazi ou a Polícia Secreta Soviética, o curriculum da PVDE – PIDE foi todavia estendido bastante para nos fazer recordar a Inquisição. [...] Da mesma forma que a Inquisição, teve que justificar a sua própria existência e os seus amplos poderes pela “invenção” ou exageração de ameaças à segurança do regime e pela “fabricação” de comunistas e de outros perigosos opositores do Estado Novo⁵⁸.

Esse órgão usava do levantamento de dados, torturas físicas e psicológicas e de outras estratégias para intimidar ou fazer desaparecer do cenário social a oposição. Utilizava encarceramento, como o presídio localizado na então colônia de Cabo Verde, sendo os comunistas ou pessoas de esquerda as principais vítimas dessa política de policiamento. O regime também reprimia professores/as e funcionários/as públicos para evitar as possíveis críticas ao governo. Assim, perseguições e demissões de indivíduos considerados suspeitos eram frequentes de tempos em tempos.

De acordo com o historiador António Henrique de Oliveira Marques, a Carta Constitucional de 1933 era o símbolo desse processo de institucionalização da repressão e símbolo da influência das ideias fascistas, pois “Traduzia um compromisso entre a Monarquia e a República. Devido as suas características híbridas”⁵⁹. Este texto definia o Estado Português como unitário e corporativo⁶⁰. Uma

⁵⁷ Cf.: MARQUES, António Henrique de Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa: Palas Editores, 1976.

⁵⁸ Ibid., p. 301.

⁵⁹ Ibid., 304.

⁶⁰ Sobre o modelo de Estado Corporativo fascista ver: MUSSOLINI, Benito. **O Estado corporativo**. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/corporativo.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

vez que “O Governo tornou-se a fonte real de poder e a sua cabeça – o Presidente do Conselho de Ministros – o verdadeiro e único chefe da nação”⁶¹.

1.6. Deus e Pátria: relações entre a Igreja Católica e o Estado em Portugal

Apesar das convicções religiosas de António de Oliveira Salazar, o Estado português, a partir da Concordata de 1940, delimitou a atuação, pelo menos oficial, da Igreja Católica dentro do governo. A partir de então, passava a ser respeitada a liberdade de culto, mas, mesmo assim, o documento reconheceu determinados privilégios para a Santa Sé⁶².

Além disso, António de Oliveira Salazar, sendo conservador e católico, mantinha fortes laços de amizade com D. Manuel Gonçalves Cerejeiras, o Patriarca de Lisboa, com quem trocava missivas. Os assuntos dessas cartas, de um modo geral, eram focados nos interesses da Igreja, por parte do Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeiras, que usava das correspondências para estreitar os laços com o Estado português, mesmo que este fosse oficialmente separado da Igreja Católica.

Abaixo temos algumas fotografias que demonstram essa aproximação, nas quais verificamos, em uma delas, a presença do Patriarca de Lisboa numa cerimônia do Estado e, na outra, o chefe do governo beijando a mão do líder eclesiástico, representando uma demonstração de sua religiosidade.

/ Um texto interessante que utilizada a metodologia de análise semântica do discurso para compreender uma fala específica de Salazar, em um discurso proferido no ano de 1930, pode ser visto em: PINTO, Alexandra Guedes. O discurso da ditadura: ditadura, ordem e desordem em António de Oliveira Salazar. **Forma breve**, Aveiro, n. 11, p. 313-341, 2014. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/3135/2903>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

⁶¹ MARQUES, op. cit., 1976, p. 301.

⁶² Ibid., p. 308.



Imagem 3: António de Oliveira Salazar com Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira e os ministros Costa Leite (finanças) e Duarte Pacheco (obras públicas)⁶³.



Imagem 4: António de Oliveira Salazar beijando a mão do D. Manuel Gonçalves Cerejeira⁶⁴.

Portanto, a troca de favores e pedidos especiais ao chefe de governo eram frequentes nessas correspondências, seja na questão dos feriados religiosos que não constavam mais no calendário português ou mesmo na intenção da Igreja em cristianizar o ensino. Dessa forma, a relação da Igreja Católica com o Estado Novo era fortemente estreitada, em um país onde a maioria de seus habitantes era católica. Esta aproximação fica evidenciada no boletim da Mocidade Portuguesa

⁶³ Fonte: PÚBLICO. **A História de Rui Ramos desculpa o Estado Novo?**. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2010/05/31/jornal/a-historia-de-rui-ramos-desculpabiliza-o-estado-novo-19425296>>. Acesso em: 10 ago. 2017. Disponível em: <<http://acao-integral.blogspot.com.br/2016/07/monsenhor-lefevre-elogia-salazar-e.html>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

⁶⁴ Fonte: VERITATIS. **Monsenhor Lefebvre elogia Salazar e Portugal**. Disponível em: <<http://acao-integral.blogspot.com.br/2016/07/monsenhor-lefevre-elogia-salazar-e.html>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Feminina, no qual percebemos a presença na quase totalidade de seus números, de matérias com teor cristão, aludindo aos santos e santas ou mesmo a personalidades da Igreja, possibilitando um maior espaço para essa relação entre Estado e religião, na formação da “nova mulher” portuguesa⁶⁵. Para António de Oliveira Salazar, o catolicismo fazia parte da cultura portuguesa, era algo estreitamente arraigado, como mostra Pedro Ramos Brandão:

O catolicismo é o cimento dos discursos de Salazar. É através da Fé que ele sustenta suas argumentações políticas à nação. Os valores familiares tradicionais são tão importantes para Salazar na mesma medida em que o são para o Cardeal Cerejeira, ou seja, tão importantes para a estabilidade do Estado, como para a manutenção do poder da Igreja dentro do Estado, a comunhão perfeita entre dois poderes⁶⁶.

Eis aqui outro exemplo do pensamento de Antonio Oliveira Salazar acerca desse assunto:

Portugal nasceu à sombra da Igreja, e a religião católica foi desde o começo elemento formativo da alma da Nação e traço dominante do carácter do povo português. Nas suas andanças pelo mundo - a descobrir, a mercadejar, a propagar a fé - impôs-se sem hesitações a conclusão: português, logo católico. Tiveram o restrito significado de lutas políticas e não de questão religiosa os dissídios dos primeiros séculos entre os Reis e os Bispos e os que mais tarde envolveram os governos e a cúria. Na nossa história nem heresias nem cismas; apenas vagas superficiais que, se atingiam por vezes a disciplina, não chegavam a perturbar a profunda tranquilidade da fé. A adesão da generalidade das consciências aos princípios de uma só religião e aos ditames de uma só moral, digamos, a uniformidade católica do País foi assim, através dos séculos, um dos mais poderosos factores de unidade e coesão da Nação portuguesa. Portanto factor político da maior transcendência; e por esse lado nos interessa⁶⁷.

⁶⁵ Acerca das relações políticas entre o Estado e a Igreja em Portugal ver: FERNANDES, António Teixeira. **Relações entre a Igreja e o Estado Novo**. Porto: [ATF], 2001. / Na abordagem do processo de Concordata entre Igreja e Estado Português ver o terceiro capítulo de: REIS, Bruno Cardoso. **Salazar e o Vaticano**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006, p. 139 a 193. / Sobre as correspondências ver: BRANDÃO, Pedro Ramos. **Salazar-Cerejeira: a força da Igreja**. Lisboa: Notícias Editorial, 2002; e ALMEIDA, Rita de Carvalho. **Correspondência**. 1928 – 1968. Lisboa: Circulo dos Eleitores, 2010.

⁶⁶ BRANDÃO, 2002, p. 19.

⁶⁷ SALAZAR, António de Oliveira. **Salazar e a Igreja**. Excertos de “O Meu Depoimento”. Discurso de Salazar na sessão inaugural da II Conferência da União Nacional, no Porto, em 7 de Janeiro de 1949. Disponível em:

Foi com base nessa visão conservadora de mundo que a religião católica se tornou peça fundamental, onde foram construídos os instrumentos de controle social do Estado Novo lusitano, na tentativa equilibrar a tradição cristã a um regime autoritário, atrelada a um desenvolvimento econômico e social do país, ou Construir um novo Portugal, calcado nas velhas tradições.

1.7. Um lugar para a mulher: a inserção do sexo feminino nas políticas do Estado

Indicando que na perspectiva do Estado Novo Português cada cidadão, seja homem ou mulher, teria definido o seu papel no seio da sociedade, a historiadora Irene Flunser Pimentel produz a obra “A cada um o seu lugar”, título retirado de uma fala do Ministro da Educação Nacional António Carneiro Pacheco⁶⁸. Assim, para a mulher portuguesa, o discurso indicava o lugar de mãe, do lar, dedicada à família e voltada para as atividades domésticas como previa o regime autoritário. Mesmo quando alcançavam o campo da política, como no caso de Maria Candida Parreira, Domitília de Carvalho e Maria Guardiola, as quais, em 1934, tornaram-se as primeiras deputadas eleitas para a Assembleia Nacional; as suas atuações deveriam ser focadas em assuntos “considerados” femininos: a educação e o assistencialismo. As mulheres seriam as cuidadoras do lar, deveriam cuidar dessa esfera que era tida como a mais importante base da sociedade portuguesa: a

<http://oliveirasalazar.org/download/documentos/Salazar%20e%20a%20Igreja_8D31D324-EB8F-47AA-A323-EA6CE941785A.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2017.

⁶⁸ António Faria de Carneiro Pacheco, nasceu em Santo Tirso, no Porto, em 1887. Fez graduação e doutorado em Direito na Universidade de Coimbra. Em 1913, um ano após concluir seus estudos, tornou professor de direito desta mesma instituição; em 1922, passou a lecionar para a Universidade de Lisboa. Mas, foi na vida política que ficou nacionalmente reconhecido, quando assumiu o Ministério de Instrução Pública em 1936; transformando-o, posteriormente, em Ministério da Educação. À frente dele, implementou a nova Lei de Bases da Educação do Estado Novo, a Lei n. 1.941, de 11 de abril de 1936. Durante o seu mandato, que durou de 1936 a 1940, foram criadas a Mocidade Portuguesa, Mocidade Portuguesa Feminina, Obra das Mães pela Educação Nacional, Junta Nacional da Educação, Instituto para a Alta Cultura, Academia Portuguesa de História e o Instituto Nacional de Educação Física. Quando saiu do Ministério da Educação, passou a exercer funções diplomáticas como embaixador extraordinário e plenipotenciário de Portugal junto a Santa Sé, tendo a função de chefiar a negociação da Concordata de 1940. Ele faleceu em 21 de novembro de 1957 em Cascais, Lisboa. (Cf.: ANTÓNIO Faria Carneiro Pacheco. Legislaturas: VI. Disponível em: <http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/p/p_acheco_antonio_faria_carneiro.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017).

família. Segundo essa perspectiva, em um de seus discursos, António de Oliveira Salazar afirmava que:

Não discutimos a família. Aí nasce o homem, aí se educam as gerações, aí se forma o pequeno mundo de afectos sem os quais o homem dificilmente pode viver. Quando a família se desfaz, desfaz-se a casa, desfaz-se o lar, desatam-se os laços de parentesco, para ficarem os homens diante do Estado isolados, estranhos, sem arrimo e despidos⁶⁹.

Desse modo, dentro de seus lares, como veremos no capítulo 3, no qual analisaremos o boletim da Mocidade Portuguesa Feminina, o ideal de mulher seria aquele restrito ao papel de mãe e de esposa. Portanto, ainda nas palavras do chefe de governo, verificamos que:

a mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável de uma obra de reconstrução moral. Dentro do lar, a mulher não é escrava. Deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a sua função de mãe, de educadora dos seus filhos não é inferior à do homem⁷⁰.

Ao longo da década de 1930 e mais especificamente durante o período da Segunda Guerra Mundial, com a criação da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), criada pelo Decreto n. 26 893, de 15 de agosto de 1936, o salazarismo colocou em prática seu discurso, dentro de sua perspectiva corporativista, o papel definido de cada um, criando através do braço do Estado um espaço de atuação para as mulheres⁷¹.

No decreto que instituiu essa organização define sua linha de atuação e organização administrativa interna; o salazarismo, através da Obra das Mães pela Educação Nacional, tinha como uma de suas principais intenções “orientar as mães

⁶⁹ SALAZAR, António de Oliveira. As grandes certezas da Revolução Nacional — Discurso no X aniversário do 28 de Maio de 1936. **Salazar**. O obreiro da pátria. Disponível em: <<http://oliveirasalazar.org/textos.asp?id=159>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

⁷⁰ FERRO, Antonio. **Salazar**. Um homem e sua obra. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1932, p. 133.

⁷¹ Sobre o espaço criado pelo salazarismo e o ideal de mulher daquele momento na história portuguesa, conferir: PIMENTEL, Irene Flunser. **História das organizações femininas do Estado Novo**. Lisboa, Temas e Debates, 2001. Especialmente o capítulo 1. O Estado Novo e as mulheres (p. 25 a 94) e o capítulo 2. A Obra das Mães pela Educação Nacional (p. 95 – 194).

portuguesas, por uma ativa difusão das noções fundamentais de higiene e puericultura, para bem criarem seus filhos”⁷², além disso, “estimular e dirigir a habilitação das mães para a educação familiar”⁷³. Dentre esses e outros objetivos, há o de número 10, o qual pretendia “organizar a seção feminina da Mocidade Portuguesa”⁷⁴, posto em prática no ano seguinte, através do Decreto-Lei n. 28.262, de 8 de dezembro de 1937.

Entre outros objetivos delineados para a Obra das Mães pela Educação Nacional, estavam: o fato de estimular a educação familiar; promoção do embelezamento do meio rural focando nas tradições portuguesas; assistencialismo e ajuda aos mais pobres; auxiliar os/as professores/as nas tarefas educativas presentes nos pontos 8 e 9 do Decreto; e desenvolver o gosto pela cultura física. Ou seja, “De um modo geral contribuir por todas as formas para a plena realização da educação nacionalista da juventude portuguesa”⁷⁵; ficando explícito nesse trecho a conotação política almejada pelo governo ao cooptar a juventude e, assim, dar a cada um seu espaço de atuação dentro de um objetivo maior, que seria o bem da nação⁷⁶.

Dessa maneira, observa-se nesse momento um processo de institucionalização do regime que surge após o golpe de 1928, mas que em 1933 se orienta a partir de uma nova Carta Magna, que serviria de parâmetro para o regime. Externamente ao contexto lusitano, esse curto período escolhido por nós (1937-1945), foi marcado pela Guerra Civil Espanhola e pela Segunda Guerra Mundial. Ambos os conflitos serviram ao salazarismo para demarcar espaços e fortalecer suas visões de mundo, e se o franquismo derrotado seria um grande abalo para Portugal, tendo em vista as similaridades dos dois governos. Em relação ao conflito mundial ocorrido entre 1939 e 1945, apesar da escassez de certos gêneros e

⁷² PORTUGAL. **Diário do Governo**. Ministério da Educação Nacional. Decreto n. 26.893. Lisboa, de 15 de agosto de 1936, p. 981. Disponível em: <<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1936/08/19100/09810984.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2017

⁷³ *Ibid.*, p. 982.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 982.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 982.

⁷⁶ Como demonstrado pela historiadora Irene Pimentel Fluser, dentro da perspectiva hierárquica do corporativismo salazarista, que era replicada em cada aspecto do governo, tem-se a cooptação de mulheres da elite portuguesa para estarem na dianteira das ações da Omen e da Mocidade Feminina Portuguesa. Assim, nomes como a mulher do Presidente Carmona, Maria do Carmo Fragoço Carmona, como presidente de honra e os nomes de Laura Diogo da Silva e Faro, como presidente e, Eugénia Soares de Oliveira e Isabel d’Albignac Bandeira de Melo como vice. Algumas delas, portadoras de títulos da antiga nobreza portuguesa, demonstrando assim, as raízes do projeto. (Cf.: FLUSER, 2001, p. 125).

elementos para a economia portuguesa, foram anos de alguns avanços, tanto que os discursos do governo em defesa da pátria colaboram na consolidação do regime e de suas características. Como apontamos acima, um regime que dura até meados da década de 1970 passou por muitas crises e momentos de redefinição, mas é interessante notar o quanto conseguiu ser longo.

Portanto, o intento do salazarismo no tocante às mulheres era de criar um tipo específico, dentro dos ditames impostos pelo governo. Salienciamos que essas intenções, certamente, sempre encontram resistências, não ecoando uniformemente na população, contando com oposições aguerridas e que mudaram também, assim como o próprio regime passou por modificações⁷⁷.

Após a exposição rápida desses dois contextos históricos, que continuaram sendo analisados ao longo de toda essa tese, gostaria de inserir o/a leitor/a, brevemente, no entendimento que ele/a poderá ter mais adiante, quando analisar conosco os dois grupos de mulheres e seus periódicos, no Brasil e em Portugal, para a compreensão de elementos políticos e religiosos na construção de tipos ideais, que deram outros contornos para as ações femininas dentro das sociedades brasileira e portuguesa em momentos de conservadorismo fortemente instituído por seus líderes de Estado.

⁷⁷ Sobre a resistência e a existência de grupos de mulheres que se opunham ao regime ver: GORJÃO, Vanda. **Mulheres em tempos sombrios**. Oposição feminina ao Estado Novo. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2002.

2. AS ASSOCIAÇÕES FEMININAS: A Pia União das Filhas de Maria e a Mocidade Portuguesa Feminina

2.1. O que são dispositivos e suas funcionalidades

Diversas visões já foram construídas acerca da Modernidade, de como ela contribuiu para moldar uma nova forma de indivíduo, a partir de transformações profundas que ocorreram na economia, política e cultura, uma influenciando a outra e criando novas formas de sentir e ver o mundo. Escolhemos aqui dois autores para dialogar sobre essa temática: Michel Foucault e Giorgio Agamben. Ambos, mesmo advindos de momentos históricos distintos, percebem como esse processo ocorreu a partir de diferentes abordagens e interesses. Notamos que, em muitos pontos, suas visões são complementares, embora partam de direções diferentes, mas é inegável que os três se interessam por observar como novas sensibilidades e novas formas de indivíduo surgiram a partir do advento da Modernidade. Esse momento da história trouxe consigo uma reação conservadora das elites e do poder, cada vez em maior quantidade, de dispositivos de controle que docilizam o corpo dos sujeitos e, quando naturalizados por esses ajudam a constituir suas subjetividades.

Michel Foucault, partindo de interesses próprios, vai ao século XVI em parte de sua obra e passa a abordar como, a partir de então, houve a criação de dispositivos de disciplinarização do indivíduo (hospital, manicômio, escola, prisão etc.) para obter da forma como essa Modernidade deveria ocorrer criando novas sensibilidades. O sujeito foi esquadrihado, mas paradoxalmente ganhou um sentido de liberdade. O Iluminismo ajudou o sujeito se a livrar, ao menos em parte, do peso da religiosidade, do domínio político da Igreja Católica e da economia da alma, porém os espaços no qual ele poderia se sentir livre, e que tinham o beneplácito da ciência, na realidade, estavam enjaulando alguns aspectos desse indivíduo, controlando seu corpo e construindo um novo sujeito. Não mais dor, sem mais o teatro do suplício, não mais hordas de loucos pelas cidades; a higienização do corpo social e sua cura eram necessárias para o florescimento de uma nova sociedade, que deu uma liberdade vigiada ao indivíduo, através da docilização do seu corpo biológico⁷⁸.

⁷⁸ Cf.: FOUCAULT, op. cit., 2009.

No caso da Igreja Católica, em relação à Modernidade, a instituição se viu num momento de crise, tendo em vista o ataque do Protestantismo que possibilitou o surgimento de uma nova forma de ver o mundo a partir do pensamento racional de origem Iluminista. Enredada e despossuída, em parte, da influência que tinha, a Igreja encontrou novas formas de envolver o indivíduo em suas estruturas; dessa forma, o sexo e a alcova passaram a ser domínios de interesse do clero.

Até o século XVI a Igreja controlou a sexualidade de uma forma bem frouxa: a obrigação do sacramento da confissão anual, com as confissões de diferentes pecados, garantia que não se tivesse histórias imorais para contar ao padre. A partir do Concílio de Trento, por volta de meados do século XVI, assistiu-se ao aparecimento, ao lado das antigas técnicas de confissão, de uma série de procedimentos novos que foram aperfeiçoados no interior da instituição eclesiástica⁷⁹.

Dessa maneira, novas relações de poder aparecem dentro da Igreja em relação ao corpo dos seus fiéis, principalmente das fiéis, diga-se. Em paralelo a isso, como observado em “Vigiar e Punir”, de Michel Foucault, novas formas de escrutínio do corpo social – aí uma expressão com múltiplos sentidos – emergem a partir da constituição das novas sociedades baseadas no poder do relógio, do controle do desejo, do apoio da ciência para disciplinar o social. Ao longo dos séculos XVI a XIX, um formidável maquinário técnico-científico é desenvolvido e, aos poucos o Estado se apropria dele para poder exercer seu domínio sobre o corpo das pessoas. A escola, a prisão, o hospital e outras instituições modernas solaparam pouco a pouco os modos pré-modernos de punição e de controle.

A própria Igreja já estava alterando suas formas de construir as relações, principalmente a partir da consolidação da Modernidade, uma vez que:

No século XVIII, o problema do sexo era o problema do sexo masculino, e a disciplina do sexo era colocada em prática nos colégios de meninos, nas escolas militares, etc. Depois, a partir do momento em que o sexo da mulher começou a adquirir importância médico-social, com os problemas correlatos da maternidade, do aleitamento, etc., a masturbação feminina adquire importância⁸⁰.

⁷⁹ Ibid., p. 249.

⁸⁰ Ibid., p. 266.

Dessa maneira, a criação de um novo discurso sobre a mulher e o redimensionamento de sua atuação dentro da Igreja são repensados, e novos dispositivos de controle e normalização do corpo emergem no discurso da Santa Sé⁸¹.

De acordo com Michel Foucault, em “Microfísica do Poder”, dispositivo seria:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. [...] O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante⁸².

O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam⁸³.

O poder do dispositivo, diferente do que ocorria antes do advento da Modernidade, procura higienizar a sociedade institucionalizando aqueles excluídos socialmente. Cuidar desse corpo para que seja dócil. A grande vitória do dispositivo sobre o corpo é ele ser naturalizado e intrometer-se nas subjetividades do indivíduo, através da vigilância, como no caso da prisão, por exemplo, ou com o uso do relógio como dispositivo de controle do tempo. No mundo moderno, além de não deter as técnicas de funcionamento dessa dimensão, o sujeito se percebe vigiado e, ciente disso, inibe seus desejos e suas vontades em nome da convivência e da ordem social, da qual faz parte.

O filósofo Giorgio Agamben, analisando a visão de Michel Foucault sobre dispositivo, assim resume a visão conceitual do filósofo francês sobre o termo:

⁸¹ Podemos perceber, diretamente, o modo como o discurso sobre a mulher era construído dentro da Igreja e nos escritos da medicina no período de transição das estruturas medievais para a Modernidade em: ALMEIDA, Suelly Creusa Cordeiro de. **O sexo devoto**: normatização e resistência feminina no Império Português XVI - XVIII. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2005.

⁸² FOUCAULT, op. cit., 1981, p. 244.

⁸³ Ibid., p. 246.

A. é um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de política, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos. B. O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder. C. Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e relações de saber⁸⁴.

O conceito de dispositivo aparece na obra de Michel Foucault, de acordo com Giorgio Agamben, a partir das leituras que fez de Jean Hyppolite sobre Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Desta forma, tornando-se “um termo técnico essencial do pensamento de Foucault”⁸⁵, definido como “um conjunto de práticas e mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) que têm o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito mais ou menos imediato”⁸⁶. Mais além,

Os dispositivos de que fala Foucault, estão de algum modo conectados com [a] herança teológica, podem ser de alguma maneira reconduzidos à fratura que divide e, ao mesmo tempo, articula em Deus ser e práxis, a natureza ou essência e a operação por meio da qual ele administra e governa o mundo das criaturas. O termo dispositivo nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem reproduzir o seu sujeito⁸⁷.

O filósofo expande o conceito foucaultiano, do qual fez uma espécie de genealogia (ou arqueologia) ao longo de seu texto “O que é dispositivo?”, propondo que, para além das escolas, fábricas, disciplinas, leis etc., apontadas pelo francês como dispositivos, essa noção seja ampliada para coisas menores, como canetas, escrita, literatura, agricultura, cigarro etc. Ele amplia ao máximo a abrangência do conceito, adequando a seus interesses como autor e as suas análises sobre o contemporâneo.

Podemos compreender os manuais e as revistas como dispositivos de controle do corpo, mas não só isso, elementos de incentivo à manutenção ou à

⁸⁴ AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó/SC: Argos, 2009, p. 29.

⁸⁵ Ibid., p. 33.

⁸⁶ Ibid., p. 35.

⁸⁷ Ibid., p. 38.

criação de uma figura de feminilidade adequada a dois projetos bem distintos (Igreja e Estado), mas que em muitos momentos se assemelham. A estratégia da Igreja Católica brasileira foi usar a imprensa e nela propagar o papel da mulher, especificamente as jovens da Pia União Filhas de Maria, como elemento crucial da manutenção da fé católica e dos valores conservadores até as casas famílias, em um contexto de Modernidade, que se intensificava no Estado Novo brasileiro. Já no caso português, das relações entre a construção de ideal de mulher pelo Estado Novo português inserido dentro das dinâmicas daquele momento, quando, junto à política e a religião também tinha papel importante na construção das sensibilidades femininas e na criação de espaços de atuação para as mulheres, a exemplos das moças que faziam parte da Mocidade Portuguesa Feminina. Dessa maneira os sujeitos-mulher, que emergem desses dois contextos, resultam “da relação [...] do corpo a corpo entre os viventes e os dispositivos”⁸⁸.

O dispositivo, num momento anterior à contemporaneidade, dentro do processo religioso, pode ser considerado como “uma máquina que produz subjetivações”⁸⁹ que separa o sagrado daquilo ou daquele/a que é terreno, sugere o sacrifício que, “por meio de uma série de rituais minuciosos, diversos segundo a variedade de culturas, [...] sanciona em cada caso a passagem de alguma coisa do profano ao sagrado, da esfera humana à divina”⁹⁰. Certamente que o processo contrário, do sagrado para o profano existe e é chamado por Giorgio Agamben de profanação⁹¹. Possivelmente, podemos comparar a visão que a Igreja constrói da Modernidade como algo que profana a fé e os seus fiéis. Por isso, o combate aos excessos, ao desejo, o incentivo a purificação e a separação do mundo, no caso das Filhas de Maria, através de seu Manual e, por outras vias, utilizar o que é profano, no caso a imprensa, como algo para servir ao sagrado; e na Mocidade Portuguesa Feminina, por meio do seu Estatuto e do boletim mensal.

⁸⁸ Ibid., p. 41.

⁸⁹ Ibid., p. 46.

⁹⁰ Ibid., p. 45.

⁹¹ Sobre o conceito de profanação, utilizamos o proposto por Giorgio Agamben, quando em oposição ao de sacralização, afirma que: “[...] Se consagrar (sacrare) era o termo que designava a saída das coisas da esfera do direito humano, profanar, por sua vez, significava restituí-las ao livre uso dos homens” (AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 65).

2.2. História e histórias da Pia União das Filhas de Maria

A Pia União das Filhas de Maria foi um dos espaços privilegiados utilizados pela Igreja Católica para a normalização do “sexo frágil” na Modernidade. Essa é uma associação leiga, criada com o objetivo de dar um novo papel às mulheres. Com o projeto moderno do século XIX a Igreja Católica perdeu cada vez mais influência no mundo – adicionando a isso, no Brasil, ela foi separada do Estado na Constituição de 1891, perdendo em parte prestígio político. Na Europa, desde a Reforma Protestante, a Igreja Católica perdeu seu poder simbólico⁹², em uma física disputa cada vez mais acirrada no mercado da economia das almas e no terreno profano. Perdeu grandes territórios para a Itália e poderes políticos, por isso que o discurso católico, da segunda metade do século XIX em diante, vai ser antimodernizador, conservador e a favor de uma alternativa ao novo cenário burguês⁹³.

Com receio de perder cada vez mais espaço, preservar parte dos fiéis que ainda tinha e lançar estratégias na manutenção de seu poder, a Igreja Católica passa a se utilizar de alguns dispositivos da própria Modernidade que combatia. Um deles foi a imprensa, que passa a ser uma ferramenta importante nos combates pela fé. Além disso, as mudanças sociais e o novo papel da mulher nas sociedades burguesas, com um novo desenho de família que surge a partir de meados do século XIX, a alertam para os riscos das liberdades excessivas que ela combatia, mas, paradoxalmente, para ampliar as possibilidades de atuação de seus fiéis em prol do seu conservadorismo. Nesse contexto, surgem na Europa diversas associações leigas, exemplo a Pia União das Filhas de Maria, que logo tem seu modelo exportado para o Brasil. Era necessário dar um novo papel à mulher católica, torná-la cada vez mais um modelo de fé. Nesse contexto, fica claro o que diz Giorgio Agamben:

⁹² O conceito de poder simbólico foi criado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, o qual afirma que legitimado socialmente: “[...] o poder simbólico, é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 7-8).

⁹³ O processo de resistência da Igreja Católica à Modernidade, a criação de uma imprensa católica, bem como a atuação das mulheres na mesma, foi analisado em: AMARAL, op. cit., 2010.

Pode-se definir como religião aquilo que subtrai coisas, lugares, animais ou pessoas do uso comum e as transfere a uma esfera separada. Não só não há religião sem separação, mas toda separação contém ou conserva em si um núcleo genuinamente religioso [...] o sacrifício sanciona em cada caso a passagem de alguma coisa do profano para o sagrado, da esfera humana à divina⁹⁴.

A Modernidade, tida como profanadora, deveria ser combatida com as mesmas armas que utilizou para diminuir a influência católica. Daí o uso da imprensa, que no caso da Igreja Católica, estimulou a criação daquilo que ela denominou de boa imprensa, para atacar a má imprensa e, mais do que isso, criticar os seus vícios.

No sentido de proporcionar um novo papel às mulheres e se utilizando de ferramentas modernas, a Igreja Católica criou a Pia União das Filhas de Maria. Essa associação, com objetivo de orientar suas associadas, elaborou um manual de conduta – Manual da Pia União das Filhas de Maria. No auge da Modernidade, o surgimento de manuais, de todos os tipos e todas as formas, de compras, de medicina, de etiqueta, por exemplo, os quais eram impressos cada vez em maior quantidade e qualidade, a partir do aprimoramento das técnicas editoriais. Esses manuais ajudam na elaboração e circulação de ideais burgueses e ajudavam a criar novas sensibilidades. Assim, foi necessário formar uma identidade para o grupo, definir as diretrizes de comportamento.

A associação católica feminina Pia União das Filhas de Maria acredita ter sua origem em um grupo criado no início do século XII, em Ravena, Itália, pelo Beato Pedro de Honestis (1049-1119). Este, tendo feito a promessa de construir uma igreja e um mosteiro em honra da Virgem Maria, congregou em torno de si, em uma propriedade de sua família⁹⁵, alguns clérigos sob o nome de Os Filhos de Maria, em honra de um ícone miraculoso de Nossa Senhora, hoje conhecido por “Madonna Greca”. Sendo aprovado pelo Papa Pascoal II⁹⁶, adotou a regra agostiniana e acabou dando origem à Congregação Portuense de Cônegos Regulares. No Manual

⁹⁴ AGAMBEN, op. cit., 2009, p. 65-66.

⁹⁵ No local ergue-se, atualmente, a seiscentista igreja de Santa Maria in Porto.

⁹⁶ Seu nome de batismo era Raniero, nasceu em Forlì, na Itália. Foi o 160º pontífice da Igreja Católica, exercendo seu pontificado de 13 de agosto de 1099 até 21 de janeiro de 1118 (quando faleceu). Cf.: VATICANO. **A Santa Sé**. Sumos Pontífices. Pascoal II. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/vatican/pt/holy-father/pasquale-ii.html>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

Pia União das Filhas de Maria encontramos a informação de que os membros do sodalício fundado pelo Beato Pedro de Honestis se caracterizavam pela medalha que ostentavam no pescoço e pela faixa azul celeste que traziam na cintura.

Outra procedência histórica, invocada no mesmo Manual, faz referência à Congregação da Virgem Imaculada⁹⁷, criada em 1594, na paróquia de Mattaicourt, na França, pelo Beato Pedro Fourier (1565-1640), também da Ordem dos Cônegos Regulares, que tinha por objetivo fomentar a misericórdia Mariana na juventude feminina. As mulheres que faziam parte dessa associação “traziam como distintivo um escapulário de cor celeste que havia impresso de um lado a imagem da Imaculada Conceição e de outro a inscrição ‘Maria foi concebida sem pecado’”⁹⁸.

Contudo, o surgimento dos grupos que atualmente conhecemos por Pia União das Filhas de Maria se deu na primeira metade do século XIX, com a jovem francesa Catarina Labouré (1809-1876), para quem a Virgem Maria teria realizado algumas aparições⁹⁹ durante o ano de 1830, sendo a mais significativa a do dia 27 de novembro, na qual teria ordenado que ela fundasse uma associação que recebesse o nome de Filhas de Maria¹⁰⁰. As mulheres que faziam parte desta associação deveriam trazer no pescoço uma fita azul celeste da qual penderia uma medalha com a imagem da Virgem Maria sobre um globo, com os braços abaixados e as palmas das mãos viradas para frente. Ao redor desta imagem aparecia a frase: “Maria concebida sem pecado rogai por nós que recorremos a vós”. Na parte posterior da medalha foi cunhada a letra M, encimada por uma cruz, tendo um traço na base e, por baixo do monograma de Maria, dois corações representando o de Jesus (cercado por uma coroa de espinhos) e o de Maria (com uma espada atravessada), e adornada por 12 estrelas. Esses símbolos até hoje estão presentes no cotidiano das sócias.

No ano de 1864, o pároco da Basílica de Santa Inês, em Roma, o Padre Alberto Passéri, fundou uma associação para jovens católicas, denominando-a de

⁹⁷ MANUAL da Pia União das Filhas de Maria: sob o patrocínio da Virgem Imaculada e de Santa Iñez, virgem e mártir. Porto: J. Steinbrener, 1922, p. 27-29.

⁹⁸ GIL, Benedito Miguel. **Os cursilhos e a reprodução do catolicismo europeu nas américas**. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/bmgil/trabal03.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

⁹⁹ Neste trabalho não nos deteremos à discussão, sobre a credibilidade ou não, das aparições de Nossa Senhora a Catarina Labouré. Sobre este tema ver: CASTRO, Pe. Jeronimo Pereira de. **Santa Catarina Labouré e a medalha milagrosa**. Petrópolis: Vozes, 1951.

¹⁰⁰ Cf.: NOSSA Senhora das Graças da medalha milagrosa. Disponível em: <<http://www.paginaoriental.com/santos/nsgrac2711.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

Pia União das Filhas de Maria, ficando essa sob o patrocínio da Virgem Imaculada e de Santa Inês. A sua escolha como patrona desse grupo está relacionada principalmente a dois motivos: primeiro, porque foi fundada na Igreja que tinha a Santa como padroeira; segundo, porque ela representava para as associadas um modelo de pureza e castidade. Nas fotografias abaixo, temos a fachada e nave da Basílica de Santa Inês, em Roma, onde surgiu a primeira associação da Pia União das Filhas de Maria.



Imagem 5: Fachada da Basílica de Santa Inês, fora dos muros de Roma¹⁰¹



Imagem 6: Interior da Basílica de Santa Inês, fora dos muros de Roma¹⁰².

¹⁰¹ Fonte: ROMA Segreta.it. S. Agnese fuori le mura. Disponível em: <<https://www.romasegreta.it/rubriche/s-agnese-fuori-le-mura.html>>. Acesso em: 21 ago. 2017

¹⁰² Fonte: Ibid.

Na hagiografia de Santa Inês conta-se que ela nasceu e viveu em Roma, onde foi martirizada no ano 304. Ela descendia da nobre e poderosa família Cláudia, sendo desde criança educada pelos pais na fé cristã. Cresceu virtuosa e decidida a consagrar sua pureza a Deus. Quanto tinha apenas treze anos de idade, a sua beleza e virtude chamou a atenção do jovem Fúlvio, filho do governador de Roma, Simprônio, o qual passou a cobiçá-la. Por ter rejeitado os desejos de Fúlvio, Inês foi levada a julgamento e obrigada a manter aceso o fogo sagrado de um templo dedicado à Vesta, deusa romana do lar e do fogo, o que se recusou a fazer. Por isso foi condenada a ser exposta nua em um prostíbulo.

Introduzida no “local de desonra”, alguns relatos afirmam que uma luz celestial a protegeu e ninguém ousou aproximar-se dela, seus cabelos cresceram cobrindo o seu corpo. Receoso, o governador Simprônio passou o caso para seu vice-governador, Aspásio. Após um novo interrogatório, a jovem foi então condenada a morrer queimada. As chamas também não a tocaram, voltando-se contra seus algozes e matando alguns deles. Em seguida, o vice-governador de Roma ordenou que ela fosse decapitada, colocando assim, um fim à vida de Inês.

Santa Inês é considerada a padroeira das jovens, das noivas e da pureza; sua festa é celebrada no dia 21 de janeiro¹⁰³. Como podemos identificar na imagem abaixo, a representação que a Igreja Católica faz dela refere-se a uma bela jovem, segurando um cordeiro branco na mão direita, o qual representaria Jesus, o “Cordeiro de Deus” e, na mão esquerda, um lírio como símbolo de pureza.

¹⁰³ Cf.: SANTA Inês, in: VARAZZE, Jacopo de. **Legenda áurea**: vidas de santos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 183-187.



Imagem 7: Santa Inês¹⁰⁴.

O exemplo de vida de Santa Inês foi invocado pela Pia União das Filhas de Maria como um instrumento para tornar suas sócias verdadeiros exemplos de virtude. O grupo interpretava a observação e práticas de regras rígidas, muitas inspiradas na vida da mártir. Numa tentativa de uma “reestruturação das formas da relação consigo e uma transformação das práticas e das técnicas sobre as quais essa relação se apoiava”¹⁰⁵. Tais regras estão presentes no Manual da associação, como veremos mais adiante.

No ano de 1866, o Papa Pio IX¹⁰⁶ concedeu à Pia União das Filhas de Maria algumas indulgências e privilégios, através do *Breve*¹⁰⁷ de 16 de janeiro de 1866. Um mês depois, pelo *Breve* de 16 de fevereiro, ele elevou a associação à dignidade de *Primária*¹⁰⁸ e mais tarde pelo *Breve* de 4 de fevereiro de 1870, o Pontífice concedeu ao pároco de Santa Inês o direito de agregar todas as outras Pias Uniões,

¹⁰⁴ Fonte: DIÓCESIS de Córdoba. **Santa Inês**. Disponível em: <<https://www.diocesisdecordoba.com/santo-del-dia/santa-ines>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

¹⁰⁵ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o usos dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 60.

¹⁰⁶ Seu nome de batismo era Giovanni Maria Mastai-Ferretti, nasceu em Senigália, na Itália. Foi o 255º pontífice da Igreja Católica, exercendo seu pontificado de 16 de junho de 1846 até 07 de fevereiro de 1878 (quando faleceu). Cf.: VATICANO. **A Santa Sé**. Sumos Pontífices. Pio IX. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/pius-ix/pt.html>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

¹⁰⁷ É um documento circular assinado pelo Papa e referendado com a impressão do Anel do Pescador, que normalmente refere-se ao comprimento de atos de menor importância. Geralmente, os *Breves* estão mais relacionados a questões administrativas da Santa Sé. Eles não possuem preâmbulos, nem prefácios e referem-se a um único tema, tendo a função de comunicá-lo de forma mais rápida.

¹⁰⁸ Reconhecimento dado à associação criada pelo Padre Alberto Passéri, denominada de Pia União das Filhas de Maria, como a primeira no mundo.

em qualquer parte do mundo, concedendo-lhes os mesmos privilégios de que gozava a *Primaria*. Treze anos mais tarde, o Papa Leão XIII¹⁰⁹, através de dois *Breves* datados de 21 de março de 1879, concedeu a indulgência plenária a todas as sócias no dia de sua admissão na associação e declarou o Padre Alberto Passéri como instituidor e diretor geral de todos os grupos de Filhas de Maria. Por fim, concedeu-lhe a faculdade de benzer as medalhas em qualquer Pia União e de delegar tal faculdade àqueles sacerdotes que desejassem receber novas aspirantes e sócias em suas associações.

A partir dos incentivos concedidos à Pia União das Filhas de Maria os pontífices Pio IX e Leão XIII pretendiam incentivar a instalação dessa associação feminina nas paróquias católicas espalhadas em qualquer parte do mundo. No Brasil, já na segunda metade do século XIX, começaram a surgir em diversas paróquias algumas Pias Uniões, as quais obedeciam às normas ditadas pelos bispos de cada diocese e se mantinham unidas à *Primaria* de Roma.

2.3. “O Associar, reunir, congregar almas, cheias de fé e zelo, para o bem, para ensinar o reino de Deus”: funcionalidade, rituais e símbolos da Pia União das Filhas de Maria

Os eclesiásticos que desejassem erigir uma Pia União das Filhas de Maria em suas paróquias e/ou escolas confessionais, deveriam primeiramente expor as suas intenções ao arcebispo e solicitar a sua autorização; em seguida, teriam que eleger um diretor (que preferencialmente deveria ser o pároco) e duas senhoras tidas como de boa reputação para compor a Mesa Diretora, uma para diretora e outra para vice-diretora, as quais poderiam ser casadas ou viúvas. Caberia a este Conselho Provisório realizar a escolha das primeiras associadas como aspirantes ou até mesmo para a admissão direta como Filhas de Maria, caso avaliassem conveniente. Seguido o período de um a dois meses, o Conselho Provisório teria o poder de determinar, através de uma votação secreta, quais das primeiras aspirantes passariam ou não para o grau de sócia, ou seja, ser uma Filha de Maria.

¹⁰⁹ Seu nome de batismo era Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci, nasceu em Carpineto Romano, na Itália. Foi o 256º pontífice da Igreja Católica, exercendo seu pontificado de 20 de fevereiro de 1878 até 20 de julho de 1903 (quando faleceu). Cf.: VATICANO. **A Santa Sé**. Sumos Pontífices. Leão XIII. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/vatican/pt/holy-father/leone-xiii.html>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

Após a aprovação das primeiras aspirantes como Filhas de Maria, os poderes do Conselho Provisório chegariam ao fim e, para compor a Mesa Diretora da associação, deveria ser realizada uma eleição para a escolha da diretoria, esta juntamente com o diretor e suas assistentes diretas (a diretora e sua vice), que sempre era da escolha dele, deveria dirigir e inspecionar a associação. Assim, a diretoria começaria a ser composta por uma presidente, uma vice-presidente, duas assistentes, duas ou mais consultoras, uma secretária e uma tesoureira, todas sob a autoridade masculina do diretor. Ele e suas dignitárias formavam o Conselho Secreto, que tinha plenos poderes para deliberar sobre a admissão, expulsão ou qualquer outro assunto da Pia União. Durante as decisões do Conselho, o diretor não tinha poder de voto e caso houvesse empate, o voto da diretora era usado como critério de decisão.

Anualmente, sempre no primeiro domingo depois da festa da Imaculada Conceição, era realizada a eleição para composição da Mesa Diretora da Pia União das Filhas de Maria. Ressaltando que nesta eleição o diretor tinha a faculdade para escolher a diretora e a vice-diretora; os outros cargos de dignitárias eram escolhidos através do voto secreto das sócias, a partir da indicação de dois nomes indicados em comum acordo pelo diretor, diretora e vice-diretora. Essa eleição ainda poderia ser por aclamação ou indicação direta feita pelas sócias ao diretor, diretora e vice-diretora, embora este último caso só pudesse ser realizado quando os três estivessem presentes. Sobre a eleição da diretora da Pia União das Filhas de Maria, se “o diretor julgar que, por algum grave e particular motivo, não convém fazer a eleição em qualquer ano, poderá não ocorrer enquanto durarem esses graves motivos, sem isso afetar o ganho das indulgências”¹¹⁰. Cabendo ao mesmo, nomear alguma dignitária, “mas só provisoriamente até desaparecerem essas graves causas e se poder realizar a eleição”¹¹¹.

Esta possibilidade demonstra a marcante dominação masculina exercida no seio da associação. Após a instalação da Pia União, a jovem que dela desejasse fazer parte, deveria fazer o pedido de sua admissão, como aspirante, ao diretor da associação. Normalmente não havia a indicação de idades mínima ou máxima para que uma jovem fosse admitida como aspirante ou sócia, nem mesmo que tivesse

¹¹⁰ MANUAL da Pia União das Filhas de Maria, op. cit., 1922, p. 67.

¹¹¹ Ibid., p. 67. Grifo original.

realizado a primeira comunhão, embora acreditamos que tal prática era exercida por todas como manifestação de religiosidade. O que de fato era exigido para aquelas que almejassem participar da associação era que: fosse solteira, demonstrasse especial devoção à Virgem Maria, que tivesse uma boa conduta, que solicitasse a sua admissão ao diretor ou a diretora, que frequentasse o grupo pelo menos há um mês e que obtivesse a maioria dos votos a seu favor no escrutínio secreto.

Como nem mesmo o Manual não se posiciona a respeito da idade para a admissão, esta norma variava de associação para associação. Tanto que na tradução do Manual do italiano para o português temos uma nota sobre este assunto, definindo que a idade mínima para ser admitida numa Pia União das Filhas de Maria deveria ser dezesseis anos completos, e a idade máxima, quarenta anos. Ainda, segundo esta nota, a mulher que desejasse participar da associação, e que já houvesse ultrapassado a idade máxima, poderia ser incorporada como Filha de Maria por devoção; já a que possuía menos que a idade mínima, deveria ser admitida na Congregação dos Santos Anjos, a qual era sugerida como caminho a ser trilhado pelas jovens antes de pleitearem pertencer a Pia União das Filhas de Maria.

A Congregação dos Santos Anjos era dividida em duas categorias: 1) Aspirantes a associadas, as quais usavam como distintivo uma fita de seda roxa, com a medalha do Anjo da Guarda; 2) Associadas, as quais usavam uma fita de seda vermelha, com outra medalha do Anjo da Guarda. Poderiam entrar para a Congregação dos Santos Anjos meninas com idade mínima de dez anos ou menos, conforme a determinação de cada diretor. Observa-se que as suas aspirantes não poderiam ser promovidas para sócias sem antes terem realizado a sua primeira Comunhão¹¹².

As cerimônias de recepção para aspirantes poderiam acontecer em qualquer época ou data, dando-se prioridade para os dias de festividades a Nossa Senhora e sempre que houvesse reunião; destacamos que normalmente não ocorriam mais que duas admissões de aspirantes por ano. Nessa ocasião, as jovens deveriam trazer no pescoço a medalha da Pia União, suspensa por uma fita de seda verde, não poderiam passar menos de três meses e nem ultrapassar o prazo de um ano na condição de aspirante; durante este período, tinham que observar todas as regras

¹¹² Cf.: Ibid., p. 57.

da associação fielmente. A solenidade de admissão das aspirantes iniciava com uma invocação ao Espírito Santo e uma oração realizada pelo diretor. Em seguida, ele interrogava a candidata sobre o seu real desejo de ser Filha de Maria, com as seguintes palavras:

Diretor – Jovem cristã, o que desejais?

Aspirante – Desejo, Revmo. Padre, ser admitida como Aspirante da Pia União das Filhas de Maria.

Diretor – Conheceis os estatutos e o regulamento d’esta Pia União e estais disposta a observá-los, para depois merecerdes ser admitida no número das Filhas de Maria?

Aspirante – Sim, Revmo. Padre, conheço e espero com a graça de Deus e intercessão de Maria Santíssima Imaculada e da nossa protetora Santa Ignez, observá-los com exatidão.

Diretor – Deus abençoe as vossas santas intenções. Dedicai-vos, pois, desde já ao serviço da vossa carinhosa Mãe, fazendo-lhe do coração o vosso ato de consagração¹¹³.

Após esse ato de submissão e demonstração de conhecimento acerca da finalidade e regras da Pia União, a candidata deveria pronunciar o seguinte ato de consagração:

Eis-me prostrada aos vossos pés, ó Maria Imaculada, para vos agradecer o benefício de ser recebida no numero das Aspirantes á Pia União das vossas Filhas, e para vos expor o grande desejo que sinto em meu coração de ser um dia admitida entre elas, ás vossas Filhas prediletas. Para merecer tão insigne favor, eu tomo na vossa presença, ó terníssima Mãe, a firme resolução de envidar todos os meios para chegar a ser, pela minha devoção, caridade e obediência, a edificação das minhas companheiras e para alcançar as virtudes que das vossas Filhas exigis. Mas, ó Maria, vós conheceis a minha volubilidade e inconstância; vinde, pois, a meu auxilio, ó minha poderosa advogada, e obtede-me do vosso divino Filho a perseverança nas boas resoluções e a graça de vos ser fiel por toda a minha vida, para assim merecer a graça de ser vossa digna Filha, aqui sobre a terra e lá no Céu. Assim seja¹¹⁴.

¹¹³ Ibid., p. 95. Grifo original.

¹¹⁴ Ibid., p. 95-96. Grifo original.

Prosseguindo a solenidade, o diretor benzia a medalha e o entregava à candidata, recomendando a ela toda fidelidade no cumprimento dos seus deveres, tanto da associação quanto nos do seu dia a dia.

Para que uma aspirante fosse admitida como Filha de Maria, era exigido dela: que tivesse realizado a primeira Comunhão, que já fosse aspirante pelo menos há três meses, que não tivesse permanecido na condição de aspirante por mais de um ano, que demonstrasse provas de sua verdadeira devoção e piedade a Maria, que evidenciasse a sua pureza, obediência, humildade e caridade e, por fim, que obtivesse a maioria dos votos favoráveis no escrutínio secreto.

Ressalvados e cumpridos com louvor os itens anteriormente mencionados, as aspirantes demonstravam estar aptas a serem recebidas como Filhas de Maria. A solenidade para a recepção das novas Filhas de Maria fazia-se, normalmente, nos dias das festas de Nossa Senhora da Conceição, de Santa Inês e do encerramento do mês Mariano. A cerimônia se iniciava com o cântico “Ave Maris Stella”¹¹⁵; depois o diretor realizava uma oração; e em seguida, as aspirantes acompanhadas pela diretora e mestra das aspirantes, se aproximava do altar de Nossa Senhora, e sustentando uma vela acesa na mão, respondia ao diretor o seguinte interrogatório:

Diretor – Jovem cristã, que motivo vos traz aos pés do altar de Maria Imaculada?

Aspirante – Revmo. Padre, o ardentíssimo desejo de ser admitida no numero das Filhas de Maria.

Diretor – Prometeis observar fielmente os estatutos e o regulamento das Filhas de Maria da Virgem Imaculada e todas as praticas devotas da nossa Pia União?

Aspirante – Sim, Revmo. Padre, prometo, com a graça de Deus e a proteção de Maria Santíssima e da Virgem Santa Ignez ser fiel na sua observância, durante todo o tempo da minha vida.

Diretor – Prometeis além d’isto esforçar-vos por adquirir as virtudes em que devem assinalar as Filhas de Maria, especialmente a pureza, a humildade, a obediência e a caridade?

¹¹⁵ Ave, estrela do mar, / Santa Mãe de Deus. / Sempre Virgem Maria. / Porta feliz do céu. // Ouvindo aquele "ave" / Dos lábios de Gabriel, / Firmai-nos na paz, / Mudai o nome de "Eva". // Quebrai dos réus a cadeia. / Trazei aos cegos a luz. / Daí fim aos nossos males, / Implorai-nos todo bem. // Mostrai que sois Mãe. / Receba vossas preces / Quem por nós nascendo. / Quis sempre ser vosso. // Virgem singular, / Humilde entre todas, / Livrai-nos do pecado. / Fazei-nos mansos, puros. // Conceda-nos uma vida pura, / Um caminho certo. / Então convosco felizes / Veremos Jesus eternamente. // Louvor para sempre ao Pai. / E eterna honra ao Cristo / E ao Espírito Santo. / Aos três um mesmo louvor. / Amém. (Ibid., p. 110).

Aspirante – Sim, Revmo. Padre, prometo aplicar todas as forcas em praticar estas virtudes, á imitação da nossa Mãe Santíssima e Imaculada.

Diretor – Estais disposta a fazer o vosso ato de consagração a Maria?

Aspirante – Sim, Revmo. Padre, pois que durante todo o tempo da minha vida provação foi este sempre o meu único desejo.

Diretor – Pois bem, visto os fervorosos desejos e as boas disposições que mostrais, nós vos admitimos com prazer no numero das Filhas de Maria. E para que sejam mais sagradas e solenes as vossas promessas, fazei na presença das vossas irmãs espirituais o ato de consagração á Virgem Imaculada¹¹⁶.

Em seguida, a jovem pronunciava o seguinte ato de consagração:

Ó Maria concebida sem pecado, eu, querendo hoje colocar-me sob a vossa especial proteção, vos elejo por minha protetora e advogada, por minha Mãe e Senhora. Prostrada aos vossos pés prometo firmemente empregar todos os esforços em promover a vossa gloria e propagar o vosso culto. De hoje em diante quero fazer profissão de ser toda vossa, de seguir as vossas pisadas e de imitar as vossas virtudes, especialmente a vossa angélica pureza virginal, a vossa profundíssima humildade, a vossa perfeitíssima obediência e a vossa incomparável caridade. Isto prometo solenemente, junto do vosso altar, em presença de toda a corte celeste. Obtende-me, ó terna Mãe, a graça de ser fiel a esta promessa durante toda a minha vida, para merecer a graça especial de ser vossa Filha por toda a eternidade. Assim seja¹¹⁷.

Dando continuidade à solenidade, o diretor benzia a medalha e a entregava à Filha de Maria, recomendando-a fidelidade no cumprimento dos seus deveres, tanto os da associação quanto os do seu dia a dia; depois lhe entregava o Manual da associação, o qual trazia na primeira página um diploma; ao término da cerimônia o diretor fazia uma oração e todos os presentes entoavam o hino “Magnificat”¹¹⁸. A partir daquele momento, a fita de seda que suspendia a medalha era trocada por

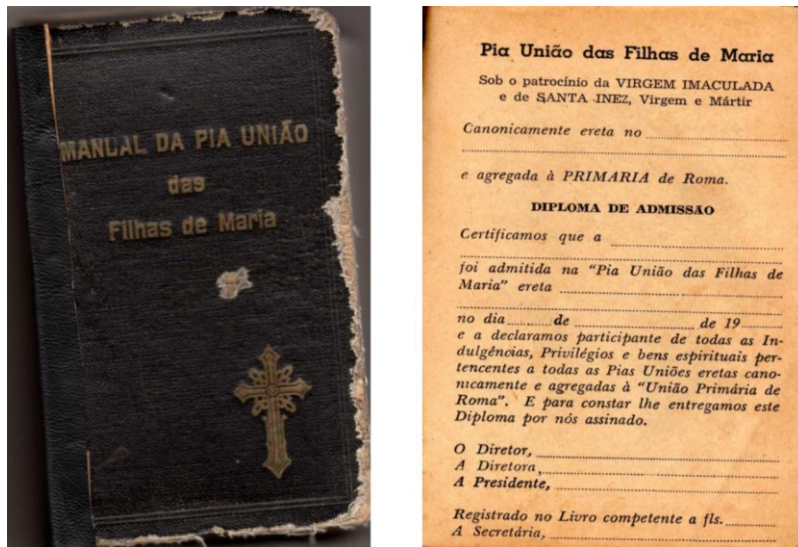
¹¹⁶ MANUAL da Pia União das Filhas de Maria, op. cit. 1922, p. 98-99. Grifo original.

¹¹⁷ Ibid., p. 100. Grifo original.

⁸⁵ ¹¹⁸ “A minha alma engrandece ao Senhor, / Exulta meu espírito em Deus meu Salvador. // Pôs os olhos na humildade de sua serva: / Doravante toda a terra cantará os meus louvores. // O Senhor fez em mim maravilhas, / Santo é seu nome. // Seu amor para sempre se estende sobre aqueles que O temem. // Demonstrando o poder de seu braço / Dispersou os soberbos. // Abate os poderosos de seus tronos / E eleva os humildes. // Sacia de bens os famintos, / Despede os ricos sem nada. // Acolhe Israel seu servidor, / Fiel a seu amor. // E a promessa que fez a nossos pais, / Em favor de Abraão e de seus filhos para sempre. // Gloria ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo / Desde agora e para sempre pelos séculos, / Amém”. Ibid., 105.

outra fita de cor azul celeste. Ressaltamos que havia uma diferenciação na largura da fita utilizada entre as associadas, pois a fita usada pelas integrantes da liderança era mais larga que a das demais sócias.

A seguir, ilustramos a capa do Manual e um diploma contido nele, o qual certificava a admissão de uma jovem na Pia União; as fitas e a medalha utilizadas pelas sócias.



Imagens 8 e 9: Capa e diploma do Manual da Pia União das Filhas de Maria¹¹⁹.



Imagens 10, 11 e 12: Fita da aspirante. Fita da associada. Fita da liderança¹²⁰.

¹¹⁹ Fonte: MANUAL da Pia União das Filhas de Maria, op. cit., 1922.

¹²⁰ Fonte: Arquivo do próprio autor.

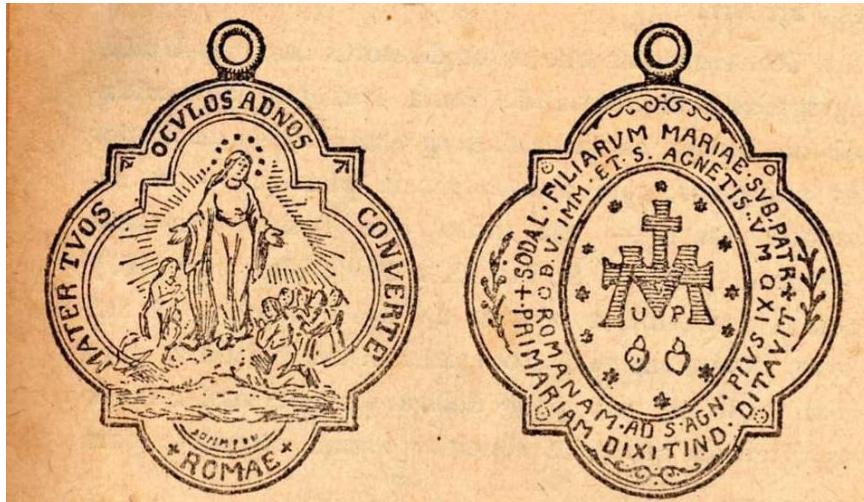


Imagem 13: Medalha da Pia União das Filhas de Maria¹²¹.

A medalha representava a identificação mais nítida das sócias e das aspirantes à confraria. Na parte da frente, ela traz esculpida a figura da Virgem Imaculada, no ato de acolhimento das suas filhas que lhe são apresentadas por Santa Inês, com a inscrição *Mater tuos oculos ad nos converte*¹²². No verso está gravado o nome de Maria, em cima dos corações de Jesus e de Maria, rodeado por doze estrelas e a inscrição *Sodalitas Filiarum Mariae sub patrocinio B. V. Immaculatae et S. Agnetis V. M. – Romanam ad S. Agn. Pius IX Primariam dixit, indulgentiis ditavit*¹²³. A medalha deveria ser utilizada em todos os atos coletivos da Pia União, tanto nos internos quanto nos externos.

O Manual da Pia União das Filhas de Maria era entregue a cada jovem no dia de seu ingresso na associação, que era dividido em cinco capítulos: Capítulo I – Origem e progresso da Pia União das Filhas de Maria. Fim e vantagens dela. Sumário das indulgências e dos privilégios; Capítulo II – Estatutos da Pia União; Capítulo III – Ritual da Pia União das Filhas de Maria; Capítulo IV – Regras da vida para uma Filha de Maria; e Capítulo V – Devocionário. Nele também encontramos ainda: um diploma de admissão; documentos de aprovação de bispos; Decretos e Breves papais; prefácio do tradutor; breve histórico sobre as Filhas de Maria e prelúdio, contendo todos os ensinamentos e as práticas que deveriam ser

¹²¹ Fonte: MANUAL da Pia União das Filhas de Maria, op. cit., 1922.

¹²² “Mãe, volta para nós os teus olhos”.

¹²³ “Sodalício das Filhas de Maria, sob o patrocínio da Beata Virgem Imaculada e de Santa Inês, Virgem e Mártir. Pio IX declarou Primário o Sodalício Romano junto à Paróquia de Santa Inês e lhe concedeu indulgências”.

observadas por cada sócia em todos os dias da sua vida, sendo considerado pela Pia União como o livro de cabeceira de suas integrantes. Ele se propunha abranger todo o universo de formação moral e religiosa de uma jovem católica, de modo que suas orientações visavam acompanhar o dia de uma Filha de Maria, orientando-as nas atividades matinais, vespertinas e noturnas, observando também as obrigações semanais, mensais e anuais, apresentando, assim, instruções para todo ano.

A vestimenta era outra característica importante da Pia União das Filhas de Maria, pois em todas as solenidades extraordinárias, como as cerimônias de admissão, tanto das aspirantes quanto das sócias, em festividades de Nossa Senhora, em procissões e demais eventos, as associadas deveriam estar trajando um vestido comprido, com mangas largas e sem decotes, de cor branca, uma fita de seda azul presa na cintura com uma ponta pendendo para o lado esquerdo, um véu branco sobre a cabeça, meias e sapatos brancos. Nestas ocasiões, recomendavam-se às aspirantes que se trajassem com as mesmas indumentárias utilizadas pelas Filhas de Maria, com exceção da fita azul. Representavam, assim, verdadeiras noivas de Cristo. Para diferenciar das demais, a diretora e a vice poderiam usar esta mesma indumentária sendo que de cor preta, causando uma breve semelhança com os párocos.

Era de total responsabilidade e compromisso de todas as componentes da Pia União das Filhas de Maria observar e cumprir alguns deveres particulares à associação, como: celebrar anualmente, com muita devoção e pompa, as festividades da Virgem Imaculada, de Santa Inês e do encerramento do mês Mariano; fazer a comunhão geral no dia da reunião mensal; recitar cotidianamente as orações da manhã e da noite, e, se possível, participar todos os dias de uma missa; se confessar pelo menos uma vez no mês; em todos os meses, reservar um dia de retiro espiritual, particular ou geral; cumprir com diligência os deveres para com o Estado; ser respeitosas e obedientes aos seus pais; fazer bom uso do seu tempo e ser trabalhadoras; abster-se das más companhias, das más leituras, das modas indecentes, dos bailes e espetáculos teatrais promíscuos; nas horas de tentação e de perigo recorrer imediatamente a Deus e a Maria Santíssima entre outras.

Na perspectiva dos eclesiásticos as Filhas de Maria deveriam ser verdadeiros exemplos de devoção, humildade, pureza, caridade e obediência, tanto na família

quanto na sociedade. A sua correta atuação significava a continuidade da associação e da cristalização de um modelo de mulher sob a égide da fé católica. Proteger as Filhas de Maria dos males da modernidade e de suas seduções, normalizando seus comportamentos para diferenciá-las das outras mulheres da sociedade, apontando com isso um caminho de retidão, devoção e obediência, que está explícito no Manual, no qual a pureza dos corpos e das mentes é sempre testada, sendo uma tarefa de todos/as envolvidos/as na associação.

Nesse sentido, quando uma jovem integrante da associação cometesse alguma falta grave, que pudesse a vir comprometer a imagem do grupo, ela deveria ser excluída do convívio da Pia União. Assim, eram consideradas faltas graves e, portanto, motivos para expulsão:

1 – toda a culpa pública; 2 – desobediência formal às ordens superiores; 3 – injuriar gravemente as associadas; 4 – zombar e escarnecer do diretor, das dignitárias ou das práticas da Pia União; 5 – manter amizades perigosas, mesmo com as associadas, depois de admoestadas, e acompanhar voluntariamente com as pessoas escandalosas, levianas ou que digam mal da Congregação; 6 – a habitual dissipação e falta do regulamento da Congregação e a falta às suas reuniões ao menos mensais, duas vezes a seguir (ou conforme se determinar em cada Congregação), sem causa justa e sem justificar as faltas; 7 – ter conversações desonestas, cantar cantigas maliciosas, ler romances e outros livros perniciosos; 8 – tomar parte em danças proibidas, como sejam: valsas, polcas, galopes, etc., com pessoas de diferente sexo, ou ainda mesmo em quaisquer outras danças ou jogos perniciosos, com pessoas de diferente sexo, sem ser a isso obrigada; 9 – ter namoros inconvenientes e por passatempo e divertimento; 10 – usar trajes imodestos, modas escandalosas, etc., etc.¹²⁴.

Como podemos perceber nestas normas as Filhas de Maria deveriam seguir uma vigilância excessiva com o corpo, evitar as más companhias e as influências do mundo moderno. Todo esse cuidado com o corpo da mulher faz parte de um momento histórico no qual se tenta construir, no seio da Igreja Católica, um novo modelo para as jovens, tornando-as símbolos de santidade, uma vez que a Igreja compreendia o sexo feminino como um importante agente para evitar o seu declínio. Portanto, tomar conta do corpo da mulher era um capítulo importante para torná-las dóceis soldados de Cristo na luta contra os males da Modernidade. Com base em

¹²⁴ Ibid., p. 85-86.

questões semelhantes a estas, a historiadora Michelle Perrot afirma que, para a Igreja Católica:

O sexo das mulheres deve ser protegido, fechado e possuído. Daí a importância atribuída ao hímen e a virgindade. Principalmente pelo cristianismo, que faz da castidade e do celibato um estado superior. Para os Pais da Igreja, a carne é fraca. O pecado da carne é o mais terrível dos pecados. [...] A virgindade é um valor supremo para as mulheres e principalmente para as moças. A Virgem Maria, em oposição a Maria Madalena, é seu modelo e protetora. [...] Filhas de Maria, elas são sujeitas à pureza. O pudor é seu ornamento¹²⁵.

Vimos anteriormente as principais características que uma Filha de Maria deveria possuir para entrar e permanecer numa Pia União, a partir da construção de um conjunto de normas que controlavam seus atos, extirpando de seu meio qualquer contato e/ou ação maculadoras que pusessem por em risco a sua reputação e, conseqüentemente, sua atuação como integrante da associação, dando ênfase as normas contidas no Manual, principal dispositivo das práticas da associação.

Para evitar que as associadas cometessem algumas faltas graves, caberia ao diretor, à diretora e à vice-diretora empregarem seus esforços, com cuidado e vigilância, para que o regulamento da Pia União fosse observado por todas as suas sócias. Mas, uma vez cometida alguma dessas faltas por uma das associadas, o Conselho Secreto da associação deveria tomar uma posição urgentemente sobre o caso, podendo ter como resposta uma repreensão, um castigo ou até mesmo a expulsão daquela que cometesse tal erro. Quando a falta cometida não fosse interpretada como tão grave, a jovem que a praticou poderia: ficar privada de se apresentar-se ao grupo com a fita, por um tempo determinado; ser obrigada a fazer um ato de reparação diante das congregadas, em uma das reuniões; ser rebaixada de categoria, por um tempo determinado; ficar suspensa ou mesmo perder o cargo que exercia na Pia União, entre outras. Servindo, assim, de exemplo para as demais.

Contudo, se o erro fosse interpretado como grave, cabia ao Conselho Secreto o poder de decretar a expulsão; em casos extraordinários, o diretor poderia excluir

¹²⁵ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 64.

uma sócia, sem consultar o Conselho. E uma vez decretada a exclusão de uma sócia, as Filhas de Maria não poderiam mais manter relações de amizade com a excluída, sob pena de incorrerem na mesma exclusão. Poderiam apenas cumprimentá-la como expressão da caridade cristã que lhe cabe.

Caso a jovem excluída desejasse um dia voltar ao convívio da Pia União, deveria, antes de qualquer coisa, dar provas de seu arrependimento à associação e à sociedade, e mesmo, assim, só poderia ser readmitida com a permissão do diretor. A partir do exposto, passaremos a observar mais especificamente a função das regras no dia-a-dia das associadas, assinalado como se perpetua um modelo ideal de mulher, que através desse conjunto rígido de normas, que definia quem era apta a continuar ou não inserida na Pia União Filhas de Maria.

2.4. “Uma regra bem observada, conduz a uma grande perfeição”: regras de vida para uma Filha de Maria

Como temos visto até agora, a Pia União das Filhas de Maria foi um dos principais espaços utilizados pela Igreja Católica para a normalização da mulher. No seu Manual encontramos todo um conjunto de regras que estão distribuídas em “regras para todos os dias”, “todas as semanas”, “todos os meses”, “todo o ano” e “para todo o tempo de vida”. Conforme o próprio Manual, essas regras deveriam ser praticadas por todas as Filhas de Maria, uma vez que:

Uma regra bem observada, conduz a uma grande perfeição, livra da condenação eterna, e prepara no céu uma esplendida coroa de gloria. E todos os mestres da vida espiritual são conformes em afirmar que, quem vive segundo a regra, vive em Deus. Se é necessário um regulamento de vida para qualquer cristão, muito mais para vós, Filhas de Maria, se desejais passar os dias da vida no temor de Deus e na devoção a Maria¹²⁶.

Dentro do conjunto apresentado, as primeiras são as “regras para todos os dias” que consistiam em orientar as Filhas de Maria desde o despertar até o adormecer, reforçavam a necessidade das orações para o crescimento espiritual, bem como estabeleciam normas para o bem-estar físico e social de uma associada.

¹²⁶ MANUAL da Pia União das Filhas de Maria, op. cit., 1922, p. 140-141.

Este bloco de regras aconselhava que: fossem fixados horários regulares para o descanso do corpo e que as orações fossem sempre feitas de joelhos; se vestissem com modéstia; fizessem um breve exame de consciência no qual se evidenciasse os perigos diários para a alma; meditassem por no mínimo quinze minutos diante do crucifixo; assistissem à primeira missa celebrada a fim de comungar e se fortalecer para as intempéries do dia; serem exemplares no desenvolvimento de todos os seus deveres; procurassem a presença de Deus, durante todo o dia, através de jaculatórias; adotassem horas fixas para as refeições, as quais não deviam ser feitas às pressas e nem em excesso, além de serem censuradas as bebidas alcoólicas, tidas como incentivadoras das impurezas do mundo; realizassem as orações e um exame de consciência das ações praticadas durante o dia para, assim, poderem deitar e adormecer com toda compostura.

Em seguida, temos as “regras para todas as semanas”, as quais estavam mais relacionadas ao cumprimento de deveres religiosos das sócias. E, portanto, enfatizavam a necessidade de: criar-se o hábito de realizar, sempre aos domingos, uma consagração, através do sacramento da penitência, à Santíssima Virgem; ser breve nas confissões; comungar com frequência; participar de todas as reuniões da associação; fazer um jejum em honra da Virgem Maria, nos sábados; assistir ao catecismo e à benção do Santíssimo Sacramento, nos domingos.

As “regras para todos os meses” estavam mais destinadas à participação das Filhas de Maria na associação. Determinando que: as associadas nunca faltassem às reuniões mensais da Pia União e que naquele dia fizessem a comunhão; caso faltassem a qualquer reunião, justificassem o mais brevemente, e que se informassem sobre a reunião passada; as sócias deveriam escolher uma virtude e a cumprir fielmente, todos os meses; uma semana antes da reunião, as jovens deveriam ler, com atenção, as regras de vida e fazer uma reflexão sobre a sua conduta durante todo o mês.

Já as “regras para todo o ano” eram mais relacionadas às festividades religiosas do grupo. Recomendavam que as Filhas de Maria: realizassem os exercícios espirituais todos os anos; celebrassem com devoção as festividades de Nosso Senhor, Nossa Senhora e de Santa Inês; participassem ativamente das celebrações realizadas durante o mês de maio, consagrado pelo catolicismo como Mês de Maria. Para tentar ilustrar, o que acabamos de falar, colocamos abaixo, duas

fotografias, nas quais percebemos a participação das Filhas de Maria em um cortejo pelas ruas do Recife no encerramento da Semana Eucarística de 1919 e a presença delas no dia da comunhão das senhoras durante o III Congresso Eucarístico Nacional, ocorrido no Recife em 1939.



Imagem 14: Cortejo das Filhas de Maria pelas ruas do Recife¹²⁷.



Imagem 15: Filhas de Maria presentes no dia da comunhão das senhoras do III Congresso Eucarístico Nacional¹²⁸.

Por fim, temos as “regras para todo o tempo”, subdividida em duas partes: “o que deveis fazer” e “o que deveis evitar”, ambas relacionadas a comportamentos e atitudes que deveriam ser observadas e cumpridas pelas sócias no seu cotidiano. A

¹²⁷ Fonte: MARIA: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 26, n. 292, 1938.

¹²⁸ Fonte: MARIA: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 28, n. 322, 1940.

primeira parte indicava que, como boas Filhas de Maria, as jovens deviam: nutrir uma devoção especial à Maria, à Santa Inês e ao Anjo da Guarda; amar o trabalho como um dever de Estado; cultivar a humildade; ser obedientes aos pais e superiores; preservar a modéstia; exercitar a caridade; ter bons modos; amar a mortificação; visitar e consolar os enfermos e atribulados; restringir o seu grupo de amizade, escolhendo as mais prudentes; procurar um confessor sábio, prudente e virtuoso, mantendo-se fiel a ele. Já a segunda parte solicitava que as jovens: se afastassem de qualquer forma de pecado e das más companhias; evitassem relações de amizade com homens; não participassem de bailes, de espetáculos perniciosos e não lessem maus livros; odiassem a mentira, maledicência, as críticas e todas as conversas não edificantes; não tivessem nenhuma espécie de superstição, e evitassem os namoros inconvenientes, as cantigas imodestas; não saíssem sozinhas na parte da noite; fugissem da preguiça e da ociosidade; evitassem gestos exagerados, como gritos, pulos, gargalhadas, correr pelas ruas, ou seja, tudo que não ficasse bem a uma jovem cristã bem educada. Desse modo, percebemos que o Manual da Pia União das Filhas de Maria reflete o que foi dito por Michel Foucault em “História da sexualidade 2”:

a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apoiam em instituições religiosas, jurídicas, pedagógicas e médicas, como também as mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos¹²⁹.

Entre a diversidade de normas contidas no Manual, encontramos uma lista delas intitulada de “Flores da Virtude”. Embora aparentemente simplória esta lista de flores, é bastante exemplar da retórica persuasiva apresentada nele. Essa lista, compreendida como um “ramalhete das mais belas flores do campo” entre as obras de piedade era direcionado às jovens Filhas de Maria, deixando clara a concepção que a Igreja tinha do sexo feminino como o mais propício ao pecado. Essas “Flores da Virtude” constituem um dos muitos tópicos moralizantes que podem ser vistos no Manual. Analisando as trinta e uma “flores” apresentadas nessa lista, observamos

¹²⁹ FOUCAULT, op. cit., 1998, p. 09.

que todas elas estavam, de alguma forma, relacionadas à normalização das jovens que faziam parte da Pia União das Filhas de Maria, como podemos ver abaixo:

1) Vencer a preguiça ao levantar-se e cumprir com os deveres do próprio estado. / 2) Guardar modéstia nos olhos e mais sentidos. / 3) Ouvir missa pelas almas devotas de Nossa Senhora. / 4) Fazer leitura espiritual, ao menos por um quarto de hora. / 5) Combater a gula, por amor de Maria. / 6) Dar uma esmola. / 7) Invocar o socorro de Maria nas tentações. / 8) Pedir a benção á Virgem Maria, ao começar qualquer ação. / 9) Obedecer com gosto, por amor da Virgem Santíssima. / 10) Não censurar o próximo, nem em coisas levíssimas. / 11) Visitar alguma imagem da virgem. / 12) Não cometer faltas voluntárias. / 13) Convidar alguém a fazer algum ato de religião. / 14) Perdoar pelo amor de Maria. / 15) Pedir á Virgem a conversão dos pecadores. / 16) Levantar com paciência qualquer adversidade. / 17) Combater a curiosidade. / 18) Reprimir a vaidade. / 19) Rezar com devoção. / 20) Fazer algum ato de humildade. / 21) Lançar fogo em algum retrato perigoso, indecente, ou livro mau; ou, não os tendo, dar graças á Virgem. / 22) Estudar ou trabalhar com gosto, pelo amor à Virgem. / 23) Abster-se de algum divertimento, ainda que inocente. / 24) Edificar o próximo com palavras e por obras. / 25) Sofrer com paciência as pessoas rudes. / 26) Vencer o gênio. / 27) Fazer o exame de consciência e o ato de contrição, antes de se deitar. / 28) Caindo em alguma falta, fazer propósito de emendar-se. / 29) Fazer atos de conformidade com a vontade de Deus. / 30) Fugir de alguma amizade perigosa. / 31) Fazer atos de amor com Jesus¹³⁰.

Como podemos perceber, essas trinta e uma instruções “virtuosas” que deveriam ser adotadas pelas Filhas de Maria revelam o modelo de jovem católica idealizado pela Igreja, através dos modos de comportamento indicados as associadas da Pia União em seu convívio familiar e social. A partir dessa lista, identificamos que as “Flores da Virtude” estão relacionadas às práticas de conduta moral e religiosa. Ainda sobre essa lista, destacamos que a historiadora Maria Lucelia de Andrade propõe uma divisão em quatro “ramalhetes”: moral e autodisciplina, devocional, missionário e leituras. Para ela, destes quatro ramalhetes, o mais “florido” é o da moral e autodisciplina, no qual podem ser agrupados dezessete, das trinta e uma orientações apontadas, o devocional fica

¹³⁰ MANUAL da Pia União das Filhas de Maria, op. cit., 1922, p. 385-387.

com oito orientações, o missionário com cinco e o das leituras possui duas flores bem específicas¹³¹.

Pelo que foi descrito acima, notamos claramente aquilo que Michel Foucault afirma ser “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”¹³², cujo conjunto ele denomina de *disciplinas*. Mulheres disciplinadas, eis o que a Igreja Católica esperava das sócias da Pia União das Filhas de Maria, representantes de um modelo a ser seguido pelo restante da sociedade. Esse papel só poderia ser plenamente desempenhado por meio da observação das regras, de uma vida sem vícios para obtenção das virtudes, uma vida em busca da purificação através de um cotidiano perpassado pela obediência irrestrita às normas.

2.5. “Ensinando as jovens sob o véu de Maria”: regras de uma vida na prática

Para o seu crescimento espiritual, as jovens da Pia União das Filhas de Maria também deveriam observar todo um conjunto de regras. Intituladas de “regras de uma vida na prática”, referiam-se particularmente às orações matinais e as noturnas. As orações, fossem elas mentais ou orais, eram importantes por constituírem um exercício para a salvação, uma vez que expressavam a inteligência e o juízo, livrando quem as praticasse do pecado, ligando-as ao plano espiritual.

As regras para as “orações da manhã” indicadas para as sócias recomendavam que elas fizessem o sinal da cruz, bebessem um gole de água benta e proferissem os oferecimentos do dia; em seguida deveriam oferecer o seu coração à Virgem Maria, invocar o seu anjo da guarda e realizar os atos de fé, esperança, caridade e contrição. Se porventura, a jovem não tivesse tempo suficiente para fazê-los, deveria ao menos pronunciar as seguintes palavras: “Meu Deus, eu creio em Vós, mas avivai a minha fé; – amo-vos, mas aumentai o meu

¹³¹ Cf.: ANDRADE, Maria Lucélia de. “**Filhas de Eva como anjos sobre a terra**”: a Pia União das Filhas de Maria em Limoeiro-CE (1915-1945). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008, p. 157.

¹³² FOUCAULT, op. cit., 1977, p. 126.

amor; – pesa-me de ter pecado, mas fazei que aumente mais e mais meu arrependimento”¹³³.

Já para as “orações da noite”, recomendava-se que as jovens inicialmente realizassem um exame de consciência sobre tudo o que praticou durante o dia e, depois, ajoelhada, recitasse a oração de arrependimento. Depois deveriam realizar os mesmos atos feitos pela manhã, fazer sua consagração a Nossa Senhora, proferir o “Memorare de S. Bernardo”¹³⁴, rezar três ave-marias, fazer a oração de Santa Inês¹³⁵ e, por fim, realizar uma oração pelos angustiados, pelos vivos e pelos mortos. Em seguida, deveriam jogar algumas gotas de água benta em sua cama, se benzer, beijar o crucifixo, beijar a medalha da associação e, por último, pôr o seu crucifixo embaixo do travesseiro, para, enfim, dormirem tranquilas sob a proteção da Virgem. Assim, o principal objetivo das orações realizadas pelas associadas era a sua santificação e aproximação de Maria Santíssima.

Além destas regras para as orações matinais e noturnas, as sócias também deveriam observar algumas regras para a realização do “sacramento da confissão” e da “comunhão”. Sobre o “sacramento da confissão”, era enfatizado que o ato tinha por finalidade alcançar o perdão de Deus após o batismo, ou seja, um meio de se obter a graça divina. Portanto, deveria ser realizado no mínimo uma vez por semana por toda Filha de Maria. A prática da confissão colocava a jovem em um contato direto, individual e repetidamente com o seu confessor, permitindo, desta forma, que ela fosse constantemente educada na doutrina católica. Além do que, tal exercício possibilitava ao padre ter conhecimento sobre a vida moral de suas fiéis e influenciar seus comportamentos.

Com o objetivo da “confissão” produzir mais efeito, a jovem deveria, em primeiro lugar, suplicar a Deus para ter conhecimento dos seus pecados e perdoá-los; examinar a sua consciência pondo sua alma em um estado extremo de

¹³³ MANUAL da Pia União das Filhas de Maria, op. cit., 1922, p. 162-163.

¹³⁴ “Lembra-vos, ó piíssima Virgem Maria, que nunca se ouviu dizer que algum daqueles que têm recorrido á vossa proteção, implorado a vossa assistência e reclamado o vosso socorro, fosse por Vós desamparado. Animada eu, pois, com igual confiança, a Vós, Virgem entre todas singular, como Mãe recorro, de Vós me valho, e gemendo sob o peso dos meus pecados, me prostro aos vossos pés. Não desprezeis as minhas súplicas, ó Mãe do Filho de Deus humanado, mas dignai-vos de as ouvir propícia e alcançar o que vos rogo. Assim seja”. Ibid., p. 163-164.

¹³⁵ “Ó gloriosa Santa Inês, minha especial protetora, protegei-me em todas as minhas necessidades, infundi-me parte daquela fortaleza e coragem com que soubestes desprezar as seduções e as perseguições ímpias, e fazei que conservando-me fiel ao Senhor aqui na terra, possa um dia alcançar no Céu o premio das boas obras que praticar. Assim seja. / Santa Inês, rogai por nós”. Ibid., p. 165-166.

contrição e propósito; declarar humildemente e sinceramente, todos os seus pecados ao seu confessor e não esquecer de, após a confissão, agradecer a Deus pela sua bondade e misericórdia. A importância desse ato se dá especialmente na relação que é estabelecida entre o padre e a jovem que confessa; pois nela, conforme Michel Foucault:

não é somente porque aquele que houve tem o poder de perdoar, de consolar e de dirigir que é necessário confessar. É que o trabalho da verdade a ser produzida, caso se queira validá-lo cientificamente, deve passar por essa relação. A verdade não está unicamente no sujeito, que a revelaria pronta e acabada ai confessá-la. Ela se constitui em dupla tarefa: presente, porém incompleta e cega em relação a si própria, naquele que fala, só podendo completar-se naquele que a recolhe¹³⁶.

Quanto às regras a serem observadas para a confissão, elas prescreviam que, enquanto a jovem esperasse pela sua vez, se colocasse afastada do confessionário para não ouvir as confissões das outras, evitassem as conversas e/ou os olhares para os lados; concentradas em seus pecados, fizessem um minucioso exame de consciência, precedido por uma oração na qual assumissem sua posição de pecadora, mas expressassem, também, a sua vontade de não mais pecar. Neste exame deveriam analisar se cumpriram ou não os seus deveres para com o próximo e para com a associação e, por fim, fizessem o exame do seu cumprimento dos mandamentos de Deus e dos da Santa Igreja. Chegada ao confessionário, a jovem deveria se ajoelhar, confessando de maneira franca, objetiva e o mais breve possível todos seus pecados. A ordem para a apresentação dos seus erros deveria obedecer a uma escala dos mais graves para os menos graves.

No que se refere ao “sacramento da comunhão”, era recomendado que as jovens estivessem de jejum, decentemente vestidas, dirigissem-se à mesa da comunhão de mãos erguidas e olhos abaixados; chegada a sua vez deveria levantar sua cabeça fixando o seu olhar no sacerdote. Antes de se dirigir à mesa, elas deveriam mentalizar por três vezes a seguinte frase: “eu não sou digna nem merecedora que entreis na minha pobre morada; mas, dita a vossa santíssima

¹³⁶ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 65.

palavra, os meus pecados serão perdoados e minha alma será salva”¹³⁷. Antes mesmo de irem à comunhão, deveriam realizar os atos da comunhão, admiração, contrição, humildade, esperança, oferta e desejo. Depois da comunhão, deveriam ser realizados os atos de fé, humildade, agradecimento, amor, oferecimento, esperança, súplica, caridade e desejo.

Como forma de reforçar as “regras de vida na prática”, também deveriam ser realizados “retiros mensais e anuais”. O retiro mensal poderia ocorrer a qualquer época, na casa das próprias associadas; para a sua realização, as jovens deveriam reservar um dia, no qual fariam o jejum, conservariam uma hora para a morte, ajoelhada diante do crucifixo e, em seguida, um terço seria rezado e o ato de resignação à morte pronunciada. Quanto ao retiro anual, ele deveria acontecer em uma casa de religiosas, e poderia ser realizado no mês de maio (mês Mariano) ou em dezembro (mês em que se comemora a festa de Nossa Senhora da Conceição). Ele deveria ser organizado pelo diretor da associação, e sua duração poderia variar entre quatro e oito dias, nos quais algumas horas eram reservadas para o exame de seus comportamentos, de seus atos e de suas palavras, bem como para as reflexões propostas no programa sugerido pelo retiro.

A partir dessas regras, percebermos que a Pia União das Filhas de Maria correspondia fielmente aos ideais propagados pela Igreja Católica. Através dessas práticas, observamos que o modelo de mulher, que tinha a Santa-mártir como inspiração, estava sendo construído na Pia União das Filhas de Maria. No Manual dessa associação, além das regras, encontramos ainda alguns cânticos, os quais reforçavam e exaltavam as normas a serem seguidas pelas jovens, entre eles destacamos um que foi dedicado à santa padroeira da associação, intitulado de “Hino de Santa Inês”:

Ó Inês, a ti se eleve / D'estas filhas a homenagem, / Que na mais terna linguagem / Ao teu culto vem prestar: / Tu que és nossa protetora / Junto ao trono de Maria, / Nossas súplicas lhe envia, / Pra seus dons nos alcançar.

Coro: Ó Ignez, somente um voto / Às tuas aras nos conduz / Como tu, só desejamos / Ser esposas de Jesus.

¹³⁷ MANUAL da Pia União das Filhas de Maria, op. cit., 1922, p. 273.

Aos treze anos de idade / Já vencias ao tirano, / Que te arma embuste e engano / Para conquistar-te o amor; / Mas amante da pureza / E de Jesus protegida, / Não deste a menor guarida / Aos ardis do tentador.

Aos mentidos simulacros / Recusaste culto indigno, / E por isso o algoz maligno / Coa nudez te injuriou; / Mas entre o esplendor e o brilho / De uma auréola celeste, / Divinal cândida veste, / Os teus membros adornou.

Entre as chamas da fogueira, / Que pra te queimar se acende, / Te protege, te defende / Com seu manto um querubim. / E logo as fráguas se espalham / Sobre as turbas violentas, / E sobre a pira te assentas / Como em rosado jardim.

Como a flor que nas campinas / Desabrocha pura e bela, / Sem rezear da procela / Os tufões e vendavais; / Assim tu robusta e cândida / Entre os bárbaros tiranos / Sem temor vences seus danos / Arrostando os vis punhais.

Qual rochedo entre os marulhos, / Foste invicta, ó Virgem forte, / Abraçando a própria morte / Como um tálamo nupcial: / Qual pombinha sobre a terra, / Adejaste o voo sidéreo, / Foi de luz um raio etéreo / Tua pureza virginal.

Da tua candura o brilho / Torne puro o nosso afeto; / Só a virtude seja o objeto / Da nossa predileção. / E por prêmio da vitória, / Dissipadas nossas dores, / Da tua glória entre os fulgores, / Nos conduz a essa mansão¹³⁸.

Os cânticos, como parte dos ritos, elevam o espírito das associadas. Os versos acima citados descrevem o modelo de vida da Santa Inês, revivendo sua biografia, seu sofrimento e sua separação do mundo carnal, fazendo-se presentes na vida das Filhas de Maria, a virtude e a consciência de sua missão no mundo, incentivando-as a serem verdadeiros exemplos de devoção, humildade, pureza, caridade e obediência, tanto na família quanto na sociedade, concretizando um sentimento de estar no mundo, sem pertencer a ele.

A mulher moderna conquistava cada vez mais lugar na vida pública e, certamente, essa liberdade demasiada seria conflituosa para o catolicismo. Portanto, o espaço criado, a partir das associações, proporcionava um espaço vigiado e regrado, através do exemplo de vida de Santa Inês, da Virgem Maria e do próprio Manual. Tradição e Modernidade se fundiam na criação de uma nova representação de mulher: católica e conservadora, aos moldes da Igreja Católica. Esse ideal possibilitou que, durante o Estado Novo brasileiro, as jovens que faziam parte da Pia

¹³⁸ Ibid., p. 622-623.

União das Filhas de Maria, além de exercerem essas atividades religiosas, também se destacassem por uma atuação no campo da imprensa. Em um momento bastante complexo e entrelaçado, para atuação de associações e da imprensa, a Igreja católica e o Estado perceberam nos periódicos confessionais, como a revista “Maria”, instrumentos que poderiam ser utilizados para a propagação e defesa de sua doutrina e política.

2.6. “Ensina-se a viver o amor de Deus, da Pátria e da Família”: origem, estrutura e funcionamento da Mocidade Portuguesa Feminina

Em 08 de dezembro de 1937, o então ministro da educação, António Faria Carneiro Pacheco, instituiu por meio do Decreto n. 28. 262 a criação da Mocidade Portuguesa Feminina, ficando ela vinculada à Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN). Na idealização do seu fundador, caberia a esta associação trabalhar para a formação das jovens portuguesas, no sentido de ensinar-lhes a serem boas esposas e mães, através da “formação do caráter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social, no amor de Deus, da Pátria e da Família”¹³⁹. Nesse sentido, fica nítida a importância para que a Mocidade Portuguesa Feminina abrangesse a juventude de todo o Império Português, devendo se fazer presente, no território continental, nas ilhas adjacentes, nas províncias ultramarinas e, até mesmo, nos núcleos de portugueses que estivessem no estrangeiro.

Juntamente ao Decreto de aprovação, foi publicado o “Regulamento da Mocidade Portuguesa Feminina”. Este era composto por 25 artigos que indicavam os direcionamentos da sua finalidade, estrutura, formação, disciplina, símbolos e uniformes. Nele, estava indicado que para ser considerada filiada da Mocidade Portuguesa Feminina as jovens deveriam ter a idade de sete a vinte e cinco anos, ficando elas agrupadas em quatro escalões diferentes: lusitas (dos 7 aos 10 anos), infantas (dos 10 aos 14 anos), vanguardistas (dos 14 aos 17 anos) e lusas (dos 17 aos 25 anos). O Regulamento previa que para cumprimento da formação de suas filiadas era necessário que esta associação promovesse a educação moral, cívica,

¹³⁹ ARTIGO 1º. In: PORTUGAL. **Diário do Governo**. Ministério da Educação Nacional. Decreto n. 28.262. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 08 dez. 1937, p. 1379. Disponível em: <<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1937/12/28500/13791383.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

física e social, conforme as faixas etárias e condições do meio, guiando-se pelos princípios da Junta nacional da Educação¹⁴⁰ e do Estatuto da Obra das Mães pela Educação Nacional.

Nesse sentido, a educação moral deveria ter como base a educação católica que é a tradicional do país. A educação cívica seria inspirada no imperativo do “bem comum” e nas tradições nacionais, no sentido de levar às filiadas a consciência do seu dever e responsabilidade na continuidade histórica da Nação. Já a educação física estava relacionada à higiene, visando o fortalecimento, correção e defesa do organismo mediante atividades adequadas ao sexo feminino, ficando, assim, “excluídas as competições ou exibições de índole atlética, os desportos prejudiciais à missão natural da mulher e tudo o que possa ofender a delicadeza do pudor feminino”, como estava previsto no do artigo 4º, parágrafo único¹⁴¹. E, por fim, a educação social que teria a função de cultivar a previdência, o trabalho coletivo, o prazer pela vida doméstica e pelo “bem comum”, bem como as demais características sociais tidas como próprias do sexo feminino, que orientassem a mulher para a sua missão na família e no Estado.

Ela estava destinada obrigatoriamente às portuguesas, estudantes ou não, desde os sete aos catorze anos, e voluntariamente às demais até que estas alcançassem os vinte e cinco anos de idade, momento que passariam a integrar o Corpo de Serviço Social ou no caso destas se casassem antes dos vinte e cinco anos. Esse Corpo de Serviço Social estava direcionado para as lusas que alcançassem os vinte e um anos e demonstrassem ter habilidades em exercer um voluntariado na educação nacionalista, na assistência social e nos serviços auxiliares da defesa da pátria e do próprio sexo.

A diretoria da Mocidade Portuguesa Feminina era escolhida pela direção da Obra das Mães pela Educação Nacional, através de um Comissariado Nacional composto por uma comissária e duas adjuntas, as quais ficavam na livre escolha do próprio ministro, o que demonstra a centralização do poder na figura masculina.

¹⁴⁰ Foi um órgão ligado ao Ministério da Educação Nacional, criado pela Lei n. 1.941, de 11 de abril de 1936, responsável pela Lei de Bases da Educação durante o Estado Novo português. Tinha por finalidade a realização do estudo de todos os problemas que interessassem à formação do caráter, ao ensino e à cultura. Cf.: PORTUGAL. **Diário do Governo**. Ministério da Instrução Pública. Lei n. 1.941. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 11 de abril de 1936, p. 286-287. Disponível em: <<http://www.ige.min-edu.pt/upload/docs/Lei-1941-1936.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2017.

¹⁴¹ ARTIGO 1º. In: PORTUGAL. **Diário do Governo**. Ministério da Educação Nacional, op. cit., 1937, p. 1379.

Caberia à direção da Obra das Mães pela Educação Nacional realizar a nomeação de delegadas provinciais e subdelegadas regionais, para superintenderem respectivamente, nas atividades das divisões e alas, estas últimas subordinadas as primeiras e todas elas ao Comissariado Nacional. Em cada ala e dentro do respectivo escalão, as sócias seriam agrupadas da seguinte forma: Quinas, composta de cinco, mais a chefe; Castelos, formado por cinco quinas; Bandeiras, compostas de doze castelos; e Falanges, formado por duas bandeiras.

§ 1º – Por ordem hierarquicamente decrescente, haverá os seguintes postos de graduados: chefes de falange, de bandeira, de castelo e de quina.

§ 2º – Os postos de chefes de falange, bandeira e de castelo serão ocupados por graduadas com habilitações especiais e pertencentes, para as duas últimas, ao escalão imediatamente superior, sempre que for possível¹⁴².

Assim, as jovens demonstravam seguir a estrutura hierarquizada e autoritária do governo político que as instituiu. O Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina foi inicialmente instalado no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho¹⁴³, em Lisboa. Daí saía às diretrizes e determinações para a criação, funcionamento e trabalhos de suas filiais, que normalmente eram estabelecidas nas escolas oficiais (públicas), que poderiam ser de frequência exclusivamente ou parcialmente feminina. Deste modo, caberia às professoras ministrarem as formações das diversas modalidades de educação em cooperação com as Mães pela Educação Nacional e com o auxílio do pároco. Os núcleos da associação também poderiam ser instalados nas escolas particulares, cuja importância e

¹⁴² Ibid., p. 1380.

¹⁴³ Criado em 1885 pela iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, ficava localizado no Largo do Contador-Mor, em Alfama. Seu primeiro nome foi Escola Maria Pia, em homenagem à rainha. Sendo direcionada para o público feminino, pretendia contribuir para a emancipação da mulher através da instrução. Em 1906, o rei D. Carlos I assinou o decreto que transforma a escola em liceu, tornando-se assim, o primeiro liceu feminino em Portugal. No ano de 1911, o Liceu Maria Pia transferiu-se para o Palácio Valadares, localizado no Largo do Carmo, no Chiado. Em 1917, o presidente da república, Sidónio Pais, assinou um decreto que elevou essa instituição à condição de liceu central, passando a denominar-se de Liceu Central de Almeida Garrett. Em 1933, início do Estado Novo português, seus trabalhos foram transferidos para uma nova instalação, situada na Rua Rodrigo da Fonseca, n. 115, Lisboa, passando a chamar-se agora por Liceu Feminino de Maria Amália Vaz de Carvalho. Após movimento de 25 de abril de 1974, a instituição passou a oferecer, gradativamente, turmas mistas e, recebeu o nome de Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho. Cf.: ESCOLA Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho. Disponível em: <<http://esmavc.edu.pt/index.php/escola/historia>>. Acesso em: 10 out. 2017.

exemplar organização delas sejam comprovadas e, portanto, autorizada pelo Comissariado Nacional a sua implementação. Para capacitar as lideranças, foram criadas escolas de graduadas e cursos de aperfeiçoamento para as dirigentes, instrutoras e professoras, designadamente para a organização da Mocidade Portuguesa Feminina. Temos abaixo uma fotografia da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, o antigo Liceu, que fica localizada na rua Rodrigo da Fonseca, n. 115, em Lisboa.



Imagem 16: Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho¹⁴⁴.

Diferentemente do “Manual da Pia União das Filhas de Maria”, que além de regulamentar o funcionamento da associação, apresenta uma extensa lista de regras, caracterizando-se como um dispositivo normalizador do corpo e da alma, o “Regulamento da Mocidade Portuguesa Feminina” apresenta-se mais como um dispositivo para o funcionamento desse grupo. Entre os seus 25 artigos, o único que expressa nitidamente uma preocupação com a disciplina, é o artigo 18, o qual afirma que: “As faltas de disciplina e de respeito às leis, regulamentos e ordens superiores pelas quais rege a atividade da M.P.F. sujeitam as responsáveis a penalidades disciplinares, desde a advertência até á irradiação”¹⁴⁵. Acreditamos que a quase inexistência da temática disciplinar tenha a sua justificativa no contexto em que o grupo surgiu e/ou fazia parte uma vez que representava uma extensão do Estado Novo salazarista, marcado pelo totalitarismo.

¹⁴⁴ Fonte: Ibid.

¹⁴⁵ ARTIGO 1º. In: PORTUGAL. **Diário do Governo**. Ministério da Educação Nacional, op. cit., 1937, p. 1380.

2.7. “Exemplificar virtudes orientadoras de um ideal educativo de radioso alcance nacionalista”: os símbolos da Mocidade Portuguesa Feminina

O artigo 5º do Regulamento determinava que a Mocidade Portuguesa Feminina tivesse como patronas as rainhas D. Filipa de Lencastre¹⁴⁶ e D. Leonor de Avis¹⁴⁷. A escolha dessas duas rainhas justifica-se pelos seus exemplos de virtudes e pelo seu carácter nacionalista: a primeira reconhecida pela fé inabalável, assistência social, exemplo de mãe e educadora da Ínclita Geração; a segunda, pela sua devoção, misericórdia e obras realizadas aos doentes, pobres e órfãos. As características dessas rainhas e mulheres no serviço da fé e da pátria deveriam orientar o ideal educativo das jovens sócias. Por isso, era necessário “despertar nas suas filiadas o desejo e do bem servir – como bem serviram a Pátria e o próximo as grandes mulheres que lhes são dadas por exemplo”¹⁴⁸. A seguir, temos as iconografias das patronas da Mocidade Portuguesa Feminina, as rainhas D. Filipa de Lencastre e D. Leonor de Avis.

¹⁴⁶ A rainha D. Filipa de Lencastre nasceu em março de 1360, na cidade de Leicester, Inglaterra. Era filha de João de Gante (primeiro Duque de Lencastre) e Branca de Lencastre. Aos dezoito anos recebeu a distinção inglesa da Ordem da Jarreteira. Foi educada desde cedo de acordo com as “virtudes femininas” da época: modéstia, humildade e vida espiritual. Em 1387, casou-se com o rei D. João I, tornando-se, assim, rainha consorte de Portugal. Seus/as filhos/as entraram para a história como a ínclita geração, de príncipes e princesas cultos e respeitados/as na Europa. Ela faleceu de peste bubônica em julho de 1415, sendo sepultada no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, situado na vila de Batalha, no distrito de Leiria em Portugal. (Cf.: FERNANDES, Isabel Alexandra. **Reis e rainhas de Portugal**. Lisboa: Texto Editora, 2003).

¹⁴⁷ A rainha D. Leonor de Avis nasceu em maio de 1458, na cidade de Beja, região do Alentejo, Portugal. Era filha do infante D. Fernando (Duque de Viseu) e de D. Beatriz. Foi uma princesa da Casa de Avis, em 1470 casou-se com seu primo, D. João II de Portugal, conhecido como o “Príncipe Perfeito, com o qual teve dois filhos: um que faleceu assim que nasceu e, o príncipe D. Afonso, que faleceu precocemente após um acidente que teve quando estava cavalgando. Durante o seu reinado, Portugal vivenciava um momento de expansão marítima, ficando Lisboa conhecida como a capital europeia do comércio. Após a morte do rei D. João II, em 1495, o seu irmão Miguel subiu ao trono, já que o casal não tinha herdeiros. Tendo Miguel se casado, D. Leonor ficou conhecida como a “Rainha Velha”. Acredita-se que ela foi uma das rainhas mais ricas da Europa, que após ter ficado viúva, empregou-se nas práticas de caridade, no patrocínio de obras religiosas, na assistência social aos pobres e, principalmente, na devoção cristã. Tornando-se a principal financiadora dos estabelecimentos de Misericórdias, administrados por irmandades religiosas em todo o reino. Devido a sua vida exemplar, as constantes práticas de misericórdia e as virtudes cristãs, acabou ficando conhecida como a “Princesa Perfeitíssima”. Ela faleceu em novembro de 1525, sendo sepultada no Convento de Madre de Deus, localizado em Lisboa. (Cf.: Ibid.).

¹⁴⁸ PORTUGAL. **Secretariado de Propaganda Nacional**. Mocidade Portuguesa Feminina. Organização e atividades. Lisboa: Oficinas Gráficas Casa de Portugal, [s/d], p. 29.



Imagem 17: D. Filipa de Lencastre¹⁴⁹



Imagem 18: D. Leonor¹⁵⁰.

No artigo 21, encontramos a indicação para que as jovens adotassem a saudação romana como uma demonstração de subordinação à hierarquia e do patriotismo que eram inerentes à Mocidade Portuguesa Feminina. Neste ato, as filiadas deveriam levantar o braço direito à sua frente, com a mão estendida até a

¹⁴⁹ Fonte: ESTÓRIAS da História. **Mulheres na história (LXXXIV) D. Filipa de Lencastre, rainha consorte de Portugal.** Disponível em: <<http://estoriasdahistoria12.blogspot.com.br/2016/02/mulheres-na-historia-lxxxiv-d-filipa-de.html>>.

Acesso em: 13 nov. 2016.

¹⁵⁰ Fonte: ESTÓRIAS da História. **Rainha D. Leonor de Lencastre (02/05/1458 -17/11/1525).** Disponível em: <<http://estoriasdahistoria12.blogspot.com.br/2013/05/rainha-d-leonor-de-lencastre-02051458.html>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

altura dos seus olhos, como podemos observar na imagem abaixo, um grupo de filiadas da Mocidade Portuguesa Feminina fazendo a saudação romana, provavelmente, em algum evento cívico.



Imagem 19: Filiadas da Mocidade Portuguesa Feminina fazendo a saudação romana¹⁵¹.

Nesse mesmo artigo, o hino da “Mocidade Portuguesa”, escrito por Mário Beirão¹⁵² e de melodia de Rui Correia Leite¹⁵³, era indicado como expressão da missão lusíada das filiadas da Mocidade Portuguesa Feminina. Nele são destacados a bravura, o patriotismo e a felicidade de seus/as integrantes na participação do desenvolvimento nacional.

Lá vamos, cantando e rindo / Levados, levados, sim / Pela voz de som tremendo / Das tubas, clamor sem fim.

¹⁵¹ Fonte: MOCIDADE Portuguesa Feminina: boletim mensal. Lisboa, n. 1, 1939.

¹⁵² O poeta português Mário Gomes Pires Beirão, nasceu no ano de 1890 em Beja e faleceu em Lisboa no ano de 1965. Era licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e exerceu a função de conservador no Registro Civil de Maфра. Além de ser o autor da letra do Hino da Mocidade Portuguesa, publicou as seguintes obras de versos: O Último Lusíada (1913), Ausente (1915), Pastorais (1923), A Noite Humana (1928), Novas Estrelas (1940), Mar de Cristo (1957) e O Pão da Ceia (1964). (Cf.: ALFERES, Franck Noël da Silva. **Hinos e marchas militares no Estado Novo (1933-1958)**. Contributo para a história da música militar na propaganda do Estado português. Dissertação (Mestrado em Didática da História). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012, p. 140).

¹⁵³ O poeta e jornalista português Rui Correia Leite, nasceu em Lisboa em 1908 – não identificamos a data de sua morte. Foi redator do jornal “A Voz” e colaborou na Secção Teatral da Emissora Nacional. Além de ser responsável pela melodia do Hino da Mocidade Portuguesa, publicou outras obras em versos, tais como: Portugal dos Pequenininos (1932) e Arriba España (1936); e a peça teatral Raça (1944). (Cf.: Ibid., p. 150-151).

Lá vamos, que o sonho é lindo! / Torres e torres erguendo. /
Rasgões, clareiras, abrindo!

Alva da Luz imortal, / Roxas névoas despedaça / Doira o céu de
Portugal!

Querer! Querer! E lá vamos! / Tronco em flor, estende os ramos / À
Mocidade que passa.

Cale-se a voz que, turbada, / De si mesma se espanta, / Cesse dos
ventos a insânia, / Antes a clara madrugada, / Em nossas almas
nascida. / E, por nós, oh! Lusitânia, / - Corpo de Amor, terra santa - /
Pátria! Serás celebrada, / E por nós serás erguida, / Erguida ao alto
da vida!

Querer é a nossa divisa. / Querer, palavra quem vem / Das mais
profundas raízes. / Deslumbra a sombra indecisa / Transcende as
nuvens de além... / Querer, palavra da Graça / Grito das almas
felizes¹⁵⁴.

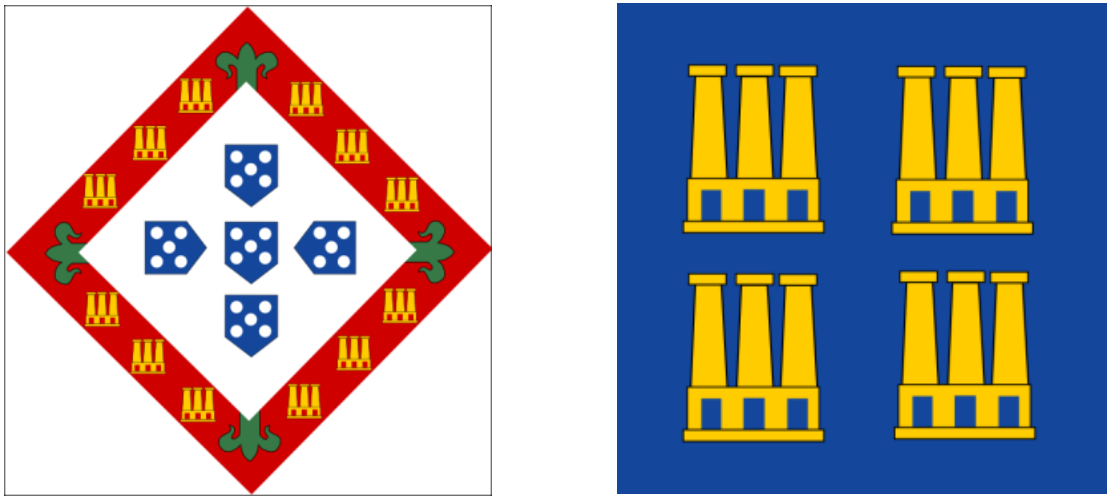
Como podemos observar, o cântico acima citado, além da questão artística, tinha a função de exercer nas filiadas um “caráter educativo, patriótico e nacionalista que complete a formação recebida [por elas] nas lições”¹⁵⁵.

A bandeira e o guião eram outros símbolos de grande representatividade para o grupo. O lábaro era inspirado no que tinha sido glorificada por D. João I¹⁵⁶ na batalha de Aljubarrota. O seu formato pode ser descrito: sobre o fundo branco, uma faixa vermelha em losango, contendo nos seus ângulos a flor de lis e em cada lado três castelos dourados, no centro, sobre campo branco, as cinco quinas em azul escuro. Já o guião, era formado por um campo azul escuro e quatro castelos dourados, representando os agrupamentos de castelos, os quais ilustramos nas imagens abaixo.

¹⁵⁴ HINO da Mocidade Portuguesa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3sXr37z-snl>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

¹⁵⁵ PORTUGAL. Secretariado de Propaganda Nacional, op. cit., [s/d], p. 29.

¹⁵⁶ O rei D. João I de Portugal nasceu em abril de 1357, em Lisboa. Era filho ilegítimo do rei D. Pedro I de Portugal com uma senhora chamada Teresa Lourenço. No ano de 1364, foi consagrado Grão-Mestre da Ordem de Avis. Em 1383, após a morte do rei D. Fernando I, a soberania de Portugal se viu ameaçada pela invasão dos castelhanos. Tinha-se início a chamada Crise de 1383-1385, na qual D. João I juntamente com o apoio de aliados ingleses, travou e venceu a Batalha de Aljubarrota contra o Reino de Castela. Com o fim da batalha, ele foi escolhido e aclamado rei de Portugal. Para selar a aliança luso-britânica, casou-se com D. Filipa de Lencastre, uma princesa da Casa de Lencastre, com quem teve seis filhos e três filhas, sendo que somente seis deles/as chegaram a vida adulta, os/as quais ficaram conhecidos/as como a ínclita geração. O rei D. João I dedicou-se ao desenvolvimento económico e social do país; investiu fortemente no projeto de expansão marítima, chegando a descobrir, na perspectiva europeia, as ilhas de Porto Santo (1418), da Madeira (1419) e dos Açores (1427). Foi cognominado “O de Boa Memória”, pela lembrança positiva do seu reinado na memória dos portugueses. Ele faleceu em agosto de 1433, sendo enterrado no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, situado na vila de Batalha, no distrito de Leiria em Portugal. (Cf.: FERNANDES, op. cit., 2003).



Imagens 20 e 21: Bandeira e guião da Mocidade Portuguesa Feminina¹⁵⁷.

2.8. “Afastada para trás para deixar ver o vestido em que fazem gosto”: o papel do vestuário na Mocidade Portuguesa Feminina

O Regulamento trazia em anexo regras sobre os uniformes que deveriam ser usados pelas filiadas, conforme o seu escalão. Segundo ele, as “lusitas” deveriam usar: a) blusa de seda ou popelina verde com encaixe direito na frente e nas costas, abotoada na frente com botões de massa castanha reforçada na cintura, que leva quatro botões, dois à frente e dois atrás, iguais aos do casaco, para abotoar no cós da saia; gola direita e punhos de camisa de homem; bolsos do lado esquerdo; emblema na manga esquerda; b) saia de fazenda de lã na cor castanha com dezesseis pregas soltas, oito à frente, sendo quatro de cada lado e igualmente atrás; as pregas são cosidas até o máximo de 10cm abaixo da cintura, conforme a estatura de cada uma; cós com quatro casas, duas à frente e duas atrás, para abotoar na blusa; c) casaco bolero de fazenda igual à da saia, até á cintura, abotoado com quatro botões de massa cor de castanha, sendo os dois de cima mais afastados que os de baixo; costas lisas; mangas compridas lisas, tendo o emblema no braço esquerdo a meia altura entre o ombro e o cotovelo; sem gola; bolsos com pala, de cada lado do peito; d) boina da mesma cor da saia, de gomos debruçados com sutache de seda da cor da província; e) meias de algodão na cor castanha, viradas abaixo do joelho e tendo na dobra uma lista de 2cm de tom mais escuro ; f) sapatos

¹⁵⁷ Fonte: AUDACES. Bandeiras da Mocidade Portuguesa. Disponível em: Fonte: <<http://audaces.blogs.sapo.pt/9950.html>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

de cabedal na cor castanha; abotinados, de salto raso ou até 2cm, conforme as estaturas e idade das filiadas, fechados no calcanhar e nas biqueiras; e por fim, luvas de pelica na cor castanha.

As “infantas” deveriam usar: a) saia igual a das lusitas, exceto no número de pregas, que deveria ser de doze; b) blusa, casaco, boina, meias, sapatos e luvas iguais aos das lusitas. Já para as “vanguardistas” eram indicados: saia igual a das lusitas, mas com oito pregas, quatro na frente e quatro atrás; as pregas seriam cosidas até o máximo de 15cm abaixo da cintura; b) casaco de fazenda igual a da saia, do tipo alfaiate, abotoado com três botões de massa na cor castanha; costura no meio das costas; quatro bolsos, dois sobre o peito e dois abaixo da cintura, com palas de 2,5cm; emblema sobre o braço direito, a meia altura entre o ombro; c) sapatos como os das lusitas, podendo alterar o salto no máximo de 5cm, conforme as idades e estaturas de cada uma; e por fim, d) blusa, boina, meias e luvas iguais as usadas pelas lusitas. E as “lusas” teriam que usar: a) saia igual a das lusitas, de quatro pregas, duas na frente e duas atrás; as pregas seriam cosidas o máximo de 15m abaixo do cós liso; b) cinto de cabedal em cor natural; c) casaco, boina, sapatos, meias e luvas iguais aos das vanguardistas; e d) blusa igual a das lusitas, mas sem os botões.



Imagem 22: Uniformes dos escalões da Mocidade Portuguesa Feminina¹⁵⁸.

¹⁵⁸ Fonte: VISUALIZING Portugal. Disponível em: <<http://visualizingportugal.com/ed-vn3-6-youth-groups-female/2013/4/1/youth-groups>>. Acesso em: 29 nov. 2016.



Imagem 23: Lusas devidamente uniformizadas¹⁵⁹.

Ainda sobre os uniformes, o artigo 24 autoriza a diretoria da Obra das Mães pela Educação Nacional a deliberarem sobre a vestimenta das filiadas mais pobres da Mocidade Portuguesa Feminina, declarando, por fim, que “serão proclamados beneméritos da Mocidade Portuguesa todas as instituições e indivíduos que contribuírem notavelmente para a realização dos seus fins”¹⁶⁰.

Os uniformes das jovens eram complementados pelos emblemas e insígnias, que seriam como para identificá-las e distingui-las entre si. O emblema era basicamente uma miniatura da bandeira da Mocidade Portuguesa Feminina, estando ele estampado ou bordado com as mesmas cores da bandeira; sendo colocado um acima do bolso e outro sobre a manga, ambos no lado esquerdo. Outro emblema utilizado pelas sócias era um broche metálico no mesmo formato da bandeira, que obrigatoriamente deveria ser usado quando elas não estivessem fardadas; os quais tinham gravados o número de inscrição que cada uma possuía dentro de seu grupo.

Além desses, as graduadas usavam as insígnias correspondentes aos cargos que possuem, sendo postos no lado esquerdo da blusa acima do emblema. As insígnias eram as seguintes: para as “Chefes de Quina”, um laço bordado a seda azul escuro e contornado a ouro; “Chefes de Castelo”, o mesmo laço bordado na cor dourada; “Chefes de Grupo”, o mesmo laço das Chefes de Castelo acrescentado de uma estrela bordada em dourado; “Chefes de bandeira”, o mesmo laço e estrela com duas bandeiras cruzadas, também bordadas em dourado; e por fim, “Chefes de

¹⁵⁹ Fonte: MOCIDADE Portuguesa Feminina: boletim mensal. Lisboa, n. 9, 1940.

¹⁶⁰ ARTIGO 24º. In: PORTUGAL. **Diário do Governo**. Ministério da Educação Nacional. Decreto n. 28.262., op. cit., p. 1381.

Falange”, a mesma insígnia das Chefes de Bandeira acrescentando uma estrela dourada acima das duas bandeiras.

Como acabamos de ver, o Regulamento traz uma descrição minuciosa dos uniformes, com tamanhos exatos de blusas, lenços, boinas, meias, cinturões e sapatos. Além disso, apontam-se os emblemas usados por cada filiada de cada nível, com grande detalhe de tamanho, local e cor. Todos esses símbolos são distintivos internos e externos para demarcar as filiadas e suas respectivas graduações internas e, por exemplo, nas fotos das filiadas presentes no boletim vemos mulheres com roupas bem cortadas, alinhadas e quase sempre perfiladas.

Podemos distinguir as roupas da Mocidade Portuguesa Feminina como a proposta de Barthes, elas são indumentárias e não apenas trajes. As roupas são símbolos¹⁶¹, antes de tudo, determinam e classificam os indivíduos e a partir delas, podemos analisar a posição e as redes de interesses por onde caminham os sujeitos.

O traje constitui-se no modo pessoal como um usuário adota a indumentária que é proposta por seu grupo. Pode ter significação morfológica, psicológica ou circunstancial, mas não sociológica, é propriamente o objeto de pesquisa sociológica ou histórica. Já tivemos a oportunidade de ressaltar a importância do sistema indumentário¹⁶².

Como vimos, a indumentária estaria atrelada às condições coletivamente construídas, ou seja, acima de tudo social, atendendo a interesses que estão além da roupa e dos seus usos específicos (cobrir e proteger o corpo). O sentido de traje seria entendido como algo singular, ao modo como o indivíduo interpreta a roupas e seus usos no mundo, eminentemente individual¹⁶³.

Dessa maneira, a roupa, tomada como documento e inserida no contexto de formação de uma nova mulher pela Mocidade Portuguesa Feminina, a diferencia do

¹⁶¹ Fernand Braudel em “Cultura Material, Economia e Capitalismo – Século XV – XVIII. As Estruturas do Cotidiano” tem um capítulo sobre moda, onde temos a seguinte citação: “A história das roupas é menos anedótica do que parece. Levanta todos os problemas, os das matérias-primas, dos processos de fabrico, dos custos de produção, da fixidez cultural, das modas, das hierarquias sociais. Variado, o traje por toda a parte se obstina em denunciar as oposições sociais” (BRAUDEL, Fernand. **Civilização material e capitalismo**. Séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 281).

¹⁶² BARTHES, Roland. **Inéditos 3**: imagem e moda. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 207.

¹⁶³ Cf.: Ibid.

homem, imediatamente, tendo em vista que os moços usavam calças e outros dísticos. Certamente que nos regimes totalitários no caso do nazi-fascismo e dos regimes autoritários como o salazarismo, a questão da indumentária tem uma forte conotação classificatória. Lembremo-nos dos triângulos-rosa ou das estrelas-de-davi para identificar homossexuais e judeus, respectivamente, ou dos uniformes perfeitamente alinhados e desenhados da Juventude Hitlerista e das Tropas SS, por exemplo. São elementos distintivos, com forte teor ideológico, propagandístico e classificatório.¹⁶⁴ Segundo a historiadora Ivana Guilherme Simili “as roupas vestem homens e mulheres, diferenciando-os; elas comunicam diferentes apropriações de tendências e estilos indumentários e formas de uso pelas pessoas, seja na escola, seja no casamento, seja nas festas”¹⁶⁵.

No caso do boletim e da roupa das filiadas, em várias matérias é lembrado sobre os problemas dos excessos da moda. Dentre os vários problemas elencados, temos um no número 9. O texto publicado numa folha em formato de carta, ou seja, uma mensagem endereçada a alguém, destinatárias que sabemos quem são, é sintomático do corte social a qual a revista estava endereçada e de qual classe social ela vinha. Moças e meninas de classe média que, a partir dessa mensagem, eram incentivadas a serem comedidas em seus hábitos e não mostrar excessos, como em vários momentos é apontado no periódico. Portanto, incentivam-se as moças mais abastadas em:

desejando ser amável, convidando uma rapariga para uma festa, indague-se primeiro, discretamente, se tem vestido. No caso de não o ter encontre-se a maneira de lho oferecer, ou de lhe fazer ganhar o dinheiro necessário, para que o possa ter. Não demos ensejo que responda: ‘não posso aceitar porque... tenho muito sono a noite.’ e que passe justamente essa noite sem dormir, filosofando amargamente sobre as diferenças da sorte!¹⁶⁶.

¹⁶⁴ Separações e classificações são um caráter bastante conectado a Modernidade, como ele alega em *As palavras e as coisas*, quando aponta a emergência das ciências humanas e historiciza o sujeito moderno. As ciências humanas e seu caráter classificatório aparecem em dado momento, quando temos um processo de autoconscientização do tempo e, paradoxalmente, de busca pela descrição do outro e do mundo, conhecer para libertar ou para aprisionar, talvez esteja aí um dos percalços ainda sentido pelas Humanidades dentro do pensamento ocidental. Ver: FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

¹⁶⁵ SIMILI, Ivana Guilherme. As roupas como documentos nas narrativas históricas. **Patrimônio e memória**. São Paulo, Unesp, v. 12, n. 1, jan./jun., 2016, p. 251. Disponível em: <file:///C:/Users/Walter/Downloads/484-2048-2-PB.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

¹⁶⁶ UM desabafo. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 9, 1940, p. 02.

Ou seja, ao convite recusado por falta de vestido e a falta de cortesia de quem convidou em não oferecer uma forma da convidada comparecer vestida adequadamente pode dar às menos abastadas pensamentos que não são adequados, pois ela poderia se questionar sobre suas condições sociais.

Desta maneira, vemos que a moda poderia ser algo perigoso, que desvirtuaria as pessoas e, por isso, deveria ser usada com cautela. De fato, uma das grandes mudanças trazidas com a implantação do mundo burguês foi exatamente o espírito da mudança rápida, da fugacidade e nada mais visível e fugaz que a moda, que se alterou drasticamente ao longo dos últimos 140 anos. A modernidade tem um caráter iconoclasta e modificou drasticamente os costumes, logo, em uma revista de um grupo conservador que desejava criar uma “nova mulher”, mas com uma alma fincada nas tradições da religião e do Estado português, não seria de bom tom permitir que as filiadas da Mocidade Portuguesa Feminina se deliciassem com os prazeres dos modismos, pois:

em virtude dos novos valores ligados às sociedades liberais no estágio da produção e do consumo de massa. [...] O universo dos objetos, dos media, dos lazeres, permitiu a emergência de uma cultura de massa hedonista e juvenil que está no âmago do declínio final da moda suntuária. A expansão de uma cultura jovem acelerou a difusão dos valores hedonistas e contribuiu para dar um novo rosto à reivindicação individualista¹⁶⁷

Elas não poderiam ser seduzidas e perder tempo com os excessos daqueles tempos. Tudo deveria ser milimetricamente pensado, costurado e organizado dentro dos padrões ditados pela hierarquia corporativista do Estado Novo, visível no seu regulamento e nas matérias sobre moda no boletim.

Mas se à Moda com ironia atribuímos profano poder mágico, é, principalmente, porque ela fascina muitas almas túbias até as arrastar às piores loucuras. [...] É inteiramente legítimo o desejo de vestir

¹⁶⁷ LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: A moda e seu destino na sociedade moderna. São Paulo: Companhia Das Letras, 1989, p. 162.

bem; mas quando há bom senso; quando há mais espírito de elegância do que propósitos de ostentação¹⁶⁸.

Nessa matéria específica é mostrado um quadro da família do Visconde de Santarém e família, no entanto, apesar do rápido histórico da moda ao longo de alguns séculos, o tempo chega ao seu término frisando a beleza da família “bem mais interessante do que um banal figurino achareis por certo, este quadro, belo símbolo da vida edificante de um lar cristão”¹⁶⁹.

¹⁶⁸ GIESTA. A moda através dos séculos. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 5, 1939, p. 08.

¹⁶⁹ Ibid., p. 09.

3. “MARIA: REVISTA DAS CONGREGAÇÕES MARIANAS” E “MOCIDADE FEMININA PORTUGUESA: BOLETIM MENSAL”: revistas para a normalização da mulher em Brasil e Portugal

3.1. A história em revista: o uso de publicações periódicas como documentação no *métier* do historiador

Escrever a história através dos periódicos sempre foi um desafio para os historiadores. O uso de jornais e revistas se tornou frequente ao longo do século XX. Com o aumento exponencial da indústria cultural e do crescimento das revistas ilustradas esses documentos se tornaram importantes e foram sendo valorizados ao longo das décadas. Sua relevância para a vida cotidiana está nos elementos informativos, propagadores de ideologias políticas, estando conectados a inúmeros projetos de sociedade. Mesmo com a renovação inicial proposta pelos *Annales*, não foi imediata a aceitação dos periódicos e revistas como documentação central no fazer historiográfico.

Com a renovação em nossa área, com a proximidade de aportes teóricos e instrumentais analíticos diversos, além do espraiamento dos meios de comunicação, ocorreu uma alteração na percepção e no conceito de documento. Já desde o livro “Apologia da História”, em que o historiador Marc Bloch aponta que tudo que o ser humano produz é história, algo que é reafirmado e percebido também pelos historiadores Pierre Nora e Jacques Le Goff, nas novas abordagens, métodos e temas, o que levou a ampliação do conceito de documento e a desconstrução da perspectiva monumental que tanto esteve ligada a ele¹⁷⁰.

Os *mass media* se tornaram, devido a sua importância, algo incontornável, em muitos momentos e, muitas vezes, colaboraram na complementação da documentação, quando há lacunas ou como tem sido mais frequente, como documento central nas nossas análises. Dessa maneira, lendo a história através desses documentos, podemos compreender os interesses de grupos, como a Pia União das Filhas de Maria ou a Mocidade Portuguesa Feminina, tendo em vista que

¹⁷⁰ Sobre a História dos *Annales* e a renovação historiográfica francesa ver: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História**. Novos problemas, novas abordagens, novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 3 vs., 1976. E para uma melhor compreensão do conceito de documento ver: LE GOFF, Jaques. Documento/Monumento. In: Idem. **História e memória**. Campinas: 1990, p. 462-472.

as revistas são uma espécie de documento oficial dessas instituições e que, através de sua análise podemos entender parte do discurso do grupo e sobre o grupo.

A historiadora Tania Regina de Luca¹⁷¹ aponta a diferença entre história da imprensa e história através da imprensa, citando autores e obras que ajudaram a dar nova abordagem aos jornais e revistas, como por exemplo, o trabalho do historiador Arnaldo Daraya Contier¹⁷², em “Imprensa e Ideologia”, além de trabalhos como os da historiadora Maria Helena Rolim Capelato¹⁷³. As novas configurações sociais, surgidas a partir das novas relações sociais que a Modernidade criou, erigiram uma grande quantidade de fontes documentais, a partir da imprensa e do material de propaganda.

Em “O cinema e a invenção da vida moderna”, do historiador Leo Charney e da historiadora Vanessa Schwartz¹⁷⁴, temos um panorama desse processo. Os autores, através de uma diversidade de documentos, descrevem a constituição de novos hábitos e transformações no gosto e no consumo trazidos pela consolidação do capital nas grandes cidades europeias e americanas, tendo cartazes, catálogos e revistas papel fundamental, pois levaram para próximo do consumidor, mesmo aqueles em área mais distantes do centro irradiador da vida moderna, os bens de consumo e as novas modas surgidas.

Ao encarar esses documentos, o historiador deve levar em conta uma série de fatores, como formato, ou seja, sua materialidade, sua linguagem e, principalmente, o contexto que o levou a emergir, pois, dependendo de sua leitura, abrem-se inúmeras possibilidades analíticas. Os historiadores Asa Briggs e Peter Burke, em “Uma história social da mídia”, defendem que o surgimento da imprensa, que tem como marco historiográfico a impressora criada por Guttemberg, foi, ao longo dos séculos, em parte, incentivado pelo desenvolvimento das ideias iluministas e suas transformações políticas, as reformas religiosas e o processo de

¹⁷¹ Cf.: LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

¹⁷² Cf.: CONTIER, op. cit., 1988.

¹⁷³ Cf.: CAPELATO, op. cit., 2009.

¹⁷⁴ Cf.: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa. **O cinema e a invenção da vida moderna**. Rio de Janeiro: Cosac&Nai, 2008.

alfabetização da população, o surgimento dos Estados nacionais e a forte urbanização¹⁷⁵.

Com isso, o consumo de notícias cresce exponencialmente e o número de jornais diários e revistas ilustradas – aqui um duplo sentido – aumenta na medida em que esses processos se consolidam. Dessa maneira, a imprensa era uma forma de levar conhecimento, notícias e incentivar o consumo. Por exemplo, nas localidades mais distantes dos Estados Unidos, os catálogos que levavam os produtos da vida urbana para o meio das pradarias ou fronteiras agrícolas do país¹⁷⁶.

As revistas também eram uma espécie de ampliação do espaço público, tendo em vista que, através de sua circulação, colocavam em movimento ideias e práticas que antes ficariam restritos a grupos ou salões acadêmicos. Assim, elas poderiam ser panfletos ou elementos de propaganda do ideário de um coletivo. Exemplos disso são os jornais anarquistas e anticlericais como: “A Lanterna”¹⁷⁷ e a revista “Klaxon”¹⁷⁸, ligada ao grupo modernista que orbitava Mário de Andrade, que nos dão amostras de como os periódicos podem ser instrumentos propagadores de ideias políticas e artísticas, sendo, à época, umas das principais formas de se chegar ao público¹⁷⁹.

¹⁷⁵ Cf.: BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. De Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

¹⁷⁶ Cf.: KELLER, Alessandra. Disseminação da Modernidade: representação e desejo do consumidor nos primeiros catálogos de venda por correspondência. In: CHARNEY; SCHWARTZ, op. cit., 2008.

¹⁷⁷ O jornal “A Lanterna”, de cunho anarquista foi fundado em 1901 na cidade de São Paulo, pelo advogado Benjamim Mota. Esse periódico passou por alguns momentos de interrupções, ficando assim, marcado por três fases: a primeira que vai de sua fundação até 1904, tendo como editor o seu fundador; a segunda de 1909 a 1916 e uma terceira, de 1933 a 1935, ambas editadas pelo jornalista Edgard Leuenroth. Sobre esse assunto, indicamos a leitura de: OLIVEIRA, Walter da Silva. **Narrativas à luz d’a “Lanterna”**: anticlericalismo, anarquismo e representações. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

¹⁷⁸ A revista “Klaxon” foi um periódico mensal que circulou entre maio de 1922 a janeiro de 1923 em São Paulo, a qual tinha a arte moderna no país, como tema central. Portanto, esse periódico foi de extrema importância para a divulgação do movimento modernista; tanto que seus principais colaboradores foram: Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Oswald de Andrade, Di Cavalcanti, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Graça Aranha entre outros/as artistas e escritores/as. Sobre essa temática, indicamos a leitura de: BRITO, Mario da Silva. **O alegre combate de Klaxon**. Co-edição dos 9 números da revista Klaxon – mensário de arte moderna. São Paulo: Martins / Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.

¹⁷⁹ Sobre A Lanterna e jornais similares ver: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (Orgs.). **A imprensa confiscada pelo Deops (1924-1954)**. São Paulo, Imprensa oficial, 2003. Sobre a Revista Klaxon conferir: FABRIS, Annateresa. **O futurismo paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

Comparativamente, jornais e revistas têm papel similar e são elementos intrinsecamente ligados ao desenvolvimento da vida moderna. No entanto, do ponto de vista da linguagem e das possibilidades de cada um há diferenças.

Jornais podem ser diários, semanais ou até mensais. Eram impressos em papel de qualidade inferior, exatamente pela sua capacidade de reprodução técnica acelerada e pelo desejo de propagar, no caso dos diários, a notícia em primeira mão e ser vendido rapidamente em ruas, metrô e consumidos no café da manhã pelos leitores que iriam repercutir o que ocorreu mais recentemente. Certamente que estavam sujeitos a flutuações da economia, das formas de produção e circulação e, muitas vezes, poderiam durar pouco tempo, como podemos perceber a grande quantidade de títulos, principalmente a partir de meados do século XIX, por exemplo, na Hemeroteca Jordão Emerenciano, no Arquivo Público do Estado de Pernambuco, local onde encontramos jornais tão antigos como o “Diário de Pernambuco”¹⁸⁰, que tem mais de 180 anos ou jornais católicos como “O Dia”¹⁸¹, que durou poucos meses.

Ambos os formatos são marcados pela efemeridade, traço importante da Modernidade e de suas condições de produção e consumo, como observado por Benjamin (1989) em suas análises sobre a arte na era da reprodução em massa, onde os periódicos e afins têm papel importante.

Conhecemos as gigantescas transformações provocadas pela imprensa — a reprodução técnica da escrita. [...] A xilogravura, na Idade Média, segue-se a estampa em cobre e a água forte, assim como a litografia, no início do século XX. [...] Dessa forma as artes gráficas adquiriram os meios de ilustrar a vida cotidiana. Graças à litografia, elas começaram a situar-se no mesmo nível da imprensa.

¹⁸⁰ O “Diário de Pernambuco” é o periódico mais antigo da América Latina, com circulação ininterrupta, criado em 07 de novembro de 1825 pelo tipógrafo Antônio José de Miranda Falcão. Seus trabalhos tiveram início na casa do seu fundador, na Rua Direita n. 256, no Recife; em 1903, o jornal para um prédio na Praça da Independência, popularmente conhecida como Pracinha do Diário, local onde permaneceu por 101 anos. De 2004 a 2016 a sua sede se estabeleceu na Rua do Veiga, n. 600, no bairro de Santo Amaro. Desde 2016, ele está situado na Avenida Marquês de Olinda, n. 133, próximo à Praça do Marco Zero. De 1931 até os dias atuais, esse periódico pertence ao consórcio Diários Associados. Sobre essa temática indicamos a leitura de: NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: UFPE, Imprensa Universitária, 1968. v. 1. / ABREU JÚNIOR, João Batista de; FERREIRA, Marieta de Moraes; BEZERRA, Ricardo Lima. **Diário de Pernambuco**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>>. Acesso em: 10 out. 2017.

¹⁸¹ Foi um jornal confessional que pertencia a Matriz da Piedade, que circulou na capital pernambucana entre os anos de 1920 e 1921; a sua publicação era dedicada a propagação da doutrina e da vida social idealizada pela Igreja Católica. Cf.: AMARAL, op. cit., 2010, p. 17.

Mas a litografia ainda estava em seus primórdios, quando foi ultrapassada pela fotografia. Pela primeira vez no processo de reprodução da imagem, a mão foi liberada das responsabilidades artísticas mais importantes, que agora cabiam unicamente ao olho¹⁸².

Certamente que o interesse do filósofo era analisar as consequências disso para o campo das artes, mais precisamente como o campo da arte erudita acabou sendo afetado pela ampla reprodução que desconstrói a aura da obra, aqui outro conceito relacionado à obra benjaminiana, que seria sua capacidade em ser única e que, agora, devido ao modo como o capital pode reproduzir, através da tecnologia de cópias de um original, retirando a noção de obra única e dando, paradoxalmente, o acesso para outros milhares.

Dessa forma, “podemos dizer que a técnica da reprodução destaca do domínio da tradição o objeto reproduzido. Na medida em que ela multiplica a reprodução, substitui a existência única da obra por uma existência serial”¹⁸³. Por isso que, para o filósofo Walter Benjamin, o cinema seria o grande ápice de um contexto que, de um modo geral, com essas novas tecnologias de reprodução, como a fotografia, o jornal impresso e a revista, alteraram profundamente os modos de vida das populações aonde os costumes modernos chegaram.

Retornando aos formatos, a revista é definida por Tania Regina de Luca como publicações “de periodicidade mais espaçada [do que o jornal], enfeixadas por uma capa e com maior diversidade temática”¹⁸⁴, já a historiadora Clara Rocha nos dá uma descrição mais ampla:

É um tipo de publicação que, depois de *re-vista*, se abandona, amarelece esquecida, ou se deita fora. Enquanto objeto material, a revista distingue-se do livro por ser mais efêmera [...]. Essa efemeridade [...] Tem a ver com a sua solidez material. Enquanto o livro dura [porque é mais resistente, tem uma capa sólida a protege-lo], a revista é [pode ser] mais frágil em termos de duração material. [...] é normal que o livro tenha reedições, e já não o é tanto que apareça uma segunda edição duma revista. Ainda outra característica: uma revista é em geral menos volumosa do que um livro. E, *last but not least*, uma revista é quase sempre a manifestação duma criação de grupo: ao

¹⁸² BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 166-167. V. 1.

¹⁸³ Ibid., p. 168.

¹⁸⁴ LUCA, in: PINSKY, op. cit., 2005, p. 131.

contrário do livro que, salvo algumas exceções, costuma ser produzido por um só autor¹⁸⁵.

Outra autora, a historiadora Ana Luiza Martins, complementa a conceituação, comparando os dois formatos e dizendo que:

com periodicidade assídua, geralmente diária e muito semelhante no formato, sobretudo quando a revista se apresenta com páginas soltas, in folio¹. O que os distingue com frequência é a existência da capa da revista, acabamento que não ocorre no jornal; mais do que isso, é a formulação de seu programa de revista, divulgado no artigo de fundo, que esclarece o propósito e as características da publicação¹⁸⁶.

Ambos os formatos, no entanto, não escapam da fugacidade, descontinuidade e do caráter efêmero, algo que os distinguia dos livros e criava certa repulsa, nos intelectuais. Interessante notar que a palavra revista está associada também a um tipo de teatro musical e de esquetes humorísticas, algo que fez bastante sucesso entre os finais do século XIX e começo do XX, sendo bastante popular¹⁸⁷.

No caso do Brasil, o gênero revista demorou a encontrar um formato específico – se é que um dia encontrou – conforme Ana Luiza Martins descreve ao longo de seu livro “Revista das Revistas”, no qual buscou elaborar um quadro do campo de produção periodista das revistas paulistas na virada do século XIX ao XX. Certamente que por São Paulo ser o centro do capitalismo nacional, na época o maior centro urbano e articulador de ideias que vinham de fora, a circulação de revistas, dos mais variados tipos, como mostra a autora, ajudou a iniciar o surgimento de um formato mais próximo de uma padronização para este tipo de periódico, mas, muitas vezes, ficava na fronteira entre jornal e revista. Havia revistas especializadas em diversos assuntos e, como de costume, copiando modelos

¹⁸⁵ ROCHA, Clara. **Revistas literárias do século XX em Portugal**. Lisboa: Casa da Moeda, 1985, p. 25.

¹⁸⁶ MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890 – 1922)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008, p. 46.

¹⁸⁷ Sobre teatro de revista conferir: VENEZIANO, Ney de. **O teatro de revista no Brasil: dramaturgia e convenções**. São Paulo: Sesi, 2013.

européus, sendo, muitas vezes, as próprias revistas impressas em capitais do Velho Continente.

Um interregno. Difícil mensurar o poder de penetração e de consumo das revistas e jornais, quando existem as seções de cartas do leitor, mesmo que selecionadas pelos editores, podem dar uma mostra do modo como, em um país de analfabetos, a pequena parcela de consumidores e leitores desses artefatos compreendia e reelaborava as ideias impressas. Outro dado, como mostrado em diversas pesquisas sobre cordel, mesmo que a população em sua maioria não soubesse ler, em feiras e eventos populares era comum, no caso do Nordeste, a leitura em voz alta das notícias que apareciam transpostas para o universo mágico dos cordelistas. Desse modo, para o pesquisador que deseja entender como há a percepção do público, há diversos desafios e impossibilidades em reconstruir a visão do leitor¹⁸⁸.

Ainda sobre revistas e jornais, de acordo com Tânia Regina de Luca, na análise dos impressos, sejam eles revistas ou jornais, é importante atentar para a materialidade deles, ou seja, como se constituem fisicamente, quais tipos de papel foram usados, qual o tipo da impressão, abordar o *layout*, imagens, cores ou falta dela. Assim, pode-se descrever o documento não apenas em seu conteúdo, mas levando em consideração a técnica que permitiu com que ele emergisse. Assim,

é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural. [...] Historicizar a fonte requer ter em conta [...] as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e porquê¹⁸⁹.

Juntamente a isso, considerar, algo que nessa tese tem centralidade, as funções sociais dos impressos, ou seja, seus usos como elemento componente de

¹⁸⁸ Sobre literatura de cordel e recepção popular ver: GRILLO, Ângela. **A arte do povo: histórias na literatura do cordel (1900/1940)**. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005. Sobre essa temática, Roger Chartier talvez seja um dos primeiros historiadores que colaboraram na construção de um aparato metodológico para o entendimento das práticas de leitura e o papel do leitor em relação aos escritos, indicamos seus livros: CHARTIER, Roger. **Formas e sentido - cultura escrita: entre distinção e apropriação**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003; CHARTIER, Roger. **Inscrever & apagar**. São Paulo: Edunesp, 2007; CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Edunesp, 2004; CHARTIER, Roger. **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

¹⁸⁹ LUCA, in: PINSKY, op. cit., p. 132.

projetos específicos de sociedade. Como a mesma autora em outro livro¹⁹⁰ aponta, devemos entender as revistas como parte importante de um universo maior, no caso, ao analisar a “Revista do Brasil”¹⁹¹, periódico que teve várias fases ao longo de sua existências, mas que esteve, quase sempre, atrelado a projetos políticos e intelectuais, ela afirma que

A análise do material presente na Revista do Brasil, o mais importante fórum de debates do período convencionalmente denominado pré-moderno, evidencia o enorme esforço despendido pela intelectualidade do tempo para compreender o Brasil. As múltiplas representações produzidas procuravam, por meio da relativização e reinterpretação de matrizes provenientes do exterior, divisar um amanhã promissor para um país mestiço e tropical, que parecia fadado à incompletude¹⁹².

A revista, inserida num projeto de cunho nacional, visando modernizar o Brasil, atraía para seu meio uma grande quantidade de intelectuais daquela geração, que passaram a ver na imprensa periódica uma forma de se manter, financeiramente, num país onde os meios acadêmicos eram deficitários. Embora a imprensa, como a volátil vida moderna, mesmo sendo uma forma de ganhar dinheiro arriscado, “era capaz de trazer fama, prestígio e lucros para os que caíssem no

¹⁹⁰ Tânia Regina de Luca tem inúmeros escritos nos quais a imprensa e os periódicos são temas centrais. Destacamos três de suas obras que são importantes referências para o pesquisador que utiliza jornais, revistas e afins como documentação. LUCA, op. cit., 1999; LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008; LUCA, Tania Regina de. **Leituras, projetos e (re)vistas do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

¹⁹¹ A “Revista do Brasil” foi fundada pelo advogado e jornalista Júlio de Mesquita em 1916, como sendo um espaço literário e de discussão sobre Primeira Guerra Mundial. Esse periódico passou por diversas fases: a primeira delas foi do ano de sua fundação até 1925, momento em que a revista era dirigida pelo próprio Júlio de Mesquita e Monteiro Lobato; em 1918, Lobato a comprou e a transformou em meio de divulgação de suas obras e de outros autores. Em 1925, Monteiro Lobato vendou a revista ao empresário e jornalista Assis Chateaubriand, dando assim, início a sua segunda fase, marcada por servir de espaço para as discussões entre conservadores e modernistas. Contudo ela tem seus trabalhos encerrados em 1927. No ano de 1938, Chateaubriand reativa, dando assim início a uma terceira fase, na qual ela passa a ter um teor crítico ao Estado Novo varguista. Em 1944 se inicia a quarta fase, quando Chateaubriand dá uma nova roupagem a ela, tornando-a concorrente direta da revista “Seleções”, fato que não obteve êxito, pois o empreendimento não durou nem um ano. A quinta e última fase vai de 1984 a 1990, período em que é dirigida por Darcy Ribeiro, período em que fica marcada como espaço de debates de temas político e sociais. Sobre esse tema, ver: LUCA, op. cit., 1999.

¹⁹² Ibid., p. 34.

gosto do público, um gosto volátil, que deveria ser reconquistado a cada dia, a cada edição”¹⁹³.

Esses tipos de publicação eram elementos centrais em projetos políticos, tinham grande diversidade de formatos e de temário e estavam conectados ao desenvolvimento dos trejeitos modernos como uma forma de levar às pessoas, no seu dia a dia, hábitos de comportamento dos centros de irradiação do capital. Dessa maneira, levando em conta a polissemia e as múltiplas possibilidades desses materiais para uso historiográfico, precisamos atentar para os seguintes elementos em nossas análises, algo que faremos na observação dos dois períodos analisados neste trabalho.

Estabelecer com as fontes uma longa e robusta série; inserir as publicações na história da imprensa; observar sua materialidade; compreender a organização interna de seu conteúdo, como a disposição de imagens, textos e colunas, no caso de jornais e revistas; caracterizar as imagens e ícones que aparecem; entender o grupo responsável pela publicação; identificar colaboradores e público; descrever as fontes de receita e analisar o material inserido dentro da problemática¹⁹⁴.

A revista “Maria” e o boletim “Mocidade Portuguesa Feminina”, documentos centrais de nossa análise, emergem como importantes instrumentos de divulgação de dois projetos de sociedade, que em muitos momentos encontram paralelos importantes, principalmente no tocante ao papel de centralidade do sexo feminino dentro da sociedade e da importância da religião na construção de um ideal de ser mulher, sejam elas Filhas de Maria ou “raparigas” portuguesas.

3.2. Em defesa de um apostolado da Boa Imprensa

Em 1947, a coleção “Documentos Pontifícios”, publicada no Brasil pela editora Vozes, trouxe no volume 41 alguns excertos do Papa Leão XIII sobre a questão da imprensa no final do século XIX. No texto intitulado “Sobre a Imprensa”, o pontífice dividiu seus pensamentos acerca dos periódicos em duas partes: “a imprensa má” e “a boa imprensa”.

¹⁹³ Ibid., p. 37.

¹⁹⁴ Cf.: LUCA, in: PINSKY, op. cit., 2005.

Na primeira parte, ele defende que a origem da “má imprensa” estaria relacionada à liberdade de pensar e publicar que os homens acreditam ter, independentemente de suas crenças e tradições. A licença de liberdade na escrita não poderia ser um direito em si mesmo, caso seus pensamentos não fossem cautelosos e ultrapassassem os limites morais ou éticos da doutrina católica, tão necessários ao bem estar social. No entanto, acreditava que a liberdade de imprensa amplamente defendida por jornalistas, inclusive nas nações católicas, parecia uma forma de concentrar seus esforços em atacar as coisas sagradas e ao escárnio da sociedade, uma vez que, em diversos meios, como nos livros, periódicos, escolas e teatros, estavam sendo disseminados, tanto na Itália como em outros lugares do mundo, os “germes da irreligião e da imoralidade”¹⁹⁵, cumprindo, assim, seus objetivos de solapar o catolicismo.

Portanto, nos discursos religiosos, os “estragos” que homens e mulheres então afastados/as de Deus vinham causando na sociedade através da constante perseguição que faziam à Igreja Católica nos periódicos deveriam servir de alerta para os católicos no momento em que fossem escolher suas leituras. Para eles, a liberdade de imprensa tem se mostrado, na maioria das vezes, um meio de ultrajar a Santíssima Trindade, a Bíblia, a Verdade divina, a Igreja Católica, as virtudes católicas e a própria sociedade. Por estas investidas provocadas pelos jornalistas, defendia o combate a “má imprensa”, pois os/as católicos/as como guardiões vigilantes da doutrina e bons costumes, temendo um mal maior, deveriam evitar as más leituras, empenhando-se para que outros/as também as evitassem ao ponto de detestá-las; tornando um ato de fé, a recusa da comunidade católica no que diz respeito à leitura, escrita e qualquer forma de colaboração nessas publicações.

Alegando que lutar contra os esforços dos inimigos da Igreja, impedindo que seus maus exemplos e suas doutrinas perversas contaminassem cada vez mais pessoas, fazia-se necessário que os/as fiéis entendessem a necessidade de investir seus esforços na elaboração e propagação de uma imprensa católica:

Visto que o principal instrumento de que os inimigos se valem é a imprensa, em sua grande parte inspirada e sustentada por eles, é necessário que os católicos oponham a boa imprensa à má imprensa

¹⁹⁵ LEÃO XIII. Sobre a imprensa – (excertos). **Documentos pontifícios**. Petrópolis: Vozes, 1959, p. 5.

para a defesa da verdade e da religião e para a salvaguarda dos direitos da Igreja¹⁹⁶.

Nesse sentido, para a Igreja Católica, a segunda parte foi dedicada à questão da “boa imprensa”, destacando que esta era necessária para difundir na sociedade a “luz da verdade e virtude” através das publicações impressas. Nesse contexto, os escritos deveriam ser combatidos pelos escritos, pois seriam instrumentos de salvação e edificação de homens e mulheres, servindo-lhes como “remédio e antídoto”. Consciente do papel e do poder de alcance tido pelas publicações, tanto para o bem como para o mal, a Igreja passou a defender a criação de um projeto de imprensa católica que deveria ser elaborado e dirigido pelos bispos, pois, assim, poderia combater os inimigos com as mesmas “armas”. Compreende-se, portanto, que entre os “meios aptos a defender a religião não há, a nosso ver, meio mais eficaz e mais apropriado à época atual que aquele que consiste em responder aos escritos por escritos, confundindo, desta forma, os artifícios dos inimigos da fé”¹⁹⁷. Justifica-se, para isso, que os jornais e revistas tornaram-se importantes instrumentos de formação e propagação de opinião; deste modo, seria um verdadeiro dever de todos/as católicos/as contribuir nesse projeto.

Para combater as opiniões contrárias à religião católica, a Igreja passou a estimular o desenvolvimento de uma “boa imprensa” em todos os países de tradição católica; para isso, compreendia a importância de se fundarem Sociedades (de imprensa), nas quais os escritores católicos, bem regrados e encorajados pelos eclesiásticos, deveriam atuar na produção de publicações diárias ou periódicas, com finalidade de:

Patentear os pérfidos desígnios das seitas, ajudar e secundar a ação dos pastores, defender e promover as obras católicas, assim é dever dos fiéis sustentar a boa imprensa, já negando ou recusando todo favor à má, já concorrendo, diretamente, cada qual na medida dos seus meios, a fim de a fazer viver e prosperar¹⁹⁸.

¹⁹⁶ Ibid., p. 09. Grifo original.

¹⁹⁷ Ibid., p. 11. Grifo original.

¹⁹⁸ Ibid., p. 15. Grifo original.

Portanto, seria necessário que os religiosos e leigos, principalmente os intelectuais, contribuíssem com seus trabalhos para a defesa dos direitos, doutrina e fé católica. Nessa empreitada, caberia ao clero apadrinhar com a sua benevolência e seus conhecimentos; os membros das elites que não pudessem colaborar com escritos, ajudassem com recursos financeiros; os mais pobres que, por ventura, não tivessem condições de auxiliar financeiramente, dedicassem seus esforços na divulgação e vendas das publicações. Desta forma, todos/as católicos/as poderiam mostrar seu apreço e cooperar, segundo suas forças e possibilidades.

Para a realização e êxito desse projeto, algumas normas deveriam ser observadas. Começando pelos jornalistas e seus colaboradores, que deveriam dedicar seus esforços para defender a religião e a sociedade das falsas acusações e dos perigos advindos pela modernidade. Para isto, fazia-se necessário que procuram todos os envolvidos, principalmente os redatores dos periódicos, colocassem de lado todas as questões que poderiam os desunir, concentrando, assim, seus trabalhos nas orientações da Santa Sé. Não colocar entraves nas atuações e espaços do episcopado, demonstrava um verdadeiro exemplo de submissão que todos os jornalistas precisavam dar, como demonstração de união em qualquer circunstância. Sua função era procurar entender e defender os interesses comuns da religião católica; atentando para a responsabilidade, caridade, moderação e prudência em seus escritos, de forma a evitar as polêmicas no meio jornalístico. Caberia aos envolvidos permanecer dignos, conquistar o respeito da sociedade, sem o qual, não poderiam colocar em prática o apostolado da imprensa que a Igreja Católica os confiou, para a salvaguarda da verdade e do bem.

Os excertos extraídos por Leão XIII sobre a questão da imprensa demonstram a importância e influência que os meios de comunicação impresso, em particular os periódicos, estavam exercendo nos planos econômico, político, social, cultural e religioso em diversas nacionalidades. Os seus reflexos marcaram as diretrizes tomadas pela Igreja Católica brasileira na primeira metade do século passado, uma vez que compreenderam a imprensa como instrumento para aquilatar a sua presença e atuação na sociedade; e por a entenderem como um canal privilegiado na defesa da doutrina, na reivindicação de direitos, no combate aos adversários e, principalmente, para informar e formar os/as católicos/as no país.

No início do século XX, eclesiásticos e fiéis, através das Conferências Episcopais e Congressos Católicos (nacionais e regionais), começavam uma nova fase de reorganização e coordenação de sua atuação na sociedade. Nessa conjuntura, a imprensa católica passara a ter mais destaque conforme as pautas e programas das conferências e congressos realizados em todas as regiões do Brasil. Em 1915, algumas normas e orientações acerca da imprensa foram apresentadas na Pastoral Coletiva¹⁹⁹, na qual dois pontos mereceram destaques: a fundação de um periódico diário com abrangência nacional e a organização e centralização das publicações. Pelo que podemos identificar, o projeto da criação de um jornal católico diário não obteve êxito, mas a coordenação e concentração das questões referentes ao jornalismo católico tornaram-se uma realidade com a fundação do Centro da Boa Imprensa²⁰⁰ e Liga da Boa Imprensa²⁰¹.

Com essas iniciativas, a Igreja Católica brasileira demonstrava estar em sintonia com as diretrizes da Santa Sé, pois introduziam a imprensa no conjunto dos instrumentos a serem utilizados na evangelização da sociedade, bem como no combate aos discursos propagados pelos “maus periódicos”. A publicação de

¹⁹⁹ Durante a conferência do episcopado meridional realizada em janeiro de 1915, na cidade de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, foi promulgada a chamada Pastoral Coletiva de 1915. Nessa mesma época, os bispos do episcopado setentrional também pretendiam realizar uma assembleia para redigir suas normas, mas ao receberem as resoluções e determinações dos eclesiásticos meridionais, ficaram tão satisfeitos com o resultado que decidiram adotá-lo na íntegra. Desta forma, a Pastoral Coletiva de 1915, tornou-se o documento canônico que iria reger a Igreja Católica brasileira até 1939, data da realização do Concílio Plenário Brasileiro. Por fim, ressaltamos que, na Pastoral Coletiva de 1915, foram definidas as normas para a fundação da Associação da Boa Imprensa, as quais estão consignadas no cânon 109. Sobre a Pastoral Coletiva de 1915, indicamos a leitura de: SCHERER, Irineu Roque. **Concílio plenário na Igreja do Brasil: a Igreja no Brasil de 1900 a 1945**. São Paulo: Paulus, 2014. / LIMA, Maurílio César de. **Breve história da Igreja no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2004.

²⁰⁰ O Centro da Boa Imprensa era o órgão que deveria nortear a reorganização da imprensa católica em todo país. As suas principais finalidades seriam: auxiliar os bons periódicos que aceitassem o seu programa de ação; difundir os bons jornais, revistas e livros de literatura; favorecer a fundação e manutenção de periódicos; formar jornalistas e escritores; amparar jornalistas católicos na indigência; favorecer aos jornais, revistas, pertencentes à coligação, artigos dos melhores escritores, sobre todas as questões; servir de intermédio com os centros estrangeiros; fornecer informações seguras sobre acontecimentos importantes e sobre o que se entender com a defesa da Igreja e de seus ministros; promover a publicação de bons livros, originais ou traduzidos; auxiliar a fundação de bibliotecas populares e círculos de leituras; e promover congressos, reuniões, conferências, exposições etc. (Cf.: SOARES, Ismar de Oliveira. **Do Santo Ofício à libertação: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1988, p.186).

²⁰¹ A Liga da Boa Imprensa foi criada com a finalidade de ser um órgão de auxílio administrativo e financeiro para o Centro da Boa Imprensa; que além do recolhimento de uma contribuição mensal, deveria incentivar seus membros a rezarem pelo sucesso da obra, contribuírem para o desenvolvimento de bons periódicos e para a fundação de bibliotecas católicas. (Cf.: ALMEIDA, Cláudio Aguiar. **Meios de comunicação católica na construção de uma ordem autoritária: 1907/1937**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 54-55).

diversas Cartas Pastorais²⁰², por bispos e arcebispos, sobre a questão da “boa imprensa” na primeira metade do século passado, demonstra a preocupação dos prelados ao colocar esta temática como relevante na prática religiosa de seus diocesanos (clérigos e leigos). Conforme o historiador Oscar de Figueiredo Lustosa:

As Cartas Pastorais sobre a Imprensa Católica são todas elas redigidas sob o influxo de acontecimentos importantes ou sob a pressão de circunstâncias expressivas. Em geral, o lançamento delas está ligado ou à criação e circulação de um jornal católico na diocese, ou à instalação de uma filial da Boa Imprensa (a Liga ou Associação), ou ainda á fixação do Dia da Boa Imprensa com consequente coleta de recursos financeiros para o periódico diocesano²⁰³.

Nesse sentido, algumas Cartas Pastorais foram lançadas em dioceses e arquidioceses de diferentes regiões do país, com o objetivo de demonstrar à comunidade católica a importância e/ou função que a imprensa representava no meio social e no programa pastoral. Na perspectiva dos eclesiásticos, a imprensa católica além de estabelecer uma estreita relação da comunidade religiosa com as questões mundiais, nacionais e regionais, ela poderia desempenhar um relevante trabalho em acompanhar, analisar, interpretar e noticiar a opinião pública presentes no dia a dia da comunidade local – leiga ou religiosa.

Em resumo, a conclusão que parece mais natural é de que a expressão Imprensa Católica não se esgota no simples fato dos jornais serem feitos por católicos, nem simplesmente no fato de tratarem de temas sobre a doutrina e a vida da Igreja. Mas o que a caracteriza é um modo e uma atitude específicos na concepção do periodismo, derivados de sua vinculação orgânica com a missão da

²⁰² As Cartas Pastorais, sejam coletivas ou individuais, representavam verdadeiros instrumentos de comunicação entre a hierarquia eclesial e os/as leigos. Segundo o historiador Oscar de Figueiredo Lustosa, elas possuem “[...] instruções mais elaboradas, dirigidas aos diocesanos – clero e leigos – sobre assuntos de relevância na vida da Igreja regional, concernentes à fé ou aos costumes, e também sobre problemas concretos da comunidade. A abordagem e a análise que o bispo faz para seus súditos das questões fundamentais integram-se ao quadro de desafios que ele, como responsável daquela parcela do povo cristão, julga necessário esclarecer e, se possível, equacionar. Um Carta Pastoral, no esquema do ministério episcopal, se constitui em documento de primeiro plano em nível de orientação oficial e de ensinamento”. (LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (Sel. e Int.). **Os bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Loyola, 1983, p. 22). Grifo original.

²⁰³ Ibid., p. 23. Grifo original.

Igreja, em cada época e em cada conjuntura do processo concreto vivido pela comunidade eclesial²⁰⁴.

Dessa maneira, algumas lideranças do clero brasileiro passaram a defender e estimular a criação de periódicos em suas localidades, de norte a sul do país, na tentativa de concretizar um projeto de integração nacional em torno da “boa imprensa”. Em 10 de abril de 1898, Dom José de Camargo Barros, bispo da Diocese de Curitiba, publicou a carta pastoral “Em favor da imprensa católica”, para demonstrar ao clero e aos fiéis o seu apoio ao periódico “Estrela da Manhã”, que acabara de entrar em circulação naquela cidade. Na carta, ele recomenda ao clero e fiéis que, mesmo não sendo um órgão oficial de sua diocese, amparem-no e contribuam como puder para o êxito dessa publicação, visto que “nos tempos atuais, a imprensa católica é uma obra pia utilíssima, grandemente necessária e igualmente santa e por isso constante e energicamente recomendada pelos Sumos Pontífices e Bispos do obre católico”²⁰⁵.

Os jornais passam a ser vistos como uma extensão do púlpito, um instrumento mais dinâmico e de maior alcance para a propagação da evangelização, uma vez que a sua distribuição e/ou leitura se faz no seio das famílias, praças, cafés, restaurantes, lojas, trens etc. Sendo assim, ágil emissária das informações, a imprensa transmite em todos os lugares os conselhos e ensinamentos da Igreja Católica; além de auxiliar os eclesiásticos a combaterem a “má imprensa” que naqueles dias, em sua visão, era amplamente utilizada para descristianizar a sociedade. Esse contexto reforça a importância dos católicos terem a sua própria imprensa, da mesma forma que a têm a política, a ciência, a arte, o comércio e associações para defenderem as suas ideias e programas quando se veem ameaçados. Para o bispo, esses argumentos deveriam ser suficientes para que clero e leigos se empenhassem para o êxito do periódico “Estrela da Manhã”, especialmente através das seguintes ações:

1.º tomando e pagando, senão cada católico, ao menos cada família uma assinatura; 2.º enviando-se à redação um auxílio qualquer para

²⁰⁴ Ibid., p. 29. Grifo original.

²⁰⁵ BARROS, Dom José de Camargo. Em favor da imprensa católica. In: LUSTOSA, op. cit., p. 34.

a aquisição de uma tipografia própria; 3.º divulgando-se e propagando-se, por toda parte, o conhecimento da folha²⁰⁶.

Os posicionamentos e recomendações de Dom José de Camargo Barros nessa carta pastoral mostram claramente a dependência que a funcionalidade dos periódicos católicos tinha do auxílio financeiro e propagação por parte do clero e dos leigos. A eles caberia investir esforços para a realização e consolidação do projeto da “boa imprensa”. Na percepção da Igreja Católica brasileira, o êxito dessa empreitada representava um importante instrumento para enfrentar, se defender e denunciar as acusações de seus adversários. Nesse sentido, em 07 de março de 1902, Dom Eduardo Duarte Silva, bispo da Diocese de Goiás se dirigiu ao clero e fiéis de sua diocese através da carta pastoral “Os abusos e males da imprensa”. Nela enfatiza-se a imprensa como uma “portentosa e admirável descoberta, que veio abrir para o mundo o caminho da ciência; um invento providencial destinado a civilizar e instruir o homem, recolhendo-o no amplexo de uma só família”²⁰⁷.

Em seguida, afirma que os periódicos teriam como missão denunciar os abusos correntes no destino das nações, uma vez que eles esclarecem e dirigem a opinião pública, encaminhando-a para o bem ou para o mal. Seriam os grandes responsáveis pelo desenvolvimento do pensamento humano, pois sua circulação alcança homens e mulheres de diversas classes sociais, representando, assim, incalculáveis benefícios e males para a história da humanidade. Portanto, os eclesiásticos e fiéis deveriam ficar atentos à difusão das leituras que estavam sendo feitas, visto que: “Vemos o mundo inundado por um dilúvio de leituras antirreligiosas e imorais, que matando a fé e pervertendo os corações, levarão a sociedade necessária e fatalmente ao último extremo da degradação e da ignomínia”²⁰⁸.

A partir dessa constatação, o bispo de Goiás ressalta a importância do envolvimento de todos/as no desenvolvimento e/ou propagação de uma imprensa católica como resposta à má imprensa. Nesse momento, ressalta o trabalho que os padres dominicanos da província de Toulouse estavam desempenhando em sua diocese, a partir da publicação do jornal “Correio Católico”. Mas, deixa clara a sua insatisfação com a pouca tiragem que esse periódico possui, com a falta de apoio e

²⁰⁶ Ibid., p. 39.

²⁰⁷ SILVA, Dom Eduardo Duarte. Os abusos e males da imprensa. In: LUSTOSA, op. cit., p. 44.

²⁰⁸ Ibid., p. 46.

indiferença que a comunidade católica estava dando. Portanto, “Irmãos e Filhos muito amados, pedir-vos que vos interesseis com afinco na difusão do Correio Católico, não só assinando-o, como também esforçando-vos para que outros o assinem”²⁰⁹. Desta forma, não só estariam defendendo e difundindo a imprensa católica, mas também contribuindo para a propagação do Evangelho. Para isso, Dom Eduardo Duarte Silva convoca seus/as diocesanos/as a contribuírem, tanto financeiramente quanto com escritos, para o crescimento do jornalismo católico, mas exorta a estes/as que se amam a religião, a pátria, a sociedade, a família, a ciência, as letras, o bom senso e bons costumes, que se afastem das más leituras, ou seja, dos jornais não católicos.

Em Pernambuco, vários jornais de periodicidade díspare surgem na esteira desse processo, como “O Dia” e “A Crença”, a partir do Primeiro Congresso Católico de Pernambuco, que lança os alicerces da boa imprensa no Estado. Entre eles, o mais longo e bem sucedido, “A Tribuna Religiosa”. Nesse contexto:

O jornal é o baluarte da propaganda religiosa. Todo o propagandista por ofício como é o padre, ou por patriotismo divino, por amor da Santa Causa, não deve deixar de ter respeito a difusão da boa imprensa²¹⁰.

Dessa forma, para olhar o mundo com os olhos da Igreja, mas usando lentes da modernidade, o jornal passou a ser o porta-voz da arquidiocese, tendo variados temas no seu corpo, seja focando na localidade, no país ou notícias do mundo. As notícias da Igreja seriam o foco principal, mas não poderiam deixar de combater os excessos modernos²¹¹.

Todavia não foram apenas os jornais as “armas” usadas pelos católicos contra a Modernidade em Pernambuco. Uma revista também foi criada para auxiliar nesse processo. No entanto, seu público-alvo era a mulher. Ligada a Pia União das Filhas de Maria, associação católica criada com objetivo de disciplinar a atuação das

²⁰⁹ Ibid., p. 58. Grifo original.

²¹⁰ A PROPAGANDA. **Tribuna Religiosa**: órgão oficial da arquidiocese de Olinda. Recife, ano 6, n. 1, 06 jan. 1912, p. 01.

²¹¹ Sobre o jornal “A Tribuna Religiosa”, ver: SILVA, Severino Vicente. **Da guerra à neocrisandade**. Curitiba: Prismas, 2015. / AMARAL, op. cit., 2010.

mulheres dentro da Igreja, a revista tem o sugestivo nome de “Maria: revista das Congregações Marianas”.

Estamos com esse título, lidando com um modelo mítico de mulher. Maria, como os evangelhos apontam, mas toda uma coleção de escritos ao longo dos séculos, atendendo a interesses infinitos, superdimensionam suas capacidades de mãe, mulher devota, exemplo feminino. Diametralmente oposta a Eva, no Antigo Testamento, a imagem feminina que aparece no Novo Testamento dá a luz ao Messias, o redentor, em um contexto político conturbado e, assim, se torna uma figura importante da Igreja. No entanto, sua imagem passa por mudanças ao longo do século, principalmente no tocante ao modo como a mulher vem sendo percebida pela Cristandade.

Descrita como a Virgem nos evangelhos canônicos que abrem o Novo Testamento, conta, assim, a história da concepção, demonstrando como a então jovem recebeu dos céus um aviso que em seu ventre estava sendo gestado o filho de Deus.

Em várias religiões pagãs europeias e da Ásia Menor há a figura de uma deusa da fertilidade, como se pode perceber na mitologia fenícia, egípcia ou grega. Naquela região do mundo, de encontros e desencontros culturais, a figura feminina encontrada em Creta, por exemplo, com seus desnudos e segurando uma cobra teria poderes sobre a colheita e sobre o nascimento. A imagem de Maria, construída ao longo dos séculos, pode ter em si contida outras imagens estereotipadas de divindades da fertilidade.

Dentro da Igreja, desde o cristianismo primitivo começa a estabelecer o que a partir do Primeiro Concílio de Éfeso, em 431. Daí, toda uma iconografia, que certamente tem influência das deusas romanas, como Cibele, começa a emergir e templos dedicados a Maria aparecem, como a Basílica de Santa Maria Menor. Os protestantes não dão a mesma dimensão a Virgem Maria, não sendo assim, objeto de culto.

Na história da arte, o estereótipo de Maria como Mãe e mulher paciente que cuida do corpo de seu filho, piedosamente, é enfatizado, principalmente a partir do Renascimento. Como vemos nas várias Madonas, de Rafael, Donatello, Michelangelo e Da Vinci.

3.3. Os perigos da moda e dos costumes modernos

O periódico “Maria: revista das Congregações Marianas”²¹², como órgão da boa imprensa católica, tinha um papel definido de ser uma revista a serviço da Igreja no combate à Modernidade. Era uma revista mensal, filiada a Associação dos Jornalistas Católicos, sob a aprovação da Arquidiocese de Olinda e Recife, que tinha sua mesa diretora formada por eclesiásticos; seus artigos eram publicados por homens e mulheres ligados/as a Igreja Católica. Da data de sua fundação até outubro de 1940 era confeccionada pela gráfica da Imprensa Industrial, passando depois para a oficina do Jornal do Commercio, ambas situadas em Recife. A sua distribuição era feita para as outras cidades pernambucanas e, até mesmo, para outros Estados do país. As capas apresentam-se sempre com uma fotografia e/ou ilustração de página inteira ou enquadrada, tendo na parte inferior o nome do periódico e a referência à edição e ano do mesmo. As imagens das capas eram normalmente coloridas, já as contidas na parte de dentro eram sempre em preto e branco. Cada exemplar era constituído por um número de páginas que variava entre 25 e 40; geralmente suas páginas eram impressas em duas colunas.

Em março de 1938, quando celebrou seus 25 anos, publicou em sua edição de aniversário que seu programa seria: “Difundir o culto mariano, enaltecer a fecunda beleza moral da devoção admirável à excelsa Rainha da glória e agrupar as almas em torno do seu manto celeste”²¹³. Tinha como interesse também ser o órgão das congregações marianas. Algo que não ocorre totalmente, no entanto, os informes sobre essas comunidades aparecem ao longo dos números.

Ao longo de suas páginas, em várias seções, especialmente a “Página de Modas e Modos” e na coluna de notas “Respingando”, os editores da revista expunham as intenções da publicação como órgão da boa imprensa.

A alma contemporânea, diz-nos o Cardeal Cerejeira [Patriarca de Lisboa nos tempos de Salazar], debate-se numa crise terrível e caminha para a barbárie moral. Todos os recursos da nossa poderosa civilização não contribuíram senão para mostrar melhor a miséria moral do homem. No meio dessa crise moral, só a Igreja se

²¹² Neste trabalho, nos detemos a analisar a revista “Maria” entre os anos de 1937 e 1945. Contudo, ressaltamos que esse periódico começou a circular na capital pernambucana em abril de 1913.

²¹³ O SEU programa. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 26, n. 292, 1938, p. 30.

apresenta como a mestra, a fonte, o apoio inabalável da vida divina no mundo²¹⁴.

Em um texto satírico na seção “Página das Modas e Modos” no número duplo 296/297, referente aos meses de julho e agosto de 1938, temos nas páginas 136 e 137, há uma crítica aos bailes de dança. Conta-se um diálogo entre Dona Zizi “uma dessas mulherzinhas modernas”²¹⁵ que adorava dançar. Em determinado momento do baile em que estava, alguém chama a sua atenção, era “Zequinha, o maridinho moderno de hoje”²¹⁶ que foi buscar sua esposa. Que exclamando disse: “-Zizi, isto agora é demais, vamos. Você, uma mulher decente e desde as 20 horas que dança!”²¹⁷. Responde Zizi: “-Oh, meu Zequinha [...] estamos no século vinte. Divertimo-nos enquanto é tempo”²¹⁸. Mas acaba indo com o marido, no caminho discutem e ela passa mal e morre, “com sua roupinha de baile, com o seu cabelinho frisado e o seus beicinhos vermelhos”²¹⁹ e vai para a Eternidade, vestida da forma mais “moderna”, segundo a revista.

A dança é foco de um texto publicado no número 295, de junho de 1938. Citando um texto sem autoria, informando-nos que:

O tango, é imundo e sórdido, o fox-trot, cínico e descarado; a java, grosseira e baixa; o scotish espanhol, provocador e indecente; o shymmy e o azul, corrompidos e semelhantes ao mal de San-Guido; tudo isso é, numa síntese completa e perfeita, a devassidão e a prostituição toleradas pela sociedade moderna²²⁰.

Cita-se que “do ponto de vista médico todos os peritos sinceros são unânimes em reconhecer na dança a pior e a mais doentia excitação das jovens modernas [...]. A dança seria o “bolchevismo moral social”²²¹.

²¹⁴ A IGREJA e o mundo. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 29, n. 326-327, 1941, p. 2.

²¹⁵ CONTEIRAS, Guilherme. Do baile para a eternidade. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 26, n. 296-297, 1938, p. 136.

²¹⁶ Ibid., 136.

²¹⁷ Ibid., 136.

²¹⁸ Ibid., 136.

²¹⁹ Ibid., p. 137.

²²⁰ PÁGINA de modas e modos. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 26, n. 295, 1938, p. 103.

²²¹ Ibid., p. 103.

Em outro número (322-323, referente a setembro e outubro de 1940), em um texto do Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, Manoel da Silva Gomes, alerta para os perigos da moda em um recado as moças cristãs e especialmente as mães que vestem suas pequenas de modo inadequado na visão do arcebispo. Assim “parece inacreditável que se submetam a tais misérias [da modernidade] pessoas piedosas e até Filhas de Maria. Esses vestidos colados ao corpo, finos, em excesso e até transparentes são verdadeiros pecados de escândalo²²². Possivelmente, a moda seduzia até a mais puritana das católicas, como vemos no alerta do clérigo. Dessa maneira, era importante lembrar as moças católicas os perigos desses excessos aos quais as meninas são submetidas desde pequenas. O artigo publicado deveria “ser lido e explicado [...] em todas as Igrejas”²²³.

Na coluna “Respingando” de maio de 1937, n. 282 temos uma nota de interesses nesse combate à Modernidade, sobre o rádio. Aponta-se como o cinema, que seria “uma escolha: fala, grita e diz o que bem entende”²²⁴. Sendo um elemento que tanto pode servir ao bem, quanto ao mal. Ao longo da nota, vão sendo elencados os motivos que levam a escritora acreditar que ele poderia sofrer censura. Lembro que, no contexto de 1937, já estamos entrando num momento conturbado que o Governo Vargas enfrentava, principalmente pela oposição de esquerda e a de direita, assim, naquele ano, em 10 de novembro decreta o Estado Novo e implanta a censura no Brasil, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

No texto, é reforçado o caráter obsceno de alguns programas e de que “o Rádio de Pernambuco insiste nessas músicas carnavalescas que só respiram amor malsão, sensualismo e devassidão”²²⁵. Usando uma fala atribuída a uma pessoa não identificada, afirma que, em relação ao rádio, “é preciso policiá-lo, porque não consinto que em minha sala se ouçam ou ouçam meus filhos aquelas coisas indecentes”²²⁶. Por fim, “bem poderiam os que dirigem a nossa estação radio-difusora, saneá-la e faze-la mais grave e séria”²²⁷.

²²² GOMES, Manoel da Silva. Uma palavra que deve ser divulgada. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 28, n. 322-323, 1940, p. 179.

²²³ Ibid., 179.

²²⁴ O RÁDIO. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 282, 1937, p. 68.

²²⁵ Ibid., p. 68.

²²⁶ Ibid., p. 68.

²²⁷ Ibid., p. 68.

Em edições seguintes, nas páginas 151 e 152, do número 284-285, referente aos meses de julho e agosto de 1937, em texto de Claudia Savi “Como crianças”, temos uma visão sobre a infantilização das pessoas pela vida moderna. “Junto aquele cartaz indecoroso, com escritos infernais, está uma menina dos seus quatro anos. O meu primeiro ímpeto foi correr e arrancá-la dali”²²⁸, diz a autora, mas a menina estava revestida pela inocência, pois “no meio desta onda infernal de sensualidade, em que o teatro, o cinema, a praia, as vitrines, a rua a moda, os gestos vivem despojando novamente se suas vestes o Cordeiro Imaculado – passa pela terra sem nada aprofundar da miséria que te cerca”²²⁹. Ou seja, esteja no mundo, mas não seja parte dele, seja inocente como a criança citada para não entender o mal que te cerca.

Nesse sentido de estar no mundo, mas não comungar dele, no número duplo 290-291, referente ao meses de janeiro e fevereiro de 1938, encontramos nas páginas de “Respingando”, na nota “Concursos de beleza”, vemos uma nota sobre concursos de beleza, vistos como “perigo iminente a honra das jovens que a eles concorrem”²³⁰, pois, “é uma falta de vergonha desnudar-se em público uma filha de família e deixar que examinem e meçam as suas formas, como se foram animais de raça e criação”²³¹. Deixando um recado às Filhas de Maria “não pensemos que uma Filha de Maria seja capaz de se sujeitar a essas baixezas, porque a sua piedade e o regulamento a que se submete a afastam de semelhante afronta aos brios cristãos”²³², por fim, “elas tem necessidade de afastar as suas amigas que se porventura vissem a beira desse abismo moral”²³³. Dessa maneira, o Manual e todos os regulamentos da Pia União, que estabelecem regras rígidas como já mostrado anteriormente no capítulo II, é lembrado que sua fé e suas regras a recomendam de ter uma atitude condizente com seu papel de associada, como um exemplo de mulher católica num mundo moderno.

No mesmo número, na seção “Cruzada da Boa Imprensa”, há outro pequeno texto acerca dos concursos de beleza, especificamente um realizado pelos Diários

²²⁸ SAVE, Claudia. Como crianças. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 284-285, 1937, p. 151.

²²⁹ Ibid., p. 151.

²³⁰ CONCURSO de beleza. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 26, n. 290-291, 1938, p. 05.

²³¹ Ibid., p. 05.

²³² Ibid., p. 05.

²³³ Ibid., p. 05.

Associados naquele ano: “não bastam os escândalos de certas modas e modos, este feminismo mal estendido que arranca do lar a esposa e a filha para transformá-las num virago [mulher masculinizada] pernóstico e atrevido”²³⁴, há esses concursos onde “as nossas patriciazinhas desmioladas e estonteadas numa feira da vaidade, vão se expor aos olhares atrevidos dos admiradores e exploradores dos seus encantos de mulher”²³⁵. Portanto, a “Ação Católica, cabe nesta hora desempenhar a sua missão, o seu papel salvador e moralizador”²³⁶.

Nesse mundo moderno onde moças dançam desacompanhadas dos maridos até altas horas ou que participam de concursos de beleza, é “de suma necessidade a Religião Católica para protegê-la dos dardos certos dos inimigos ferrenhos que procuram tudo materializar”²³⁷. Em um dos textos nesse mesmo número, determina o papel da Igreja no mundo moderno, pois, sem a Igreja “os bons costumes desaparecem”²³⁸. “O progresso há de ser como resultado o engrandecer a religião e não destruí-la ou diminuí-la”²³⁹.

Os hábitos de leitura também eram alvo da revista. Em matéria “As más leituras” no número 366, as Filhas de Maria são alertadas sobre os perigos dos romances que, segundo o texto sua “leitura habitual [...] encerra quase sempre perigo. Afasta o coração de Deus, rouba o gosto das ocupações sérias, enche a alma de muitas coisas vãs”²⁴⁰. Citando um médico, sobre um livro de Emile Zola “a jovem que ler este livro, perderá de todo a nobreza de sentimentos”²⁴¹. Sendo assim, as Filhas de Maria deveriam se abster “de ler livros que não sejam absolutamente bons. Os pais devem velar pelas leituras que seus filhos fazem”²⁴². Seguindo essa lógica, em muitas contracapas da revista ao longo de seus anos, vemos as indicações de leitura e venda de títulos considerados fundamentais para uma jovem cristã. Hagiografias e livros de devoção são os mais indicados, dentre eles o que

²³⁴ CRUZADA da Boa Imprensa. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 26, n. 290-291, 1938, p. 12.

²³⁵ Ibid., p. 12.

²³⁶ Ibid., p. 12.

²³⁷ SOUZA e SILVA. A necessidade da religião. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 26, n. 290-291, 1938, p. 18.

²³⁸ Ibid., p. 18.

²³⁹ Ibid., p. 18.

²⁴⁰ AS MÁS leituras. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 32, n. 366, 1944, p. 77.

²⁴¹ Ibid., p. 77.

²⁴² Ibid., p. 77.

mais aparece citado é um de autoria do padre Luís Grignon de Montfort²⁴³, “O Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem Maria”, os livros de autoria do Cônego Xavier Pedrosa, como o “Compêndio de Literatura Cristã”, e também, “O escapulário do Carmo e a medalha”, do Frei Afonso Maria.

O próprio Cônego Alfredo Xavier Pedrosa²⁴⁴, nome importante da boa imprensa em Pernambuco, em texto no número duplo 286 e 287, de agosto e setembro de 1937, o qual tem por título “Histórias de amor... histórias sem pudor”, no qual adverte para os perigos do romance e da literatura indesejada para moças. “Hoje é tão perigoso ler um romance”²⁴⁵, diz alarmantemente, “as histórias do amor de que estão cheios os nossos romances, são hoje umas histórias de amor muito diferentes das que contou Bernardin de S. Pierre”²⁴⁶, sacramenta. Crítica nomeadamente o escritor José Lins do Rego, que a crítica abraça, mas que em seus livros “é tão clara a intenção de corromper e inclinar o coração para o terreno vil e escabroso das paixões desenfreadas”²⁴⁷. E mais, advertia que “a concepção do amor nos literatos de hoje está identificada com o instinto animal, com essa paixão estúpida que não conhece o dever moral e social de edificar, de estimular para o bem”²⁴⁸. Contra esses romances seria “preciso uma reação forte e corajosa”²⁴⁹.

O cinema também não passa incólume a crítica da revista. Em um texto na coluna Respingando (n. 280-281, de março e abril de 1937) afirma-se que o cinema “tem feito maior mal que bem”²⁵⁰. Pois, “as forças do inferno dele se prevalecem para perverter a juventude, para desviar o homem da virtude, para impressionar a alma humana”²⁵¹. Aqui novamente a ânsia da censura aparece com força, pois o autor defende, a partir da fala do Papa Pio XI²⁵², que era preciso “recomendar aos

²⁴³ Quem é

²⁴⁴ Nasceu em 1889, ordenou-se em 1912. Foi vice-reitor do Seminário de Olinda, no qual lecionou as disciplinas de literatura e retórica; membro da Academia Pernambucana de Letras; e nas décadas de 1910 e 1920 foi redator do jornal “A Tribuna” e, exerceu as funções de secretário, redator e redator-chefe da revista “Maria”. (Cf.: AMARAL, op. cit., 2010, p. 70. / SANTOS, Fernando Pio. **Apontamentos biográficos do clero pernambucano: 1535-1935**. Recife: APEJE, 1994, v. 2, p. 654).

²⁴⁵ PEDROSA, Xavier. Histórias de amor... Histórias sem pudor. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 286-287, 1937, p. 205.

²⁴⁶ Ibid., p. 205.

²⁴⁷ Ibid., p. 205.

²⁴⁸ Ibid., p. 205.

²⁴⁹ Ibid., p. 205.

²⁵⁰ O CINEMA. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 280-281, 1937, p. 32.

²⁵¹ Ibid., p. 32.

²⁵² Seu de batismo era Achille Ratti, nasceu em Milão, na Itália. Foi o 259º pontífice da Igreja Católica, exercendo seu pontificado de 06 de fevereiro de 1922 até 10 de fevereiro de 1939 (quando faleceu).

bispos a vigilância sobre as fitas cinematográficas e de insistir sobre a necessidade de censurar os filmes que são os transmissores de erros, de incitação das paixões”²⁵³.

Nele é citado o caso do Código Hays²⁵⁴, em que o seu criador, o advogado Will Hays, visitou Roma e conversou com o Papa sobre como o cinema americano estava sendo vigiado a partir de um restrito código que marcou por décadas a história de Hollywood no campo da moral. “Vamos marchar para uma época nova na arte de cinema. E é à Igreja que devemos essa elevação do cinema – escola de crime para o cinema – escola educadora da vida social”²⁵⁵. Desse modo, ações de cinema católico ou educativo são louvadas, como a Empresa Cinematográfica Cefas que tinha por finalidade criar um cinema “educativo nos propósitos, popular nos preços, honesto nos princípios, artístico nos programas, social nas preferências”²⁵⁶.

3.4. Imagens e textos sobre mulheres: a construção de um tipo feminino ideal nas páginas da revista *Maria*

Nos modos uma Filha de Maria não deveria ter excesso e nem se apegar as seduções modernas. Até nos seus modos de rir, deveria ser comedida como mostra o “Decálogo do Riso”, na coluna “Respingando” do número 295, publicado em junho de 1938.

Cf.: VATICANO. **A Santa Sé.** Sumos Pontífices. Pio XI. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/vatican/pt/holy-father/pio-xi.html>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

²⁵³ O CINEMA, op. cit., p. 32.

²⁵⁴ Código Hays foi um conjunto de regras para censurar o cinema americano a partir de 1930 quando da atuação do advogado presbiteriano, informação que não é dita na matéria, chamado Willian H. Hays. Uma série de temáticas eram proibidas como uso de drogas, cenas de sexo, adultério, suicídio e homossexualidade, por exemplo. Só nos anos 60 que o código começou a sofrer enfrentamentos com a abertura da chamada Nova Hollywood e diretores e filmes mais conectados a revolução sexual que ocorreu naqueles anos. Exemplos disso são os filmes *Hair* (1969) e *Midnight Cowboy* (1969). Sobre o código ver: GILBERT, Nora. **Better left unsaid: Victorian Novels, Hays Code Films, and the Benefits of Censorship.** Stanford: Stanford University Press, 2013.

²⁵⁵ O CINEMA. In: *MARIA: revista das congregações marianas*. Recife, ano 25, n. 280-281, 1937, p. 32.

²⁵⁶ EMPRESA Cinematográfica Cefas. **Maria: revista das Congregações Marianas**. Recife, ano 28, n. 322/323, 1940, p. 191. Sobre esse assunto, podemos citar a fala do Arcebispo do Pará, replicada pela coluna Respingando no número 295, na página 94, como exemplo do modo como a publicação encarava o cinema: “Mandamento. Gravíssimo pecado cometem os pais e mães e outros responsáveis pelas crianças que as deixam assistir a espetáculos cinematográficos contrários a moral. Antes, portanto, de lhes permitir a ida a algum ‘matinal’ ou ‘matinné’, ou a qualquer sessão cinematográfica, devem certificar-se de que os ‘films’ não são próprios para crianças, devem também fazê-las acompanhar de pessoas de inteira confiança. Recorde-se os pais e quantos cuidem de crianças de que hão de dar severas contas a Deus das almas que lhe foram confiadas e um só mau espetáculo pode ser fatal à salvação dessas crianças” (LUSTOSA, D. Antônio. As crianças e o cinema. *Maria: revista das Congregações Marianas*. Recife, ano 26, n. 295, 1938, p. 94).

- I. Não deves rir pouco demais, porque rir é saudável.
- II. Não deves rir demais, porque o rir demasiado te torna ridículo perante os outros.
- III. Ri, se puderes, das próprias dificuldades da tua vida; assim mostrarás que és mais forte que elas.
- IV. Não te rias dos defeitos alheios; ninguém é perfeito, nem mesmo tu.
- V. Não te rias de teus gracejos senão depois de tê-los terminado; do contrário lhes tirarás antecipadamente toda a graça.
- VI. Aprende a rir de coração como as crianças; se conseguires imitá-las, terás dado um grande passo na ciência da vida.
- VII. Não deves rir em tempo importuno; pois já tem custado lágrimas a muitos.
- VIII. Não deves rir muito alto, porque as gargalhadas causam má impressão.
- IX. Ainda que tenhas os dentes mais lindos do mundo, espera contudo a ocasião oportuna para rir.
- X. Deves rir somente quando o riso te vem do coração, pois só então o riso é verdadeiro, saudável e cativante²⁵⁷.

Em uma revista católica textos sobre a vida de santos são comuns, no caso da revista “Maria”, vemos ao longo de sua trajetória, incluindo os anos escolhidos para esta pesquisa, certa frequência de hagiografias e histórias edificantes de personagens importantes para a História da Igreja e, no caso dos Santos e Santos, o foco acaba sendo em algumas peculiaridades em via hagiográfica ou traço a ser sublinhado com o intuito de ser dar alguma admoestação ao leitor ou leitora.

Vemos o que dizem as páginas do número duplo 278-279, de janeiro e fevereiro de 1937, sobre Santa Bárbara²⁵⁸. Padroeira das tempestades, dos flagelos,

²⁵⁷ DIÁLOGO do riso. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 26, n. 295, 1938, p. 94.

²⁵⁸ Era filha única de um nobre chamado Dióscoro, que nasceu na cidade de Nicomédia, atual Izmit, na Turquia, em fins do século III. Contra a tradição católica que, por receio de deixa-la no meio de uma sociedade corrupta, seu pai resolveu trancá-la numa torre quando ainda era uma criança. Quando completou a idade para casar-se, seu pai lhe apresentou alguns pretendentes, mas a jovem recusou a aceitar qualquer um deles. Acreditando que a rejeição da filha em casar estava relacionada ao fato dela ter vivido vários anos trancada na torre, seu pai resolveu deixa-la visitar a cidade; nessa visita a jovem teve contato com alguns cristãos, os quais lhe falaram sobre os ensinamentos de Jesus, ela teria ficado tão encantada com as histórias que resolveu se batizar. Ao saber que a filha tinha se convertido ao cristianismo e, portanto, se negara a adorar aos deuses romanos, Dióscoro ficou tão furioso que denunciou a própria filha ao prefeito Matiniano, o qual mandou torturá-la até que a jovem renunciasse a sua fé, o que não teria acontecido. Portanto, ele a condenou a morte por degolação em praça pública. Bárbara foi levada pelas ruas da cidade, aos gritos de raiva da multidão que assistia a execução de sua condenação; na qual ela teve seus seios cortados e foi degolada pelo

protetora dos livreiros, dos mineiros, dos soldados e daqueles que “se dedicam a difusão das verdades da Fé e à instrução religiosa da mocidade”²⁵⁹. Na abertura do texto, temos as atribuições da santa, sendo que o mesmo acontece no caso da boa imprensa, como podemos perceber em outros textos na revista²⁶⁰.

É enfatizado seu caráter de virgem e mártir e, conta-se sua história de sofrimento e abnegação em nome de sua fé. Havia sido prometida em casamento, mas “resistiu às ameaças paternas e as seduções de todos os que, cativos de sua beleza, a queriam como esposa”²⁶¹, por conta de sua desobediência foi enclausurada numa torre e lá “instruindo-se melhor nas coisas da fé cristã e praticando a Religião, a foi sacrificar o seu próprio pai que, voltando de longa jornada, se enchera de furor ao saber dos progressos da sua crença”²⁶². Foi açoitada pela sua fé, segundo o relato, entregue por seu próprio pai.

Às donzelas cristãs Santa Bárbara oferece ainda um patrocínio, o da pureza virginal. [...] As moças cristãs deveriam ter Santa Bárbara como a sua protetora contra a vaidade das modas indecentes que, certamente, fazem tantos males a santidade dos lares e a santidade mesma da Religião²⁶³.

Em texto intitulado “Como crianças” em número mais adiante, no duplo 284-285, de julho e agosto de 1937, as leitoras e leitores são admoestados para serem como crianças inocentes em um mundo pecaminoso, “pois no Evangelho está categoricamente escrito: ‘se não vos tornardes como crianças, não encontrareis no

seu próprio pai. Conta-se que, quando a cabeça da jovem caiu ao chão, um forte trovão estrondou pelos ares e um relâmpago teria caído sobre Dióscoro, levando-o ao óbito. A festa de Santa Bárbara é celebrada no dia 04 de dezembro. (Cf.: PEDROSA, Xavier. Santa Barbara: razões de uma velha devoção. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 278-279, 1937, p. 02-06).

²⁵⁹ Ibid., p. 02.

²⁶⁰ Podemos ver essa questão da missão e da difusão da fé católica, por exemplo, em um texto sobre o apelo da propaganda católica e do perfil do sujeito que a faz. O texto endereçado a jornalistas católicos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, únicos estados com sessões da Ação da Juventude Católica. Demonstrando sua missão: “Somos a vanguarda da igreja, orientados pela Santa doutrina do santo evangelho. Somos homens que no silêncio da noite velamos pela moralidade social e manutenção do regime cristão” (AOS NOSSOS irmãos de fé, de ideal e de imprensa. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 278-279, 1937, p. 15) e na seção Cruzada da Boa imprensa, que aparece com regularidade no número da revista “Maria”, onde podemos perceber que a imprensa era uma espécie de apostolado e uma forma de fazer missão e levar a palavra do catolicismo ao mundo que estava sendo modernizado freneticamente.

²⁶¹ PEDROSA. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 278-279, 1937, p. 02.

²⁶² Ibid., p. 02.

²⁶³ Ibid., p. 05.

reino dos céus”²⁶⁴. Como podemos notar, a autora Claudia Save²⁶⁵ conta uma história de uma menina que se viu rodeada de cartazes indecorosos e que ela teve o ímpeto de afastar a criança das vistas desse elemento. No entanto, a pequena parece não se importar com a figura, devido a sua inocência, “era assim que eu queria ver sempre a tua alma: no meio desta onda infernal de sensualidade, em que o teatro, o cinema, a praia, as vitrines, a rua, a moda, os gestos vivem despojando novamente de suas vestes o Cordeiro”²⁶⁶.

Em outra edição o modelo de mulher descrito descarrega as tintas com as imagens da comemoração das bodas de prata da Pia União de Limoeiro do Norte – CE, mostrando com isso o alcance da revista para além do Estado pernambucano. Assim, os adjetivos que aparecem na coluna “Movimento Mariano”, na qual se encontra o texto sobre a festa, percebemos o uso de termos como “niveo de brancura lirial era o arauto do altar”²⁶⁷ da festa²⁶⁸. Onde se via “rosas de seda dispostas com elegância e arte, ressaltadas pelo fulgor dos círios”²⁶⁹, tudo era “muito delicado, muito distinto e terno como o sorriso da Virgem”²⁷⁰. Na procissão para celebrar as bodas daquela Pia União “todas de branco com os emblemas atravessaram processionalmente as ruas da cidade cantando cheias de entusiasmo”²⁷¹. A fotografia abaixo retrata as sócias que participaram dessa comemoração, tendo ao centro uma Filha de Maria vestida de preto – provavelmente retornado ao grupo após ficar viúva – e três eclesiásticos.

²⁶⁴ SAVE, Claudia. Como crianças. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 284-285, 1937, p. 151.

²⁶⁵ Colaborou com a revista “Maria” entre os anos de 1933 a 1939. Suas contribuições quase sempre eram escritos no formato de contos, os quais se debruçavam sobre temáticas devocionais e comportamentais. Infelizmente, não encontramos nenhuma informação biográfica dela, nem mesmo, nos exemplares pesquisados no periódico.

²⁶⁶ Ibid., p. 151.

²⁶⁷ LIMOEIRO - Ceará. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 28, n. 321, 1940, p. 158.

²⁶⁸ Ibid., p. 158.

²⁶⁹ Ibid., p. 158.

²⁷⁰ Ibid., p. 158.

²⁷¹ Ibid., p. 158.



Imagem 24: Pia União das Filhas de Maria de Limoeiro do Norte – CE²⁷².

A pureza e a castidade, características da cor branca e de tudo que envolve essas mulheres eram algo claro e límpido. Seres que estavam no mundo, mas que não pertenciam a este, tendo como missão salvar, limpar dos excessos das *coquettes* e das *vamps* de beijos vermelhos. Em poema de Virgínia de Figueiredo, que tem por título “O coração da Filha de Maria”, publicado no número 356 de julho de 1943, como editorial temos uma visão idealizada das características das filiadas à Pia União. Os seus corações deveriam ter como características: ser um “círio cintilante”, como um “lago cristalino”, ter um “materno perfil”, ser um “espelho terso a refletir”, em “tons angelicais”, como num “jardim de flores adorantes”. Sem excessos, reforçando as características espirituais de humildade e primazia pela vida regrada.

Portanto, uma Filha de Maria, como citado num texto intitulado “Desejo de uma Filha de Maria”, de autoria de “Maria”, no número 317, de abril de 1940, deveria proceder do seguinte modo: “Jesus, quero dar tudo por todos e tudo a todos”²⁷³, pois “o amor é sacrifício, é dedicação de si mesmo e aquela que ama a Jesus deverá dar tudo por seu amor!”²⁷⁴. Noutra edição, temos um texto intitulado de “Garotas de Hoje”, descrevendo o modelo não recomendado que as Filhas de Maria não deveriam seguir.

As “Filhas de Eva” são descritas como tendo “olhos brilhantes, lábios escandalosamente pintados de vermelho, qual pimentão maduro, cabelos louros

²⁷² Fonte: MARIA: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 28, n. 321, 1940.

²⁷³ MARIA. Deseja de uma Filha de Maria. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 28, n. 317, 1940, p. 41.

²⁷⁴ *Ibid.*, p. 41.

‘naturalmente’ pela ‘água oxigenada’²⁷⁵. Posteriormente, na conversa ficcional, a personagem feminina com essas características é descrita usando gírias e adepta da vida moderna. Gostando de cinema, de cigarros e de variadas amizades masculinas. Em suma, um modelo de mulher ligado, nos dizeres da revista, “a evolução do modernismo”²⁷⁶. Essa mulher de hábitos masculinizados, moderna e exagerada, caricatural, seria o resultado do afastamento da vida religiosa, dos braços da Igreja. Assim, em um mundo que está à beira da destruição por essas “Evas”, é que as Filhas de Maria deveriam dar o exemplo e o purificar.

Na edição dupla 280 e 281, referente a março e abril de 1937, temos a história de Santa Luiza de Marillac²⁷⁷, fundadora das irmãs de caridade São Vicente de Paula, grupo feminino, foi canonizada em 11 de março de 1934 (dia que se celebra a sua festa litúrgica) pelo Papa Pio XI; ela é considerada pela Igreja como patrona das Obras Sociais. No texto sobre sua vida é acentuado o caráter de sua obra, num artigo de Virginia de Figueiredo²⁷⁸, no qual conta-se a sua opção de vida, pois foi obrigada a se casar, mas, “um tio de Luiza [...] padre muito piedoso e esclarecido, serviu-lhe de consolador e conselheiro”²⁷⁹, no entanto, ela acabou aceitando o casamento, mas ao longo de sua vida, auxiliou na fundação de várias

²⁷⁵ GAROTAS de hoje. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 28, n. 321, 1940, p. 151.

²⁷⁶ *Ibid.*, p. 151.

²⁷⁷ Santa Luiza de Marillac nasceu em 1561, em Paris. Ainda muito uma criança, ficou orfã de mãe, sendo levada por seu pai ao Mosteiro de São Luís, em Poissy, onde recebeu das irmãs dominicanas uma formação cristã, aprendeu a ler e escrever. Após a morte de seu pai, quando ela tinha 13 anos, a jovem passou aos cuidados do seu tio, Miguel de Marillac. Em 1613, casou-se com Antonio Le Gras, secretário da rainha Maria de Medicis; com ele teve um filho, a quem deu o nome de Miguel. Após a morte de seu marido, Luiza coloca seu filho numa pensão religiosa. Em seguida, a senhorita Le Gras entra em contato com o padre Vicente, que a guia na vida espiritual e na obra de auxílio aos mais pobres. Em 1629, o padre a nomeia como sua representante junto as Damas de Caridade. Em 1633, com o consentimento do padre Vicente, Luiza reúne um grupo de camponesas em sua casa com intuito de formá-las na fé cristã. Onde anos depois, juntamente com outras quatro mulheres fazem seus votos e se oferecerem totalmente para o serviço de Cristo na pessoa dos mais pobres, dando assim, origem a Companhia das Filhas de Caridade. Após uma vida dedicada aos mais humildes, Luiza de Marillac faleceu em Paris, no ano de 1660. (Cf.: FIGUEIREDO, Virginia C. Santa Luiza de Marillac. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 280-281, 1937, p. 39).

²⁷⁸ Virginia de Figueiredo nasceu em 1879, na cidade do Recife. Exerceu o magistério no interior e capital do Estado pernambucano. Era filha do poeta romântico Firmino de Figueiredo; prima dos pintores Pedro Américo e Aurélio de Figueiredo. Foi sócia de uma Pia União das Filhas de Maria, do bairro da Estância. Era uma das colaboradoras mais assíduas da revista “Maria”, contribuindo com suas poesias, prosas e músicas, desde o início do periódico até dezembro de 1960, quando já se encontrava doente e internada em um hospital. Ela faleceu em janeiro de 1961. (Cf.: AZEVEDO, Ody; CALDAS, Terezinha. Uma homenagem. Virginia de Figueiredo: a cantora de Nossa Senhora. **Maria**: órgão da Federação das Filhas de Maria. Recife, ano 50, mar./abr., 1961, p. 08-09).

²⁷⁹ FIGUEIREDO, op. cit., 1937, p. 39.

irmandades para dar “auxílio espiritual e temporal aos pobres”²⁸⁰, tendo sido auxiliar de São Vicente de Paulo.

Interessante notar o modo como a vida da Santa é contada é que suas escolhas não acabam sendo suas, mas movidas pelas mãos e conselhos de homens, sendo ela coadjuvante de um santo bem conhecido da Igreja e canonizada muito tempo após ele.

No editorial do número 288, de novembro de 1937, é citada a vida de Santa Cecília ²⁸¹, padroeira dos músicos. Acentua-se em sua vida o caráter de distanciamento do paganismo, numa clara alegoria do papel das Filhas de Maria no mundo moderno. “Vivendo no fausto e entre os mil perigos do paganismo, o seu caráter sem jaça tanto mais experimentava repugnância daquele ambiente de idolatria” ²⁸². Tornou sua vida algo conectado às questões dos céus, mesmo prometida, casou-se, mas acabou falecendo junto de seu marido, ainda permanecendo virgem e defendendo até o fim sua religião.

A figura das santas e de sua resistência ao paganismo e o seu martírio em nome da fé é uma constante nesses textos, sendo, na realidade, a ideia básica, repetida com diversas roupagens, ao longo dos números da revista. Isso pode ser percebido também em um hino de autoria de Virginia de Figueiredo, chamado “Hino a Santa Inês”, padroeira da Pia União.

Na canção é relembrada sua história de mártir e de exemplo a ser seguido:

²⁸⁰ Ibid., p. 39.

²⁸¹ Cecília lhe contou que era cristã e havia feito um voto a Deus de preservar a sua virgindade. O jovem teria ficado tão impressionado com as suas declarações, que respeitou a sua vontade e se converteu naquele mesmo momento. No dia seguinte, Valeriano relatou ao seu irmão Tibúcio o que havia acontecido, conseguindo também convertê-lo. Conta-se que o prefeito de Roma, Turcius Almachius, ficou sabendo da conversão dos dois irmãos e os denunciou ao tribunal, exigindo que eles renunciassem a nova fé, caso contrário, seriam condenados à morte; ambos por terem se recusado, terminaram sendo decapitados. Em seguida, Turcius intimou a jovem, perguntando-lhe onde estavam os tesouros dos dois irmãos já mortos, mas ela já havia distribuído os bens aos pobres. Furioso ao saber o que Cecília tinha feito, ele ordenou que ela fosse levada ao templo e obrigada a adorar aos deuses romanos, mas ao chegar lá, teria negado a fazer tais adorações. Portanto, o prefeito ordenou que a trancassem num balneário, no qual deveria ser asfixiada por vapores e banhos quentes; mas milagrosamente, ela teria saído intacta. Revoltado, Turcius ordenou que ela fosse decapitada; três golpes teriam sido dados, mas mesmo assim, a sua cabeça não teria se separado do tronco. Após os golpes, Cecília caiu por terra e permanecendo três dias na mesma posição, cantando a Deus até falecer. Santa Cecília é considerada a padroeira dos músicos e sua festa é celebrada no dia 22 de novembro. (VARAZZE, op. cit., 2003, p. 941-947).

²⁸² EDITORIAL. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 288, 1937, p. 213.

Protetora das Filhas de Maria,/ Nobre, humilde, inocente, Santa Inês;/ Para seres da mocidade o guia,/ Valorosa, ilibada, Deus te fez”²⁸³. Assim, a Santa e sua vida é importante, pois “Para exemplo da incauta mocidade,/ Deus te pôs. neste mundo sedutor,/ Como pôs entre enganos a verdade,/ Como em brenhas de espinhos pôs a flor”²⁸⁴.

Da mesma maneira que Inês, as moças da Pia União deveriam seguir “conservando a inocência batismal” em um mundo de excessos, deveriam ser “alma forte, num corpo de menina”.

Essa aura de mulher pura e edificada era construída a partir do respeito às regras do Manual da Pia União das Filhas de Maria, como já mostrado em capítulo anterior, no entanto a revista e suas matérias, de um modo específico àquelas endereçadas as mulheres, funcionam como um complemento às regras descritas no livro. Dessa forma, por exemplo, ao longo do ano, como aponta o Regulamento, as Filhas de Maria deveriam fazer retiros espirituais. De um modo geral, esses retiros ocorriam durante o Carnaval ou páscoa. Todas as Pias Uniões, da capital ao interior do Estado, faziam tal procedimento.

Em maio de 1937, no número 282, temos o relato de autoria de “Uma filha de Maria”, contando sobre as atividades do retiro da Pia União de Gravatá. As filiadas “tomaram parte dos santos exercícios” e as “pregações estiveram a cargo do Revmo. Padre José Florentino que, com sua palavra santa e profundamente sábia de sacerdote, fez descer com veemência sobre as nossas almas a luz radiosa das verdades eternas”²⁸⁵, o referido retiro teve duração de três dias e ao seu final foram entregues insígnias e entoado o hino oficial das Filhas de Maria.

Em 1945, na publicação do número duplo 11-12, referente as meses de novembro e dezembro, há uma matéria sobre o primeiro retiro espiritual das Filhas de Maria de Carnaúba, sertão do Estado. A programação, assim como nas outras matérias, não é descrita de modo específico. Permanece o padrão de três dias, com pregações de um pároco que para as participantes foram “dias de reflexões, de arrependimento, de paz e de resoluções. Dias que passamos bem agasalhadas sob

²⁸³ FIGUEIREDO, Virginia. Hino a Santa Inês. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 26, n. 290-291, 1938, p. 14.

²⁸⁴ Ibid., p. 14.

²⁸⁵ UMA FILHA de Maria. Retiro da Pia União das Filhas de Maria da Paróquia de Gravatá. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 282, 1937, p. 84.

o manto da Virgem Santíssima e unidas a Jesus Sacramentado”²⁸⁶. E em abril de 1940, o retiro das Filhas de Maria de Vitoria é noticiado, seguindo a mesma dinâmica. Três dias, com momentos de oração e contemplação, seguindo-se o encerramento com “missa festiva e comunhão geral”²⁸⁷, onde as Filhas de Maria receberam a benção apostólica, tendo sido cantado o Te Deum²⁸⁸ e ao final a recepção às novas congregadas e a posse da diretoria.

Vemos que o retiro é um momento de conexão espiritual, mas também de reorganização interna com a posse de uma nova diretoria e a entrada de novas filiadas, ampliando o grupo, serve para religar os laços e reafirmar o papel das congregadas. Esses retiros são momentos de contemplação e de reflexão para que elas se lembrem de seu papel como uma Filha de Maria. São dogmatizadas e relembram das regras a seguir. Ao reafirmarem seu *modus vivendi*, entendemos que essas práticas são atualizadas a partir das cerimônias as quais estavam submetidas, entre elas os rituais do retiro e suas reflexões a fazem lembrar de seu papel.

Nesse recurso à meditação, os retiros, o uso do manual e as matérias presentes na revista “Maria” contribuem para que as Filhas de Maria não esqueçam o que devem e não devem fazer. Dessa maneira, a partir do exterior, molda-se um interior, arraigam-se comportamentos, limitam-se desejos e incentiva-se a castidade, a pureza, ser um exemplo de mulher ao mundo dominado pelos excessos da

²⁸⁶ FERNANDES, Adaltiva. O primeiro retiro espiritual em Carnaúbas. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 33, n. 11-12, 1945, p. 184.

²⁸⁷ UMA FILHA de Maria. Retiro espiritual das Filhas de Maria de Vitória. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 28, n. 317, 1940, p. 55.

²⁸⁸ A Vós, ó Deus, louvamos e por Senhor nosso Vos confessamos. / A Vós, ó Eterno Pai, reverencia e adora toda a Terra. / A Vós, todos os Anjos, a Vós, os Céus e todas as Potestades; / A Vós, os Querubins e Serafins com incessantes vozes proclamam: / Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus dos Exércitos! / Os Céus e a Terra estão cheios da vossa glória e majestade. // A Vós, o glorioso coro dos Apóstolos, / A Vós, a respeitável assembleia dos Profetas, / A Vós, o brilhante exército dos mártires engrandece com louvores! / A Vós, Eterno Pai, Deus de imensa majestade, // Ao Vosso verdadeiro e único Filho, digno objeto das nossas adorações, / Do mesmo modo ao Espírito Santo, nosso consolador e advogado. // Vós sois o Rei da Glória, ó meu Senhor Jesus Cristo! / Vós sois Filho sempiterno do vosso Pai Onipotente! / Vós, para vos unirdes ao homem e o resgatares / não Vos dignastes de entrar no casto seio duma Virgem! // Vós, vencedor do estímulo da morte, / abristes aos fiéis o Reino dos Céus, / Vós estais sentado à direita de Deus, / no glorioso trono do vosso Pai! // Nós cremos e confessamos firmemente / que de lá haveis de vir a julgar no fim do mundo. // A Vós portanto rogamos que socorrais os vossos servos / a quem remistes como vosso preciosíssimo Sangue. / Fazei que sejamos contados na eterna glória, / entre o número dos vossos Santos. // Salvai, Senhor, o vosso povo e abençoai a vossa herança, / E regei-os e exaltai-os eternamente para maior glória vossa. / Todos os dias Vos bendizemos / E esperamos glorificar o vosso nome agora e por todos os séculos. / Dignai-Vos, Senhor, conservar-nos neste dia e sempre sem pecado. / Tende compaixão de nós, Senhor, / compadecei-Vos de nós, miseráveis. / Derramai sobre nós, Senhor, a vossa misericórdia, / pois em Vós colocamos toda a nossa esperança. / Em Vós, Senhor, esperei, não serei confundido. (TE DEUM. Disponível em: <<http://www.catolicoorante.com.br/oracao.php?id=113>>. Acesso em: 10 dez. 2017).

modernidade. O processo de normalização e elaboração de uma figura idealizada de mulher faz parte do ambiente religioso que estão inseridas.

Nesse contexto, as mulheres da Pia União, através do seu modo de ser, construído a partir dos modelos de santas e outros símbolos femininos que aparecem nas páginas da revista “Maria”, acabam sendo conduzidas ou tuteladas pela figura paterna, mesmo em momentos nos quais aparecem como parte da estrutura de poder de uma associação como a Pia União, sendo descrito um processo de escolha as ocupantes dos cargos de direção da Confederação da Pia União na Arquidiocese de Olinda e Recife.

Em 10 de dezembro de 1936, temos o relato desse processo, o qual foi publicado na primeira edição do ano seguinte. “Foram apresentados os nomes para os diferentes cargos”²⁸⁹, vindas das Pias Uniões de Afogados, São José, Madre de Deus, Boa Vista, Colégio São José, Eucarístico, Capela da Iputinga, Convento da Glória, Asilo de Mendicidade, Santa Tereza e Igreja da Misericórdia (as últimas de Olinda), apontando uma concentração de Pias Uniões em regiões de classe média e arrabaldes onde as famílias tradicionais da cidade residiam. No evento, presidido pelo Cônego João Olympio dos Santos²⁹⁰, assistente eclesiástico da Confederação, com as escolhidas na votação eleitas para os seus cargos, a posse seria dada pelo arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, Dom Miguel de Lima Valverde, em data que seria definida. Em locais de poder, mesmo sendo ligados as mulheres, a condução dos trabalhos e a chancela da posse e da atuação advêm de homens poderosos que escolhiam e determinavam onde essas moças poderiam exercer seu papel de Filha de Maria.

Por isso, as imagens que emergem da atuação das mulheres, quase sempre tuteladas pelo sexo masculino, são envoltas em uma aura de piedade, brancura e inocência. A profissão mais citada é, sem dúvida, a de professora, que coaduna com o papel social que a Igreja gostaria de construir. É o caso observado em uma nota curta no mesmo número onde aparece a biografia de Santa Bárbara²⁹¹, um pequeno

²⁸⁹ CONFEDERAÇÃO das Filhas de Maria. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 278-279, 1937, p. 17.

²⁹⁰ Nasceu em 1890, ordenou-se em 1914. Foi Pró-vigário geral da Arquidiocese de Olinda e Recife; diretor das Ligas de Jesus, Maria e José da Confederação Mariana; professor da Escola Normal Oficial. (Cf.: SANTOS, op. cit., 1994, p. 780-781).

²⁹¹ Era filha única de um nobre chamado Dióscoro, que nasceu na cidade de Nicomédia, atual Izmit, na Turquia, em fins do século III. Contra a tradição católica que, por receio de deixa-la no meio de

texto em que aparece a filha do Coronel Pedro Américo Galvão no dia da sua formatura para o magistério no Colégio São José, localizado na cidade do Recife.



Imagem 25: Filha do Coronel Pedro Américo Galvão²⁹².

Em outra matéria, temos uma nota sobre a formação de novas professoras na Academia Santa Gertrudes em Olinda. Salientava o papel das jovens “formadas nas letras e numa vida cristã que lhes forneceu moldes seguros de educar a nossa juventude”²⁹³. Esse papel é reforçado no discurso do paraninfo Cônego Xavier Pedrosa, editor da revista “Maria”, em outra formatura de professoras no Colégio Santa Gertrudes em 1945.

Irão ser confiados aos vossos cuidados, as crianças da nossa terra, isto é, aquelas criaturinhas que deverão renovar gerações e hão de

uma sociedade corrupta, seu pai resolveu trancá-la numa torre quando ainda era uma criança. Quando completou a idade para casar-se, seu pai lhe apresentou alguns pretendentes, mas a jovem recusou a aceitar qualquer um deles. Acreditando que a rejeição da filha em casar estava relacionada ao fato dela ter vivido vários anos trancada na torre, seu pai resolveu deixá-la visitar a cidade; nessa visita a jovem teve contato com alguns cristãos, os quais lhe falaram sobre os ensinamentos de Jesus, ela teria ficado tão encantada com as histórias que resolveu se batizar. Ao saber que a filha tinha se convertido ao cristianismo e, portanto, se negara a adorar aos deuses romanos, Dióscoro ficou tão furioso que denunciou a própria filha ao prefeito Matiniano, o qual mandou torturá-la até que a jovem renunciasse a sua fé, o que não teria acontecido. Portanto, ele a condenou a morte por degolação em praça pública. Bárbara foi levada pelas ruas da cidade, aos gritos de raiva da multidão que assistia a execução de sua condenação; na qual ela teve seus seios cortados e foi degolada pelo seu próprio pai. Conta-se que, quando a cabeça da jovem caiu ao chão, um forte trovão estrondou pelos ares e um relâmpago teria caído sobre Dióscoro, levando-o ao óbito. (Cf.: PEDROSA, Xavier. Santa Barbara: razões de uma velha devoção. *Maria*, op. cit., 1937, p. 02-06).

²⁹² Fonte: MARIA: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 278-279, 1937.

²⁹³ NOVAS professoras. *Maria*: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 31, n. 350-351, 1943, p. 03.

passar, e constituir os elementos renovadores de todas as esperanças e de todas as responsabilidades da Pátria e da Religião [...] Já meditastes seriamente na responsabilidade que ides assumir?²⁹⁴.

Adverte o Conego que “educar, ensinar não é somente meter na alma juvenil as letras, a ciências, os conhecimentos necessários à vida prática, e sobretudo, formar corações, forjar almas para a Pátria, para a mocidade e para a família”²⁹⁵. Lembrando Jesus, diz a para as futuras professoras que “vós sois o sal da terra... vós sois a luz do mundo”²⁹⁶. Em um contexto conturbado para a Igreja, salienta que:

em um tempo como o que vivemos, quando são tantos os laços armados à inocência e a inexperiência da juventude, quando o cinema, os teatros, os escândalos das ruas, a Imprensa sempre escrupulos, as reuniões, as praias de banho, os próprios [ilegível] paternos são tão perigosos à formação do caráter, da virtude, da moral pública e social, as escolas ao menos devem ser um abrigo e um amparo à criança²⁹⁷.

O Conego lembra o exercício da profissão dessas mulheres com as crianças, especialmente analisando as famílias na criação dos alunos, e alerta novamente para os perigos do mundo. Adiciona a essas responsabilidades, elementos pátrios “de vós exige a pátria, a religião, a vossa consciência, essas mestras que aqui ficam, acompanhando-vos com o pensamento e com os votos de apostolado promissor”²⁹⁸. Delineia-se o papel da escola e a responsabilidade das futuras professoras de formar bons cidadãos e religiosos para o país.

A escola deve ser uma colmeia de intenso trabalho técnico, moral e espiritual em que se preparam a alma, o coração e a inteligência das crianças, sobretudo hoje, quando as deficiências da educação no lar, os obstáculos da vida pública e uma depravada literatura tantos prejuízos e dificuldades trazem para a educação puramente

²⁹⁴ PEDROSA, Xavier. Palavras de parafino. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 33, n. 05, 1945, p. 52.

²⁹⁵ Ibid., p. 52.

²⁹⁶ Ibid., p. 52.

²⁹⁷ Ibid., p. 52.

²⁹⁸ Ibid., p. 53.

doméstica não alicerçada numa cuidadora preparação religiosa da alma infantil²⁹⁹.

Outro momento de representar a imagem da mulher na revista “Maria” é nas capas dos números da publicação. A qualidade da impressão da revista era regular, tendo o miolo em papel jornal, com poucas imagens e fotos, e capa em papel de boa qualidade muitas vezes colorido. No número 278-279, de janeiro e fevereiro de 1937, temos na capa uma representação da Sagrada Família, seguida pelo texto: “José levantou-se imediatamente, tomou o Menino e sua Mãe e fugiu a procurar um asilo no Egipto”. Dando, assim, ênfase a figura da família.

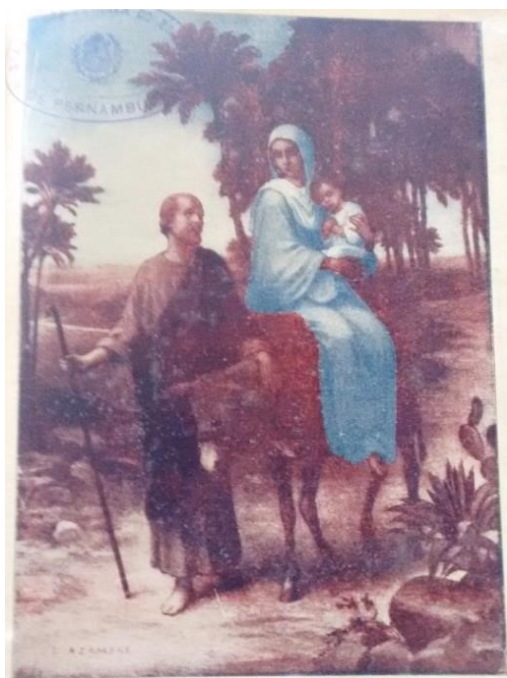


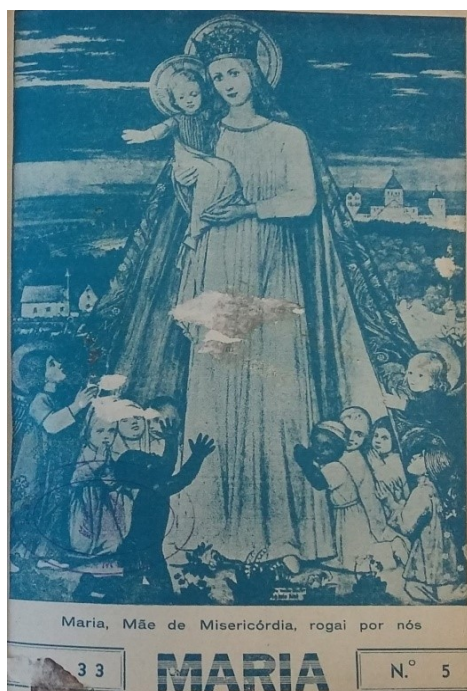
Imagem 26: Capa da revista “Maria”, representando a Sagrada Família³⁰⁰.

Ao longo dos anos analisados percebemos uma grande quantidade e representação de Maria nas capas, principalmente focando no seu papel de mãe³⁰¹.

²⁹⁹ Ibid., p. 53.

³⁰⁰ Fonte: MARIA: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 278-279, 1937.

³⁰¹ Não tivemos acesso a todos os números da revista “Maria” tendo em vista que alguns exemplares, como os anos de 1941 e 1942 não estavam disponíveis na Biblioteca Pública de Pernambuco, nem em outro arquivo.



Imagens 27, 28, 29 e 30: Capas da revista “Maria” nas quais temos respectivamente: Nossa Senhora das Graças³⁰², A Vigem com Menino Jesus nos braços e outras crianças ao seu redor³⁰³, Maria com o menino Jesus nos braços³⁰⁴ e uma jovem em momento de oração³⁰⁵.

³⁰² Fonte: MARIA: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 28, n. 321, 1940.

³⁰³ Fonte: MARIA: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 31, n. 354-355, 1943.

³⁰⁴ Fonte: MARIA: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 33, n. 5, 1945.

³⁰⁵ Fonte: MARIA: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 282, 1937.

Quando não representam o ideal feminino estereotipado na figura de uma jovem contrita ou na Virgem e suas atribuições de mulher santa e mãe, aparecem figuras masculinas poderosas como o Arcanjo Miguel e os Papas.

Em outros momentos a revista, seguindo a lógica do discurso médico e do controle do corpo, estampava matérias em que o discurso científico era usado para cancelar a diferença entre os sexos e conservar o papel da mulher confinada a dona de casa e mãe. Como na matéria observada a seguir. Em texto intitulado “O exibicionismo desportivo feminino”, atribuído ao médico Dr. B. Jorge Callado, temos a seguinte afirmação³⁰⁶:

A mulher desportiva nem é mulher, nem é homem; é antes de tudo um ser estranho, deformado, falseado, em sua natureza, impróprio a vida moral, social e física dos povos. Se por desgraça, esta praga alastrar, será o fim de tudo, na pavorosa degeneração do gênero humano³⁰⁷.

Faz-se também uma observação de que a mulher esportista não teria bons desempenhos, pois: “No salto em comprimento ou em altura, com élan, a mulher não vai mais longe que o mais insignificante dos saltadores”³⁰⁸. O médico, autor do texto, critica o que chama de virago do esporte, mulher masculinizada criada pela atividade física e ressalta que isso muda suas formas e:

noutros tempos, “dai-me gordura que eu te darei formosura”, era cousa de muito saudar... e tal sentir não era estranho ao conceito filosófico-científico. Se a adiposidade exagerada é de reprovar, não diremos o mesmo da gordura nos limites próprios, indispensáveis à forma, e até ao equilíbrio orgânico da mulher, porque é uma preciosa reserva nutritiva geral para as maternidades futuras³⁰⁹.

Aqui, há uma similaridade na questão do esporte em excesso, apontado como veremos adiante no boletim da Mocidade Feminina:

³⁰⁶ Cf.: ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

³⁰⁷ CALLADO, Dr. B. Jorge. O exibicionismo desportivo feminino. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 28, n. 319, 1940, p. 101.

³⁰⁸ Ibid., p. 101.

³⁰⁹ Ibid., p. 102.

Se lhe não bastam [para as mulheres esportistas] as atividades utilíssimas, fisiológicas, naturais do lar e da casa, naquelas ramificações que são um nunca mais acabar, lá tem as suplementares no camping, nas colônias de férias, nas excursões no mar, na montanha, na ginástica racional dos movimentos do corpo, na equitação, natação e remo, com moderação ou nos jogos de graça e movimentos harmoniosos³¹⁰.

Pois, “a mulher, quanto ao seu físico, é destinada a procriar; esta função que a tantas se afigura acessória e até rebaixante, é antes a sua função biológica mais nobre, respeitável e dignificante”³¹¹. Ao longo do texto, é usado o discurso médico e da ciência para provar que o corpo da mulher não seria apropriado aos exercícios físicos, que deveria entender as limitações e que essas atividades masculinizavam a mulher.

O que a natureza mais que, é que a mulher seja um útero como já quisera que ela fosse um tubo digestivo e como há querer, na sequência de evolução que ela seja a quinta essência do espiritual. O desportista ingênuo, pelos exercícios exagerados e impróprios do sexo, rouba-lhe a melhor defesa natural e transforma-a no monstro físico e moral mais repugnante³¹².

Esse discurso sobre o corpo da mulher emerge principalmente a partir da metade final do século XIX. A questão do papel social feminino e da sua relação com o sexo masculino estava presente desde antes, como podemos ver nos filósofos iluministas (Diderot, D’Alembert e Rousseau). A questão é que, no século da ciência, o XIX, foram buscadas novas formas e aprofunda-se o interesse por escrutinar o corpo da mulher, buscar curar sua “histeria” e, partir do conhecimento de sua organização fisiológica, explicar o seu papel social inferior ao do homem. Como sabemos, não foi apenas o discurso científico sobre o corpo da mulher que buscou construir hierarquias, mas esse discurso foi usado também para chancelar a diferença racial e étnica do homem branco europeu do restante das outras raças³¹³.

³¹⁰ Ibid., p. 102.

³¹¹ Ibid., p. 102-013.

³¹² Ibid., p. 104.

³¹³ Cf.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

3.5. A política a partir dos olhos de “Maria”

O período escolhido para análise dessa revista, entre os anos de 1937 e 1945, é uma escolha arbitrária, como todo historiador, a escolha de marcos, recortes temporais, documentações e a perspectiva teórico-metodológica são atos que atendem aos interesses de uma dada instituição, de uma demanda de um projeto ou do interesse um tipo de investigação dentro do perfil pessoal do historiador, que faz escolhas, desde o começo de sua carreira e, assim, seleciona o que acha mais plausível e analisa visando provar sua verdade, dando voz aos mortos – uma voz limitada – para que falem o que deseja ouvir, pelo menos em parte³¹⁴. Essas escolhas são conectadas aos interesses e da sua pesquisa.

Em nossa dissertação de mestrado, defendida na Universidade Católica de Pernambuco em 2010, temos a análise da constituição das Filhas de Maria na arquidiocese de Recife e a relação desse grupo com o que a Igreja Católica denominou de “boa imprensa”, na qual analisamos o papel da “Tribuna” Religiosa e da revista “Maria”. Desta maneira, elaboramos artigos e acreditamos que poderíamos avançar mais ao analisar a revista e a associação, especialmente numa perspectiva de entender como aparece uma imagem de mulher dentro desses escritos, limitada ao papel que a Igreja e a sociedade, de valores nitidamente conservadores, impuseram. Com nossa ida a Lisboa por um ano, para o período de Doutorado – sanduíche, ampliamos a documentação e o escopo da pesquisa, como já descrevemos na introdução, reduzimos o período a 1937 – 1945, observando numa perspectiva comparada a Mocidade Feminina Portuguesa e seu boletim, procurando entender a imagem feminina que emerge daquela publicação e a relação com o Estado Novo português.

O período, apesar de curto, proporcionou-nos uma grande quantidade documental, com foco nos periódicos de ambos os grupos e os entrelaçamentos – ou não – com a esfera políticas de ambos os países. Nas análises das publicações percebemos que, devido a sua conexão direta com o governo português do Estado Novo no período específico de 1938 (ano de início da revista) até 1945, é frequente a presença de textos enaltecendo o regime e a visão de mundo do governo salazarista, construindo nesse contexto uma imagem de mulher patriota, católica, mas feminina. Embora haja muitos paralelos em relação ao papel que a Igreja

³¹⁴ Cf.: CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

possibilite a mulher, em relação à política, na revista “Maria”, ela aparece distante, com poucas grandes matérias e a mulher não aparece conectada a ela.

Referente aos meses de março e abril de 1937 foi publicado o número duplo 280-281, no qual há um texto assinado pelas iniciais A.X.P. que contém trechos de uma publicação do jornal católico carioca “O Dia”, de autoria do português Padre Mario Couto sobre o governo de Salazar. No início do texto, temos uma exaltação ao passado português e uma fala sobre o despertar de Portugal, um momento que seria “um novo período áureo, um segundo renascimento, com mais vivo esplendor, por ser este todo moral, que na época de 1500, nos aguarda em breves anos”³¹⁵. É atribuído à religião o papel de mudanças que o Estado Novo português estaria fazendo naquele país. A matéria aparece meses antes de Getúlio Vargas decretar o Estado Novo brasileiro.

É dado a Antônio Oliveira Salazar todo crédito pelo novo “ressurgimento”, ele seria “quem sustenta o braço forte do general António Óscar de Fragoso Carmona (presidente)”³¹⁶, com ele

Portugal vai ressuscitando nobremente o seu heroico passado sob a orientação forte, sabia, cristã, de um homem cuja política é fazer bem ao seu povo, engrandecer a sua nação, abater todo o ímpeto da maldade social que procura arruinar as nações e afastar das fronteiras portuguesas esses homens nefastos que estão destruindo a grandeza tradicional e o espírito cristão da Espanha e querem cavar um imenso abismo para as outras nações³¹⁷.

Esses “homens nefastos” seriam os socialistas, comunistas e a esquerda de um modo geral, que lutava contra as falanges franquistas na Guerra Civil Espanhola que se desenrolara a partir daquele ano. A Espanha e o anticomunismo são um assunto frequentes nos anos da Guerra Civil na revista “Maria”, como veremos mais adiante.

Voltando a Portugal, é dito que “o sublime ideal de Deus e da Pátria é gravado em lições luminosas em todas as instituições que abrangem a mocidade e a

³¹⁵ A.X.P. [sem título]. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 280-281, 1937, p. 30.

³¹⁶ Ibid., p. 30.

³¹⁷ Ibid., p. 31.

vida pública de novos organismos da república corporativa”³¹⁸. Aqui vemos uma citação das mocidades, lembrando que 1937 foi o ano da criação da Mocidade Feminina Portuguesa, momento no qual “as juventudes masculina e feminina, tomam um incremento animadíssimo desde as capitais às aldeias”³¹⁹.

Em “Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal”, que observaremos mais adiante, percebemos que o discurso sobre o Estado Novo é, de fato, o oficial, tendo em vista a ligação da publicação com as demandas da Igreja e, principalmente, do Estado Português, tendo a Mocidade Portuguesa Feminina sido criada por decreto do Ministério da Educação Nacional.

Na edição de número 80, publicado em dezembro de 1945 do boletim, temos um texto sintomático da visão de mulher e do entrelaçamento da Igreja e do Estado Novo português. “Boas Festas a Salazar” inicia com um trecho de uma fala de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal-Patriarca de Lisboa, “todos os portugueses se firme e desenvolvam, no acatamento da autoridade, no respeito de todas as legítimas liberdades, individuais e públicas, e na crescente elevação econômica, intelectual e moral das classes mais desfavorecidas”³²⁰. Mais adiante fica claro o papel político da mulher para a publicação e para a Mocidade Portuguesa Feminina: “e o que tu não podes fazer, filiada, em teu redor, onde possa chegar o teu coração e o teu influxo de mulher e cristã! Que toda a tua “política” seja apenas esta: agradecer e orar a Deus os bens que nos deu e os que necessitamos”³²¹.

Dessa maneira, num mundo onde há desavenças é necessário “agradecer ao Senhor, o ‘milagre da paz’ e os chefes timoneiros”³²². É exemplificada uma carta de uma senhora portuguesa da seguinte forma: “Salazar é para o seu e nosso país o mesmo que o ar para o organismo humano: é a vida. Sem ele deixaria de existir. Ao eleito de Deus, ao iluminado do Espírito santo, o mais profundo afeto duma velha pessoa que muito breve vai dar contas a Deus”³²³. Ao fim, todas as jovens da Mocidade Portuguesa Feminina são convidadas a orar para dar mostrar de carinho ao chefe da nação. Portanto, “Se a mocidade não conheceu a dor da orfandade e no

³¹⁸ Ibid., p. 31.

³¹⁹ Ibid., p. 31.

³²⁰ G.A. Boas Festas a Salazar. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 80, 1945, p. 05.

³²¹ Ibid., p. 05.

³²² Ibid., p. 05.

³²³ Ibid., p. 05.

seu lar não faltou pão e lume, e se ela própria não desapareceu na voragem da guerra, a vós devemos!”³²⁴, essa é uma das frases do texto presente naquela edição, relembando uma grande manifestação ocorrida no Terreiro do Paço por Portugal ter se declarado neutro no conflito europeu que depois veio a ser chamado Segunda Guerra. “A Pátria precisa de nós, é verdade, porque somos seus filhos! Mas a pátria precisa mais ainda de vós: que nos guiais!”³²⁵.



Imagem 31: Páginas de “Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal” sobre a manifestação de gratidão a Carmona e Salazar³²⁶.

Apesar do destaque do General Carmona na fotografia acima e da citação em seu nome no título, o foco do texto não abre espaço para discorrer sobre ele, mas apenas para António de Oliveira Salazar, tido como o responsável-mor pela declaração de neutralidade que, assim, manteria o país a salvo da guerra.

No número 13, de maio de 1940, salienta-se o papel político dado à Mocidade que “nasceu para o serviço da Pátria, da Pátria que se serve com o nosso trabalho e se engrandece com nossas virtudes”³²⁷, dessa maneira “por maior que seja o valor e o espírito de sacrifício daqueles que dirigem a nossa Pátria, se cada um de nós não ajudar, no lugar que a Providência lhe marcou, faltará sempre algo”³²⁸.

³²⁴ MANIFESTAÇÃO da gratidão nacional a Carmona e Salazar. **Mocidade Portuguesa Feminina:** boletim mensal. Lisboa, n. 74, 1945, p. 06-07.

³²⁵ *Ibid.*, p. 06-07.

³²⁶ FONTE: MOCIDADE Portuguesa Feminina: boletim mensal. Lisboa, Lisboa, n. 74, 1945.

³²⁷ MOCIDADE Portuguesa Feminina: boletim mensal, Lisboa, n. 13, 1940, p. 04.

³²⁸ *Ibid.*, p. 04.

Como vimos, a visão de Salazar emerge principalmente como um exemplo a ser seguido. No caso da matéria da revista “Maria” e no caso do boletim da “Mocidade Portuguesa Feminina”, sua liderança, dentro da perspectiva de um estado autoritário, era inquestionável. Agia como um lume a guiar as portuguesas e os portugueses.

Ainda em relação à revista “Maria” e a política, ao longo desses anos, como já dissemos, há uma enorme preocupação com a Espanha e outros países que estariam sendo alvo da ação de grupos anticristãos. No caso específico da Guerra Civil Espanhola há uma profusão de matérias sobre o conflito. O renascimento religioso na Espanha é assunto de uma matéria do número 278 e 279, de janeiro e fevereiro de 1937. Em um contexto desse conflito, que colocou de um lado esquerda (socialistas e anarquistas, principalmente) e a extrema-direita franquista. A matéria tem tom anticomunista. O fervor católico estaria aumentando “também nas regiões da Espanha em que reina o terror vermelho, ainda morrem por Cristo, como nos primeiros séculos da Igreja, milhares de mártires”³²⁹. O ano de 1937, por lógica, é mais prolífico em matérias sobre a guerra³³⁰.

Em um texto bastante virulento, com direito a caricatura de Miajas, o texto “Itália, Alemanha e Portugal tem clamado contra a Espanha moscovista” brada contra os comunistas e acusa as potências de fazer vistas grossas para o conflito. O texto usa a expressão “hienas bolchevistas” para se referir aos combatentes contrários as brigadas carlistas e franquistas. “Franco dará a lição que Miajas merece. Deus há de punir os matadores dos seus padres. Quando a punição dos criminosos se completar, ressurgirá a Espanha nova”³³¹.

No Brasil, mais adiante, em outra edição, publicada em dezembro de 1937, aparece a matéria “A Igreja e a Pátria contra o comunismo” num claro momento de

³²⁹ O RENASCIMENTO religioso na Espanha. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 278/279, 1937, p. 13.

³³⁰ Nas páginas 07 e 08, temos um texto sobre o “Cerro de Los Angeles”, próximo a capital da Espanha, dedicado a devoção ao Sagrado Coração. Escrito por C. P. O renascimento religioso na Espanha. Matéria vai da página 11 a 13. Em um contexto de Guerra Civil, que colocou de um lado esquerda (socialistas e anarquistas, principalmente) e a extrema-direita franquista. Matéria tem tom anticomunista. Março/abril, Comunistas na Espanha. Texto sobre a resistência antifranquista, de tom anticomunista. Maio, A importância da Virgem Del Pilar para os católicos espanhóis. Junho, A Espanha martirizada. Novembro, As angústias do momento: a questão comunista na Rússia, no México e na Espanha. Dezembro, Causas da Espanha e Sobre comunismo na Espanha.

³³¹ A ESPANHA martirizada. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 283, 1937, p. 111.

mudança política no país, temos aqui a primeira de poucas matérias explicitamente sobre a política interna, no caso, a mudança de governo. No entanto, o foco do texto sendo o combate ao comunismo.

Na visão do texto, “Nunca a história da humanidade assistiu à conjuração tão vasta e tão organizada das paixões humanas contra a soberania de Deus e o reinado de Cristo, nas almas resgatadas pelo seu sangue precioso”³³². Aponta que o comunismo seduz e é violento ao mesmo tempo, “em que se logrou implantar-se, de modo passageiro ou estável, aparece então com a própria fisionomia, dura, cruel, violenta”³³³. Aqui o interesse do Estado e da Igreja parece coadunar, pois:

veio o estado de guerra, veio a mão forte do Presidente Getúlio Vargas, o maior homem público que já possuiu esta República neste último quartel de século, veio a energia de alguns militares que honrariam qualquer exército do mundo e o Brasil respirou um pouco³³⁴.

Aqui ecoa o Plano Cohen, estratégia mentirosa criada por Vargas e seu estado maior para ter um motivo plausível para fechar de vez o regime e combater a oposição de esquerda, mas também a de direita, no caso o integralismo, que também havia tentando um golpe contra seu governo³³⁵.

Nesse contexto, para a Igreja, como aponta o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, o comunismo “negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; [...] pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus”³³⁶, além disso, para a conquista de corações e mentes, era preciso demonizar, tornar a esquerda e seus aliados a representação da maldade, usando estereótipos, como em várias matérias da coluna “Respingando”, que encontramos ao longo das

³³² A IGREJA e pátria contra o comunismo. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 289, 1937, p. 238.

³³³ *Ibid.*, p. 239.

³³⁴ *Ibid.*, p. 239.

³³⁵ Sobre anticomunismo no Governo Vargas ver: SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

³³⁶ SÁ MOTTA, op. cit., p. 20.

edições da revista “Maria”: “o desafio comunista tinha origem na eterna luta entre bem e mal e na ação do grande tentador, Satanás”³³⁷. Complementa o historiador:

A ocorrência de manipulações foi um elemento constante na história do anticomunismo brasileiro. O terror anticomunista foi artificialmente insuflado, visando a obtenção de ganhos políticos, eleitorais e até pecuniários. Porém, isto não altera o fato de que muitos grupos e indivíduos anticomunistas agiam movidos por convicções ideológicas e não de forma oportunista³³⁸.

É perceptível que na revista o tom anticomunista é frequente e ideológico, tendo embasamento na defesa da fé católica, no combate ao ateísmo e a desconfiguração do mundo e dos modelos tradicionais, algo que na visão da Igreja seria feito pelos comunistas³³⁹.

Exemplo dessa visão ideológica aparece na coluna “Respingando” do número duplo 11-12, de novembro e dezembro de 1945, nos estertores do Estado Novo. Toda imprensa católica deveria se colocar contra esse inimigo, pois “o comunismo destrói a fé, a nacionalidade, a moral, a personalidade humana, todas as bases da sociedade. [...] Contra o inimigo moscovita, internacional e sem pátria, se levantam as nações civilizadas”³⁴⁰, pois “um povo sem Deus é um povo sem verdadeira civilização e sem um código de moral”³⁴¹. Fica nítida nessas citações a aproximação da Igreja com o Estado, como também fica clara na fotografia abaixo onde temos o presidente Getúlio Vargas e outras personalidades do Estado, juntamente com o então Cardeal Pacelli, futuro Papa Pio XII.

³³⁷ Ibid., p. 19.

³³⁸ Ibid., p. 280.

³³⁹ Podemos citar a Carta Pastoral de 1937, durante a preparação do Plano Cohen, demonstrando uma espécie de proximidade entre as intenções da Igreja e do governo varguista. Chamada “O comunismo ateu”. “[...] Pedi a Deus que preserve do flagelo do comunismo ateu o nosso querido Brasil; pedi-lhe que assista as nossas autoridades no cumprimento dos árduos deveres de conservar a ordem social e defender o patrimônio da nossa civilização” (CARTA PASTORAL e mandamento ao episcopado brasileiro. O comunismo ateu. (A ORDEM, 17 outubro de 1937)

³⁴⁰ O GRANDE inimigo. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 33, n. 11/12, 1945, p. 176.

³⁴¹ Ibid., p. 176.



Imagem 32: Presidente Getúlio Vargas, o então Cardeal Pacelli, futuro Pio XII e, outras personalidades³⁴².

Para terminar, na edição 305, de abril de 1939, quando da escolha do então Cardeal Pacelli como Papa Pio XII³⁴³ uma longa matéria da revista sobre o novo pontífice, mostrando uma viagem sua à América do Sul anos antes do cargo e destaque para uma foto onde o mesmo aparece ao lado de Vargas, numa imagem exemplar, em que o poder terreno e o poder da Igreja aparecem lado a lado. Portanto, as imagens “frequentemente tiveram seu papel na ‘construção cultural’ da sociedade, são testemunhas dos arranjos sociais passados e acima de tudo das maneiras de ver e de pensar do passado”³⁴⁴, assim, para entender essas imagens, devemos contextualizá-las, entendendo-as no momento de sua emergência. Dessa maneira, um governo conservador, em certos aspectos, com censura institucionalizada, fazia todo sentido se aproximar de uma instituição poderosa como a Igreja Católica.

No caso de Pernambuco, como demonstrado pela historiadora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, o representante do varguismo durante o Estado Novo foi o interventor Agamenon Magalhães, que também foi Ministro da Justiça e por alguns meses Ministro do Trabalho de Getúlio. Foi designado interventor de

³⁴² Fonte: MARIA: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 27, n. 305, 1939.

³⁴³ Seu nome de batismo era Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli, nasceu em Roma, na Itália. Foi o 260º pontífice da Igreja Católica, exercendo seu pontificado de 09 de outubro de 1958 até 02 de março de 1963 (quando faleceu). Cf.: VATICANO. **A Santa Sé**. Sumos Pontífices. Pio XII. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/vatican/pt/holy-father/pio-xii.html>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

³⁴⁴ BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 20.

Pernambuco na alvorada do Estado Novo³⁴⁵. Durante sua formação em Direito, na Faculdade de Direito do Recife, esteve ligado a redações de jornais conservadores como “A Ordem”³⁴⁶.

No período em que exerceu o papel de interventor, atuou fortemente nos meios de comunicação, especificamente através do jornal “Diário da Manhã”³⁴⁷, espécie de porta-voz de seu governo, com viés conservador e católico. Essa estratégia do uso da mídia de massa ia além, de acordo com o historiador José Maria Gomes de Souza Neto, “o recifense lia Agamenon na Folha da Manhã (jornal de propriedade do interventor) e em diversos outros jornais, ouvia Agamenon duas vezes por dia no rádio e se ia ao cinema, lá estavam Agamenon e o seu governo estampados na tela grande”³⁴⁸.

A propaganda do Estado Novo chegava dessa maneira à casa das famílias, num processo de sacralização da política, os líderes da nova política utilizaram da proximidade do poder da Igreja uma estratégia para consolidar sua imagem de liderança junto às classes sociais, todas elas. E o jornal não ia distante do discurso similar ao que vemos na imprensa católica sobre os papéis de homens e mulheres. Diz que “O cuidado materno com o vestuário infantil não deve, quando se trata do menino, dar à sua indumentária características de atavio feminino, como também evitar o sentido masculinizante de trajes para meninas”³⁴⁹, além disso, “sabemos que na organização da família tem o homem o papel de mantenedor da segurança e

³⁴⁵ Cf.: ALMEIDA, op. cit., 2001.

³⁴⁶ O jornal “A Ordem” se declarava como um órgão político e noticioso. Começou a circular em maio de 1917, sua sede ficava localizada na Rua 15 de Novembro (atual Imperador Pedro II), n. 295, no bairro do Recife. Segundo os primeiros editoriais, seus principais interesses de discussão estavam voltados às questões econômicas voltadas ao campo, indústria e comércio da região. Esse periódico teve seus trabalhos encerrados em março de 1919. (Cf.: NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: UFPE, Imprensa Universitária, 1969. v. 3, p. 131-136).

³⁴⁷ O jornal “Diário da Manhã” foi fundado em 16 de abril de 1927, pela empresa Lima Cavalcanti e Cia, de propriedade de usineiros pertencentes à família Lima Cavalcanti. O primeiro diretor-geral do periódico foi Carlos de Lima Cavalcanti, aliado de Getúlio Vargas no processo que resultaria na chamada Revolução de 1930. O jornal se destacava pela firme oposição que fazia ao “Diário de Pernambuco”, que estava mais ligado as oligarquias locais e era nitidamente opositor a Vargas. A partir de 1935, os desentendimentos entre Carlos de Lima Cavalcanti, governador eleito do Estado de Pernambuco, com Agamenon Magalhães, então ministro da Justiça do país, enfraqueceu a relação do primeiro com o presidente da República, fato que refletiu em alguns momentos de perseguição ao periódico. No ano de 1937, com o advento do Estado Novo, o então governador do Estado foi afastado do governo e substituído pelo interventor Agamenon Magalhães. Em junho de 1938, os Lima Cavalcanti perderam o controle do “Diário da Manhã”, o qual, passou a ser um instrumento de defesa do estado novista. (Cf.:Ibid., p. 275-310).

³⁴⁸ SOUZA NETO, José Maria Gomes de. O importante não é falar, mas ser ouvido: meios e entremeios da propaganda de Agamenon Magalhães em Pernambuco (1937 – 1945). **Saeculum**. João Pessoa, n. 10, jan./jul., 2004, p. 49.

³⁴⁹ FOLHA da Manhã, Recife, 25 mai. 2013, p. 6.

bem-estar físico da companheira e dos filhos, resultante de sua posição natural e de sua maior capacidade de trabalho³⁵⁰, só para exemplificar.

Dessa maneira, Estado e Igreja em seus interesses irmanados, no combate ao comunismo e com amplo viés conservador, encontravam elementos que, durante alguns anos, os uniram e possibilitou a construção de uma sociedade onde os excessos do liberalismo e da esquerda, a censura e a polícia dos costumes encontravam espaços. Desse modo, em alguns pontos, havia diálogo com o Estado Novo Português e seu modelo de mulher, presente na construção da Mocidade Feminina Portuguesa e no boletim dessa entidade, como veremos a seguir.

3.6. “Uma mãe a falar com as filhas”: o boletim da Mocidade Portuguesa Feminina

Como falamos no capítulo anterior, em 1937, através do Decreto n. 28.262, foi criada a Mocidade Feminina Portuguesa, conectada ao Estado, que tinha como finalidade cultivar “nas filiadas a previdência, o trabalho coletivo, o gosto da vida doméstica e as várias formas de espírito social próprias do sexo, orientando para o cabal desempenho da missão da mulher na família, no meio a que pertence e na vida do Estado”³⁵¹.

Sendo assim, passa a ser publicada dois anos depois uma revista que serviu como dispositivo de informação e normalização das moças portuguesas dentro do ideário do Estado Novo, atrelada à tradição católica, tão fortemente arraigada na sociedade portuguesa. A ideia era dar um espaço de atuação para a mulher dentro do Estado português, mas um espaço vigiado, em limites postos pela hierarquia interna e externa, dentro das tradições escolhidas. Uma mulher que ia ao espaço público, mas que estava ligada, inalteradamente, aos espaços domésticos.

O periódico “Mocidade Feminina Portuguesa: boletim mensal” começou a ser publicado em 13 de maio de 1939, meses antes de eclodir a II Guerra Mundial, em um contexto político já explicado anteriormente, complexo, que colocava várias forças políticas conservadoras e progressistas em estado de tensão e, no caso de

³⁵⁰ FOLHA da Manhã, Recife, 22 mai.1938, p. 5.

³⁵¹ PORTUGAL. **Diário do Governo**. Ministério da Educação Nacional. Decreto n. 28.262. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 08 dez. 1937. Disponível em: <<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1937/12/28500/13791383.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

Portugal, temos o domínio da ditadura do Estado Novo comandada por Antônio de Salazar, que toma o poder no começo da década de 30 em um golpe de estado depois das tensões ocorridas durante os conflitos no pós-Proclamação da República em 1910.

Temos, a partir de então, a publicação que está inserida dentro do projeto de sociedade que emerge em um governo autoritário e que busca controlar ou pelos menos esquadrihar cada aspecto da sociedade portuguesa, similarmente ao que ocorria na vizinha Espanha, dominada após a Guerra Civil em 1937, por grupos conservadores, e Alemanha e Itália, que eram os maiores exemplos de sociedades fechadas, onde o Estado, controlado pela extrema-direita, almejava criar um novo tipo de indivíduo e de sociedade. Assim, certamente que o projeto salazarista não se encontrava desconectado da realidade política e do ideário que rondava a maior parte dos países europeus nos anos imediatamente anteriores ao grande conflito.

O boletim mensal estava sob a direção, administração, propriedade e redação do Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina. Portanto, diferentemente de “Maria: revista das Congregações Marianas”, a equipe editorial do periódico da Mocidade Portuguesa Feminina era composta por mulheres e seus artigos elaborados pelas filiadas. Sendo impresso pela Neogravura, situada em Lisboa, tendo a sua distribuição para as outras regiões de Portugal. As capas apresentam-se sempre com o símbolo da associação do lado esquerdo, e uma fotografia de página inteira ou enquadrada. Profusamente ilustrada, a maioria de suas fotografias vinham em cor sépia ou colorida em gradações cromáticas em castanho e verde (as cores da Mocidade Portuguesa Feminina). Cada exemplar é constituído por 16 páginas, com exceção para os números “especiais” que continham 24 páginas. Geralmente as suas páginas eram impressas a três colunas, mas por causa das suas inúmeras ilustrações, a forma dos textos sofriam variações e, muitas vezes, a impressão fazia-se a duas colunas ou mesmo a uma só.

A capa do primeiro número vem com uma imagem da Rainha Dona Leonor, considerada padroeira da Mocidade Portuguesa Feminina, sendo aí interessante adicionar o entrelaçamento entre a fé e o Estado Português, tendo em vista que ancorar na figura da nobre a Mocidade Portuguesa Feminina há uma série de significados. “Princesa perfeita”, considerada um exemplo de misericórdia e demais

virtudes cristãs, foi casada com D. João II³⁵², o “príncipe perfeito”, seu primo, sendo o casal exemplo de virtude e de fé. Reinaram no início do apogeu do império colonial português, tendo sido a Rainha uma das mais ricas mulheres da Europa à época. Quando viúva, recebeu o epíteto de Rainha Velha e foi viver no Paço de Xabregas e em sua homenagem foram construídos hospitais e asilos.

Sintomática escolha de tal mulher como padroeira da Mocidade, pois o conservadorismo sempre viu na monarquia um exemplo para uma sociedade estável e, no caso do grupo, o protótipo de mãe e mulher nos bastidores, com gestos comedidos e com grande obra de caridade, uma mulher pública, posta como rainha, mas uma dona do lar. Eis um grande exemplo para as afiliadas³⁵³. A bandeira que aparece na página posterior é a da Mocidade Feminina Portuguesa, que lembra o Escudo da Casa reinante em Portugal no período histórico português entre 1385 e 1485.

No texto de abertura da primeira edição, intitulado “Ao começar”, temos a saudação ao Ministro da Educação, Carneiro Pacheco, à Mocidade. “Vos idealizamos puras como a neve, sadias como as papoilas do campo, alegres como um raio de sol³⁵⁴”, aqui em poucas linhas ficam explícitos alguns dos objetivos a serem alcançados em relação às afiliadas e ficam expostas as metodologias para atingir tais metas, pois, através

dos programas dos cursos, em que unhamos ambições de vida completa e perfeita [...] [e que] vos preparassem para a vossa futura

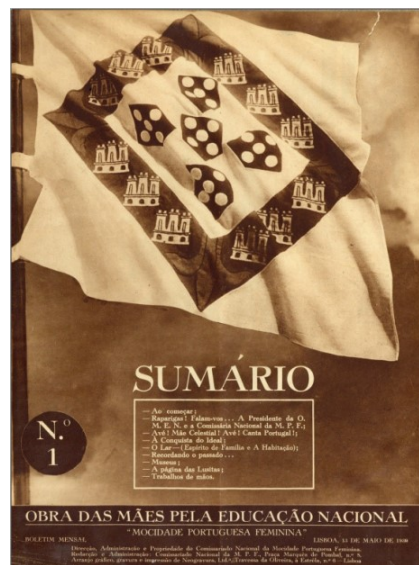
³⁵² O rei D. João II nasceu em março de 1455, em Lisboa. Era filho do rei D. Afonso V e de sua primeira esposa Isabel de Coimbra. Em 1471, casou-se com sua prima, a princesa Leonor de Viseu, com quem teve o seu único herdeiro, o príncipe Afonso, faleceu num misteriosa queda. Ele sucedeu ao seu pai no trono após este ter abdicado em 1477; no entanto, depois de quatro dias, D. Afonso V resolveu retornar e seu filho lhe devolveu o poder. Em 1481, após o falecimento do rei, D. João II assumiu definitivamente o trono. Logo que chegou ao trono, o monarca tomou uma série de medidas para enfraquecer a aristocracia e centralizar o poder em suas mãos. Imediatamente deu-se início uma onda de conspirações contra o rei, mas ele, resistiu e enfrentou os seus conspiradores, chegando a matar o seu próprio primo Diogo, o Duque de Viseu; a mandar prender alguns outros, entre eles Dom Garcia de Meneses, bispo de Évora; e suprimiu o poder da Casa de Bragança. Ele foi um grande defensor da política de expansão marítima, dando prioridade pela busca de um caminho para se chegar à Índia. Em 1494, ele negociou o Tratado de Tordesilhas com os reis católicos. D. João II faleceu em 1495, na freguesia de Alvor, localizada na cidade de Portimão, do distrito de Faro; seu corpo foi sepultado no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, situado na vila de Batalha, no distrito de Leiria em Portugal. (Cf.: FERNANDES, op. cit., 2003).

³⁵³ Sobre a vida de a Rainha Leonor ver: SÁ, Isabel dos Guimarães. **Leonor de Lancastre**: de princesa a rainha-velha. Lisboa: Temas e Debates, 2016.

³⁵⁴ PACHECO, Carneiro. Ao começar. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 1, 1939, p. 03.

missão de mais, esposas e donas de casa. [...] Sobre ela está a missão de Deus e da Igreja – e a benção de amor de todos os bons portugueses³⁵⁵

Assim, o sagrado e o terreno dão base para a Mocidade. Elas têm apoio tanto do Estado, quanto da Igreja. Os bons portugueses, pois se supunha que haja os maus, dão seu apoio à causa da Mocidade Portuguesa Feminina. O fato de o boletim ter sido lançado em 13 de maio não é algo aleatório, mas conectado a uma data especial para o catolicismo português, sendo a data em que se celebra Nossa Senhora de Fátima, padroeira do país. “As filiadas da Mocidade não seriam boas portuguesas se não amassem a Padroeira de Portugal”³⁵⁶



Imagens 33 e 34: Capa e contracapa da primeira edição de “Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal”³⁵⁷.

Defendiam a ideia de que: “A história das nações é escrita pelos homens, mas vem do céu a inspiração e a graça que ajudam a realizar e tornar grandes os feitos desses homens!”³⁵⁸. Aqui fica nítida a influência do modelo de vida e influência da Igreja sob as pessoas, certamente que a palavra homem aí é utilizada para designar todo gênero humano, no entanto, pode-se ler de outra maneira. Maria, enquanto exemplo de mulher, mãe de Cristo e na sua versão de Fátima, padroeira

³⁵⁵ Ibid., p. 03.

³⁵⁶ AVÉ Mãe celestial! Avé canta Portugal. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 1, 1939, p. 05.

³⁵⁷ Fonte: MOCIDADE Portuguesa Feminina: boletim mensal. Lisboa, n. 1, 1939

³⁵⁸ Ibid., p. 05.

de toda uma nação, através do culto de suas seguidoras, poderia iluminar as portuguesas e, partir de sua atuação na Mocidade, iluminar toda uma nação.

A diagramação da revista é de excelente qualidade, com folhas decoadas e ampla utilização de imagens. As edições não costumavam ter um grande número de páginas e o nome “boletim”, que significa um informativo, para divulgação interna ou pública, encontra eco nas informações sobre as atividades da Mocidade. Essas eram sobre retiros nas praias, oficinas para as graduadas, atividades em asilos e orfanatos, visitas ou celebrações de políticos e clérigos. No entanto, podemos apontar que a publicação está mais adequada a um formato de revista, como apontado por Ana Luiza Martins³⁵⁹ e Tania Regina de Luca³⁶⁰, contando com seções permanentes ao longo do período analisado e sendo, para além de apenas instrumento de divulgação das atividades, também um dispositivo de criação de um ideal de filiada e de mulher.

Nessa primeira edição, por exemplo, vemos presentes seções que aparecerão ao longo da história da publicação, como a “Página das Lusitas”, dedicada às crianças, tendo em vista que “lusita” era o nome utilizado para designar as iniciadas na Mocidade. “Lusita” ao mesmo tempo pode significar luz pequena e pequena portuguesa (lusitana), uma dualidade, algo que está presente em muitos aspectos da revista. Ser boletim informativo e dispositivo de normalização, ser conectada à política e à religião, ser dona de casa e uma boa cidadã, ser do espaço privado e do espaço público, mas tudo isso dentro dos limites dados pelo Estado Novo e pela Igreja. Além da supracitada seção, temos uma sobre trabalhos manuais, incentivando as filiadas a serem boas donas de casa e a página final de cartas, que tinha como finalidade propagar a opinião dessas aos eventos e aos interesses da Mocidade Portuguesa Feminina.

Na segunda página de cada edição, que muitas vezes não vêm com data, temos a ficha técnica do boletim, em que aparece inicialmente, em destaque, a ligação da publicação com a Obra das Mães pela Educação (OMEN) e do periódico com o Comissariado Nacional da Mocidade Feminina Portuguesa; local onde era impresso, na Gráfica Neogravura, em Lisboa, o preço da edição (12 escudos

³⁵⁹ Cf.: MARTINS, op. cit., 2008.

³⁶⁰ Cf.; LUCA, op. cit., 1999.

portugueses) e o nome da editora, Maria Joana Mendes Leal³⁶¹, autora de inúmeros textos com seu nome e sob o pseudônimo Coccinelle. Outro nome que aparece constantemente na publicação, além desses, são os de Maria Guardiola³⁶².

As capas³⁶³ das edições têm o símbolo da Mocidade Portuguesa Feminina à esquerda com uma foto grande, geralmente de uma moça ou mulher do presente ou do passado português. As mulheres do presente representadas são, logicamente, aquelas da Mocidade Portuguesa Feminina. São fotografadas em atividades ligadas à Mocidade, como as dos números 04 e 05 (referentes aos meses de agosto e setembro de 1939), com lusitas na praia, ou ao que se consideram atividades dignas de mulher, como berços, bebês e atividades manuais (edições 10, 33 e 46, lançadas em fevereiro de 1940, janeiro de 1942 e fevereiro de 1943). Nas capas, também aparecem paisagens portuguesas como podemos identificar nas edições 15, 16 e

³⁶¹ Nascida em Torrosoelo em 1897. Foi proeminente escritora católica, com ativa vida em periódicos e revistas ligadas a Igreja em Portugal. Além de deputada nas Legislaturas III, IV, V e VI, entre 1942 e 1957, onde atuou nas áreas de interesses espirituais e morais. Especificamente na proteção social, na área da cultura em relação ao cinema português e na criação de um fundo para o teatro. Presidiu a Liga Independente Católica Feminina; trouxe para Portugal a Congregação das Filhas do Coração de Maria; presidiu A Comissão de Ação Cultural e Propaganda da Cruz Vermelha Católica e foi membro do Conselho Internacional da União Internacional de Proteção à Moralidade Pública. Além desses cargos, foi Vogal da direção da Obra das Mães para a Educação Nacional; diretora dos serviços de propaganda da Mocidade Portuguesa Feminina, fez parte da Junta Nacional de Educação, foi procuradora junto a Câmara Corporativa designada por várias entidades de assistência. Vemos que ela tem ampla atuação na vida pública e muitos dos interesses presentes no Boletim encontram sentido na sua vida profissional, tendo em vista amplo domínio sobre política e saúde, uma de suas preocupações, além da moral cristã, obviamente. MARIA Joana Mendes Leal. **Legislaturas:** III, IV, V, VI. Disponível em: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/leal_maria_joana_mendes.pdf. Acesso em: 26 ago. 2017.

³⁶² Nascida em Bragança em 1895. Foi deputada e educadora de vários Liceu em Portugal. Foi também comissária nacional da Mocidade Feminina Portuguesa; vice-presidente da Obra das Mulheres pela Educação Nacional e vice-presidente da 3ª Seção da Junta de Educação Nacional. Além disso, foi deputada nas legislaturas I, II, III e V, entre 1938 e 1945, voltando entre 1949 e 1953. Teve atuações em educação nacional, cultura popular e interesses espirituais e morais. . MARIA Baptista dos Santos Guardiola. **Legislaturas:** I, II, III, V. Disponível em: http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/g/guardiola_maria_baptista_dos_santos.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2017. Pela sua atuação, no primeiro aniversário da publicação, no número 13, na página 3, há uma Carta Aberta endereçada a Mocidade Portuguesa Feminina, contanto com uma foto de Maria Guardiola, rodeada por filiações. Nesse texto, ela é saudada por seu papel como Comissária Nacional, que, segundo a matéria “a Mocidade Feminina Portuguesa está com ela num só coração e numa só alma e que esperamos que a nossa dedicação, o nosso respeito, a nossa confiança e o nosso reconhecimento lhe serão consolação nas suas amarguras e recompensa dos seus trabalhos. (Cf.: MOCIDADE Portuguesa Feminina: boletim mensal, Lisboa, n. 13, 1940, p. 3).

³⁶³ Algumas das capas têm imagens de autoria de artistas conceituados da fotografia: Mário Novais (1899-1989), nas capas de n.º 1 e 49; Fernando M. (Martinez) Pozal (1899-1971), nas capas n. 34 e 38; SanPayo (Manuel Alves) (1890-?), nas capas n. 33, 37, 53, 56 e a n.º 61 em desenho; A. (Anne - Marie) Cazalis (1920-1988), na capa n.º 35; Manuel de Oliveira (1908-), nas capas n. 40 e 45, e Erno Vadas (1899-1962), vencedor do World Press Photo de 1934, na capa n.º 48. Não sabemos se foram pagos direitos autorais ou se a Mocidade Portuguesa Feminina usou à revelia dos autores, nesses casos específicos.

74, por exemplo, que foram respectivamente publicadas em julho de 1940, agosto de 1940 e junho de 1945. Exemplos de mulheres católicas e da monarquia também são lembrados nas capas como Felipa de Lencastre presente no número 09, de janeiro de 1940, e a Virgem Maria nas edições 37 e 68, publicadas em maio de 1942 e em dezembro de 1944.

Chama a atenção também a imagem de meninas, em vários momentos e sua infância. Uma marca das capas é mostrar as mulheres em movimentos, sorridentes, em atividades ou enaltecendo Portugal, com bandeiras içadas como vemos nas capas dos números 04, 14, 25, 54, 62 e 73, publicados respectivamente em agosto de 1939, junho de 1940, maio de 1941, outubro de 1943, junho de 1944 e maio de 1945.

Graficamente, a publicação é de boa qualidade de impressão, com profusão e imagens e utilização majoritária de cores ligadas a Mocidade Portuguesa Feminina em suas capas, com tonalidades verdes e marrons, em sua maioria, cores da Mocidade. Além disso, na divisão interna, há grande uso de títulos em destaque com fontes chamativas e uso de duas ou três colunas na organização do texto. De um modo geral o *layout* da publicação é muito bem realizado.

3.7. “O que nós queremos que nossas raparigas sejam”: características desejáveis para uma filiada da Mocidade Feminina Portuguesa e o papel social da mulher

No número 3, de julho de 1939, temos o registro sobre a Falange Espanhola Feminina, com uma imagem de Pilar Primo de Rivera, chefe nacional do grupo. Ao longo do texto é enaltecido o papel das moças ligadas á falange durante a Guerra Civil Espanhola e o modo como elas ajudaram as forças armadas nacionalistas no conflito. São frisadas suas atividades de enviar “mimos” aos soldados, como doces, licores e bolos, o cuidado que tiveram com os órfãos do conflito, a sua atuação costurando as roupas dos soldados, pois:

se os combatentes tiveram fardas [...] foi porque muitas mulheres e raparigas da Falange não largaram a agulha durante todo o tempo da guerra. [...] Pilar Primo de Rivera disse no seu discurso em Medina

del-Campo que, chegada a hora da paz, a mulher e a rapariga da Falange voltam ao lar”³⁶⁴.

É frisado no texto que “o programa da Falange Espanhola é idêntico ao da Mocidade Feminina Portuguesa: ‘a reconquista do lar e a formação dos filhos e das mulheres espanholas’”, como disse o General Franco, no mesmo evento em que Pilar Primo de Rivera fez seu discurso sobre a Falange Espanhola Feminina.

Ensino doméstico e puericultura, princípios de ordem e economia, cultura artística e educação física, formação moral e religiosa, tudo tem como fim na “Mocidade” preparar boas mães, boas esposas e boas donas de casa, e, se as nossas raparigas ficarem solteiras, mulheres sãs e úteis, com caráter e com ideal³⁶⁵.

Esse modelo ideal está presente em cada número do boletim e, em edições do ano de 1941, uma seção que tem por título “O que nós queremos que as nossas raparigas sejam”, aparece ao longo de seis números, demonstrando virtudes necessárias a uma moça pertencente à Mocidade Feminina Portuguesa.

A primeira das matérias aparece no número 25³⁶⁶, de maio de 1941, no qual a virtude enfatizada é a que as moças sejam “verdadeiras até a medula”. Ou seja, devem ser um exemplo vivo das virtudes desejadas pela Mocidade. Na matéria, onde texto e fotos coadunam com o ideário, aparecem moças prestando continência à bandeira de Portugal, seguidas de uma filiada mais velha ensinando as “lusitas” e uma graduada ao lado de seu esposo e do padre que celebrou seu casamento e a seguinte legenda “exemplo de rapariga verdadeira de que o vestido de noiva é

³⁶⁴ LEAL, Maria Joana Mendes. Falange Espanhola Feminina. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 3, 1939, p. 06.

³⁶⁵ Ibid., p. 06.

³⁶⁶ As matérias são assinadas por Hilda R. N. d’Almeida Corrêa de Barros. Note-se que tal edição saiu no mês de maio de 1941, o Mês dedicado a Maria. Na página anterior a primeira matéria sobre as virtudes das moças da Mocidade Portuguesa Feminina, há um texto sobre essas festividades, com uma imagem de Maria com o menino Jesus dormindo em seu colo e a mesma olhando para os céus. No texto conta-se brevemente sobre as mudanças que ocorreram na Igreja ainda em Roma, quando nos altares pagãos foram sendo colocado Jesus, Maria e os santos no lugar dos deuses antigos e começaram as celebrações cristãs. Segue o texto com o trecho: “São Filipe Neri chorava pensando em tantos jovens que se desencaminham, apareceu-lhe Nossa Senhora e disse-lhe que se queria resguardar do mal a juventude a reunisse durante o mês de Maio aos pés do seu altar.”, como salientado em outro momento do texto, finalizando assim: “que a Mocidade, que quer viver um ideal – não existe ideal sem brancura – no mês de Maio se acostume a olhar para Aquela que é como a neve das alturas.” (BARROS, Ilda R. N. d’Almeida Corrêa de. O que nós queremos que nossas raparigas sejam. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 25, 1941, p. 7).

realmente o símbolo do que lhe vai na alma”³⁶⁷. Pois, “A Mocidade Portuguesa Feminina não tem só por fim uniformizar as raparigas e ensiná-las a vestir o uniforme com apuro e correção. [...] Quer que, por trás disso tudo, seja uma realidade”³⁶⁸, assim, foca-se na construção do seu modo de ser, lembrado a todas as filiadas das qualidades e de um modelo ideal que deve ser procurado todos os dias e vivido com verdade para suas sócias. Assim, a Mocidade Portuguesa Feminina, em um trabalho contínuo de construção, lembra as moças que elas são herdeiras “de uma tradição de oito séculos”³⁶⁹ e que isso lhe dá uma herança a respeitar. Tem um dever com a pátria. Por conta disso, devem servir de exemplos às futuras gerações como modelos de mulher, pois em uma das imagens aparece uma filiada ensinando as pequenas e o texto corrobora dizendo que:

vemos um grupo de pequeninas absorvidas nas palavras de uma sua companheira mais velha. Isso não exige da parte da mais velha o maior respeito pela candura dessas crianças prontas a acreditar nas palavras que ela lhe disser e às quais ela deve a verdade dita de forma que elas possam compreender?³⁷⁰.

As moças devem ser “verdadeiras [pois] [...] quando tudo depender de vocês, a vossa ação como mulheres incapazes de mentir será tão larga que nem vocês mesmas, hoje, podem compreender”³⁷¹. Elas têm um papel a cumprir e uma tradição a zelar e passar adiante através de seus exemplos de vida.

Na edição de número 25, de maio de 1941, outra característica importante a ser buscada pelas jovens da Mocidade Portuguesa Feminina é a amabilidade, porque “Se todos devem ser amáveis, muito mais o deve ser uma mulher – porque a amabilidade até faz parte da graça feminina”³⁷², seria um traço natural do sexo feminino, pois “não se compreende uma mulher que não seja amável”³⁷³. A amabilidade é um traço também que ajudaria a mulher a ensinar a acolher as lusitas, as mais novas e ser para elas “um refúgio, sempre pronto, de ternura, de

³⁶⁷ BARROS, Ilda R. N. d’Almeida Corrêa de. O que nós queremos que nossas raparigas sejam. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 25, 1941, p. 08.

³⁶⁸ Ibid., p. 08.

³⁶⁹ Ibid., p. 08.

³⁷⁰ Ibid., p. 08.

³⁷¹ Ibid., p. 09.

³⁷² Ibid., p. 09.

³⁷³ Ibid., p. 09.

ensinamento – ensinamento que, quando é preciso, também saber ser dado com firmeza”³⁷⁴.

Na edição 27, de julho de 1941, o traço endossado é a sanidade, no caso, do corpo. Aqui fica nítida a preocupação não apenas com as atividades mentais, mas sendo um traço da revista um equilíbrio entre corpo e mente, incentivando as mulheres a fazerem atividades físicas. Como pode ser percebidos em vários números com matérias sobre os retiros da Mocidade Portuguesa Feminina, marchas e atividades de cunho cívico que colocam essas mulheres em movimento.

Nessa matéria específica, vemos fotos de filiadas da Mocidade em jogos ao ar livre, caminhando altivas em estradas e nos campos. Certamente que a preocupação com corpo não seria à toa. “E vemos, então, nessa rapariga, a futura mãe de filhos são – braços fortes que se não cansam facilmente”³⁷⁵, futuras esposas e mães deveriam ser saudáveis, pois “para as próprias qualidades morais, a saúde física tem muita importância”³⁷⁶.

“A saúde é o equilíbrio do nosso organismo e esse equilíbrio só o podemos conseguir com uma vida natural”³⁷⁷. Aqui é incentivada a saída ao público com a finalidade de praticar exercícios, ver a luz, a água pura e a natureza. Além da boa alimentação e ter hábitos como o de acordar e levantar cedo, pois esses atos “valem mais do que remédios”³⁷⁸.

Vemos o incentivo a que essas moças fossem mulheres em constante movimento, mas um movimento controlado e sem excessos “precisamos de ar, de luz, de espaço e de movimento. Andar, correr, nadar, todos os exercícios são úteis e necessários. Os jogos, também, desde que sejam feitos naturalmente e se compreende o espírito em que devem ser encarados.”³⁷⁹. Jogar, mas sem exageros, sem o espírito da competição ou do excesso que possa incentivar vaidade, inveja ou despeito, como frisado pela autora do texto ao seu final.

³⁷⁴ Ibid., p. 09.

³⁷⁵ BARROS, Ilda R. N. d’Almeida Corrêa de. O que nós queremos que nossas raparigas sejam. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 27, 1941, p. 07.

³⁷⁶ Ibid., p. 07.

³⁷⁷ Ibid., p. 07.

³⁷⁸ Ibid., p. 07.

³⁷⁹ Ibid., p. 08.

A matéria seguida neste número complementa a ideia da anterior, trata-se de férias à beira-mar. Evitar excessos, planejar, não perder tempo. Essas mulheres são incentivadas, inclusive em seus períodos de férias.

Para que seu rendimento seja máximo, estudai bem o modo como haveis de aproveitar o passeio maravilhoso aonde ireis, não em busca só de prazeres, mas especialmente para obter um acréscimo de saúde física, sem que entretanto, pelo vosso porte, pelo vosso traje ou atividade nele comprometa, mesmo que de leve a vossa saúde moral³⁸⁰.



Imagem 35: Filiadas trajadas conforme os interesses da Mocidade Portuguesa Feminina³⁸¹.

Devem evitar eventos que as façam perder tempo, trocar praia pela piscina, realizar passeios “rallyes” a chás que podem roubar o seu tempo e não devem usar vestuário excessivo, ou seja, cair nos encantos da moda. Na matéria há uma foto com três jovens sentadas à beira-mar vestidas como, possivelmente, a Mocidade Portuguesa Feminina pensava ser mais adequado.

No número 28, de agosto de 1941, a virtude é ser jovem a vida toda. “Ser novo, é ser entusiastas, é ser bom, é ser puro, é ser forte. Ser novo é empenharmos sinceramente em tudo quanto fazemos”³⁸², além disso, não seria uma questão

³⁸⁰ LUISA, Maria. Na praia. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 27, 1941, p. 09.

³⁸¹ Fonte: Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal, Lisboa, n. 27, 1941.

³⁸² BARROS, Ilda R. N. d’Almeida Corrêa de. O que nós queremos que nossas raparigas sejam. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 28, 1941, p. 06.

de idade biológica, “porque vocês podem e devem ser novas, mesmo de cabelos brancos”³⁸³.

Na edição seguinte, a característica focada é elegância, o cuidado na vestimenta. O conceito presente nesta edição do boletim é percebido da seguinte forma: “saber ser elegante faz parte da educação das raparigas e que é de desejar que as filiadas da Mocidade Portuguesa Feminina marquem em toda a parte tanto pela sua elegância como pelo seu aprumo”³⁸⁴. O vestuário não pode desviar a atenção sobre a moça, deve ser comedido, adequado aos interesses do papel de mulher criado para elas, pois, “para ser verdadeiramente elegante é preciso ser-se alguém – o que mostra que o aprumo moral da pessoa é importantíssimo até para isto”³⁸⁵. O vestuário não pode estar amassado ou ser excessivo, muito rebuscado, pois a preocupação com a moda não é uma boa característica. A filiada deve “estar bem [...] tanto em família como em público”³⁸⁶.

Continuando a série de matérias sobre as características desejáveis a uma filiada da Mocidade Portuguesa Feminina, na edição 30, de outubro de 1941, a sexta virtude deve ser moças ativas. Esse interesse é marcado pelas imagens que estampam a matéria, mostrando jovens nos acampamentos da Mocidade fazendo atividades, ainda ligadas a trabalhos domésticos, ao ar livre como cozinhar, arrumar uma mesa ou servir as outras, além de buscar água numa fonte.

Ser ativa não significa fazer tudo a todo tempo, mas comedido, buscar executar tarefas que seriam proveitosas para si ou para seu grupo. Novamente no texto a ideia do planejamento minucioso de todos os aspectos da vida é frisado. “Não queremos que vocês sejam inquietas de espírito, isto é: que não possam estar um momento, sem fazer alguma coisa”³⁸⁷, o tempo deve estar ocupado com elementos proveitosos. As ações, nessa visão, são meios, não fins. Assim, o interesse da Mocidade Portuguesa Feminina é:

³⁸³ Ibid., p. 06.

³⁸⁴ BARROS, Ilda R. N. d’Almeida Corrêa de. O que nós queremos que nossas raparigas sejam **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 29, 1941, p. 04.

³⁸⁵ Ibid., p. 04.

³⁸⁶ Ibid., p. 04.

³⁸⁷ BARROS, Ilda R. N. d’Almeida Corrêa de. O que nós queremos que nossas raparigas sejam **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 30, 1941, p. 09.

O que nos queremos, quanto à atividade, é que cada uma de vocês pense bem no papel que lhe cabe pelo meio em que vive, pelas qualidades e habilitações que possui, pelos recursos de que dispõe – e que tudo quanto seja de sua competência fazer, o faça generosamente, com entusiasmo, com cuidado, com desinteresse³⁸⁸.

A atividade é uma forma de movimentar o corpo, sanar os males, é um momento de aprendizado e de busca pelo equilíbrio mental e corporal. As filiadas deveriam sempre cumprir seu papel quando chamadas, sendo “ativas, calmas, decididas, ponderadas e incansáveis”³⁸⁹.

No mesmo número, páginas antes, temos um texto da diretora do Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina, Maria Joana Mendes Leal. O título é “Reabertura dos centros da MPF”, algo que ocorre após o retorno às escolas, quando “as aulas de moral e as folhas de formação nacionalista irão lembrar-vos os vossos deveres de cristãs e portuguesas”³⁹⁰.

Aqui são elencadas atividades realizadas nesses locais como aulas de canto coral, ginástica, economia doméstica, puericultura, aulas de higiene, primeiros socorros e trabalhos manuais³⁹¹. Todos esses ensinamentos seriam práticos na vida de uma filiada, que as subsidiaria com elementos para exercer bem o seu papel de cidadãs portuguesas, esposas e mãe, além de boas católicas. As temáticas elencadas pela Diretora no seu texto aparecem ao longo da existência do boletim, em vários formatos, sejam de seções duradoras como a “Trabalhos Manuais” ou seções descontinuadas, como a que analisados nesse tópico, onde são elencadas características desejáveis a uma moça da Mocidade Portuguesa Feminina.

Por fim, essa seção aparece no número 31 de novembro de 1941, com a característica final, fechando o ciclo da série de matérias. “Ser boa”³⁹² aparece

³⁸⁸ Ibid., p. 10.

³⁸⁹ Ibid., p. 10.

³⁹⁰ LEAL, Maria Joana Mendes. Reabertura dos centros da M.P.F. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 30, 1941, p. 05.

³⁹¹ A área é um apanhado de conhecimentos sobre como lidar com bebês e sobre seu desenvolvimento. A palavra latina “puer” pode ser traduzida como criança. O termo puericultura surgiu em 1762, criado pelo suíço Jacques Ballexserd. Ver: BONILHA, Luís Roberto de Castro Martins. **Puericultura**: olhares e discursos no tempo. Campinas: UNICAMP, 2004.

³⁹² A referência à virtude da bondade aparece em outros momentos. Como em um texto no número 4 do Boletim, de autoria de Mary Forbes, onde se lê: “a bondade deve ser e todos os tempos e lugares e civilizações, a nota distintiva da mulher. É mais feminina de todas as virtudes femininas e a mais portuguesa de todas as virtudes”. (LEAL, Maria Joana Mendes. **Graduadas. Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 4, 1939, p. 04.

como um elemento que fecha o tipo ideal, pois “é preciso que vocês sejam verdadeiras, amáveis, sãs, novas, elegantes e ativas”³⁹³, sendo tudo isso, a bondade é uma consequência. A autora relembra as características anteriores e admoesta as filiadas a continuar a obra, a exercitar essas características.

Igualmente ao que ocorria na revista “Maria: revista das Congregações Marianas”, capas dos números da publicação “Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal” de representar a imagem da mulher desejada. A qualidade da impressão da revista era boa, tendo o miolo em papel jornal, com poucas imagens e fotos, e capa em papel de boa qualidade.



Imagens: 36 e 37: Filiadas em ato patriótico³⁹⁴ e Nossa Senhora de Fátima³⁹⁵.

³⁹³ BARROS, Ilda R. N. d'Almeida Corrêa de. O que nós queremos que nossas raparigas sejam **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 31, 1941, p. 08.

³⁹⁴ Fonte: MOCIDADE Portuguesa Feminina: boletim mensal. Lisboa, n. 3, 1939.

³⁹⁵ Fonte: MOCIDADE Portuguesa Feminina: boletim mensal. Lisboa, n. 37, 1942.



Imagens: 38 e 39: Uma mãe observando seu filho dormir no berço³⁹⁶ e duas jovens a caminho de uma atividade esportiva³⁹⁷.

Para poder existir a internalização das regras e do tipo específico de mulher, o boletim e outras instâncias usadas pelo poder do Estado e da Igreja, entrelaçados, relembram as associadas a todo momento seu lugar na sociedade. Através de modelos e de imagens associadas a elas, a figura de mãe, mulher do lar, que sabe o seu local, como fica patente neste e em outros números do boletim. Assim, dentro da estrutura simbólica na qual estão inseridas, as moças da Mocidade Portuguesa Feminina iriam, pouco a pouco, introjetando em si as características de uma boa esposa e cidadã, sabendo das condições e limitações deste papel. Seja ele lembrando através dos exemplos históricos de mulheres, como Dona Leonor ou acerca das tarefas que deveriam se ater até mesmo em momentos de férias.

Outro aspecto importante no mundo das filiadas da Mocidade Portuguesa Feminina eram os cursos para graduadas. Na edição 12, de abril de 1940, temos uma matéria assinada por Maria Arminda Grilo Aidos³⁹⁸, amplamente ilustrada com

³⁹⁶ Fonte: MOCIDADE Portuguesa Feminina: boletim mensal. Lisboa, n. 33, 1942.

³⁹⁷ Fonte: MOCIDADE Portuguesa Feminina: boletim mensal. Lisboa, n. 77, 1945.

³⁹⁸ Foi integrante da Mocidade Portuguesa Feminina, na província do Douro Litoral, da qual fazia parte de sua liderança, sendo Chefe de Castelo. Colaborou com o boletim mensal, publicando alguns textos.

fotos, emoldurando o texto, sobre a primeira aula do curso³⁹⁹ de graduadas da Mocidade Portuguesa Feminina no que no Brasil chamamos de creche. Na qual elas aprendem parte do ideário da organização, no caso a puericultura, com atividades como: trocar fraldas; dar banho e cuidar do asseio dos pequenos; preparar a alimentação; e os ensinar as boas normas ao comer. Assim, em uma obra de caridade construída pelo Estado Novo, no Porto, “que serve para tirar as crianças pobres dos maus tratos das pessoas a quem ficam entregues, enquanto as mães vão para o trabalho”⁴⁰⁰. O texto entrelaça a formação das moças, em atividades maternas e ainda exalta a obra realizada pelo governo salazarista.

No número 15, de julho de 1940, há outra matéria, essa sem texto, apenas com fotos, na qual vemos atividades executadas pelas graduandas de modo mais amplo. As jovens nas aulas de ensino doméstico e puericultura aprendem a cozinhar, servir, lavar pratos, além de cuidar de bebês. As fotos teriam origem nos vários cursos ao redor do país e demonstram na prática o ideário formativo da Mocidade Portuguesa Feminina.

Na edição de número 13, publicada em maio de 1940, comemorativa de um ano de aniversário do periódico, temos uma matéria assinada por Maria Joana Mendes de Leal sobre os tipos de cursos que eram oferecidos nos Centro da Mocidade Portuguesa Feminina. A lista coaduna com o Regulamento e com os interesses da Mocidade e do Estado. Os cursos de graduadas “pretendem dar às filiadas que passam a ter responsabilidades de dirigentes, uma formação mais aperfeiçoada”⁴⁰¹. As suas áreas eram:

Formação moral e religiosa, dentro deste tema lindo: Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida [...]. Formação nacionalista para que cada portuguesa tenha a devoção da Pátria e se integre no plano de restauração nacional que se está realizando [...]. Cultura física, jogos e desportos e a parte de comando e disciplinas necessárias para o desempenho das funções especiais de Graduadas; [...] Canto Coral,

³⁹⁹ Como mostrado por Irene Pimentel, os Cursos da MPF eram organizados por “Maria Guardiola que dirigia também os serviços culturais e de formação nacionalista até 1942” [...], por Maria Luísa Vanzeller como “responsável pelos serviços de educação física, saúde e higiene até 1940 [...], e o Padre Gustavo de Almeida (1903-1965) à frente dos serviços de formação moral e nacionalista até à sua morte” (PIMENTEL, Irene Flunser. **Mocidade Portuguesa Feminina**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007, p.18).

⁴⁰⁰ AIDOS, Maria Arminda Grilo. Curso de graduadas. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 12, 1940, p. 05.

⁴⁰¹ LEAL, Maria Joana Mendes de. Cursos de graduadas. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 13, 1940, p. 05.

com o carácter educativo, regionalista e patriótico [...] Higiene, para utilidade das próprias filiadas e para o bem social [...] Puericultura, esse complemento social de toda a educação feminina: - [...] Ensino doméstico - culinária, arranjo de casa⁴⁰²

Na edição 18, de outubro de 1940, temos a descrição de um centro da Mocidade Portuguesa Feminina, no caso o número 2, que ficava em Lisboa, a partir das suas regras internas e formas de organização do trabalho das filiadas por idade, tendo, “num ambiente claro, alegre, de janelas rasgadas para a luz, sob o olhar protetor da virgem, grandes e pequenas, ajudando-se mutuamente, caminham sem desfalecimento com um sorriso [...] para o mesmo ideal”⁴⁰³.

“[...] As mais pequenas [lusitas] ajudam as mais velhas nos trabalhos de secretaria”⁴⁰⁴. Fica nítido no texto, dentro da lógica de um Estado Corporativista como o salazarista, a organização rígida e a hierarquia aceita naturalmente, onde as mais inexperientes e com menos poder, por isso, são guiadas pelas mais velhas e experientes nas atividades, o mundo de fora, organizado sob a tutela do Estado, adentra os centros e em cada aspecto da vida, assim, naturalizava-se a diferença⁴⁰⁵.

Fora dos centros e na vida do dia a dia, as mulheres assistem aos homens desfilar, como se percebe no segundo número do boletim na matéria sobre os desfiles do dia 28 de maio de 1938:

A Mocidade é só uma no seu generoso desejo de servir e na sua esperança dum Portugal maior pelo esforço e sacrifício de todos os seus filhos, mas rapazes e raparigas, têm lugares diferentes e

⁴⁰² Ibid., p. 05.

⁴⁰³ UMA filiada do Centro n. 2 de Lisboa. Um centro da M.P.F. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 18, 1940, p. 02.

⁴⁰⁴ Ibid., p. 02.

⁴⁰⁵ O principal modelo de Estado Corporativo é a Itália Fascista, como fica nítido no compilado de discursos do líder fascista Benito Mussolini no livro O Estado Corporativista. Outros exemplos desse fenómeno são algumas experiências administrativas do governo Getúlio Vargas, durante o Estado Novo Brasileiro entre 1937 e 1945, mais notadamente a Consolidação das Leis Trabalhistas e a cooptação dos sindicatos, inspirada na Carta Del Lavoro da Itália; a França governada pelo Marechal Pétain entre 1940 e 1945; os governos de Juan Péron na Argentina e, claro, o Estado Novo Português. Salientamos que a questão corporativa nesse contexto ficava mais nítida na economia, mas outras instâncias sofreram influência dessa visão organizacional. Para um melhor entendimento do Estado Corporativista Português, sugerimos: FREIRE, Dulce; FERREIRA, Nuno Estevão; RODRIGUES, Ana Margarida (Orgs.). **Corporativismo e Estado Novo**: contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933 - 1974). Lisboa: Instituto de Ciências da Universidade de Lisboa, 2014.

naquela tarde de 28 de maio cada um estada no seu porto: os rapazes marchando [...] as raparigas nas sombras”⁴⁰⁶.

Estando numa organização hierarquizada e vertical, similar à concepção do Estado Salazarista, todas as atividades eram cronometradas e escolhidas pelas superiores hierárquicas e os cursos de formação de graduadas formavam a elite da Mocidade Portuguesa Feminina que iria replicar adiante os exemplos aprendidos nela, guiar as mais novas no seu caminho e, ao final, se tornar boas mulheres para a família portuguesa. Dessa maneira, um processo amplo de formação contínua, replicando mulheres conservadoras, com a intenção de formar uma similarmente a outra, emerge a nova mulher criada pela Mocidade Portuguesa Feminina, desde a mais tenra infância, até a idade adulta.

Mas esse processo não se dava apenas dentro dos centros, nos cursos, ele ocorria fora das portas da Mocidade Portuguesa Feminina, mas com horários cronometrados e atividades escolhidas. Adiante, veremos como o tempo livre e os corpos eram preocupações constantes dentro da Mocidade e como isso aparece no boletim.

3.8. A preocupação com o tempo livre e os corpos

Em alguns exemplares, verificamos a preocupação das editoras em responder uma pergunta que já se fazia presente desde o primeiro número do periódico: “Como deve uma Filiada da Mocidade Portuguesa Feminina preencher o tempo de férias?”. Normalmente as respostas foram sendo apresentadas nas últimas páginas ao longo das edições, através de cartas enviadas pelas leitoras publicadas no boletim.

As três cartas entregues no segundo número (de junho de 1939), possivelmente, são escritas por filiadas, duas delas com um de seus nomes Maria Leonor. As duas primeiras corroboram com os conteúdos do boletim. A primeira delas diz que mesmo num período de férias, que seria de descanso, “um trabalhinho de mão, para enfeitar mais o nosso lar, uma ajudazinha às nossas famílias, e algumas peças para cobrirem os membros regelados de pobrezinhos, tudo isso,

⁴⁰⁶ LEAL, Maria Joana Mendes. Recordando o passado. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 02, 1939, p. 06.

metodicamente não impedirá que se divirtam à vontade⁴⁰⁷. Já a segunda, coloca que as leitoras são instadas a deixar:

as leituras dos livros de “água com açúcar”, que andam tanto em moda e donde nós não tiramos proveito de maior... Evitemos todas as conversas banais que tantas vezes nos surgem à mente. Ajudem as nossas famílias e interessemos-nos sempre por todos os trabalhos delicadíssimos que só dizem respeito ao nosso sexo, tais são: os bordados, as rendas, as malhas e outros⁴⁰⁸.

Além disso, não pode faltar a missa, pois tem uma obrigação de católica e praticar o bem. As três cartas corroboram para que o tempo de férias de uma filiada deva ser ocupado por atividades mais leves, no entanto, ainda ligadas as suas atribuições de mulheres em formação, que fazem atividades domésticas e que não se deixam seduzir pelas “facilidades” da vida moderna. As jovens da Mocidade Portuguesa Feminina, mesmo no período de distância dos seus “castelos”, não deveriam esquecer seus espaços e suas características, dentro daquilo que o governo do Estado Novo e a Igreja desejam para elas. Esse processo de relembrar/praticar está no centro do processo de normalização de seus corpos e da criação de um ideal de mulher. Ser, pensar e agir dentro das estruturas da associação.

No número 4, de agosto de 1939, um texto define o modelo de colônia de férias. Naquele ano de 1940, seriam as primeiras férias com locais específicos para as jovens espalhados em três pontos ao longo do litoral português de norte a sul. A colônia não seria local apenas de divertimento, mas também de aprendizado. Nas colônias “Não lhes faltará também um ambiente de alegria que lhe dê a saúde moral, sem a qual não existe perfeito equilíbrio [...] serão uma reunião de família em que haverá um coração de mãe a ocupar-se de cada uma das raparigas⁴⁰⁹. O cuidado com o corpo das jovens é algo frequente no boletim, aparece aqui com o friso à presença de uma médica permanente em cada colônia e um grupo de instrutoras para as atividades de educação física.

⁴⁰⁷ COMO deve uma Filiada da Mocidade Portuguesa Feminina preencher o tempo de férias? Respostas. [por Maria Emília Ferreira Ribeiro]. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 02, 1939, p. 13.

⁴⁰⁸ Idem. [por Marie Eleonor Eugenia de Almeida Reis]. *Ibid.*, p. 13.

⁴⁰⁹ LEAL, Maria Joana Mendes. Colônias de férias. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 04, 1939, p. 05.

Há uma matéria no número 5 do boletim publicado em setembro de 1939, ilustrada com muitas fotos sobre a colônia de férias da Mocidade Portuguesa Feminina na praia do Estoril é sintomática sobre o cuidado com o tempo livre e as férias. Ao longo do texto, fica nítida a preocupação em preencher todo o tempo das meninas com atividades, com horários bem definidos. Cinquenta meninas, possivelmente lusitas, numa linda casa, “irmãs no vestir e no sorriso”⁴¹⁰, acompanhadas, como demonstram as fotos, por instrutoras de idade maior.

O texto nos dá um panorama do dia a dia da colônia, mostrando um cotidiano minuciosamente planejado, do começo ao fim. Muito embora não explicita horários. Algo que podemos ver em outro número da revista, numa carta de autoria de Amaria Arminda Grilo Aidos, presente no número 6, de outubro de 1939, em que se encontra o roteiro do dia a dia de uma colônia da Mocidade Portuguesa Feminina explicitado:

7 h. – levantar, arejar camas, toilette; 8 h. – fazer camas; 8:30 h – oração da manhã; 8:45 h – pequeno almoço; 9:20 h – partida para praia; 12:30 h – regresso da praia; 12:45 h – almoço; 13:30 h – repouso... Silêncio; 15h – levantar, compor camas, toilette; 15:30 h – recreio; 16:15 h – lanche; 16:30 – partida para o pinhal; 18:30 h. – terço; 19h. – canto; 20h. – jantar; 21:45 – oração da noite; 22h. – deitar... Silêncio⁴¹¹.

Assim vigiadas, as meninas, desde tenra idade poderiam ser melhor treinadas, possivelmente sem grandes resistências, tendo em vista o caráter totalmente organizado do poder sobre seus corpos, que tentavam passar por brincadeira o que seria, na realidade, uma prática de controle. Como percebemos em uma fala atribuída a uma lusita em um dos números sobre uma colônia de férias

⁴¹⁰ LEAL, Maria Joana Mendes. Colônia de férias da M.P.F. no Estoril. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 05, 1939, p. 04.

⁴¹¹ AIDOS, Maria Arminda Grilo. Filiadas **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 06, 1939, p. 12. / Esse interesse em ocupar o tempo livre, no caso as férias, segue a linha de pensamento do Estado Novo Português, de modo idêntico ao que se fazia com as classes trabalhadoras, seguindo um ideário similar ao do nazi-fascismo. Através da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, o governo ditatorial português, utilizando o conceito de turismo social e organização dos tempos livres, buscava com isso evitar que as classes trabalhadoras se organizassem ao redor de ideias opositoras àquelas do Regime. Da mesma forma, para a classe média, no tocante a Mocidade Feminina Portuguesa, era importante manter as jovens ativas e com tempo “livre” ocupado com atividades físicas e que as preparasse para as suas ditas “funções” de mãe e esposa. Sobre alguns desses processos de ocupação dos tempos livres ver: VALENTE, José Carlos. **Estado Novo e alegria no trabalho**: uma História Política da FNAT (1935-1958). Lisboa: Edições Colibri e INATEL, 1999.

no Estoril: “O prazer que aqui sinto excede tudo o que tinha imaginado [...] estou encantada com tudo exceto com uma coisa: o tempo, que passa tão depressa, tão depressa, que o dia em vez de ter 24 horas, parece ter só 12!”⁴¹².



Imagem 40: Lusitas divertindo-se na colônia da Mocidade Portuguesa Feminina no Estoril⁴¹³.

Mais a diante, Maria Joana, a autora do texto, segue dizendo: “na verdade, como não há-de passar depressa um dia tão cheio e em que tudo é bom e agradável?”⁴¹⁴. Ao que segue outra fala “aqui brincamos, somos felizes e enchemonos de vontade para começar o novo ano letivo a estudar afincadamente. Somos muito bem tratadas e tenho a certeza que hei de recordar com saudade pelo tempo que aqui passei...”⁴¹⁵.

Portanto, o indivíduo, no caso, as meninas, desde pequenas são foco da ação do Estado na formação de modelos ideais de sujeito, pois como em outra matéria é salientado, as meninas não escolhiam o que fazer, suas brincadeiras e seu tempo eram selecionados: “Os jogos são escolhidos. Em alguns faz-se ginástica, sem se dar por tal, mas os movimentos foram previstos e estudados. Em outros cultivava-se a vontade e a atenção, o espírito de observação ou de iniciativa”⁴¹⁶.

⁴¹² LEAL, Maria Joana Mendes. Colônia de férias da M.P.F. no Estoril **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 05, 1939, p. 03.

⁴¹³ Fonte: Mocidade Portuguesa Feminina: boletim mensal, Lisboa, n. 5, 1939.

⁴¹⁴ Ibid., p. 03.

⁴¹⁵ Ibid., p. 04.

⁴¹⁶ LEAL, Maria Joana Mendes. A nossa colônia de férias da Graça. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 06, 1939, p. 09.



Imagem 41: Lusitanas fazendo exercícios físicos durante uma colônia de férias da Granja⁴¹⁷.

As moças poderiam se exercitar, mas escolher uma atividade mais adequada às suas condições e, principalmente, jamais se esquecer de suas atividades obrigatórias de mulher, mãe e esposa e é um princípio exposto no Regulamento, em relação ao cuidado com o corpo e com a higiene.

Michel Foucault, em “Vigiar e Punir” e em outros de seus escritos, lembra-nos que o Estado Moderno, esse no qual as moças estão inseridas, mesmo em sua versão corporativista e conservadora, tem uma sanha em controlar e esquadrihar o corpo do indivíduo.

As moças, desde tenra idade dentro dos princípios que regem a Mocidade Portuguesa Feminina, estavam inseridas numa hierarquia social e em bases de merecimento. Já eram privilegiadas por serem, em sua maioria de classe alta, mas, em sendo parte dessa associação poderiam ser, se assim observassem as regras corretamente e fizessem os cursos preparatórios, a elite da elite, como em alguns momentos são as graduadas e, assim, estariam aptas a serem boas esposas e boas mães para os homens.

Em edições adiante, temos mais um texto de Maria Joana Mendes Leal, intitulado “Ar livre”, sobre prática de desportos. A coordenadora da publicação da Mocidade Portuguesa Feminina começa o texto em uma defesa do grupo, com uma

⁴¹⁷ Fonte: MOCIDADE Portuguesa Feminina: boletim mensal. Lisboa, n. 6, 1939.

pergunta que teriam feito a ela “se é verdade que na Mocidade são contra os desportos”⁴¹⁸.

As mais ativas das que escreve textos para no boletim, respondem que a organização não é contra desportos, citando o Regulamento da Mocidade Portuguesa Feminina, mas sim contrária a competições e exibições de índole atlética. Algo que serviria mais aos rapazes da Mocidade Portuguesa. No Regulamento, consta que “serão excluídas as competições ou exibições de índole atlética, os desportos prejudiciais à missão natural da mulher e tudo o que possa ofender a delicadeza do pudor feminino”⁴¹⁹.

Usando um recurso de retorno ao passado para mostrar que em outros momentos mulheres faziam atividades físicas, sem competição, no entanto, a coordenadora da publicação afirma que:

hoje, que as princesas já se vão tornando raras, graças a Deus ainda existem mulheres que saber deslizar e sobre em skis sobre a neve e embalar um berço; jogar o golf e governar a sua casa; remar e dirigir uma obra social. E desde que assim seja, desde que o desporto conserve o lugar secundário que lhe compete, não é mal nenhum gostar de patinar ou de montar a cavalo⁴²⁰.

A atividade física poderia ser feita desde que não desse à mulher características competitivas e almejassem lugares que não seriam delas, se elas teriam um lugar secundário, como afirma Maria Joana Mendes Leal, certamente que o lugar de primazia seria continuar as glórias de Portugal.

Na escola básica, como mostrado pelo trabalho da historiadora Isabel Maria Henriques Pedro na sua dissertação “A Mocidade Feminina Portuguesa no Liceu Nacional Infanta Dona Maria de Coimbra: contributo para o estudo da educação em Portugal”⁴²¹. Fica nítido nessa pesquisa como o Estado português, através de duas instituições criadas por ele, no caso a Escola e a Mocidade Portuguesa Feminina, doutrinavam os corpos das meninas dentro do ideário do Estado Novo e, além disso,

⁴¹⁸ UM desabafo. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 09, 1940, p. 03.

⁴¹⁹ Ibid., p. 03.

⁴²⁰ Ibid., p. 03.

⁴²¹ Cf.: PEDRO, Isabel Maria Henriques. **A Mocidade Feminina Portuguesa no Liceu Nacional Infanta Dona Maria de Coimbra**: contributo para o estudo da educação em Portugal. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

é caso clássico do uso dos espaços do saber para o enredamento dos sujeitos nas redes de poder.

Como visto em “Vigiar e Punir”, é criado um aparato que vai além da escola, passado pelo saber médico, também usado na associação, saber jurídico, dentre outros formatos, para esquadrihar, conhecendo cada vez mais, e transformando as formas de controle do corpo, que eram mais explícitas até um dado momento no Ocidente, do suplício dos corpos, para o controle dos seus espaços íntimos, utilizando os símbolos e discursos para construir um modelo de sujeito dócil e facilmente utilizado pelo Estado dentro de projetos específicos de poder⁴²².

A punição agora seria diária, o indivíduo deveria se sentir vigiado e, por isso, controlado de dentro para fora, através de regras que ele aprenderia e, ao pensar em cometer um erro, se lembraria das consequências de seus atos.

A punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias consequências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no ad consciência abstrata; sua fatalidade é atribuída à sua fatalidade e não a sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens⁴²³.

Esses corpos estariam disciplinados, através de regras escolhidas conforme os interesses extraordinários, que fogem dos interesses individuais. A disciplina emerge com essa dupla funcionalidade, ao mesmo tempo em que admoesta e ensina. Pois com isso, a disciplina ajuda na “constituição de ‘quadros vivos’ que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas”⁴²⁴.

O exemplo do dia cronometrado e da educação física controlada e feita dentro dos “limites” do corpo feminino nas alas da Mocidade Portuguesa Feminina durante suas colônias de férias pode ser entendido como um aspecto de controle, de disciplina dos corpos. O corpo dessas meninas e mulheres está

⁴²² Cf.: FOUCAULT, op. cit., 2009.

⁴²³ Ibid., p. 13.

⁴²⁴ Ibid., p. 126.

diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Esse investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas à sua utilização econômica [...] [A elaboração desse tipo de corpo] como força de trabalho [ou como modelo de mulher] só é possível se ele está preso num sistema de sujeição; o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência e da ideologia [...] pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser útil, não fazer uso de armas nem do terror, e, no entanto continuar a ser de ordem física⁴²⁵.

Dessa maneira, no discurso da Mocidade Portuguesa Feminina e do seu boletim mensal, o período de férias era um momento de preocupação para essas moças para que não se desvirtuassem ou se perdessem com os exageros da Modernidade. Mesmo em momentos de distanciamento, para aquelas que não vão às colônias de férias, é sugerido que ocupem seus tempos livres com atividades produtivas. Explicava que nos locais por onde passeiam, promovam a contemplação e busquem retirar algum aprendizado. Para aquelas que frequentavam as colônias de férias, distribuídas geograficamente pelo litoral português, a servir o norte, o centro e o sul, o dia era bastante ocupado com atividades cronometradas e escolhidas conforme o tipo ideal de sujeito que o Estado desejava construir.

Ao longo de várias edições vemos matérias com essa preocupação. No número 15, de julho de 1940, há o texto em “Em vésperas da partida”. Nele encontramos o seguinte trecho de uma admoestação para as moças que iam sair de férias depois de um longo ano letivo: “goza as tuas férias – plenamente – mas escolhe as tuas companhias e os teus divertimentos: não transijas com nada de mau!”⁴²⁶. Mais forte é o recado ao final daquele ano comemorativo da Restauração:

Ouve a voz dos grandes portugueses que engrandeceram a nossa pátria e lembra-te que, embora na tua pequenês não possas chegar ao céu para acender, como eles, estrelas novas na via láctea da

⁴²⁵ Ibid., p. 28-29.

⁴²⁶ LEAL, Maria Joana Mendes. Em vésperas de partida. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 15, 1940, p. 03.

História de Portugal, podes servir a nação sendo tu própria uma luzinha que outros sigam⁴²⁷.

Na edição 16, publicada em agosto de 1940, uma matéria aponta, novamente, a importância da educação física no projeto da Mocidade Portuguesa Feminina. Para as colônias de férias e outras atividades, instrutoras de atividades desportivas eram preparadas seguindo um roteiro bem planejado, com formação para além da área do movimento do corpo. Assim, aparecem conteúdos de moral e religião, nacionalismo, ginástica prática, teoria da ginástica, prática de ensino (aqui similar à palavra comando), prática e ensino de jogos, anatomia humana e higiene⁴²⁸. A matéria é bem ilustrada com imagens das moças se exercitando de diversas maneiras com movimentos ginásticos, como podemos notar na imagem abaixo.



Imagem 42: Curso para instrutoras de Educação Física da Mocidade Feminina Portuguesa⁴²⁹.

Na edição dupla 75-76, referente aos meses de julho e agosto de 1945, temos mais um lembrete, em texto de autoria de Maria Benedita, para as filiadas sobre a importância da prática esportiva, mas sem esquecer-se do papel de mãe: “que bom andar de manhã ao sol empurrando o carrinho do bebê!”⁴³⁰. Há no texto uma preocupação em incentivar a prática esportiva, apontando os benefícios dela, que

⁴²⁷ Ibid., p. 03.

⁴²⁸ Cf.: CURSO de instrutoras de educação física da M.P.F. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 16, 1940, p. 03.

⁴²⁹ Fonte: MOCIDADE Portuguesa Feminina: boletim mensal. Lisboa, n. 16, 1940.

⁴³⁰ BENEDITA, Maria. Desporto: elasticidade, resistência, saúde e beleza do corpo. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 75-76, 1945, p. 07.

podem fazer o corpo ficar em boa forma, mas, além disso, essa questão da beleza é secundarizada em nome da boa saúde, os exercícios melhoram a circulação e diminuem o tecido adiposo. Em todos os momentos os desportos podem ajudar: “na adolescência, na mocidade, e na plenitude da idade adulta da mulher, os desportos ajudam-na”⁴³¹. O desporto também teria influência na moral: “o moral e o físico, estão de tal maneira amalgamados, que se influenciam mutuamente e produzem às vezes resultados inesperados. É frequente ouvirmos dizer dum bom atleta bem treinado e completamente “em forma”⁴³².

São elencados alguns esportes que podem ser praticados pelas moças, como a patinação, que tem “cadência e ritmos que depois que se adquirem dão elegância e graça”⁴³³; o tênis, mas praticado com parcimônia; o ciclismo; a natação. Mas todos eles devem ser praticados com cuidado e limites, pois “no meio está a virtude, e nos desportos e exercícios como em tudo mais o excesso é perigoso e dá as vezes resultado contrário ao desejado”⁴³⁴. Numa edição mais adiante, a de número 96, uma matéria com autoria de João António Mendes Leal, temos um incentivo às moças a prática da equitação, adicionando mais um esporte ao rol de atividades recomendadas às moças da Mocidade Portuguesa Feminina.

“O corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso”⁴³⁵, precisa ser docilizado em várias instâncias, para que, produzisse bons filhos à Portugal. A formação da rapariga se completa não apenas com atividades do lar, através dos cursos de formação de graduadas ou nas colunas que incentivam trabalhos manuais da Mocidade, o corpo em movimento, mas em movimento controlado, sem excessos, para não tirar das moças suas características, é vital na formação desses indivíduos.

O corpo humano entra numa maquinaria que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica do poder’, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se

⁴³¹ Ibid., p. 07.

⁴³² Ibid., p. 07.

⁴³³ Ibid., p. 07.

⁴³⁴ Ibid., p. 07.

⁴³⁵ FOUCAULT, op. cit., 2009, p. 28.

determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)⁴³⁶.

Aqui poderíamos continuar repetindo várias e várias matérias sobre o corpo das filiadas, mas acreditamos que já atingimos nosso ponto, no sentido de mostrar que combate aos excessos na vida dessas meninas e moças era essencial ao projeto de uma nova sociedade criado pelo Estado Novo português, que erigiu uma formidável maquinaria através da escola, da imprensa e de outros aspectos para vigiar, controlar e direcionar a formação de um tipo ideal de mulher cuja finalidade seria, unicamente, ser uma boa esposa, uma boa mãe, ou seja, uma mulher submissa, em identidade e realização pessoal.

⁴³⁶ Ibid., p. 119.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido até o presente momento, após anos dedicados à pesquisa, nos leva a refletir não apenas sobre o resultado final que foi exposto nessas páginas, mas também sobre nossa própria trajetória acadêmica.

Neste trabalho, procuramos compreender como dois projetos de nação vigentes em lados diferentes do Atlântico, Brasil e Portugal, tinham características mais em comum do que distanciamentos. Como observamos no primeiro capítulo, o Estado Novo brasileiro e o português foram movimentos conservadores, não apenas na perspectiva política, mas também social, num contexto em que, em outros locais do mundo, o poder do Estado cresce exponencialmente. Na Europa, tanto a direita, quanto a esquerda, vimos naquele período o surgimento de estados autoritários ou totalitários a partir dos anos 1920. A União Soviética representava o totalitarismo de esquerda, com a ascensão ao poder de Josef Stálin; do outro lado do espectro ideológico, temos o fascismo italiano e o nazismo alemão, governos totalitários de extrema-direita.

Já no caso do salazarismo e do franquismo, regimes ibéricos, apesar de determinadas semelhanças e cópias de modelos criados pelo nazi-fascismo, não são considerados como regimes totalitários, mas autoritários. Faltam a esses regimes o controle total, o esmagamento da oposição e a capilaridade social extrema que alcançaram o nazi-fascismo e o estalinismo. Muito embora existissem alguns elementos presentes como polícias secretas, organizações de juventudes e projetos ideológicos conservadores aplicados com maestria, além do uso das mídias de massa para efetuar a propaganda política dos regimes.

Algumas dessas características se assemelham ao que ocorreu no governo do presidente Getúlio Dorneles Vargas aqui no Brasil, que emergiu num contexto de crise econômica e política, com o questionamento dos pressupostos da República nos seus primeiros anos, que conectada a um liberalismo aparente, era corrupta, ineficaz nos seus serviços, contribuindo para cristalizar as desigualdades, já não mais respondendo aos anseios de uma parcela das elites. Pois, a Revolução de 1930, que levou Getúlio Dorneles Vargas e seu grupo ao poder, deve ser compreendida como um episódio de racha no meio das elites dominantes do país,

pois elas, como mostrado por Cláudia Maria Ribeiro Viscardi⁴³⁷, em “O teatro das Oligarquias. Uma revisão da República das oligarquias”, viviam em constantes embates para construir novos arranjos de poder a cada eleição e nos momentos de crise econômica. Assim, parte das elites, especialmente a de cafeicultores paulistas, não conseguia se impor e nem colocar Júlio Prestes no poder, o qual, mesmo sendo eleito, não chegou a assumir como presidente.

Naquele contexto, as esquerdas e os movimentos populares já estavam há algum tempo no Brasil angariando cada vez mais uma maior quantidade de pessoas que o Estado nunca atendia aos seus interesses e só usava seu braço repressor. Com o aprofundamento da crise social e política, emerge no país uma nova força dirigente, que, dentro de um projeto fortemente controlado, vai tentar proporcionar pelo menos alguns espaços dirigidos para os/as novos/as atores/as sociais em um contexto de crescente urbanização.

O antiliberalismo e anticomunismo também foram elementos de influência na construção do Estado Novo em Portugal, após um conturbado período, o qual iniciou com a queda da Monarquia, em que vários grupos políticos brigavam entre si e o país não conseguia manter um governo estável. A chegada ao governo de um grupo político que prometia ordem encontrou certa acolhida popular. A partir do ano de 1933, com a nova Carta Constitucional, passa a ser construído um governo cada vez mais centralizado na figura de António de Oliveira Salazar, que sempre deixou bem clara a sua oposição ao ideário liberal e o combate a toda forma de pensamento esquerdista. Numa Europa mergulhada no caos, polarizada entre forças políticas antagônicas, a nação portuguesa chancelou um caminho centralizador e autoritário para direcioná-la depois de uma experiência republicana liberal.

No tocante à Igreja Católica, também identificamos algumas aproximações importantes entre esta instituição e o Estado, em ambos os países, ao longo daqueles anos. Pois, com o fim da Monarquia e a instauração da República nos dois lados do Atlântico, ocorreu um distanciamento entre ambos os poderes. Com a chegada dos governos conservadores ao poder, notamos uma reconstrução de pontes entre políticos e eclesiásticos, através de seus representantes em cada país. Assim, tanto no Brasil quanto em Portugal, o papel político da Igreja se redefine e

⁴³⁷ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das Oligarquias**. Uma revisão da republica das oligarquias. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

crece substancialmente. Nesses contextos históricos, alguns grupos femininos e periódicos, desempenharam papéis importantíssimos no que se refere à construção, manutenção e propagação das ideologias conservadoras da Igreja Católica e dos regimes autoritários, como vimos no capítulo 2.

No caso do Brasil, a associação da Pia União Filhas de Maria, foi um dos principais espaços de controle e normatização do sexo feminino, bem como representou um lugar de atuação de suas sócias na vida pública. O projeto antimodernidade dos eclesiásticos tinha nessas mulheres elementos importantes na reconstrução do prestígio da Igreja Católica na sociedade e na tentativa de recatolizar o país. Portanto, ao cooptá-las e permitir certo protagonismo para as mulheres, o clero percebeu nelas uma estratégia de não perder espaço para as religiões que vinham crescendo, como o protestantismo e o espiritismo – não é à toa que esse assunto se faz frequente na revista “Maria”. O exemplo de mulher a ser seguido, visível e difundido nesse periódico e, no Manual da Pia União das Filhas de Maria, é o de subserviência, estar no mundo, mas não ser parte total dele. Usar a sua candura e traços femininos para ser uma espécie de luz nas trevas.

Em “Maria: revista das Congregações Marianas”, como mostramos no capítulo 3, há um intenso combate contra as novidades advindas com a Modernidade. As roupas, os cosméticos, os sons e imagens que remetem a agilidade e mudança não eram bem vistas. As *vamps* e *coquettes* são os exemplos de mulheres que não deveriam ser seguidos. Pois, normalmente elas fumam, bebem, cortam seus cabelos de “modos estranhos”, usam calças e possuem hábitos que seriam considerados masculinos. Assim, as Filhas de Maria eram as boas mulheres, que deveriam ser reservadas, tendo o cuidado na escolha dos lugares que irão frequentar. Dessa maneira, o que vimos nas páginas do periódico é a construção de tipo de mulher que mesmo tendo uma tarefa de ir ao espaço público, escrever na imprensa e se expressar nela, deveria realizar essas atividades comedidamente, dentro dos limites que a Igreja Católica lhe impunha.

Em um momento histórico, no qual as taxas de analfabetismo no Brasil eram altas, as sócias da Pia União das Filhas de Maria se destacavam por pertencerem a uma pequena parcela da população que sabiam ler e escrever. Mesmo assim, não podemos deixar de reconhecer os avanços ocorridos na vida dessas mulheres católicas, a partir de suas atuações na escrita e no pensar, tomando parte nos

rumos de sua religião. Certamente o tipo de mulher que emerge nesse contexto, é aquele conectado ao projeto conservador da Igreja e que, para o Estado Novo brasileiro, como demonstramos no capítulo 2, ao construir o “homem novo”, como discutido por Angela de Castro Gomes, estava também desenhando a “mulher nova”, as do lar, conectadas as demandas de sua casa, que sabem cozinhar, costurar e cuidar das crianças. Algo que fica nítido nos currículos das escolas primárias, como citado no capítulo 1, que definem o lugar das mulheres dentro da ordem autoritária controlada por homens como Getúlio Dorneles Vargas e Agamenon Magalhães.

No caso de Portugal, a Mocidade Portuguesa Feminina que tinha uma congênera masculina, elaborada a partir de modelos nazifascistas, era controlada diretamente pelo Estado através da Organização das Mães pela Educação Nacional, ligada ao Ministério da Educação Nacional, ou seja, era integrante do projeto político do Estado Novo na criação de um modelo conservador de família, no qual as mulheres teriam seus espaços, similarmente, dentro de suas casas. Apesar de incentivar as práticas de exercícios físicos, de retiros e proporcionar um lugar de fala em um boletim, fica nítido, como demonstramos no capítulo 3, que esse projeto tinha algumas similaridades com as mulheres da Pia União aqui do Brasil.

As jovens partícipes da Mocidade Portuguesa Feminina deveriam ser boas donas de casa, mães exemplares e atuantes na sociedade, especificamente naquelas atividades físicas reservadas para o tipo corporal feminino. Nos cursos de formação das sócias, elas eram incentivadas a saber cozinhar, varrer casa, fazer berços, enxovais completos e toda atividade considerada imprescindível para uma dona de casa, como fica claro nas seções que incentivavam os trabalhos manuais e a culinária⁴³⁸. Essa associação formava a mãe portuguesa, mulher dócil que tinha bem definida a sua função social, pelo próprio Estado: dar bons filhos para a pátria. Para isso, deveria ser saudável, praticar atividades físicas sem excessos e ser uma boa católica, seguindo, assim, os preceitos da Igreja e dos exemplos de mulheres cristãs que apareciam ao longo do boletim.

Portanto, acreditamos que Estado e Igreja Católica dão as mãos na construção desse modelo de mulher. Enquanto que no Brasil, no papel da Pia União

⁴³⁸ Cf.: BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond. A Mocidade Portuguesa Feminina e a formação culinária em Menina e Moça (1947-1962). **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 39, p. 201-226, 2012.

das Filhas de Maria, reproduziam mais claramente os interesses católicos no combate à Modernidade, significando um papel político em defesa da fé cristã; no caso português, a fé e o catolicismo aparecem também como parte do discurso da Mocidade Portuguesa Feminina. Ser mulher e ser católica era elemento inseparável, parte da construção do corpo e do cotidiano das moças que faziam parte dessa associação. O Estado português a partir de sua aproximação com o catolicismo, como demonstramos no capítulo 1, revive ideais conservadores que haviam sido deixados de lado, em certa parte, com o advento da República. Passa a construir um ideal de mulher mais conservadora, com um espaço de atuação delimitado pelo Estado e pela fé.

A imprensa e outros meios de comunicação, elementos propagadores e conectados com a Modernidade, foram essenciais na construção desses dois modelos de mulher que se assemelham em muitos aspectos. Era vital para a Igreja Católica e para o Estado, em um momento que a imprensa auxiliava aos discursos dissonantes a emergir, fazer uso desses dispositivos para propagar suas ideias. Assim, ocupando os meios de comunicação, a Igreja, o varguismo e o salazarismo reagem a movimentos modernizantes que poderiam trazer a tona atores e atrizes sociais indesejados/as, como ocorreu na Revolução Russa, por exemplo. Os quais poderiam por abaixo de vez os projetos das elites civis e religiosas nos dois países. Dessa forma, similarmente aos regimes autoritários e totalitários de outros países, o uso da imprensa foi se tornando vital para os dois regimes no que se refere à manutenção da ordem e na definição dos papéis sociais – especificamente ao papel das mulheres.

Acreditamos que, ao observarmos a atuação do Estado e da Igreja Católica em relação às mulheres, tanto Brasil como em Portugal, no período compreendido entre 1937 e 1945, identificamos a construção de dois projetos nitidamente autoritários e conservadores, baseados no binarismo homem-mulher, em que os papéis e lugares sociais de cada um/a deveriam ser delimitados para se evitar dissensões que pudessem colocar em risco as duas sociedades. Portanto, toda a maquinaria moderna disponível, no controle dos corpos e na definição de lugares de atuação, emerge nos dois contextos.

Por fim, como ficou demonstrado nesse trabalho, o Estado (brasileiro e português) e a Igreja Católica, no contexto aqui analisado, construíram modelos de

atuação para as mulheres e através dos seus dispositivos incentivaram o gestual e a performance delas. Os periódicos e as normas internas de cada grupo foram verdadeiros dispositivos na construção dos dois tipos de mulher, dando a elas características desejáveis, docilizando seus corpos e dogmatizando suas mentes, mesmo que, paradoxalmente, dessem a elas espaços que antes as mulheres não tinham.

Com esse estudo, não pretendemos concluir a discussão sobre a temática aqui analisada, mais sim, abrir espaço para que outros/as pesquisadores/as possam construir mais conhecimentos sobre a atuação de mulheres na imprensa brasileira e portuguesa no período do Estado Novo, nos dois lados do atlântico. Pois, sabemos que não esgotamos o assunto aqui, uma vez que, as possibilidades de pesquisa com periódicos são infinitas, mas ainda não exploradas o suficiente. Esperamos colaborar com o incremento desse estudo, a partir das análises aqui realizadas. Contudo, esperamos que a partir de “PURIFICANDO CORPOS E NORMALIZANDO MENTES: mulheres católicas e imprensa no Brasil e em Portugal, 1937-1945”, outras visões na perspectiva de estudos comparativos possam ser desenvolvidos, revelando outras proximidades e descontinuidades no discurso histórico sobre a temática que propomos.

REFERÊNCIAS

Documentais

AIDOS, Maria Arminda Grilo. Curso de graduadas. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 12, 1940, p. 05.

_____. Filiadas. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 06, 1939, p. 12.

AVÉ Mãe celestial! Avé canta Portugal. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 1, 1939, p. 05.

A.X.P. [sem título]. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 280-281, 1937, p. 30.

AZEVEDO, Ody; CALDAS, Terezinha. Uma homenagem. Virginia de Figueiredo: a cantora de Nossa Senhora. **Maria**: órgão da Federação das Filhas de Maria. Recife, ano 50, mar./abr., 1961.

BARROS, Ilda R. N. d'Almeida Corrêa de. O que nós queremos que nossas raparigas sejam. 1 – Verdadeiras. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 25, 1941, p. 08.

_____. O que nós queremos que nossas raparigas sejam. 3 – Sãs. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 27, 1941, p. 07.

_____. O que nós queremos que nossas raparigas sejam. 4 – Novas. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 28, 1941, p. 06.

_____. O que nós queremos que nossas raparigas sejam. 5 – Elegantes. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 29, 1941, p. 04.

_____. O que nós queremos que nossas raparigas sejam. 6 – Ativas. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 30, 1941, p. 09.

_____. O que nós queremos que nossas raparigas sejam. 7 – Boas. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 31, 1941, p. 08.

BENEDITA, Maria. Desporto: elasticidade, resistência, saúde e beleza do corpo. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 75-76, 1945, p. 07.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Promulgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 16 de maio de 2015. 44p.

CALLADO, Dr. B. Jorge. O exibicionismo desportivo feminino. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 28, n. 319, 1940, p. 101.

O CINEMA. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 280-281, 1937, p. 32.

COMO deve uma Filiada da Mocidade Portuguesa Feminina preencher o tempo de férias? Respostas. [Maria Emília Ferreira Ribeiro e Maria Eleonor Eugenia de Almeida Reis]. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 02, 1939, p. 13.

CONCURSO de beleza. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 26, n. 290-291, 1938, p. 05.

CONFEDERAÇÃO das Filhas de Maria. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 278-279, 1937, p. 17.

CONTEIRAS, Guilherme. Do baile para a eternidade. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 26, n. 296-297, 1938, p. 136.

CRUZADA da Boa Imprensa. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 26, n. 290-291, 1938, p. 12.

CURSO de instrutoras de educação física da M.P.F. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 16, 1940, p. 03.

DIÁLOGO do riso. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 26, n. 295, 1938, p. 94.

ESCOLA Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho. Disponível em: <<http://esmavc.edu.pt/index.php/escola/historia>>. Acesso em: 10 out. 2017.

EDITORIAL. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 288, 1937, p. 213.

EMPRESA Cinematográfica Cefas. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 28, n. 322-323, 1940, p. 191.

A ESPANHA martirizada. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 283, 1937, p. 111.

FERNANDES, Adaltiva. O primeiro retiro espiritual em Carnáubas. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 33, n. 11-12, 1945, p. 184.

FIGUEIREDO, Virginia C. Santa Luiza de Marillac. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 280-281, 1937, p. 39.

_____. Hino a Santa Inês. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 26, n. 290-291, 1938, p. 14.

FOLHA da Manhã, Recife, 22 mai.1938, p. 5.

GAROTAS de hoje. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 28, n. 321, 1940, p. 151.

G.A. Boas Festas a Salazar. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 80, 1945, p. 05.

GOMES, Manoel da Silva. Uma palavra que deve ser divulgada. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 28, n. 322-323, 1940.

O GRANDE inimigo. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 33, n. 11-12, 1945, p. 176.

A IGREJA e o mundo. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 29, n. 326-327, 1941, p. 2.

A IGREJA e pátria contra o comunismo. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 289, 1937, p. 238.

LEAL, Maria Joana Mendes. Reabertura dos centros da M.P.F. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 30, 1941, p. 05.

_____. Cursos de graduadas. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 13, 1940, p. 05.

_____. A nossa colônia de férias da Graça. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 06, 1939, p. 09.

_____. Graduadas. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 4, 1939, p. 04.

_____. Em vésperas de partida. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 15, 1940, p. 03.

_____. Falange Espanhola Feminina. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 3, 1939, p. 06.

_____. Recordando o passado. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 02, 1939, p. 06.

_____. Colônias de férias. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 04, 1939, p. 05.

_____. Colônia de férias da M.P.F. no Estoril. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 05, 1939, p. 04.

_____. Colônia de férias da M.P.F. no Estoril. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 05, 1939, p. 03.

LEÃO XIII. Sobre a imprensa – (excertos). **Documentos pontifícios**. Petrópolis: Vozes, 1959. 31p.

LIMOEIRO - Ceará. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 28, n. 321, 1940, p. 158.

LUISA, Maria. Na praia. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 27, 1941, p. 09.

LUSTOSA, D. Antônio. As crianças e o cinema. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 26, n. 295, 1938, p. 94.

MANUAL da Pia União das Filhas de Maria: sob o patrocínio da Virgem Imaculada e de Santa Ignez, virgem e mártir. Porto: J. Steinbrener, 1922.

MOCIDADE Portuguesa Feminina: boletim mensal, Lisboa, n. 13, 1940, p. 04.

A MANIFESTAÇÃO da gratidão nacional a Carmona e Salazar. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 74, 1945, p. 06-07.

MARIA. Deseja de uma Filha de Maria. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 28, n. 317, 1940, p. 41.

AS MÁS leituras. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 32, n. 366, 1944, p. 77.

AOS NOSSOS irmãos de fé, de ideal e de imprensa. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 278-279, 1937, p. 15.

NOVAS professoras. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 31, n. 350-351, 1943, p. 03.

PACHECO, Carneiro. Ao começar. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 1, 1939, p. 03.

PÁGINA de modas e modos. In: **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 26, n. 295, 1938, p. 103.

PEDROSA, Xavier. Histórias de amor... Histórias sem pudor. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 286-287, 1937, p. 205.

_____. Santa Barbara: razões de uma velha devoção. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 278-279, 1937, p. 02.

_____. Palavras de parafino. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 33, n. 05, 1945, p. 52.

PORTUGAL. Constituição (1933). **Constituição Política da República Portuguesa**. Promulgada em 11 de abril de 1933. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2015. 59p.

_____. **Diário do Governo**. Ministério da Educação Nacional. Decreto n. 26.893, de 15 de agosto de 1936. p. 981-984. Disponível em: <<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1936/08/19100/09810984.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

_____. **Diário do Governo**. Ministério da Educação Nacional. Decreto n. 28.262. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 08 de dezembro de 1937. p. 1379-1383. Disponível em: <<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1937/12/28500/13791383.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. **Diário do Governo**. Ministério da Instrução Pública. Lei n. 1.941. Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 11 de abril de 1936. p. 286-287. Disponível em: <<http://www.ige.min-edu.pt/upload/docs/Lei-1941-1936.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2017.

_____. **Secretariado de Propaganda Nacional**. Mocidade Portuguesa Feminina. Organização e atividades. Lisboa: Oficinas Gráficas Casa de Portugal, [s/d].

A PROPAGANDA. **Tribuna Religiosa**: órgão oficial da arquidiocese de Olinda. Recife, ano 6, n. 1, 06 jan. 1912. p. 01.

O RÁDIO. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 282, 1937, p. 68.

O RENASCIMENTO religioso na Espanha. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 278-279, 1937, p. 13.

SAVE, Claudia. Como crianças. **Maria**: revista das congregações marianas. Recife, ano 25, n. 284-285, 1937, p. 151.

O SEU programa. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 26, n. 292, 1938, p. 30.

SOUZA e Silva. A necessidade da religião. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 26, n. 290-291, 1938, p. 18.

UM desabafo. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 09, 1940, p. 03.

UMA filiada do Centro n. 2 de Lisboa. Um centro da M.P.F. **Mocidade Portuguesa Feminina**: boletim mensal. Lisboa, n. 18, 1940, p. 02.

UMA FILHA de Maria. Retiro da Pia União das Filhas de Maria da Paróquia de Gravatá. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 25, n. 282, 1937, p. 84.

UMA FILHA de Maria. Retiro espiritual das Filhas de Maria de Vitória. **Maria**: revista das Congregações Marianas. Recife, ano 28, n. 317, 1940, p. 55.

Bibliográficas

ABREU JÚNIOR, João Batista de. **Diário da Manhã**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/DI%C3%81RIO%20DA%20MANH%C3%83.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____; FERREIRA, Marieta de Moraes; BEZERRA, Ricardo Lima. **Diário de Pernambuco**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>>. Acesso em: 10 out. 2017.

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O que é contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

ALFERES, Franck Noël da Silva. **Hinos e marchas militares no Estado Novo (1933-1958)**. Contributo para a história da música militar na propaganda do Estado português. Dissertação (Mestrado em Didática da História). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

ALMEIDA, Cláudio Aguiar. **Meios de comunicação católica na construção de uma ordem autoritária: 1907/1937**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ALMEIDA, Rita de Carvalho. **Correspondência. 1928 – 1968**. Lisboa: Circulo dos Eleitores, 2010.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas, 2001.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português XVI - XVIII**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2005.

AMARAL Walter Valdevino do. **Que fizeram “ellas”?** As Filhas de Maria e a boa imprensa no Recife, 1902-1922. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2010.

ANDRADE, Maria Lucelia de. **“Filhas de Eva como anjos sobre a terra”**: a Pia União das Filhas de Maria em Limoeiro-CE (1915-1945). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

ANTÓNIO Faria Carneiro Pacheco. Legislaturas: VI. Disponível em: <http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/p/pacheco_antonio_faria_carneiro.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

AUDACES. Bandeiras da Mocidade Portuguesa. Disponível em: Fonte: <<http://audaces.blogs.sapo.pt/9950.html>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil (1928-1930). **Síntese. Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 4, n. 10, p. 61-89, 1977. Disponível em:

<<http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2398/2662>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BARROS, Dom José de Camargo. Em favor da imprensa católica. In: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (Sel. e Int.). **Os bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Loyola, 1983. p. 30-40.

BARTHES, Roland. **Inéditos 3: imagem e moda**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1.

BERTONHA, João Fábio. Plínio Salgado, o integralismo brasileiro e as suas relações com Portugal (1932-1975). **Análise social**, Lisboa, vol. XLVI, n. 198, p. 65-87, 2011. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1309942641P5dMW0bu5Dv02AS8.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

BONILHA, Luís Roberto de Castro Martins. **Puericultura: olhares e discursos no tempo**. Campinas: UNICAMP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond. A Mocidade Portuguesa Feminina e a formação culinária em Menina e Moça (1947-1962). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 39, p. 201-226, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n39/07.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRANDÃO, Pedro Ramos. **Salazar-Cerejeira: a força da Igreja**. Lisboa: Notícias Editorial, 2002.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material e capitalismo**. Séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. De Gutemberg à internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BRITO, Mario da Silva. **O alegre combate de Klaxon**. Co-edição dos 9 números da revista Klaxon – mensário de arte moderna. São Paulo: Martins / Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.

BUADES, Josep M. **Guerra Civil Espanhola**. O palco que serviu de ensaio para a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2013.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. São Paulo: EDUSC, 2004.

CAZETTA, Felipe Azevedo Felipe Azevedo. **Fórmulas antidemocráticas no em terras luso-brasileiras: Análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2016.

CONTIER, Arnaldo Daraya. **Brasil novo**. Música, nação e modernidade: os anos 20 e 30. Tese (Livre docência em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**. Propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Unesp, 2009.

_____. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos César (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 183-213.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris (Orgs.). **A imprensa confiscada pelo Deops (1924-1954)**. São Paulo, Imprensa oficial, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados e a república que não foi**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

CASTRO, Pe. Jeronimo Pereira de. **Santa Catarina Labouré e a medalha milagrosa**. Petrópolis: Vozes, 1951.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentido - cultura escrita**: entre distinção e apropriação. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

_____. **Inscrever & apagar**. São Paulo: Edunesp, 2007.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Edunesp, 2004.

_____. **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

COSTA, Maurício da Silva Drumond. **Estado Novo e esporte**: uma análise comparada dos usos políticos do esporte nos regimes de Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945). Tese (Doutorado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

COSTA, Cristina. **Teatro e censura: Vargas e Salazar**. São Paulo: Edusp, 2010.

DALE, Romeu. **A Ação Católica brasileira**. São Paulo: Loyola, 1985.

DALY, Mary. **Beyond god the father**: Toward a philosophy of women's liberation. Boston: Beacon Press, 1985.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (Orga.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 21-38.

DIÓCESIS de Córdoba. Santa Inês. Disponível em: <<https://www.diocesisdecordoba.com/santo-del-dia/santa-ines>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário ou a dupla face na construção do Estado Novo**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.

ESTÓRIAS da História. **Mulheres na história (LXXXIV) D. Filipa de Lencastre, rainha consorte de Portugal**. Disponível em: <<http://estoriasdahistoria12.blogspot.com.br/2016/02/mulheres-na-historia-lxxxiv-d-filipa-de.html>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

ESTÓRIAS da História. **Rainha D. Leonor de Lencastre (02/05/1458 -17/11/1525)**. Disponível em: <<http://estoriasdahistoria12.blogspot.com.br/2013/05/rainha-d-leonor-de-lencastre-02051458.html>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

FABRIS, Annatersa. **O futurismo paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

FERNANDES, Antônio Teixeira. **Relações entre a Igreja e o Estado Novo**. Porto: [ATF], 2001.

FERNANDES, Isabel Alexandra. **Reis e rainhas de Portugal**. Lisboa: Texto Editora, 2003.

FERRO, Antonio. **Salazar**. Um homem e sua obra. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1932.

FREIRE, Dulce; FERREIRA, Nuno Estevão; RODRIGUES, Ana Margarida (Orgs.). **Corporativismo e Estado Novo**: contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933 - 1974). Lisboa: Instituto de Ciências da Universidade de Lisboa, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **História da sexualidade 2**: o usos dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir**: o nascimento das prisões. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ética, sexualidade, política / Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-287.

GIL, Benedito Miguel. **Os cursilhos e a reprodução do catolicismo europeu nas américas**. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/bmgil/trabal03.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

GILBERT, Nora. **Better Left Unsaid: Victorian Novels, Hays Code Films, and the Benefits of Censorship**. Stanford: Stanford University Press, 2013.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 53-72.

GOMES, Edgar da Silva. A reaproximação Estado-Igreja no Brasil durante a República Velha (1889-1930). **Revista de cultura teológica**, São Paulo, v. 16, n. 62, p. 95-110, 2008. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/15628>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GORJÃO, Vanda. **Mulheres em tempos sombrios**. Oposição feminina ao Estado Novo. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2002.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial**. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1999.

GRILLO, Ângela. **A arte do povo: histórias na literatura do cordel (1900/1940)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

HENRYOT, Fabienne. Décrire et représenter Pierre Fourier (XVIIe-XIXe siècles). **Annales de l'Est**, Presses Universitaires de Nancy, 2009, p. 171-209. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00805202/document>>. Acesso em: 09 out. 2017.

HINO da Mocidade Portuguesa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3sXr37z-snl>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

KELLER, Alessandra. Disseminação da Modernidade: representação e desejo do consumidor nos primeiros catálogos de venda por correspondência. In: CHARNEY, Leo. SCHWARTZ, Vanessa. **O cinema e a invenção da vida moderna**. Rio de Janeiro: Cosac&Naif, 2008.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

_____.; NORA, Pierre. (Orgs.). **História**. Novos problemas, novas abordagens, novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 3vs.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LIMA, Maurílio César de. **Breve história da Igreja no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino na sociedade moderna. São Paulo: Companhia Das Letras, 1989.

LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

_____. **Leituras, projetos e (re)vistas do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111-153.

_____.; MARTINS, A. L. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (Sel. e Int.). **Os bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Loyola, 1983.

MARIA Baptista dos Santos Guardiola. **Legislaturas**: I, II, III, V. Disponível em: <http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/l/leal_maria_joana_mendes.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2017.

MARIA Joana Mendes Leal. **Legislaturas**: III, IV, V, VI. Disponível em: <http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa%5Chtml/pdf/l/leal_maria_joana_mendes.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2017.

MARQUES, António Henrique de Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa: Palas Editores, 1976.

_____. **Breve história de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista**: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890 – 1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.

MUSSOLINI, Benito. **O Estado corporativo**. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/corporativo.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

MUSTAFÁ, Izani. **Alô, alô, Joinville! Está no ar a rádio Difusora!** A radiodifusão em Joinville/SC (1941-1961). Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: UFPE, Imprensa Universitária, 1968. v. 1.

_____. **História da imprensa de Pernambuco**. Recife: UFPE, Imprensa Universitária, 1969. v. 3.

NOSSA Senhora das Graças da medalha milagrosa. Disponível em: <<http://www.paginaoriental.com/santos/nsgrac2711.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

OLIVEIRA, Walter da Silva. **Narrativas à luz d'a "Lanterna": anticlericalismo, anarquismo e representações**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Alexandre Luís. Dom Sebastião Leme e as estratégias de Atuação do catolicismo nos anos 1930. **Faces de Clio**, Juiz de Fora, v. 2, n. 4, p. 88-98, 2016. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/4.Artigo-D5.-Alexandre.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. Perspectiva transnacional: o processo de recatolização no Brasil e Portugal encabeçado pelos cardeais Sebastião Leme e Manuel Cerejeira no início do século XX. In: **Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST**. V Encontro Internacional UFES/ Université Paris-Est, Vitória - ES: UFES, 2015, p. 128-143.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar, 1982.

PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala**. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

PEDRO, Isabel Maria Henriques. **A Mocidade Feminina Portuguesa no Liceu Nacional Infanta Dona Maria de Coimbra**: contributo para o estudo da educação em Portugal. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PIMENTEL, Irene Flunser. **História das organizações femininas do Estado Novo**. Lisboa, Temas e Debates, 2001.

_____. **Mocidade Portuguesa Feminina**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.

PINTO, Alexandra Guedes. O discurso da ditadura: ditadura, ordem e desordem em António de Oliveira Salazar. **Forma breve**, Aveiro, n. 11, p. 313-341, 2014. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/3135/2903>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

PRETO, Rolão. **A traição burguesa**. Lisboa: Pro Domo, 1945.

RAGO, Margareth. **Em Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista, Brasil, 1890-1930**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAMOS, Aline Cristina Pereira de Araújo. **O homem novo para um novo Pernambuco: as práticas educacionais na construção do Estado Novo em Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

REIS, Bruno Cardoso. **Salazar e o Vaticano**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

ROCHA, Clara. **Revistas literárias do século XX em Portugal**. Lisboa: Casa da Moeda, 1985.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

ROMA Segreta.it. **S. Agnese fuori le mura**. Disponível em: <<https://www.romasegreta.it/rubriche/s-agnese-fuori-le-mura.html>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **Leonor de Lancastre: de princesa a rainha-velha**. Lisboa: Temas e Debates, 2016.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

SALAZAR, António de Oliveira. As grandes certezas da Revolução Nacional — Discurso no X aniversário do 28 de Maio de 1936. **Salazar. O obreiro da pátria**. Disponível em: <<http://oliveirasalazar.org/textos.asp?id=159>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

_____. **Salazar e a Igreja**. Excertos de “O Meu Depoimento”. Discurso de Salazar na sessão inaugural da II Conferência da União Nacional, no Porto, em 7 de Janeiro de 1949. Disponível em: <http://oliveirasalazar.org/download/documentos/Salazar%20e%20a%20Igreja_8D31D324-EB8F-47AA-A323-EA6CE941785A.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2017.

SALGADO, Plínio. **Palavra nova dos tempos novos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

SANTOS, Fernando Pio. **Apontamentos biográficos do clero pernambucano: 1535-1935**. Recife: APEJE, 1994. v. 2.

SCHERER, Irineu Roque. **Concílio plenário na Igreja do Brasil: a Igreja no Brasil de 1900 a 1945**. São Paulo: Paulus, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Francisco Oliveira. **O Cardeal Leme e a revolução de 1930**. Dissertação (Mestrado em História Eclesiástica). Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, 1995.

SILVA, Dom Eduardo Duarte. Os abusos e males da imprensa. In: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (Sel. e Int.). **Os bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Loyola, 1983. p. 41-61.

SILVA, Severino Vicente. **Da guerra à neocrisandade**. Curitiba: Prismas, 2015.

_____. **Entre o tigre e o capibaribe: Os Limites do Progressismo Católico na Arquidiocese de Olinda e Recife**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2014.

SIMILI, Ivana Guilherme. As roupas como documentos nas narrativas históricas. **Patrimônio e memória**. São Paulo, Unesp, v. 12, n. 1, jan./jun., p. 237-261, 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/Walter/Downloads/484-2048-2-PB.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Do Santo Ofício à libertação: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social**. São Paulo: Paulinas, 1988.

SOUSA, Vera Lúcia Puga de. **Entre o bem e o mal**. Educação e sexualidade nos anos 60 – Triângulo Mineiro. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

SOUZA, José Inácio de Melo. **O estado contra os meios de comunicação: (1889-1945)**. São Paulo: Annablume, 2003.

SOUZA NETO, José Maria Gomes de. O importante não é falar, mas ser ouvido: meios e entremeios da propaganda de Agamenon Magalhães em Pernambuco (1937 – 1945). **Saeculum**. João Pessoa, n. 10, jan./jul., p. 47-64, 2004. Disponível em: <<file:///C:/Users/Walter/Downloads/11288-16212-1-PB.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

TE DEUM. Disponível em: <<http://www.catolicoorante.com.br/oracao.php?id=113>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

VALENTE, José Carlos. **Estado Novo e alegria no trabalho: uma História Política da FNAT (1935-1958)**. Lisboa: Edições Colibri e INATEL, 1999.

VARAZZE, Jacopo de. **Legenda áurea**: vidas de santos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VATICANO. **A Santa Sé**. Sumos Pontífices. Pascoal II. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/vatican/pt/holy-father/pasquale-ii.html>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

_____. **A Santa Sé**. Sumos Pontífices. Pio IX. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/pius-ix/pt.html>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

_____. **A Santa Sé**. Sumos Pontífices. Leão XIII. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/vatican/pt/holy-father/leone-xiii.html>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

_____. **A Santa Sé**. Sumos Pontífices. Pio XI. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/vatican/pt/holy-father/pio-xi.html>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

_____. **A Santa Sé**. Sumos Pontífices. Pio XII. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/vatican/pt/holy-father/pio-xii.html>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

VENEZIANO, Ney de. **O teatro de revista no Brasil**: dramaturgia e convenções. São Paulo: SESI, 2013.

VERITATIS. **Monsenhor Lefebvre elogia Salazar e Portugal**. Disponível em: <<http://acciao-integral.blogspot.com.br/2016/07/monsenhor-lefebvre-elogia-salazar-e.html>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

VIOTTI, Emília. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 2010.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

VISUALIZING Portugal. Disponível em: <<http://visualizingportugal.com/ed-vn3-6-youth-groups-female/2013/4/1/youth-groups>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

WHEELER, Douglas. A Primeira República Portuguesa e a história. **Análise social**, Lisboa, vol. XIV, 56, p. 865-872, 1978. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989532S4yRL1eb3Cn44CL5.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.